

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

*Da “Negrada Negada” a Negritude Fragmentada:
O Movimento Negro e os discursos identitários sobre o negro no
Ceará (1982-1995).*

Antonio Vilamarque Carnaúba de Sousa

**FORTALEZA (CE)
2006.**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

*Da “Negrada Negada” a Negritude Fragmentada:
O Movimento Negro e os discursos identitários sobre o negro no
Ceará (1982-1995).*

Antonio Vilamarque Carnaúba de Sousa

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História Social à Comissão Julgadora da Universidade Federal do Ceará – UFC, sob a orientação do Prof. Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard.

**FORTALEZA (CE)
2006.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

***Da “Negrada Negada” a Negritude Fragmentada:
O Movimento Negro e os discursos identitários sobre o negro no
Ceará (1982-1995).***

Antonio Vilamarque Carnaúba de Sousa

Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, pelo orientador e demais membros da banca examinadora, composta pelos professores:

Prof. Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard
(Orientador)

Prof. Dr. Antonio Eurípedes Funes

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes

**FORTALEZA (CE)
2006.**

A Antônio Gomes (meu Pai - *In memória*)

E as mulheres da minha vida:

Lastênia (minha guerreira mãe),
Edinamar (Dinha, minha adorável irmã),
Allana (minha sobrinha querida),
Liduina (minha carinhosa esposa)
e a Dandara (minha amada filha).

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que ao longo desses anos vêm se firmando como presença importante na minha vida:

Muitíssimo obrigado,

Ao meu orientador Dr, Franck Ribard, a quem devo incondicionalmente a conclusão desse trabalho, fruto de sua teimosia, generosidade e cumplicidade.

A todos meus professores da Graduação na UECE e do Mestrado na UFC por compartilharem comigo de sua sabedoria e amizade.

Aos professores Gisafran Nasareno Mota Jucá e Francisco José Gomes Damasceno por terem assumido corajosamente a responsabilidade de incentivar a pesquisa histórica na Universidade Estadual do Ceará, da qual me sinto fruto e ainda por terem me incentivado em diversos momentos, com palavras de coragem e de confiança.

A professora Kênia Rios por ter aceitado generosamente o convite para participar da banca de qualificação, pela leitura atenta e as pertinentes observações.

Ao professor Eurípedes Funes que participou da banca de qualificação determinando certamente os rumos dessa pesquisa e que com seu olhar vibrante nos inspira confiança e perseverança.

Ao professor Flávio Gomes pela gentileza e humildade de participar da banca examinadora desse trabalho.

Aos funcionários do Departamento de História da UFC, especialmente a sempre generosa Regina.

Ao IMOPEC, na pessoa de Célia Guabiraba, onde iniciei a coleta de fontes relativas ao Movimento Negro.

Aos funcionários da hemeroteca da Biblioteca Pública Menezes Pimentel e aos funcionários do Departamento de Pesquisa do Jornal O Povo.

A Roserlândio que abriu as portas do Departamento de História Eclesiástica da Diocese do Crato onde consegui quase toda a documentação produzida pelo Movimento Negro do Ceará.

A todos os meus depoentes: Lúcia Simão, William Pereira, Roserlândio, Xuxu, Hilário Sobrinho, Graça Pereira, Conceição, Maria Benvinda, José Florêncio e Maria Telvira, sem os quais não haveria esse trabalho.

Aos amigos que sonharam o mestrado comigo: Enilce Lima, Francisco Cláudio, Thiago Tavares, Neyandra Costa, Odilon Neto e Wagner Costa.

Aos colegas da turma de mestrado pelo companheirismo e partilha.

A Ivaneide Barbosa e a Silvana Pinho pela leitura atenta do texto.

A Cibele Sousa pela disposição no serviço de correção ortográfica, justamente naquelas horas mais aperreadas.

A amiga Danielly Greison sempre presente torcendo incondicionalmente pela minha realização pessoal e profissional.

A minha esposa Liduina por aceitar solidariamente os altos e baixos de minha confusa vida nesses últimos anos.

Aos professores e funcionários do CMES Francisco Edmilson Pinheiro, de onde me ausentei diversas vezes para a conclusão desse trabalho, deixando-as sobrecarregadas.

A direção da Escola Plácido Aderaldo Castelo, pela compreensão dos percalços desse momento final.

A Cássia Eller, Vanessa da Mata e Nando Reis por tornarem esse momento final menos traumatizante e solitário.

*“Kunta Kinté,
africano da aldeia de língua mandinga,
situada na costa da Gâmbia,
África Ocidental,
após o seu seqüestro da África para a América,
com o corpo e o espírito abatido
após diversas tentativas desesperadas de fuga,
sente que precisa entender
aquele idioma misterioso
falado pelos toubobs (os homens brancos)
e pelos pretos estranhos
que nasciam naquela região.
(...)”*

*Kunta não conseguia compreender
a maioria das palavras dos toubobs.
Sempre mantendo sua expressão impassível,
esforçava-se em entender o sentido delas
e aos poucos foi relacionando determinados sons
com os objetos de ações específicas.
Mas havia uma palavra em particular
que o deixava confuso e desconcertado,
embora a ouvisse diariamente,
pronunciada tanto pelos toubobs
quanto pelos pretos.*

O que seria um ‘negro’?”

Considerações Iniciais

‘Negro’ nunca constituiu uma categoria isenta de implicações. Sua atribuição e auto-atribuição revelam objetivos bem demarcados - psíquicos, sociais, culturais, políticos... - e através da análise histórica dessa classificação podemos descobrir uma multiplicidade de conflitos sociais que o conceito, por si só, revela.

‘Negro’ revela, por isso mesmo, uma identidade fluída, cambiante, camaleônica, que comporta dimensões individuais de assimilação, recusa e superação... e dimensões sociais de acomodação, sublimação, enfrentamentos...

A ‘Negritude’, compreendida aqui como um conjunto de atributos físicos, materiais e simbólicos que unem pessoas num mesmo sentimento de pertença ao continente e às tradições africanas, torna-se por extensão, um ideal político pelo qual se inaugura e se legitima a luta pela auto-afirmação positiva das identidades negras e, está sujeita da mesma forma à considerações investigativas no campo da história das tensões que envolvem tais grupos¹.

Por conseguinte, o trabalho do historiador para a compreensão dos fenômenos determinantes ou constitutivos das identidades étnicas negras, deve ser o de perceber os contextos nos quais são produzidas essas identidades, os conflitos existentes entre os grupos sociais envolvidos e as tensões que se instalam pela demarcação das fronteiras estabelecidas em torno dessas classificações identitárias. Destarte, a análise dos discursos produzidos pelos

¹ MUNANGA, Kabengule. *Negritude: Usos e Sentidos*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

grupos sociais sobre as identidades étnicas evidencia os conflitos e as tensões sociais que a categorização ou a autocategorização étnica identitária comporta.

Em nossa pesquisa, a existência e o reconhecimento de um espaço social para o negro cearense tomou forma de movimento social ao final da década de 1970 e início dos anos 1980, quando surgiram as primeiras formas de manifestações que contestavam as situações de estigmatização e de privação vivenciada pelos negros do Ceará. Realidade que ainda se faz presente.

Até o início dos anos 1980, o negro no Ceará era extremamente estigmatizado. Essa estigmatização assentava-se sobre um discurso étnico historicamente estabelecido, de que a presença e participação social do escravo nesse estado fora de pouca recorrência e relevância social. Essa perspectiva, além de associar e restringir o universo da cultura afro-cearense a experiência da escravidão, também estabelecia que em decorrência dessa pouca representatividade social do negro escravizado derivava, conseqüentemente, a ausência de práticas racistas, passando a situar o estado do Ceará, numa posição de isenção com relação aos preconceitos raciais ou na construção historiográfica “a terra da luz”.

As práticas cotidianas da população, no entanto, revelavam um elevado nível de manifestações preconceituosas e racistas que colocavam em xeque a idéia de harmonia racial no Ceará.

Daquelas *verdades* historicamente estabelecidas derivavam ainda, as formas como os negros eram considerados na sociedade cearense: exclusão de qualquer esfera de participação política e social, desprezo pela história e cultura afro-

brasileira, e ainda, pela manutenção de relações sociais desiguais.

A recuperação de um espaço social para a população negra pressupunha, por parte dos próprios negros, aceitar voluntariamente a atribuição de uma identidade negra historicamente estigmatizada, a partir da qual se desencadearia um processo de resignificação identitária com bases em um novo discurso étnico.

Essa afirmação identitária étnica começou a ser processada a partir da articulação de vários grupos de pessoas, que se auto-atribuindo a categorização de negros, deram origem a um movimento de contestação e reivindicação do lugar social do negro. A articulação desses grupos se estabeleceu a partir da reflexão que faziam em conjunto, sobre as realidades vivenciadas em torno das situações de preconceito e discriminação nas suas relações sociais cotidianas.

Eram Grupos de Consciência Negra, que surgiram em diversas localidades do Ceará, na capital e no interior do estado, provenientes de diversas matrizes ideológicas, que passaram a congregiar pessoas que haviam experimentado situações de discriminação racial consigo, com parentes ou amigos, transformando-se num espaço de promoção da auto-estima e constituindo núcleos de reflexão e de posicionamento frente às essas situações de racismo.

Esses Grupos de Consciência Negra, assumindo um discurso em defesa da população afrodescendente, evidenciaram um novo momento na história do negro no Ceará e no debate sobre a realidade vivida pelos negros cearense. Da mesma forma, inauguraram um discurso social e étnico em torno de

uma negritude cearense, que evidenciou a constituição de um movimento social em torno da questão racial negra no Ceará, que denominamos nesse trabalho como Movimento Negro Contemporâneo².

Aos perscrutarmos o momento em que surgem esses grupos de consciência negra no Ceará, percebemos a força da ação e da organização dos agentes sociais envolvidos, advindos de uma conjuntura nacional que favorecia o surgimento de novas concepções políticas e, conseqüentemente, o aparecimento de novas possibilidades de lutas sociais particulares em demandas específicas como as populações marginalizadas e as chamadas minorias étnicas³.

Esses sujeitos, reunidos em torno desses grupos, nos quais se reconheciam e se assumiam como negros, a partir do reconhecimento social que conquistaram ao longo da trajetória militante desenvolvida em torno desse Movimento social e racial constituíram o que podemos chamar a partir de Fredrik Barth, um *Grupo Étnico*.

Podemos ainda denominar de Identidade Étnica, esse processo de constituição do grupo de militantes negros no Ceará, a partir da interação social que esse grupo estabeleceu em torno dos estigmas sociais sofridos e demandas específicas da população afrodescendente e o discurso elaborado pelo grupo nesse percurso.

Concentrando-nos naquilo que é socialmente efetivo, os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização. (...) Na medida em que os atores usam identidade étnica para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional⁴.

A constituição desse grupo militante perpassa pela *consignação e auto-atribuição dos indivíduos a categorias étnicas*⁵, ou seja, pela atribuição e aceitação dos estigmas sociais imputados historicamente à etnia negra no Ceará e a luta pela sua transformação em Identidade Negra positiva. Processo identitário que se dá individualmente e coletivamente, nesse caso, pelo pertencimento aos grupos de consciência negra que evidenciam as formas de racismo presentes nas várias esferas da sociedade cearense, no cotidiano e nas diversas formas de manifestação da cultura popular.

Nesse sentido, o discurso identitário promovido pelo Movimento Negro, o caracterizou a partir de uma definição étnica. Barth caracterizou a etnicidade como sendo:

Uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação dos signos culturais socialmente diferenciadores⁶.

² Insere-se na perspectiva de revigoramento dos movimentos sociais, que colocaram na nova cena política novos atores e novas demandas sociais. SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³ Minorias étnicas aqui compreendidas não como uma referência numérica, mas como grupos que por causa de sua nacionalidade, por suas características étnicas, religiosas ou culturais sofrem algum tipo de preconceito, discriminação ou privação na sociedade.

⁴ BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998, pp. 193-194.

⁵ Id. *Ibidem.*, p. 112.

⁶ POTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 141.

Dessa forma, o pertencimento ao grupo étnico em questão - os Grupos de Consciência Negra e o Movimento Negro cearense - estabeleceu uma dicotomização entre seus membros e os *de fora*, (sistema de oposições ou contrastes, que Barth chamou de Fronteiras) validando-se nessa disputa social e política em torno de questões relativas a negritude do Ceará.

Se um grupo conserva sua Identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão ⁷.

No entanto, conforme Barth, a simples atribuição e reconhecimento da dicotomia entre as categorias *Nós e Eles*, não se torna suficiente para percebermos a constituição de uma Identidade Étnica, sendo necessário analisar a *dimensão processual* envolvida nessa interação. Barth apontou a existência de um contexto multicultural no qual os grupos sociais tornam-se marcados por suas relações interétnicas, pelo relacionamento recíproco no qual se processa a auto-atribuição ou a atribuição pelo outro. Assim, torna-se necessário considerar tanto os contextos nos quais as Identidades Étnicas são produzidas e nas quais estão inseridas, sofrendo influências da fluidez e flexibilidade do tempo e do espaço ⁸.

Esse processo de interação social dos militantes negros do Ceará com a sociedade se estabeleceu, primeiramente, como entrave para a constituição do próprio Movimento Negro, o qual não foi reconhecido por alguns setores sociais, que questionavam a própria natureza do grupo, apoiados na consideração histórica de que não havia negros no Ceará - uma verdade estabelecida pela historiografia tradicional e aparelhos culturais.

Após o reconhecimento do Movimento Negro como representante legítimo da negritude cearense, esse processo identitário passou a se estabelecer na interação social do grupo com diversos setores da sociedade cearense através de reivindicações em torno de demandas específicas da população afro-cearense, a qual se constatou sobreviver numa situação de exclusão social e política. Realidade que se verificou a partir da *descoberta* das comunidades negras rurais e agrupamentos negros urbanos.

A *descoberta* das comunidades negras no Ceará permitiu ao Movimento Negro, proceder a um quadro de singularização, de realce de alguns atributos específicos da negritude cearense ou de sua *Identidade Contrastiva*. Inicialmente, essa singularidade assentava-se na consideração externa de uma origem comum - a ancestralidade africana e/ou o universo da escravidão negra - e a partir daí em caracteres e signos estigmatizados.

É importante reconhecer que, embora as categorias étnicas tomem em consideração as diferenças culturais, não podemos deduzir disso uma simples relação de uma para um entre as unidades étnicas e as semelhanças e diferenças culturais. As características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças “objetivas”, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significantes ⁹.

Em todo esse processo de constituição e afirmação do Movimento Negro, elaborou-se um discurso étnico militante que localiza pensamento do grupo em torno dessa Identidade Étnica afro-cearense e desse processo de afirmação identitária.

Cardoso nos alerta para que ao analisarmos a articulação desses grupos formadores do Movimento Negro do Ceará, do ponto de vista da construção de um discurso étnico, não podemos dispensar a atenção necessária às questões ideológicas e às representações que mediam essas relações sociais ¹⁰.

Nos alerta ainda para duas dimensões envolvidas na construção de uma Identidade Étnica: a pessoal e a social (ou coletiva) que estão interconectadas, tornando necessária a observação das *peculiaridades culturais* que o discurso assume e o grau de *identificação étnica de seus*

⁷ BARTH, Fredrik. Op. Cit., p. 195.

⁸ Id. Ibidem., p. 112.

⁹ Id. Ibidem., p. 194.

¹⁰ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976, pp. 35-51.

membros, visto que as Identidades Étnicas seriam irredutíveis e assumiriam formas culturais altamente variáveis, os sujeitos podem, ou não, voluntariamente a elas aderirem.

Por Identidade Negra então, entendemos nesse trabalho, o processo de construção de significados para a negritude, com base em atributos sociais, políticos ou culturais, ou ainda, um conjunto desses atributos inter-relacionados, que prevalece em diferentes momentos sobre outras fontes de significado, pela interação social que esses grupos estabeleceram no desenvolvimento de campos de atuação dessa negritude como movimento político.

A constituição de uma identidade se estabelece, em termos étnicos, pela opção por determinados aspectos que servem para assinalar e demarcar a diferenciação de um grupo – o *realce* - demonstrado por Fredrik Barth:

O realce da identidade étnica exprime-se, assim, inicialmente através de um rótulo étnico entre outros meios possíveis de identificação das pessoas. É apenas depois de ter selecionado esse rótulo (depois que a etnicidade foi realçada pelo procedimento mesmo de sua seleção) que os comportamentos, as pessoas, os traços culturais que eles designam surgem quase naturalmente como 'étnicos'¹¹

Uma Identidade Negra em disputa, portanto, é uma classificação em que diferentes caracteres estão sendo pensados (atribuídos ou assumidos) por diferentes grupos, e onde esses diferentes grupos estão evidenciando diferentes realces sobre uma mesma Identidade. Dessa forma, o que se busca, é promover uma visão a partir de ângulos diversos ou deslocados sobre uma mesma realidade.

Nesse trabalho buscaremos por um lado, reconstituir o discurso identitário sobre o negro construído pela historiografia tradicional no Ceará e como ele adentra o

¹¹. BARTH, Fredrik. Op. Cit., p. 167.

cotidiano de negros e não-negros através das vivências cotidianas e das práticas culturais, e ao mesmo tempo, evidenciar o surgimento de um discurso étnico negro, a partir das vozes e dos olhares particulares dos grupos de consciência negra do Ceará, através de suas memórias, das lutas e embates militantes, das suas mobilizações e reivindicações, dos diálogos e dos discursos, a fim de perceber *o processo de construção de uma consciência identitária sobre o lugar social do negro no Ceará.*

Esse processo se evidenciou a partir do ano de 1982 com a fundação do GRUCON – Grupo de Consciência Negra no Ceará, primeiro grupo de militantes negros surgido no Ceará, mas cujas motivações remetem a um período imediatamente anterior, quando se estabeleceram as primeiras manifestações raciais e as reações individuais e coletivas, oportunizando um novo momento do processo de resignificação identitária do negro no Ceará.

Nossa pesquisa se inicia nesse período, limitando-se temporalmente ao ano de 1995, que marcou o tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares e que, no Ceará, evidenciou um novo momento na organização do Movimento Negro, com a saída de cena de velhos militantes e a ascensão de novos líderes e novos grupos e, ainda, pela constatação de uma nova conjuntura política de institucionalização desses grupos.

Assim, nesse trabalho, o histórico do Movimento Negro do Ceará aparece como necessidade de recuperação de partes dessa trajetória, a fim de estabelecermos um chão por onde conduzimos nossas reflexões, pois até então, ainda não havia nenhum trabalho dessa natureza no campo historiográfico.

Nosso caminho metodológico foi percorrido a partir da abordagem historiográfica, pela pesquisa documental acerca do Movimento Negro, por procedimentos de Pesquisa Participante e de História Oral.

A abordagem historiográfica realizada se deu pela catalogação e análise da produção histórica acerca do negro no Ceará, especificamente aquela ao Instituto Histórico do Ceará e seus membros. Essa produção foi considerada a partir dos artigos publicados na Revista do Instituto Histórico, de periodicidade anual, ao longo da existência dessa instituição, sobretudo, a Revista comemorativa do Centenário da Abolição no Ceará em 1984 (Tomo Especial Nº 7). A produção dos membros do Instituto foi analisada a partir de considerações biografias e da bibliografia produzida.

A pesquisa documental relativa ao Movimento Negro se deu pela coleta de documentação escrita e visual produzida pelos grupos do Movimento Negro cearense, oportunidade em que realizávamos conversas informais, gravação de entrevistas individuais e coletivas. Essa documentação escrita e visual produzida pelo Movimento Negro cearense caracteriza-se por textos reflexivos, de divulgação, de formação e de denúncias, por cartas, relatórios sistematizados de encontros e assembléias, dos jornais informativos Malemba e Malungos, fotografias e recortes de artigos escritos em jornais locais.

A Pesquisa Participante foi realizada entre os meses de julho de 2002 a maio de 2005 e num primeiro momento, se constituiu pela mera observação dos eventos promovidos pelo Movimento. Somente a partir de maio de 2003 nos inserimos em algumas atividades como pesquisador, passando a realizar entrevistas e anotar informações de cunho histórico.

A nosso favor contava nossa identificação como negro e um círculo de amigos que foi sendo sistematicamente utilizado a fim de

promover encontros, facilitar o acesso a eventos e documentos, além de evitar as desconfianças existentes com relação a alguns pesquisadores, chamados de *oportunistas*, que realizam pesquisas sem creditarem nenhum retorno ao movimento.

Nossa opção pela temática foi determinada em um primeiro momento pela nossa afirmação étnica, o que se deu num primeiro momento pelas vivências familiares e em seguida pelo contato com o grupo dos APN's. Nesse sentido, percebemos uma receptividade significativa com relação à abordagem proposta.

A nossa opção pela Pesquisa Participante prendia-se também ao fato de que nossos questionamentos vinculam-se a fatos recentes e seus atores serem pessoas ainda atuantes no movimento. Considerávamos que, apesar das mudanças verificadas na forma de condução e articulação do movimento, suas lideranças ainda conservavam vivas as lembranças dos primeiros enfrentamentos. A Pesquisa Participante serviria assim, como meio de aproximação com esses militantes e como termômetro das divergências entre os grupos.

Além de que, concordamos com Hebe Castro na consideração das ações fontes históricas visto que *não apenas as representações, mas também as ações sociais são "textos", passíveis de serem culturalmente interpretados, o que determina um especial interesse do ponto de vista da análise social*¹².

A partir dessa Pesquisa Participante identificamos e arrolamos uma lista de depoentes, de reconhecida atuação e pioneirismo no movimento, a fim de que pudéssemos perceber as matrizes determinantes do discurso ali produzido.

A escolha de nossos depoentes procurou também contemplar a realidade dos grupos de consciência negra no interior do estado. Assim, entrevistamos militantes negros

¹² CASTRO, Hebe. História Social. In: *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia em História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997, p. 52.

em quatro regiões diferentes do Estado: Fortaleza, Crato (Região do Cariri), Quixeramobim (Região do Sertão Central) e Tauá (Região dos Inhamuns), todas elas identificadas como importantes núcleos de articulação do Movimento Negro cearense e de reconhecida presença de negros e de comunidades negras.

A opção pela História Oral foi determinada pelo fato de que as fontes documentais das quais dispúnhamos, não nos forneciam material suficiente para análise e reconstituição dos discursos produzidos pelo grupo. O trabalho com a memória coletiva do grupo forneceu pistas para a reconstituição do processo de articulação do discurso militante, e muitas vezes essa memória foi utilizada como fonte para o preenchimento de lacunas cronológicas.

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... **São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas**; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos (os grifos são nossos) ¹³.

Nas entrevistas procuramos reconstituir as trajetórias individuais dos militantes negros do Ceará, tentando perceber as matrizes ideológicas a que estavam ligados esses militantes, ou seja, o engajamento prévio, os motivos individuais que justificaram seu ingresso no movimento, as reflexões e ações em torno das questões raciais, o posicionamento dentro do grupo e os momentos em que suas presenças se tornaram singulares dentro do contexto geral da história do Movimento Negro cearense.

Algumas das lacunas históricas acerca da trajetória do movimento puderam ainda ser supridas a partir da pesquisa em jornais de grande circulação no estado, como Jornal O Povo, Diário do Nordeste e Tribuna do Ceará, durante as décadas de 1980 e 1990, dos quais depreendemos a

¹³ AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). Introdução. In: *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p. xiv.

repercussão social do surgimento do movimento, bem como as formas denunciadas do racismo no Ceará.

O trabalho está apresentado em quatro capítulos. No primeiro “*O Surgimento do Movimento Negro no Ceará*” buscamos compreender a reconfiguração do Movimento Negro contemporâneo no Brasil a partir da história das lutas e organizações dos negros no Brasil, a fim de situarmos a articulação do movimento no Ceará a partir do contexto específico do final dos anos 1970 e início da década de 1980. Na análise desse percurso procuramos evidenciar as matrizes ideológicas determinantes do discurso étnico elaborado pela militância negra em vistas da resignificação das identidades negras estigmatizadas no Ceará.

Nessa perspectiva, tornou-se necessário perceber os enfrentamentos que se atravancava a afirmação do discurso étnico militante, que à época eram de duas ordens principais.

No segundo capítulo, “*O Movimento Negro do Ceará e o discurso da Invisibilidade Negra: ‘Uma clareira na confusão racial do Brasil’*”, analisaremos a primeira delas, o mito da invisibilidade negra, historicamente articulado e estabelecido por um discurso social hegemônico, através de uma abordagem acerca da historiografia tradicional cearense e de sua influência social na estigmatização do negro cearense.

No terceiro capítulo “*O Movimento Negro do Ceará e os Estigmas Cotidianos – A Negritude estigmatizada*” abordaremos o segundo enfrentamento interposto à afirmação do discurso identitário negro no Ceará, procurando mapear o racismo cotidiano no Ceará. Neste capítulo, evidenciaremos as formas cotidianas de discriminação e preconceito

testemunhado pelos nossos depoentes e os processos de alienação e expropriação das manifestações culturais negras.

No quarto capítulo “*Da Construção à Fragmentação do discurso identitário negro no Ceará*”, situamos o momento de articulação de um discurso étnico negro, estabelecido em torno das Comunidades Negras, que integrou momentaneamente os grupos de consciência negra e o processo de fragmentação desse mesmo discurso pela particularização das demandas e pela diversificação das especificidades em torno da negritude cearense.

Procuramos ter colaborado com esse trabalho, para evidenciar uma nova perspectiva de abordagem e interpretação dos discursos em torno da negritude cearense, pela consideração de um novo lugar de promoção discursiva - o movimento social negro - cuja especificidade e legitimidade têm sido reconhecidas socialmente pelo enfrentamento de questões relativas à população afrodescendente, estigmatizada e excluída.

Na perspectiva historiográfica, esperamos ter iniciado o registro das organizações sociais negras no Ceará do século XX, reconhecendo que somente começamos a buscá-las e podemos dizer que muitos passos vêm sendo dados nesse sentido.

Ao Movimento Negro cearense esperamos ter colaborado com a construção de sua história, sem nenhuma pretensão de substituímos ou desconsiderarmos a importância de seus registros históricos e suas memórias sociais coletivas. Da mesma forma, esperamos atestar a relevância social do movimento e colaborar para a reflexão sobre sua historicidade e

compreensão dos caminhos que o conduziram ao momento presente.

Considerações Iniciais

‘Negro’ nunca constituiu uma categoria isenta de implicações. Sua atribuição e auto-atribuição revelam objetivos bem demarcados - psíquicos, sociais, culturais, políticos... - e através da análise histórica dessa classificação podemos descobrir uma multiplicidade de conflitos sociais que o conceito, por si só, revela.

‘Negro’ revela, por isso mesmo, uma identidade fluída, cambiante, camaleônica, que comporta dimensões individuais de assimilação, recusa e superação... e dimensões sociais de acomodação, sublimação, enfrentamentos...

A ‘Negritude’, compreendida aqui como um conjunto de atributos físicos, materiais e simbólicos que unem pessoas num mesmo sentimento de pertença ao continente e às tradições africanas, torna-se por extensão, um ideal político pelo qual se inaugura e se legitima a luta pela auto-afirmação positiva das identidades negras e, está sujeita da mesma forma à considerações investigativas no campo da história das tensões que envolvem tais grupos¹⁴.

Por conseguinte, o trabalho do historiador para a compreensão dos fenômenos determinantes ou constitutivos das identidades étnicas negras, deve ser o de perceber os contextos nos quais são produzidas essas identidades, os conflitos existentes entre os grupos sociais envolvidos e as tensões que se instalam

¹⁴ MUNANGA, Kabengule. *Negritude: Usos e Sentidos*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

pela demarcação das fronteiras estabelecidas em torno dessas classificações identitárias. Destarte, a análise dos discursos produzidos pelos grupos sociais sobre as identidades étnicas evidencia os conflitos e as tensões sociais que a categorização ou a autocategorização étnica identitária comporta.

Em nossa pesquisa, a existência e o reconhecimento de um espaço social para o negro cearense tomou forma de movimento social ao final da década de 1970 e início dos anos 1980, quando surgiram as primeiras formas de manifestações que contestavam as situações de estigmatização e de privação vivenciada pelos negros do Ceará. Realidade que ainda se faz presente.

Até o início dos anos 1980, o negro no Ceará era extremamente estigmatizado. Essa estigmatização assentava-se sobre um discurso étnico historicamente estabelecido, de que a presença e participação social do escravo nesse estado fora de pouca recorrência e relevância social. Essa perspectiva, além de associar e restringir o universo da cultura afro-cearense a experiência da escravidão, também estabelecia que em decorrência dessa pouca representatividade social do negro escravizado derivava, conseqüentemente, a ausência de práticas racistas, passando a situar o estado do Ceará, numa posição de isenção com relação aos preconceitos raciais ou na construção historiográfica “a terra da luz”.

As práticas cotidianas da população, no entanto, revelavam um elevado nível de manifestações preconceituosas e racistas que colocavam em xeque a idéia de harmonia racial no Ceará.

Daquelas *verdades* historicamente estabelecidas derivavam ainda, as formas

como os negros eram considerados na sociedade cearense: exclusão de qualquer esfera de participação política e social, desprezo pela história e cultura afro-brasileira, e ainda, pela manutenção de relações sociais desiguais.

A recuperação de um espaço social para a população negra pressupunha, por parte dos próprios negros, aceitar voluntariamente a atribuição de uma identidade negra historicamente estigmatizada, a partir da qual se desencadearia um processo de resignificação identitária com bases em um novo discurso étnico.

Essa afirmação identitária étnica começou a ser processada a partir da articulação de vários grupos de pessoas, que se auto-atribuindo a categorização de negros, deram origem a um movimento de contestação e reivindicação do lugar social do negro. A articulação desses grupos se estabeleceu a partir da reflexão que faziam em conjunto, sobre as realidades vivenciadas em torno das situações de preconceito e discriminação nas suas relações sociais cotidianas.

Eram Grupos de Consciência Negra, que surgiram em diversas localidades do Ceará, na capital e no interior do estado, provenientes de diversas matrizes ideológicas, que passaram a congregiar pessoas que haviam experimentado situações de discriminação racial consigo, com parentes ou amigos, transformando-se num espaço de promoção da auto-estima e constituindo núcleos de reflexão e de posicionamento frente às essas situações de racismo.

Esses Grupos de Consciência Negra, assumindo um discurso em defesa da população afrodescendente, evidenciaram um novo momento na

historia do negro no Ceará e no debate sobre a realidade vivida pelos negros cearense. Da mesma forma, inauguraram um discurso social e étnico em torno de uma negritude cearense, que evidenciou a constituição de um movimento social em torno da questão racial negra no Ceará, que denominamos nesse trabalho como Movimento Negro Contemporâneo ¹⁵.

Aos perscrutarmos o momento em que surgem esses grupos de consciência negra no Ceará, percebemos a força da ação e da organização dos agentes sociais envolvidos, advindos de uma conjuntura nacional que favorecia o surgimento de novas concepções políticas e, conseqüentemente, o aparecimento de novas possibilidades de lutas sociais particulares em demandas específicas como as populações marginalizadas e as chamadas minorias étnicas ¹⁶.

Esses sujeitos, reunidos em torno desses grupos, nos quais se reconheciam e se assumiam como negros, a partir do reconhecimento social que conquistaram ao longo da trajetória militante desenvolvida em torno desse Movimento social e racial constituíram o que podemos chamar a partir de Fredrik Barth, um *Grupo Étnico*.

Podemos ainda denominar de Identidade Étnica, esse processo de constituição do grupo de militantes negros no Ceará, a partir da interação social que esse grupo estabeleceu em torno dos estigmas sociais sofridos e demandas específicas da população afrodescendente e o discurso elaborado pelo grupo nesse percurso.

Concentrando-nos naquilo que é socialmente efetivo, os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização. (...) Na medida em que os atores usam identidade étnica para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional ¹⁷.

A constituição desse grupo militante perpassa pela *consignação e auto-atribuição dos indivíduos a categorias étnicas* ¹⁸, ou seja, pela atribuição e aceitação dos estigmas sociais imputados historicamente à etnia negra no Ceará e a luta pela sua transformação em Identidade Negra positiva. Processo identitário que se dá individualmente e coletivamente, nesse caso, pelo pertencimento aos grupos de consciência negra que evidenciam as formas de racismo presentes nas várias esferas da sociedade cearense, no cotidiano e nas diversas formas de manifestação da cultura popular.

Nesse sentido, o discurso identitário promovido pelo Movimento Negro, o caracterizou a partir de uma definição étnica. Barth caracterizou a etnicidade como sendo:

¹⁵ Insere-se na perspectiva de revigoramento dos movimentos sociais, que colocaram na nova cena política novos atores e novas demandas sociais. SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁶ Minorias étnicas aqui compreendidas não como uma referência numérica, mas como grupos que por causa de sua nacionalidade, por suas características étnicas, religiosas ou culturais sofrem algum tipo de preconceito, discriminação ou privação na sociedade.

¹⁷ BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998, pp. 193-194.

¹⁸ Id. *Ibidem.*, p. 112.

Uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação dos signos culturais socialmente diferenciadores ¹⁹.

Dessa forma, o pertencimento ao grupo étnico em questão - os Grupos de Consciência Negra e o Movimento Negro cearense - estabeleceu uma dicotomização entre seus membros e os *de fora*, (sistema de oposições ou contrastes, que Barth chamou de Fronteiras) validando-se nessa disputa social e política em torno de questões relativas a negritude do Ceará.

Se um grupo conserva sua Identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão ²⁰.

No entanto, conforme Barth, a simples atribuição e reconhecimento da dicotomia entre as categorias *Nós e Eles*, não se torna suficiente para percebermos a constituição de uma Identidade Étnica, sendo necessário analisar a *dimensão processual* envolvida nessa interação. Barth apontou a existência de um contexto multicultural no qual os grupos sociais tornam-se marcados por suas relações interétnicas, pelo relacionamento recíproco no qual se processa a auto-atribuição ou a atribuição pelo outro. Assim, torna-se necessário considerar tanto os contextos nos quais as Identidades Étnicas são produzidas e nas quais estão inseridas, sofrendo influências da fluidez e flexibilidade do tempo e do espaço ²¹.

Esse processo de interação social dos militantes negros do Ceará com a sociedade se estabeleceu, primeiramente, como entrave para a constituição do próprio Movimento Negro, o qual não foi reconhecido por alguns setores sociais, que questionavam a própria natureza do grupo, apoiados na consideração histórica de que não havia negros no Ceará - uma verdade estabelecida pela historiografia tradicional e aparelhos culturais.

Após o reconhecimento do Movimento Negro como representante legítimo da negritude cearense, esse processo identitário passou a se estabelecer na interação social do grupo com diversos setores da sociedade cearense através de reivindicações em torno de demandas específicas da população afro-cearense, a qual se constatou sobreviver numa situação de exclusão social e política. Realidade que se verificou a partir da *descoberta* das comunidades negras rurais e agrupamentos negros urbanos.

A *descoberta* das comunidades negras no Ceará permitiu ao Movimento Negro, proceder a um quadro de singularização, de realce de alguns atributos específicos da negritude cearense ou de sua *Identidade Contrastiva*. Inicialmente, essa singularidade assentava-se na consideração externa de uma origem comum - a ancestralidade africana e/ou o universo da escravidão negra - e a partir daí em caracteres e signos estigmatizados.

É importante reconhecer que, embora as categorias étnicas tomem em consideração as diferenças culturais, não podemos deduzir disso uma simples relação de uma para um entre as unidades étnicas e as semelhanças e diferenças culturais. As características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças “objetivas”, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significantes ²².

Em todo esse processo de constituição e afirmação do Movimento Negro, elaborou-se um discurso étnico militante que localiza pensamento do grupo em torno dessa Identidade Étnica afro-cearense e desse processo de afirmação identitária.

Cardoso nos alerta para que ao analisarmos a articulação desses grupos formadores do Movimento Negro do Ceará, do ponto de vista da construção de um discurso étnico, não podemos dispensar a atenção necessária às questões ideológicas e às representações que mediam essas relações sociais ²³.

¹⁹ POTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 141.

²⁰ BARTH, Fredrik. Op. Cit., p. 195.

²¹ Id. Ibidem., p. 112.

²² Id. Ibidem., p. 194.

²³ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976, pp. 35-51.

Nos alerta ainda para duas dimensões envolvidas na construção de uma Identidade Étnica: a pessoal e a social (ou coletiva) que estão interconectadas, tornando necessária a observação das *peculiaridades culturais* que o discurso assume e o grau de *identificação étnica de seus membros*, visto que as Identidades Étnicas seriam irredutíveis e assumiriam formas culturais altamente variáveis, os sujeitos podem, ou não, voluntariamente a elas aderirem.

Por Identidade Negra então, entendemos nesse trabalho, o processo de construção de significados para a negritude, com base em atributos sociais, políticos ou culturais, ou ainda, um conjunto desses atributos inter-relacionados, que prevalece em diferentes momentos sobre outras fontes de significado, pela interação social que esses grupos estabeleceram no desenvolvimento de campos de atuação dessa negritude como movimento político.

A constituição de uma identidade se estabelece, em termos étnicos, pela opção por determinados aspectos que servem para assinalar e demarcar a diferenciação de um grupo – o *realce* - demonstrado por Fredrik Barth:

O realce da identidade étnica exprime-se, assim, inicialmente através de um rótulo étnico entre outros meios possíveis de identificação das pessoas. É apenas depois de ter selecionado esse rótulo (depois que a etnicidade foi realçada pelo procedimento mesmo de sua seleção) que os comportamentos, as pessoas, os traços culturais que eles designam surgem quase naturalmente como 'étnicos'²⁴

Uma Identidade Negra em disputa, portanto, é uma classificação em que diferentes caracteres estão sendo pensados (atribuídos ou assumidos) por diferentes grupos, e onde esses diferentes grupos estão evidenciando diferentes realces sobre uma mesma Identidade. Dessa forma, o que se busca, é promover uma visão a partir de

²⁴. BARTH, Fredrik. Op. Cit., p. 167.

ângulos diversos ou deslocados sobre uma mesma realidade.

Nesse trabalho buscaremos por um lado, reconstituir o discurso identitário sobre o negro construído pela historiografia tradicional no Ceará e como ele adentra o cotidiano de negros e não-negros através das vivências cotidianas e das práticas culturais, e ao mesmo tempo, evidenciar o surgimento de um discurso étnico negro, a partir das vozes e dos olhares particulares dos grupos de consciência negra do Ceará, através de suas memórias, das lutas e embates militantes, das suas mobilizações e reivindicações, dos diálogos e dos discursos, a fim de perceber *o processo de construção de uma consciência identitária sobre o lugar social do negro no Ceará.*

Esse processo se evidenciou a partir do ano de 1982 com a fundação do GRUCON – Grupo de Consciência Negra no Ceará, primeiro grupo de militantes negros surgido no Ceará, mas cujas motivações remetem a um período imediatamente anterior, quando se estabeleceram as primeiras manifestações raciais e as reações individuais e coletivas, oportunizando um novo momento do processo de resignificação identitária do negro no Ceará.

Nossa pesquisa se inicia nesse período, limitando-se temporalmente ao ano de 1995, que marcou o tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares e que, no Ceará, evidenciou um novo momento na organização do Movimento Negro, com a saída de cena de velhos militantes e a ascensão de novos líderes e novos grupos e, ainda, pela constatação de uma nova conjuntura política de institucionalização desses grupos.

Assim, nesse trabalho, o histórico do Movimento Negro do Ceará aparece

como necessidade de recuperação de partes dessa trajetória, a fim de estabelecermos um chão por onde conduzimos nossas reflexões, pois até então, ainda não havia nenhum trabalho dessa natureza no campo historiográfico.

Nosso caminho metodológico foi percorrido a partir da abordagem historiográfica, pela pesquisa documental acerca do Movimento Negro, por procedimentos de Pesquisa Participante e de História Oral.

A abordagem historiográfica realizada se deu pela catalogação e análise da produção histórica acerca do negro no Ceará, especificamente aquela ao Instituto Histórico do Ceará e seus membros. Essa produção foi considerada a partir dos artigos publicados na Revista do Instituto Histórico, de periodicidade anual, ao longo da existência dessa instituição, sobretudo, a Revista comemorativa do Centenário da Abolição no Ceará em 1984 (Tomo Especial Nº 7). A produção dos membros do Instituto foi analisada a partir de considerações biografias e da bibliografia produzida.

A pesquisa documental relativa ao Movimento Negro se deu pela coleta de documentação escrita e visual produzida pelos grupos do Movimento Negro cearense, oportunidade em que realizávamos conversas informais, gravação de entrevistas individuais e coletivas. Essa documentação escrita e visual produzida pelo Movimento Negro cearense caracteriza-se por textos reflexivos, de divulgação, de formação e de denúncias, por cartas, relatórios sistematizados de encontros e assembléias, dos jornais informativos Malemba e Malungos, fotografias e recortes de artigos escritos em jornais locais.

A Pesquisa Participante foi realizada entre os meses de julho de 2002 a maio de 2005 e num primeiro momento, se constituiu pela mera observação dos eventos promovidos pelo Movimento. Somente a partir de maio de 2003 nos inserimos em algumas atividades como

pesquisador, passando a realizar entrevistas e anotar informações de cunho histórico.

A nosso favor contava nossa identificação como negro e um círculo de amizades que foi sendo sistematicamente utilizado a fim de promover encontros, facilitar o acesso a eventos e documentos, além de evitar as desconfianças existentes com relação a alguns pesquisadores, chamados de *oportunistas*, que realizam pesquisas sem creditarem nenhum retorno ao movimento.

Nossa opção pela temática foi determinada em um primeiro momento pela nossa afirmação étnica, o que se deu num primeiro momento pelas vivências familiares e em seguida pelo contato com o grupo dos APN's. Nesse sentido, percebemos uma receptividade significativa com relação à abordagem proposta.

A nossa opção pela Pesquisa Participante prendia-se também ao fato de que nossos questionamentos vinculam-se a fatos recentes e seus atores serem pessoas ainda atuantes no movimento. Considerávamos que, apesar das mudanças verificadas na forma de condução e articulação do movimento, suas lideranças ainda conservavam vivas as lembranças dos primeiros enfrentamentos. A Pesquisa Participante serviria assim, como meio de aproximação com esses militantes e como termômetro das divergências entre os grupos.

Além de que, concordamos com Hebe Castro na consideração das ações fontes históricas visto que *não apenas as representações, mas também as ações sociais são "textos", passíveis de serem culturalmente interpretados, o que determina um especial interesse do ponto de vista da análise social*²⁵.

A partir dessa Pesquisa Participante identificamos e arrolamos uma lista de depoentes, de reconhecida atuação e pioneirismo no movimento, a fim

²⁵ CASTRO, Hebe. História Social. In: *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia em História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997, p. 52.

de que pudéssemos perceber as matrizes determinantes do discurso ali produzido.

A escolha de nossos depoentes procurou também contemplar a realidade dos grupos de consciência negra no interior do estado. Assim, entrevistamos militantes negros em quatro regiões diferentes do Estado: Fortaleza, Crato (Região do Cariri), Quixeramobim (Região do Sertão Central) e Tauá (Região dos Inhamuns), todas elas identificadas como importantes núcleos de articulação do Movimento Negro cearense e de reconhecida presença de negros e de comunidades negras.

A opção pela História Oral foi determinada pelo fato de que as fontes documentais das quais dispúnhamos, não nos forneciam material suficiente para análise e reconstituição dos discursos produzidos pelo grupo. O trabalho com a memória coletiva do grupo forneceu pistas para a reconstituição do processo de articulação do discurso militante, e muitas vezes essa memória foi utilizada como fonte para o preenchimento de lacunas cronológicas.

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... **São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas**; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos (os grifos são nossos) ²⁶.

Nas entrevistas procuramos reconstituir as trajetórias individuais dos militantes negros do Ceará, tentando perceber as matrizes ideológicas a que estavam ligados esses militantes, ou seja, o engajamento prévio, os motivos individuais que justificaram seu ingresso no movimento, as reflexões e ações em torno das questões raciais, o posicionamento dentro do grupo e os momentos em que suas presenças se tornaram singulares dentro do contexto geral da história do Movimento Negro cearense.

²⁶ AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). Introdução. In: *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p. xiv.

Algumas das lacunas históricas acerca da trajetória do movimento puderam ainda ser supridas a partir da pesquisa em jornais de grande circulação no estado, como Jornal O Povo, Diário do Nordeste e Tribuna do Ceará, durante as décadas de 1980 e 1990, dos quais depreendemos a repercussão social do surgimento do movimento, bem como as formas denunciadas do racismo no Ceará.

O trabalho está apresentado em quatro capítulos. No primeiro “*O Surgimento do Movimento Negro no Ceará*” buscamos compreender a reconfiguração do Movimento Negro contemporâneo no Brasil a partir da história das lutas e organizações dos negros no Brasil, a fim de situarmos a articulação do movimento no Ceará a partir do contexto específico do final dos anos 1970 e início da década de 1980. Na análise desse percurso procuramos evidenciar as matrizes ideológicas determinantes do discurso étnico elaborado pela militância negra em vistas da resignificação das identidades negras estigmatizadas no Ceará.

Nessa perspectiva, tornou-se necessário perceber os enfrentamentos que se atravancava a afirmação do discurso étnico militante, que à época eram de duas ordens principais.

No segundo capítulo, “*O Movimento Negro do Ceará e o discurso da Invisibilidade Negra: ‘Uma clareira na confusão racial do Brasil’*”, analisaremos a primeira delas, o mito da invisibilidade negra, historicamente articulado e estabelecido por um discurso social hegemônico, através de uma abordagem acerca da historiografia tradicional cearense e de sua influência social na estigmatização do negro cearense.

No terceiro capítulo “O Movimento Negro do Ceará e os Estigmas Cotidianos – A Negritude estigmatizada” abordaremos o segundo enfrentamento interposto à afirmação do discurso identitário negro no Ceará, procurando mapear o racismo cotidiano no Ceará. Neste capítulo, evidenciaremos as formas cotidianas de discriminação e preconceito testemunhado pelos nossos depoentes e os processos de alienação e expropriação das manifestações culturais negras.

No quarto capítulo “*Da Construção à Fragmentação do discurso identitário negro no Ceará*”, situamos o momento de articulação de um discurso étnico negro, estabelecido em torno das Comunidades Negras, que integrou momentaneamente os grupos de consciência negra e o processo de fragmentação desse mesmo discurso pela particularização das demandas e pela diversificação das especificidades em torno da negritude cearense.

Procuramos ter colaborado com esse trabalho, para evidenciar uma nova perspectiva de abordagem e interpretação dos discursos em torno da negritude cearense, pela consideração de um novo lugar de promoção discursiva - o movimento social negro - cuja especificidade e legitimidade têm sido reconhecidas socialmente pelo enfrentamento de questões relativas à população afrodescendente, estigmatizada e excluída.

Na perspectiva historiográfica, esperamos ter iniciado o registro das organizações sociais negras no Ceará do século XX, reconhecendo que somente começamos a buscá-las e podemos dizer

que muitos passos vêm sendo dados nesse sentido.

Ao Movimento Negro cearense esperamos ter colaborado com a construção de sua história, sem nenhuma pretensão de substituímos ou desconsiderarmos a importância de seus registros históricos e suas memórias sociais coletivas. Da mesma forma, esperamos atestar a relevância social do movimento e colaborar para a reflexão sobre sua historicidade e compreensão dos caminhos que o conduziram ao momento presente.

Resumo

Os processos de construção dos discursos identitários negros no Ceará são abordados neste trabalho a partir da historicidade do Movimento Negro cearense, apreendido desde 1982, quando passam a se articular diversos grupos de consciência negra dando origem a uma trajetória militante a qual chamamos de Movimento Negro, até o ano de 1995 quando se consolida um processo de fragmentação da unidade discursiva desse movimento. Nesse período verificamos a instalação de confrontos entre os novos discursos étnicos militantes promovidos pelos diversos grupos componentes do Movimento Negro cearense e os discursos hegemônicos estigmatizando, externamente e internamente, o negro cearense, verificados a partir do senso comum cujas matrizes remetem à tradição historiográfica, as formas específicas do racismo no Ceará e ao processo de alienação e expropriação da cultura negra no Ceará. A nossa análise busca entender, então, a natureza destes embates e confrontos em torno do negro e do movimento negro e avaliar como eles ajudaram no redimensionamento da história, da historiografia, dos discursos e da inserção social do negro na sociedade cearense.

Résumé

Les processus de construction des discours identitaires noirs au Ceará sont abordés dans ce travail à partir de l'histoire du Mouvement Noir cearense, appréhendée dès 1982, quand divers groupes de conscience noire commencent à s'articuler, donnant lieu à une trajectoire militante que nous appelons Mouvement Noir, jusqu'en 1995, quand se consolide un processus de fragmentation de l'unité discursive de ce mouvement. Durant cette période, on voit l'instauration de confrontations entre les nouveaux discours qui composent le Mouvement Noir cearense et les discours hégémoniques qui stigmatisent, de manières externe et interne, le noir du Ceará et qui se vérifient au travers du sens commun, dont les matrices se retrouvent dans la tradition historiographique, mais aussi dans les formes spécifiques du racisme cearense et dans le processus d'alliégation et d'expropriation de la culture noire du Ceará. Ainsi, notre analyse cherche à comprendre la nature de ces oppositions et de ces confrontations autour du noir et du mouvement noir et tentent évaluer comment celles-ci ont aidé à reformuler l'histoire, l'historiographie, les discours et l'insertion sociale du noir dans la société cearense.

FICHA CATALOGRÁFICA

326.098131
S696d

Sousa, Antonio Vilamarque Carnaúba.

Da "Negrada Negada" à Negritude Fragmentada: O movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995) / Antonio Vilamarque Carnaúba Sousa. - Fortaleza, 2006.

191p.: il.; 30 cm

Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará.

Orientador: Franck Pierre Gilbert Ribard

1. Negros – Ceará – 1982-1995 2. Negros – Identidade étnica – Ceará – 1982-1995. 3. Negros – Movimentos sociais – Ceará – 1982-1995 I. Ribard, Franck Pierre Gilbert II. Universidade Federal do Ceará. Mestrado em História Social. III. Título.

Capítulo I

O Surgimento do Movimento Negro no Ceará.

Para que possamos compreender o surgimento do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil ao final da década de 1970 e o Movimento Negro organizado no Ceará no início dos anos 1980, é preciso situá-los no bojo do

processo de redemocratização política e de reflorescimento dos movimentos sociais após os anos de repressão política imposta pelo Regime Militar instaurado em 1964 e da mesma forma, relacioná-lo as influências sofridas pelos acontecimentos contemporâneos em torno da afirmação racial negra ocorridos nos dois lados do Atlântico, Europa, América Latina e Estados Unidos e do movimento pela libertação nacional ocorridos na África que evidenciaram e alimentaram o ideal de um protagonismo das lideranças negras.

Nessa compreensão, além desses contextos nacionais e internacionais, não podemos desconsiderar os lugares sociais de pertencimento que os protagonistas da história do recente movimento negro cearense ocupavam, seus lugares de inserção político-social, compreendidos como *matrizes discursivas* de onde advêm as formas de atuação e de elaboração dos discursos em torno de uma negritude, objeto de reivindicações sociais e políticas.

Por *matrizes discursivas*, entendemos, a partir de Eder Sader, a forma como os sujeitos interpretam sua realidade, se posicionam e utilizam categorias de análise próprias aos valores e idéias presentes naquele espaço:

As matrizes discursivas devem ser, pois, entendidas como modos de abordagens da realidade, que implicam diversas atribuições de significado. Implicam também a nomeação e interpretação (das situações, dos temas, dos atores) como referência a determinados valores e objetivos. Mas não são simples idéias: sua produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas.²⁷

Dessa forma, torna-se importante considerar esses lugares com a finalidade de caracterizarmos e compreendermos os discursos inaugurados e as ações político-sociais dos negros militantes do Ceará, que ao longo dos anos foram elaborando as

²⁷ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 143.

identidades desse grupo ao mesmo tempo em que procuravam redefinir a negritude cearense.

Como nos diz Eder Sader,

Os movimentos sociais se constituem recorrendo a tais matrizes, que são adaptadas a cada situação e mescladas também entre si na produção das falas, personagens e horizontes que se mostraram no final dos anos 70. E eles terão também modificado as próprias matrizes que os alimentaram²⁸.

Desde seu surgimento no Brasil, o Movimento Negro Contemporâneo, vivenciou e impôs à sua agenda, um processo constante de auto-afirmação, de reflexão, de redefinição e de recusa dos estigmas sociais imputados aos negros. Essas ações e reflexões estavam baseadas numa série de acontecimentos nacionais e internacionais, que evidenciavam o *problema da negritude*, colocando-o no centro desse debate.

Analisemos essas conjunturas e esses acontecimentos a fim de percebermos o surgimento do Movimento Negro no Ceará.

Servindo-nos, provisoriamente, de uma expressão utilizada pelo próprio Movimento Negro, o qual intitulou-se *Herdeiro de Zumbi*, podemos perceber que esse aparecimento do Movimento Negro ao final dos anos 1970, não significou para o grupo de intelectuais e militantes do movimento²⁹, uma origem ou uma data fundadora, mas tinha-se claramente, que aquele momento significava uma retomada das lutas seculares do negro brasileiro pela sua dignidade. O Movimento Negro Contemporâneo seria assim, a continuidade

²⁸ Id. Ibidem., p. 145.

²⁹ Sobre intelectualidade negra e sobre as personalidades negras citadas nesse trabalho pode-se consultar as obras de referência: ARQUIVO NACIONAL. *Guia de Fontes para a história da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual*. 2 vols. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988 e BRASIL. *Quem é quem na negritude brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2000.

dos movimentos negros que lhe precederam³⁰.

A historiografia sobre o negro brasileiro, carregada de equívocos, distorções, preconceitos, silêncios, passou a ser alvo de interesse, evidenciando a necessidade de revisões e novas interpretações a partir dos novos contextos. Como nos diz Marcos Cardoso ao analisar a história do Movimento Negro no Brasil:

Teve de buscar na história a chave para compreender a realidade da população negra brasileira. Impelido pela necessidade de negar a história convencional (oficial) e contribuir na construção de uma nova interpretação da trajetória do povo negro no Brasil³¹.

A história, nesse sentido, tornou-se para o Movimento Negro, um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que a necessidade da negação dos valores infamantes, historicamente associados à categoria *Negro*, tornou-se um imperativo, somente por meio dessa mesma história se processava o resgate das experiências vividas pelos antepassados que podiam redimensionar e/ou reabilitar essa identidade historicamente estigmatizada.

Além disso, o próprio Movimento fazendo parte dessa dinâmica histórica da luta do povo negro, estaria definindo a si mesmo e ao seu lugar nessa construção historiográfica.

O Movimento Negro é também um coletivo de indivíduos perdidos na história, desprovidos de sua lógica própria, sua identidade por afirmação, e que buscam realizá-la através da negação daquela identidade atual, determinada que está de fora para dentro. O Movimento Negro se radica na tradição comum, ele busca da tradição os elementos que permitam perceber-se a si próprio. Simultaneamente, ele é a afirmação de uma negatividade histórica, de um papel desempenhado na História. Ele é a

³⁰ Gohn nos lembra que alguns pesquisadores dos movimentos sociais interpretaram naquele momento as novas práticas dos movimentos sociais como ações pioneiras, como se nunca antes houvessem ocorrido. Essa interpretação também pode ser verificada em alguns escritos do movimento negro local, revelando certo grau de desconhecimento das lutas anteriores dos negros brasileiros. GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 281.

³¹ CARDOSO, Marcos. *O Movimento Negro em Belo Horizonte 1978-1998*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002, p. 17.

busca de um outro si mesmo, para além da alteridade desse outro presente, que não é de si ³².

Compreender, portanto, como o Movimento Negro Contemporâneo se situa em relação à sua própria inserção num determinado momento histórico do povo negro e o papel que atribui a si mesmo nesse processo, possibilita perceber quais foram as matrizes discursivas determinantes desse novo processo de organização dos afro-brasileiros.

Nos itens a seguir, abordaremos as conjunturas nacionais e internacionais que precederam e favoreceram o ressurgimento do Movimento Negro Contemporâneo em 1978, ressaltando esses acontecimentos e as dinâmicas sociais, culturais e políticas relevantes para a compreensão da retomada da luta dos afrodescendentes no Brasil.

Procuramos localizar o contexto particular da luta anti-racial do Movimento Negro do Ceará, a partir do ano de 1982, percebendo as singularidades desse processo em relações a história do negro no Brasil.

1.1. O CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL DE SURGIMENTO DO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL.

Para os intelectuais do Movimento Negro a releitura do próprio passado, como pessoas, como raça e como movimento social promoveria a resignificação da história do povo negro ³³. Daí a preocupação constante com as novas

³² BARBOSA, Wilson Nascimento e SANTOS, Joel Rufino. *Atrás do muro da noite. Dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

³³ Esse processo de resgate das lutas históricas do movimento negro vinha sendo gestado por intelectuais brasileiros como Abdias Nascimento, desde a década de 1960, quando teve início a idéia de um afrocentrismo (negritude na França), que motivou muitas interpretações nos quatro cantos do mundo, África, Estados Unidos, Europa e América Latina, assumindo no Brasil diversos conceitos como *Quilombismo* (Abdias Nascimento) ou *Amefricanidade* (Lélia Gonzalez).

abordagens e com as reformulações constantes da historiografia.

Esse revisionismo histórico feito direta ou indiretamente pelos grupos organizados do Movimento Negro tem colaborado substancialmente como fator de reconstrução da identidade coletiva dos afrodescendentes no Brasil.

Compreendidas a partir de seus contextos histórico-sociais particulares, cada luta revelava a necessidade de estabelecer a dignidade do negro, e assim sendo, alguns dos pontos fundamentais em questão eram os processos de negação dos estigmas sociais e de afirmação das identidades negras.

Nessa revisão das lutas dos afrodescendentes, alguns períodos históricos foram reavaliados e outros trazidos à tona, para sustentarem e assinalarem seculares reivindicações do negro brasileiro ³⁴.

Barth nos lembra, que os grupos étnicos desenvolvem uma capacidade de criar ou manter sua identidade também pela manipulação que fazem ou conseguem estabelecer sobre o seu passado e que mesmo assim, essa identidade étnica, de certo modo criada ou inventada, não implica que seja inautêntica ou que os atores que a reivindicam estejam agindo de má fé.

A memória histórica sobre a qual um grupo baseia sua identidade presente pode nutrir-se de lembranças de um passado prestigioso ou ser apenas a da dominação e do sofrimento compartilhados. (...) A história comum pode ser puramente ficcional e invocada ou esquecida de acordo com as circunstâncias ³⁵.

Passou-se a focalizar e a valorizar a força e a resistência negra nos primórdios da formação do Brasil, na resistência negra,

³⁴ Observemos que até o surgimento da Frente Negra Brasileira, só esporadicamente pode-se perceber nos movimentos negros, a existência de um discurso étnico articulado permeando as reivindicações e conflitos, muito embora a questão racial esteja patente.

³⁵ BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 165.

especialmente as lutas quilombolas, que atravessaram os períodos colonial e imperial e que abalaram as estruturas econômicas escravocratas; no abolicionismo negro protagonizado por Luis Gama, José do Patrocínio e irmãos Rebouças; bem como em todos os heróis anônimos das revoltas dos Búzios e dos Malês ³⁶.

Lutas que se reconfiguram em cada período histórico como na Revolta da Chibata dos marinheiros negros, como João Cândido em 1910 - mais de 20 anos de Abolição - a qual exigia o fim dos castigos corporais, prática remanescente do escravismo, mas vigente até aquele momento na Marinha Brasileira, além de melhores condições de trabalho e salário. Essa revolta foi por muito tempo ocultada da historiografia oficial e revelada somente décadas depois ³⁷.

Na análise da pesquisadora Elisa Larkin Nascimento, esse silêncio historiográfico em torno da memória das lutas negras é também uma contingência da precariedade de fontes,

O registro documental dos movimentos negros da primeira metade do século que se seguiu à abolição da escravatura é bastante precário. Escassos livros, folhetos, jornais e documentos relativos às organizações negras e às atividades coletivas da comunidade afro-brasileira nesse século estão na maioria esgotados, guardados em arquivos particulares, perdidos ou de algum modo inacessíveis ³⁸.

No entanto, a autora esclarece que os motivos dessa precariedade, não se prendem somente a questões internas

³⁶ A renovação da historiografia brasileira sobre o negro iniciada na década de 1950 com as pesquisas financiadas pelo Projeto UNESCO, as abordagens marxistas nas décadas de 1960 e 1970 e as revisões inseridas na perspectiva de uma "*história vista de baixo*" comprovam o novo momento das lutas sociais em torno da negritude e são sintomas do re-comprometimento da ciência histórica com a causa dos movimentos sociais.

³⁷ MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Levante da esquadra pelo marinheiro João Cândido. Rio de Janeiro: Graal, 1979. A música "*O mestre sala dos mares*" de Aldir Blanc e João Bosco inspirada nesse episódio e censurada pela ditadura militar nos anos 1970. Ver ainda o balanço historiográfico de LOPES, Luis Carlos. *O espelho e a imagem: o escravo na historiografia brasileira (1808-1920)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1987.

³⁸ NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor*. Identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003, pp. 222-223.

desses grupos, como as suas breves ou fugazes existências, mas, sobretudo, uma consequência da própria localização social desses sujeitos.

Essa precariedade do registro decorre, em grande parte, da trajetória de uma comunidade destituída de poder econômico e político, e de um movimento composto de entidades perenemente sujeitas à instabilidade e à falta de recursos, infra-estrutura, espaço físico e apoio de outros setores da sociedade civil ³⁹.

Até a primeira metade do século XX, o protagonismo histórico afro-brasileiro sofreu um processo de velamento nos estudos históricos e conseqüentemente nas publicações destinadas ao grande público. A esse respeito, floresceram desde a década de 1950 com o desenvolvimento do Projeto UNESCO, inicialmente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, pesquisas que evidenciaram as lutas do povo negro na primeira metade do século XX.

A chamada Imprensa Negra, agindo em torno de grupos sociais e recreativos ⁴⁰, a Frente Negra Brasileira ⁴¹, o Teatro Experimental do Negro ⁴², os Congressos

³⁹ Id. *Ibidem.*, p. 223.

⁴⁰ A imprensa negra possibilitou ainda o surgimento de um movimento negro de cunho político, até aquele momento, e o primeiro de repercussão nacional que durante seis anos manteve mobilizado, milhares de negros e negras de São Paulo e de outros estados como Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, era Frente Negra Brasileira. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: FAPESP/Editora 34, 2002.

⁴¹ Fundada em 16/09/1931, a Frente Negra Brasileira surgiu em São Paulo, estado em que se evidenciava a formação de comunidades étnicas pela migração de europeus. Foi a primeira organização negra no Brasil a atuar no campo político. Florestan Fernandes avalia a Frente Negra Brasileira como uma reação à permeabilidade da sociedade brasileira as etnias européias, através da rápida assimilação e incorporação a estrutura social ao mesmo tempo em que se verifica a impermeabilidade da estrutura social brasileira à mobilidade dos afrodescendentes, especialmente àqueles de traços acentuadamente negróides. O período de 1930 a 1937 sob a vigência da Frente Negra foi marcado pela mobilização das massas, pelos protestos contra a exclusão do negro na economia industrializada e comercial e pela politização do discurso negro. Na perspectiva apresentada por Florestan Fernandes com a Frente Negra Brasileira não se verifica mudança substancial no discurso sobre a negritude brasileira, mas no seu tom. O lema continuava a ser “Congregar, Educar e Orientar” para a integração social. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ed. Ática, 1978, pp. 345-347.

⁴² Outra importante instituição negra, o TEN – Teatro Experimental do Negro surgiu no Rio de Janeiro em 1944, fundado pelo artista, professor, escritor e ex-senador Abdias do Nascimento. A denuncia do racismo e o resgate da auto-estima negro foi a marca existencial do Teatro Experimental do Negro. Foi a primeira entidade do movimento afro-brasileiro a ligar, na teoria e na prática, a afirmação e o resgate da cultura brasileira de origem africana com a

do Negro Brasileiro ⁴³, o Quilombismo ⁴⁴, foram todos objetos de estudos que evidenciaram esse protagonismo negro.

Muitas outras organizações poderiam ainda ser citadas para evidenciar essa memória das lutas afrodescendentes que retiraram o negro do ocaso da historiografia nacional e que evidenciaram esse protagonismo negro, servindo para a reorganização dos movimentos negros ao final dos anos 1970.

Hoje são conhecidas dezenas de organizações negras políticas e artísticas, surgidas e desaparecidas entre 1937 e 1978, tentativas de retomada política das lutas anti-racistas desenvolvidas no Brasil. Dentre elas merecem destaque o Centro de Cultura Afro-brasileiro criado em 1936 em Pernambuco pelo poeta Solano Trindade, a Associação José do Patrocínio criada em 1941 em Belo Horizonte, Minas Gerais e que tratava particularmente das empregadas domésticas protestando contra a discriminação das negras no mercado de trabalho ⁴⁵ do qual originou-se o MABEC – Movimento Afro-Brasileiro de Educação e Cultura que atuou até a década de 1950.

Não temos registro até o presente momento, de instituições dessa natureza no Ceará ao longo do século XX, desde o desaparecimento das Irmandades dos Homens Negros, existentes em Fortaleza e em diversas cidades do interior, não surgiram outras que articulassem com finalidade sociais, educacionais ou

atuação política. NASCIMENTO, Abdias (Org.). *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: GRD, 1968, pp. 37 e 51.

⁴³ No ano de 1950 realizou-se de 26 de agosto a 04 de setembro em Brasília o 1º Congresso do Negro Brasileiro, que tinha como temário os seguintes itens: História, Vida Social, Sobrevivências Religiosas, Sobrevivências Folclóricas, Línguas e Estéticas. Convocação para o I Congresso do Negro Brasileiro. NASCIMENTO, Abdias. Op. Cit., p.114.

⁴⁴ NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

⁴⁵ DAMASCENO, Caetana. Em casa de enforcado não se fala em corda. Notas sobre a construção da “boa” aparência no Brasil. In: *Tirando a Máscara*. Ensaios sobre o racismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, pp. 165-199.

políticas, o negro cearense. Isto revela do ponto de vista dessa pesquisa, um processo de alienação e expropriação da cultura negra no Ceará ao qual nos reportaremos no capítulo III.

No período da chamada redemocratização da sociedade brasileira, o Comitê Democrático Afro-Brasileiros, o Museu de Artes Negras, a Convenção Nacional do Negro de 1950, a Associação Cultural do Negro fundada em São Paulo em 1954 por José Correia Leite, há ainda o registro da Frente Negra Trabalhista que desenvolvia forte correspondência com organizações internacionais, o Centro de Cultura Luis Gama e a Cruzada Social e Cultural do Preto Brasileiro, a União dos Homens de cor e o Centro Literário de Estudos Afro-brasileiros em Porto Alegre, a Turma Auriverde e o Grêmio Literário Cruz e Souza em Minas Gerais.

A ditadura militar instaurada em 1964, no entanto, prescindia de qualquer tipo de organização social ou política fora de seu controle, por isso, os grandes líderes dos Movimentos Negros como Abdias do Nascimento, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos e muitos outros, foram postos no exílio. Na mesma época, a *Democracia Racial* foi transformada em dogma nacional.

Foi assim que os acontecimentos internacionais relacionados aos Movimentos Negros passaram a ter uma repercussão ainda maior e direta do que se poderia imaginar no Brasil. Primeiramente pela influência que o pensamento anti-racial norte-americano e europeu exerceu sobre os exilados, e em seguida, pelos acontecimentos vivenciados por esses intelectuais na Europa e Estados Unidos, em sintonia com as lutas dos países africanos pela sua liberdade.

Nas décadas de 1960 e 1970, a simultaneidade de acontecimentos intercontinentais, verificados na África, como os movimentos pela libertação das antigas colônias africanas (Moçambique, Angola e África do Sul), e a luta pelos direitos civis dos negros americanos, incentivou um crescente sentimento pan-africano e afrocêntrico que mudou substancialmente o panorama brasileiro, levando a intelectualidade negra – profissionais liberais, estudantes, funcionários públicos e mesmo negros pobres – a uma conscientização da necessidade de se auto-afirmarem como negros⁴⁶.

Nessa onda de descolonização da África e da acentuada atuação dos militantes africanos como Nelson Mandela e Steve Biko nos anos 1960, verificou-se por parte do governo brasileiro o reconhecimento e destaque das origens africanas da civilização brasileira, do que hoje chamamos de afro-brasileiro, para designar aquilo que desenvolveu especialmente no território nacional, mas cujas origens remontam a África. Assim, sem evadir-se daquilo que o *Mito da Democracia Racial* estipulava, foram valorizadas as manifestações artísticas da cultura afro-brasileira (futebol, samba, capoeira, maracatus...) e seus principais protagonistas, personalidades negras com certa ascensão social como Pelé.

Para os negros, no entanto, a busca por essas raízes, não se dava dissociada do discurso político e se tornou, pouco a pouco, dentro daquilo que era permitido pelo regime político, mola propulsora de um discurso político negro.

⁴⁶ MOURA, Clóvis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global Editora, 1983, p. 71 e GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Op. Cit., p. 98.

Do mesmo modo, a luta pelos direitos civis dos negros americanos iniciada desde a década de 1930, repercutiu no Brasil através dos movimentos Black Power, Panteras Negras, Muçulmanos Negros, além das lideranças radicais como Malcolm X ou mesmo Luther King Jr. levando os negros brasileiros a refletirem sobre sua situação ⁴⁷.

Por seu turno, a indústria cultural americana, chegava ao país vendendo signos de rebeldia por meio do cinema, da música e da televisão. O *soul* americano tornou-se a *trilha sonora para o movimento de direitos civis e para a conscientização dos negros norte-americanos* ⁴⁸ sobretudo através da música de James Brown, que chegou feito turbilhão aos bailes *funks* cariocas incentivando o surgimento do movimento apelidado de *Black Rio* e daí aos congêneres *Black São Paulo Porto* e *Black Uai (MG)* ⁴⁹.

Nos anos 1960 fortaleceu-se a resistência silenciosa das manifestações culturais afro-brasileiras, através das Escolas de Samba, sobretudo, no Rio de Janeiro e São Paulo, as quais desde o início do século XX representavam para os moradores dos morros e favelas, um elemento de manutenção de sua cultura, sendo alvos de constantes perseguições e tentativas de cooptação ⁵⁰.

No mesmo período, se reestruturaram os terreiros de candomblé e de umbanda, os quais sobrevivendo às perseguições religiosas e policiais desde o século XIX,

⁴⁷ MOURA, Clóvis. Op. Cit., p.70.

⁴⁸ VIANNA, Hermano. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 20.

⁴⁹ Id. Ibidem., p. 29. Vianna acrescenta ainda que Peter Fry na introdução do seu livro *Pra inglês ver*, anota que a equipe do Chic Show, grupo do Black São Paulo, foi um "*movimento da maior importância no processo da formação da identidade negra no Brasil*". Sobre isso ver também FÉLIX, João Batista de Jesus. *Chic Show e a construção da Identidade nos bailes black paulistanos*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Antropologia FFLCH/USP, 2000.

⁵⁰ MOURA, Clóvis. Op. Cit., pp. 59-61.

conseguem aglutinar muitos negros marginalizados, sobretudo no campo e nas periferias das cidades.

Outras manifestações afro-brasileiras como a Congada, os Reisados, as Irmandades de homens pretos, os Maracatu, o São Gonçalo, etc. preservaram-se, sobretudo, nos recantos mais distantes do interior do país e, de certo modo, ganharam força e visibilidade quando se passou a exaltar o folclore nacional no período do regime militar.

No Ceará, ao longo do século XX poderemos verificar essa resistência cultural silenciosa das manifestações culturais como as tradições populares do Maracatu e da Umbanda. Compreendemos esse processo como uma tática de expropriação e de alienação das manifestações culturais negras, ao qual nos reportaremos na análise das especificidades do racismo no Ceará (capítulo III).

Esses movimentos culturais brasileiros não tinham, inicialmente, nenhuma vertente política, mas tornaram-se fundamentais no processo de construção de uma nova consciência e de uma autovalorização da estética e da condição de negros. No entanto, nesse momento, a dimensão cultural da cultura negra não era potencialmente reconhecida como elemento aglutinador e conscientizador sobre a condição do negro dentro dos movimentos negros, que consideravam algumas dessas manifestações como puramente alienantes.

O *reducionismo de classes* e o privilégio dado às *contradições sociais*, entre os militantes de tendência marxista, no entanto, foi gradativamente arrefecendo a partir dos anos 1970. Os avanços percebidos na luta pelos direitos civis dos negros americanos foram decisivos para

que os negros brasileiros percebessem a importância da mobilização política em linhas raciais. Além disso, havia uma espécie de descontentamento dos militantes com a forma como as questões particulares dos movimentos sociais eram tratadas dentro dos partidos políticos, onde se acreditava que as demandas específicas (negros, mulheres...) viriam a reboque da Revolução⁵¹.

Dessa forma, aspectos como a religiosidade e as manifestações culturais foram redimensionadas dentro da luta política, passando-se a perceber que a luta racial não se estabeleceria dissociada da luta política, nem prescindia dos aspectos culturais dessa negritude brasileira, tornando-se um desafio crescente, dentro daquilo que era possível ou permitido pelo regime militar.

Dessa forma, ganharam visibilidade nesse período, algumas formas de expressão dos grupos negros, muitas vezes disfarçadas de movimentos puramente culturais, mas que traziam em seu íntimo, os embriões das novas reflexões e das lutas vindouras do nascente movimento negro contemporâneo, o que representava, naquele momento, um enorme ganho do ponto de vista das conquistas sociais e políticas. Nesse sentido merecem destaque o Grupo *Palmares* e o Bloco Afro-baiano *Ilê Aiyê*.

O Grupo *Palmares* atuou no Rio Grande do Sul, tendo sido fundado no auge da repressão militar, em julho de 1971, se manteve por toda a década até março de 1978, quando seus membros fundam o Grupo *Tiçã* que passou a publicar uma revista de mesmo nome e em torno da qual atuavam os membros do Grupo *Palmares*.

Ao que pese a importância dessa data, o Grupo *Palmares* foi o responsável pela primeira manifestação em prol de uma data realmente significativa para o povo negro no país, elegendo e comemorando já em

⁵¹ GOHN, Maria da Glória. Op. Cit., p. 277.

1971 o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra, isto num período em que o civismo colocava o 13 de maio como data oficial ⁵².

Do mesmo modo, em outro canto do Brasil, o bloco afro-baiano *Ilê Aiyê*, fundado em novembro de 1974, com uma letra inspirada no movimento Black Power americano, trazia para o centro do carnaval baiano uma discussão sobre a questão racial no Bahia e no Brasil ⁵³.

Em plena década da repressão militar, já no seu primeiro carnaval em 1975 chegava as primeiras páginas d' *A Tarde*, principal Jornal de Salvador, sendo tachado de *bloco racista* ⁵⁴, por externar de forma contundente o racismo até então velado como uma característica da sociedade baiana - o estado brasileiro com a maior população negra.

Temos que perceber nesse momento, a importância dos blocos afros como uma dimensão, e talvez uma das poucas possibilidades de manifestação intelectual possível para externar através de músicas, trajes, danças e denúncias, um pensamento negro bastante consistente. A análise do Jornal A Tarde revela, apesar dos equívocos, que por traz dos brincantes, percebia-se a influência de intelectuais militantes dos partidos de esquerda, já que sabidamente, seus fundadores e dirigentes, como Vovô do Ilê, até então, não tinham inserção política na cidade ⁵⁵.

⁵² BERND, Zilá e BAKOS, Margareth. *O Negro – Consciência e Trabalho*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

⁵³ A letra original da música, de autoria de Paulinho Camafeu diz “*Que bloco é esse eu quero saber/é o mundo negro que viemos mostrar pra você. / Somos crioulos doidos somos bem legal/temos cabelo duro/somos black pau. / Branco se você soubesse/o valor que preto tem/tu tomava banho de piche/ ficava preto também. /Eu não te ensino minha malandragem/nem tão pouco minha filosofia/ porque quem dá luz a cego/é bengala branca e Santa Luzia*”.

⁵⁴ O texto do Jornal A tarde fazia os seguintes comentários: “Conduzindo cartazes onde se liam inscrições tais como: ‘Mundo Negro’, ‘Black Power’, ‘Negro para você’, etc., o bloco Ilê Aiyê, apelidado de ‘Bloco do Racismo’, proporcionou um feio espetáculo neste carnaval (...) Não temos felizmente problema racial. Esta é uma das grandes felicidades do povo brasileiro. A harmonia que reina entre as parcelas provenientes das diferentes etnias, constitui, está claro, um dos motivos de inconformidade dos agentes de irritação que bem gostariam de somar aos propósitos da luta de classes o espetáculo da luta de raças. Mas isso no Brasil, eles não conseguem. E sempre que põem o rabo de fora denunciam a origem ideológica a que estão ligados”. Bloco Racista. Nota Destoante. *Jornal A Tarde*. 12/02/1975 (quarta-feira de cinzas).

⁵⁵ SILVA, Francisco Carlos Cardoso da. *Construção e des-construção de identidade racial em Salvador. MNU e Ilê Aiyê no combate ao racismo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campina Grande: UFCG, 2001; SILVA, Jônatas C. da. História de lutas negras: memórias do surgimento do movimento negro na Bahia. In: *Escavidão e Invenção da Liberdade – Estudos*

Podemos ainda destacar os círculos mais elitizados onde a consciência negra se gerava, como o grupo de intelectuais políticos do Rio de Janeiro do qual faziam parte Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento, que tiveram grande expressão nos partidos políticos de esquerda pela democratização do país, sendo posteriormente eleitos para o parlamento nacional, ou ainda, citar vários grupos de intelectuais e escritores, como os poetas negros do grupo *Quilombhoje* em São Paulo e artistas negros de expressão nacional começavam a se posicionar abertamente contra a realidade social do negro brasileiro ⁵⁶.

Foi nessa efervescência política que marcou o final da década de 1970, que surgiu no dia 18 de junho de 1978, o Movimento Negro Unificado – MNU (inicialmente chamado de Movimento Negro Unificado contra a Discriminação e o Racismo), num Ato Público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, no dia 07 de julho de 1978, apresentava-se uma carta como manifesto, reclamando, pelas vozes de cerca de três mil pessoas, as condições históricas de marginalização social do negro e apresentando um programa de ações pelas quais militaria ⁵⁷.

Os fatos que ensejaram esse Ato Público foram a morte do trabalhador negro Robson Silveira da Luz em maio daquele ano, devido a torturas sofridas numa delegacia de polícia: a expulsão de três atletas negros do time juvenil do Clube Regata Tietê também no mês de maio; e o assassinato do operário negro Nilton Lourenço no bairro da Lapa por um policial.

sobre o negro no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988 e Movimento Negro Unificado. *1978-1988 Dez anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do livro, 1988, pp. 7-17.

⁵⁶ Milton Gonçalves, Zezé Mota, Carmem Silva, Grande Otelo, Nelson Xavier, dentre outros. Ver as entrevistas realizadas por COSTA, Haroldo. *Fala, Crioulo*. 2^a. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1982.

⁵⁷ A carta dizia: “Hoje estamos nas ruas numa Campanha de denúncia! Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro! Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado contra o racismo”. GONZÁLEZ, Lélia e HASEMBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1982.

O Ato Público contou com carta de apoio de entidades negras dos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Sergipe, além dos presidiários da Casa de Detenção de São Paulo (Grupo Afro-Brasileiro Netos de Zumbi). Havia sido as entidades *Jornal Abertura* e *Afro-Latino-América* (Seção do *Jornal Versus*), o Grupo de Artistas Negros, a Associação Brasil Jovem e o Grupo de Atletas Negros, que lançaram a convocatória num texto claro:

Não podemos mais calar. A discriminação racial é um fato na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento do negro, destrói a sua alma e sua capacidade de realização como ser humano. (...) Não podemos mais aceitar as condições em que vive o homem negro, sendo discriminado da vida social do País, vivendo no desemprego, subemprego e nas favelas. Não podemos mais consentir que o negro sofra perseguições constantes da polícia sem dar uma resposta ⁵⁸.

Segundo sua autodefinição, o Movimento Negro Unificado é um movimento reivindicatório, constituído por pessoas sem distinção de sexo, ou instrução, e que assumam voluntariamente o seu programa de luta. Tem como finalidade principal o combate ao racismo onde se faça presente; a luta constante contra a discriminação racial e o preconceito e toda forma de opressão existente na sociedade brasileira, bem como a mobilização e organização da comunidade negra na luta pela sua emancipação política, econômica, social e cultural ⁵⁹.

Nos seus primórdios, o MUCDR (sic) poderia contar com a participação de qualquer outra pessoa que estivesse de acordo com os seus objetivos de luta. Tratava-se de uma proposta apresentada

⁵⁸ Citado em MOURA, Clóvis. Op. Cit., p. 72. Clovis Moura, aliás, foi um dos oradores deste Ato.

⁵⁹ Id. Ibidem., p. 73.

pelos negros responsáveis pela seção Afro-Latino-América do jornal alternativo Versus⁶⁰.

Em decorrência do lugar e inserção social de seus principais articuladores, em sua maioria de ideologia marxista, o discurso do Movimento Negro Unificado assumiu duas balizas políticas principais, o nacionalismo e o esquerdismo⁶¹, ficando mais uma vez a cultura e as especificidades dessa mesma negritude em um segundo plano, pois se entendia que a ancestralidade africana e a cultura afro-brasileira eram objetos a serem buscados pelos campos acadêmico e artístico⁶².

Uma outra vertente de grupos e entidades negras que viriam a influenciar o surgimento do Movimento Negro do Ceará já estava em plena elaboração nesse período, pois grande parte dos ativistas dos movimentos sociais possuía algum tipo de inserção nos quadros das pastorais e grupos sociais católicos, sobretudo das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) ligadas a ala progressista identificadas com a Teologia da Libertação, que funcionaram durante toda a vigência do Regime Militar como abrigo e espaço de reflexão e atuação junto às camadas mais populares⁶³.

Frei Betto, um intelectual do universo católico e popular, sintetiza a experiência das CEB's, no contexto do início dos anos 1980, como uma experiência nova, que rompia e se contrapunha ao catolicismo tradicional, então vigente em todo o país:

Nesses movimentos, entram católicos, protestantes, espíritas, ateus, etc., todos os que se colocam ao lado dos oprimidos. A divisão não é mais entre quem tem e quem não tem fé. É entre

⁶⁰ FÉLIX, João Batista de Jesus. Pequeno Histórico do Movimento Negro Contemporâneo. In: *Negras Imagens*. Ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: Unesp, 1996, p. 213.

⁶¹ Id. Ibidem., p. 215.

⁶² Ver as restrições de Clóvis Moura à "intelectualidade negra pequeno burguesa" em *Brasil: Raízes do protesto negro*, pp. 100-105.

⁶³ SINGER, Paul e BRANT, V. C. (orgs.) *O Povo em Movimento*. Petrópolis: Ed. Vozes/CEBRAP, 1981.

quem está do lado dos interesses dos pobres e quem está a favor dos privilégios dos opressores⁶⁴.

Nessa perspectiva, o ano de 1978 assinala também um novo momento na História e na postura da Igreja Católica que assumiu o compromisso de privilegiar um trabalho de caráter mais social voltando-se para os mais *excluídos* da sociedade. Nesse final de década, tendo como motivações as Conferências Latino-americanas de Medellín e Puebla, foi fundado nacionalmente em 1980 o GRUCON (Grupo União e Consciência Negra), *para fazer frente à posição afro-religiosa do MNU*⁶⁵, e que no Ceará influenciou e foi responsável pela primeira organização e desenvolvimento do Movimento Negro⁶⁶.

O grupo chamado apenas de *Grupo Tarefa* tinha sido articulado em 1978, por ocasião dos preparativos para a Conferência Episcopal Latino-Americana em Puebla. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB organizara esse grupo composto de estudiosos sobre religiosidade popular, a fim de elaborar um subsídio para as discussões na Conferência, ao término desse encontro, surgiu a proposta de continuidade do grupo com um trabalho de formação e conscientização dos negros a respeito de sua realidade social, política, econômica, histórica e religiosa.

A idéia foi acatada pela Igreja Católica e transformou-se em Projeto Missionário junto a CNBB, passando a fazer parte de suas linhas de atuação social e política. Nascia assim o GRUCON, uma vitória do *Grupo Tarefa*,

⁶⁴ BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981, p. 23.

⁶⁵ FÉLIX, João Batista de Jesus. *Pequeno Histórico do Movimento Negro Contemporâneo*, p. 215.

⁶⁶ Aprofundando as reflexões que se processavam desde o Concílio Vaticano II (1950) e as Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín (Colômbia 1968) e Puebla (México 1979) a Igreja Católica assume o compromisso com os excluídos da sociedade que aparece nos documentos católicos oficiais de Medellín e Puebla como "*Profética opção preferencial e solidária pelos pobres*". O documento final de Puebla fez uma descrição pormenorizada da pobreza na América latina, descrevendo-a como algumas das realidades concretas, "*nas quais deveríamos reconhecer os traços de Cristo sofredor*" entre eles os "*indígenas e com frequência também os afro-americanos, que vivendo marginalizados e em situações desumanas podem ser considerados os mais pobres entre os pobres*". CELAM. *Texto Oficial da III conferência Geral do Episcopado Latino-Americano: Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina*. 4^a. Ed. Puebla de Los Angeles: Paulinas, 1979, p. 40.

dentro da Igreja Católica, a fim de dar continuidade ao seu trabalho no interior da Igreja Católica.

Em 1981 o grupo Tarefa, duplamente pressionado, dentro e fora da Igreja, entrou em crise institucional e decidiu-se pela permanência de sua vinculação a CNBB, sem que pudesse ser considerado uma Pastoral Católica, pois existia um apelo pelo seu desmembramento devido a uma grande desconfiança de que o nome *pastoral* suscitasse a idéia de controle ou cooptação pela hierarquia católica ou como restrição da participação apenas aos católicos. Essa imposição foi apenas tolerada pela Igreja Católica, enquanto organizava um novo grupo, os Agentes de Pastoral Negros – APN`s, sob uma nova coordenação, mas como orientação semelhante para o trabalho doutrinário junto a comunidade afro-brasileira ⁶⁷.

1.2. AS MATRIZES DISCURSIVAS DO MOVIMENTO NEGRO NO CEARÁ.

A história do movimento negro institucionalizado no Ceará começa com a fundação do GRUCON, através dos contatos pessoais que Lúcia Simão ⁶⁸ mantinha, através de cartas, com a articulação nacional desse grupo em São Paulo, que ainda em 1981 iniciou articulações por todo o país em busca de sua autonomia em relação à Igreja Católica. Desde 1977 Lúcia Simão conhecia as Irmãs Religiosas da Congregação do Sagrado Coração

⁶⁷ VALENTE, Ana Lúcia E.F. *O negro e a igreja Católica*. O espaço concedido, um espaço reivindicado. Campo Grande: CECITEC/UFMS, 1994. CABRAL, Clovis. *O negro no Brasil: Relações com a Igreja Católica e a formação dos movimentos negros urbanos*. Salvador: Cadernos CEAS, Nov-Dez/1987, nº 112, pp. 30-36.

⁶⁸ Lúcia Simão é considerada a grande fundadora do Movimento Negro no Ceará. Seu depoimento foi indispensável para a compreensão da trajetória do grupo, pois Lúcia foi responsável pela difusão da luta dos negros pelo interior do Estado, através de vistas regulares que fez aos grupos articulados pelo interior. Junto com seu esposo William coordenam hoje o Maracatu Nação Iracema e são articuladores nacionais do Movimento Negro. Em sua narrativa não há separação entre sua história de vida e a história do movimento. É uma narrativa feita na primeira pessoa do singular. Sua origem familiar, na Comunidade Lagoa do Ramo em Aquiraz, uma das comunidades negras “descobertas” pelos pesquisadores, é apresentada como justificativa e credenciamento para seu pioneirismo no movimento negro do Ceará.

de Jesus da qual fizera uma experiência vocacional, e em 1981, viajou a convite delas para participar da Missa dos Quilombos⁶⁹ em Recife.

A gente não sabia que existia movimento negro, não sabia que negro se encontrava por ai afora e as irmãzinhas, elas sabiam desse meu desejo e lendo uma revista chamada SEDOC [Serviço de Documentação, da Editora Vozes] eu vi um artigo que convidava as pessoas a participarem da Missa dos Quilombos que ia acontecer em Recife e estava muito no auge, porque quem ia cantar a Missa era o Milton Nascimento. Elas me convidaram a ir a Recife pra assistir essa missa, eu fui mais duas irmãs e assistimos a essa missa. Quando eu cheguei lá eu fiquei maravilhada, fiquei besta de ver tanto negro junto e foi lá que eu descobri que negro se encontrava, ai fiquei meio doida, fiquei doida!⁷⁰.

Em maio de 1982 Lúcia fez os primeiros contatos com os membros do GRUCON em São Paulo e em novembro deste ano viajou para participar da Semana da Consciência Negra e do Encontro Nacional do GRUCON, de onde retornou nomeada como articuladora local.

O Grupo de União e Consciência Negra já existia em três estados do Brasil e me convidaram a formar um núcleo aqui em Fortaleza, tirar um representante para somar com os representantes que formavam a Comissão Nacional do Grupo de União e Consciência Negra. Imediatamente, me despertou. Conversamos, quando foi em

⁶⁹ A Missa dos Quilombos foi celebrada uma única vez a 22 de novembro de 1981 em Recife/PE por Dom José Maria Pires, Arcebispo Negro da Paraíba, intitulado Dom Zumbi. Parte de seu sermão (Homilia) está reproduzido no boletim católico *Tempos Novos*. Ano VI, nº 40, março/1988, p. 7. Há também um registro fonográfico em LP intitulado *Missa dos Quilombos* de Milton Nascimento, Dom Pedro Casaldáglia (Bispo de São Félix do Araguaia) e Pedro Tierra, gravado no Mosteiro de Caraça em Minas Gerais em abril de 1982. A celebração foi proibida pela Congregação para a Doutrina da Fé, presidida pelo Cardeal Ratzinger (Hoje Bento XVI) como desvirtuamento da fé católica. Só em 1990, a Congregação para o culto divino liberou um modelo de celebração afro-brasileira com restrições aos possíveis “excessos”.

⁷⁰ Entrevista realizada com Lúcia Simão, dia 24/08/2003 na cidade de Fortaleza/CE.

setembro de 1982 eu escrevi para São Paulo perguntando como eu poderia fazer para conhecer o movimento de perto (...) A partir daí eu fiquei participando dos encontros a nível nacional.

Nesse íterim, articulou no bairro do Jardim Iracema um pequeno grupo de consciência negra, com seus familiares, alguns vizinhos e membros das pastorais católicas do bairro, que mais tarde transformou-se na base do GRUCON no Ceará.

E comecei aqui a me encontrar, eu, a Cleide minha irmã e mais duas ou três pessoas, a mãe, a Margarida e a Graça que era irmã de Eugênio, essas pessoas.(...) Nós começamos assim, um grupo da Pastoral Operária, um núcleo de dentro da Igreja, assim como o [Grupo de União e] Consciência Negra (...) e vi que era melhor a gente caminhar com o [Grupo de União e] Consciência Negra porque abrangia o negro na totalidade, não por ele ser crente, nem por ele ser católico, nem por ele ser espírita, mas por ele ser negro

71 .

Um de nossos depoentes, William Augusto Pereira ⁷², fundador do GRUCON, desenvolveu uma grande preocupação com a manutenção da história do movimento negro local. William foi responsável pela primeira sistematização da memória e da história do grupo ⁷³. Representa um

⁷¹ Lúcia difere aqui a possibilidade de ter se tornado Agente de Pastoral Negra, optando por uma trajetória mais social ligada ao Grupo de União e Consciência Negra, pois quando da recusa do GRUCON em continuar vinculado a CNBB e ser considerado como Pastoral Católica, a Igreja passou a estimular a organização dos Agentes de Pastoral Negros (APN's), grupo orientado pela hierarquia católica e que passou a receber os incentivos financeiros outrora destinados ao GRUCON.

⁷² William Augusto Pereira é casado com Lúcia Simão e um nome recorrente quando se fala em Movimento Negro no Ceará. Ingressou no movimento por influência do irmão e de Lúcia com quem casou em 1983. Presidiu a Coordenação Nacional do Grupo União e Consciência Negra no final da década de 1980. Fez curso de Especialização em Brasília/DF sobre Políticas Públicas para afro-brasileiros e faz parte de várias comissões estaduais sobre a questão do negro no Ceará. Na atual gestão municipal é assessor do Vice-prefeito de Fortaleza Carlos Veneranda e de políticas raciais da Prefeitura de Fortaleza. William possui arquivo pessoal de fotos e vídeos do movimento e nos forneceu vários recortes de jornais, documentos, cartilhas e correspondência do movimento.

⁷³ Para a memória do movimento descrita pelo depoente ver PEREIRA, William Augusto. Jardim Iracema – Pioneiro na organização Negra. In: *Raízes*. Boletim do Instituto da Memória

daqueles que assumem para si a tarefa de perpetuar a experiência do grupo a que pertencem, fazendo a passagem da memória para a história, ajudando a redefinir e a revitalizar o passado, um historiador de si mesmo⁷⁴.

Em artigo publicado no Boletim Raízes do Instituto da Memória do Povo Cearense - IMOPEC, William Pereira inicia um processo de releitura sobre as origens do Movimento Negro local, descrevendo a fundação do Movimento Negro do Ceará.

O Movimento Negro no Ceará surgiu mediante o despertar de uma consciência crítica entre algumas pessoas negras que sentiram a necessidade de conhecer suas raízes e o desejo de se assumirem como negras. (...) Tudo teve início no ano de 1982. A primeira reunião constatada em ata é do dia 13 de julho, quando um pequeno grupo de pessoas negras se encontrou no bairro Jardim Iracema⁷⁵.

William justifica o pioneirismo do bairro do Jardim Iracema na formação dos grupos de consciência negra pelo fato que ali residir um grande número de negros e ressaltando que muitos desses negros, moradores do bairro descendem diretamente da família dos Caetanos de Uruburetama⁷⁶.

Muitos deles oriundos de Conceição dos Caetanos, do município de Uruburetama e Água Preta. Nos bairros próximos também residem famílias negras, como no bairro do Quintino Cunha, Pe. Andrade, Olavo Oliveira e São Francisco. Foi no Jardim Iracema que iniciaram as reflexões com alguns desses negros. A partir daí, surgiram os núcleos de Antonio Bezerra e da comunidade do Trilho⁷⁷.

Registre-se que essa é uma constatação posterior ao início do grupo de consciência negra do Jardim Iracema, fruto da pesquisa realizada pelos militantes do GRUCON nos anos de 1991 e 1992, que confirmou laços de parentesco sanguíneo

do Povo Cearense – IMOPEC. Fortaleza: IMOPEC, Ano 2, nº 6, p.6, abril/junho de 1993, o texto de sua autoria *Resgate das comunidades negras no Ceará na ótica do movimento negro* (mimeo) e a cartilha *Resistência Negra: O percurso do Movimento Negro para a construção de uma identidade afro-descendente*. Fortaleza: Edição do autor, 2001, utilizados na formação de militantes.

⁷⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história – A problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo: UNESP, nº 10, p. 17, dez 1993.

⁷⁵ PEREIRA, William Augusto. Jardim Iracema – Pioneiro na organização Negra., p. 6.

⁷⁶ Conceição dos Caetanos é o mais famoso e conhecido Agrupamento Negro do Ceará.

⁷⁷ PEREIRA, William Augusto. Op. Cit., p. 6.

entre as comunidades negras de Uruburetama, Aquiraz e Fortaleza⁷⁸.

Essa foi a experiência particular dos militantes negros ligados ao GRUCON, que ainda hoje têm em Lúcia Simão e em seu esposo William Pereira o referencial de Movimento Negro.

Mas, além dessa articulação em torno das famílias católicas do bairro do Jardim Iracema, na periferia de Fortaleza, constatamos em nossas pesquisas junto aos militantes negros, outras experiências que se desenvolveram simultaneamente em torno da questão racial no Ceará ao final dos anos 1970 e início da década de 1980. Vejamos.

Durante o período da ditadura militar a Universidade Federal do Ceará representou importante centro de resistência intelectual as arbitrariedades do regime, sendo freqüentemente alvo de represálias. Muitos docentes transformaram-se em articuladores políticos e membros dos movimentos sociais. Nos cursos de ciências humanas, as discussões em torno das questões étnico-raciais apareciam de forma freqüente.

Na memória de um dos militantes negro se mantém vivamente o episódio de racismo sofrido por ele, por volta do ano de 1978, quando o movimento ainda não havia se articulado e que parece ter sensibilizado para aquela situação e aguçado a necessidade de mobilização dos

⁷⁸ Alex Ratts, militante negro ligado ao GRUCON do período, transformou essa pesquisa em Projeto Acadêmico resultando na sua dissertação de mestrado (RATTS, Alecsandro J. P. *Fronteiras Invisíveis. Territórios Negro e Indígenas no Ceará*. Dissertação de Mestrado em Geografia. São Paulo: USP, 1996) e Tese de Doutorado (RATTS, Alecsandro J. P. *O mundo é grande e a nação também: Identidade e mobilidade em territórios negros*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2000). Essa pesquisa foi feita em todo o estado do Ceará por grupos ligados ao GRUCON e foi responsável por evidenciar muitas das comunidades negras: Conceição dos Caetanos em Uruburetama, Água Preta em Tururu, Lagoa do Ramo e Goiabeiras em Aquiraz, “Negros do Cinzeiro” do Sítio Luanda no Crato e Bastiões de Iracema no Sertão Central. As comunidades de Caetanos e de Bastiões já serviram de fonte para algumas pesquisas em pós-graduação na UFC.

estudantes negros do curso de Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

Segundo esse relato, nessa Universidade, estudavam nessa ocasião alunos de diversas nacionalidades africanas e latinas (guatemaltecos, caboverdianos, angolanos). Ocorria que esses estudantes eram sistematicamente discriminados nas dependências do Restaurante Universitário, com olhares, gestos e posturas segregacionistas, além das piadas racistas⁷⁹.

O fato começou a incomodar os demais estudantes negros da universidade, especialmente um grupo que se organizara sob a denominação de NEUPI – Núcleo de Estudantes Universitários do Piauí, em sua maioria negros, que decidiram denunciar o fato através de seus trabalhos no Curso de Sociologia. A repercussão que esses trabalhos tiveram foi lembrada pelo depoente, especialmente na reação de uma docente do Curso⁸⁰, que na sua interpretação, tentou desqualificar os trabalhos propostos procurando por um fim aos “*conflitos instalados pelo grupo*” com o argumento de que vivíamos numa *Democracia Racial*. Acentuou-se ainda mais no grupo o desejo e a necessidade de mobilização e organização dos estudantes negros africanos e agora também do Piauí, que mais tarde somaram suas reflexões com aquelas que se processava na periferia do bairro Jardim Iracema e nos grupos de tradições afro-brasileiras⁸¹.

⁷⁹ Nosso depoente lembrou que a Pró-reitoria responsável decidiu servir as refeições dos africanos nas suas residências universitárias para evitar conflitos no Restaurante Universitário.

⁸⁰ A pedido do depoente não citamos nominalmente a referida professora do Curso de Sociologia que ainda hoje leciona naquele Departamento.

⁸¹ Esse episódio está relatado também na cartilha de PEREIRA, William Augusto. *Resistência Negra: O percurso do Movimento Negro para a construção de uma identidade afro-descendente.*, pp. 26-27.

A reação docente nesse episódio pode evidenciar posições generalizadas entre intelectuais desse período, de que não existiam negros nem conflitos raciais no Ceará e que, portanto, tornava-se desnecessário evidenciar esse tipo de conflito. Acreditava-se que aquela não era uma situação de racismo, nem de segregação, e que essas eram questões que vivenciadas além de nossas fronteiras geográficas locais e nacionais. A coordenação do curso procurou contornar a situação, argumentando tratar-se de um caso de xenofobia e não de racismo, motivada por questões de divergências políticas.

Outra hipótese que podemos considerar para a supressão do conflito dentro da universidade, talvez tenha sido a preocupação em evitar a intervenção repressiva por parte da política institucionalizada (patrulhamento) no meio acadêmico, realidade verificada nos anos de vigência do regime militar. Como lembrou José Florêncio⁸², que na época era estudante dessa universidade:

Não era raro soldados invadirem o campus quando havia qualquer tipo de manifestação. A repressão era muito forte e ao mesmo tempo velada. Bastava levantar uma faixa ou um cartaz que imediatamente apareciam os milicos. (...) As pessoas tinham medo de protestar, de formar grupos, de se encontrar para conversar. As iniciativas que surgiam eram sempre muito tímidas porque existia o medo dos militares infiltrados entre os alunos que havia em cada curso. (...) Formamos o NEUPI porque os negros cearenses acreditavam que no Ceará ninguém era negro e se ofendiam quando a gente convidava para o grupo. Eles não queriam se articular, eles não se achavam negros, e diziam que era por causa da polícia⁸³.

Não localizamos em nossa pesquisa nos jornais locais (O Povo e Tribuna do Ceará) durante os anos de 1978 e 1979 qualquer registro de casos de racismo ou de mobilizações em torno de questões raciais

⁸² José Florêncio da Silva é Advogado e Microempresário. Formado também em Sociologia e Educação Física. Piauiense de nascimento veio adolescente para o Ceará. Fundou o NEUPI, participou do GRUCON e articulou o Instituto Zumbi dos Palmares, instituição que representa até hoje.

⁸³ Entrevistas realizadas com José Florêncio, dias 12/11/2003 e 16/03/2004 em Fortaleza/CE.

negras no Ceará. Até o ano de 1978, a imprensa local limitava-se a comentar as comemorações oficiais. A partir de 1979 surge o primeiro registro da existência de uma discriminação velada no país ⁸⁴.

Importante registrar que em 1979, a professora universitária Luiza de Teodoro, que havia sido perseguida pelo regime político, assina matéria no Jornal O Povo, intitulada *A Consciência Negra quer se manifestar* ⁸⁵ onde faz uma análise do momento de ressurgimento dos movimentos negros brasileiros. Nos anos seguintes, encontramos diversas referências nos jornais sobre a questão do negro, evidenciando certa preocupação pelo debate na imprensa ⁸⁶. O Jornal O Povo registra ainda, em 1982 - ano em que os militantes cearenses somente começavam a se articular - alguns debates, bastante politizados com Abdias do Nascimento e Lélia González, promovidos pela Universidade Federal, que revelam a fecundidade do tema no meio acadêmico ⁸⁷.

Com exceção de Florêncio, nenhum dos demais depoentes em Fortaleza mencionou fatos relacionados a repressão político-militar vigente no país no período em que surgiam os grupos de consciência negra. Talvez porque o depoente em questão estivesse inserido numa instituição intelectual e potencialmente resistente a ideologia em vigor e, conseqüentemente, alvo de controle político-militar, além do patrulhamento ideológico, e por seu oposto, os demais militantes estarem

⁸⁴ Velada ou desmentida a discriminação continua. *Jornal Tribuna do Ceará*. 15/12/1979, pp. 24/25.

⁸⁵ TEODORO, Luiza de. A Consciência negra quer se manifestar. *O Povo*. 22/11/1979.

⁸⁶ Negro: Zumbi e as lutas atuais de conscientização. *O Povo*. 20/11/1980, p. 1. Negros: Libertados da escravidão mas reprimidos pelo preconceito. *O Povo*. 25/03/1981.

⁸⁷ Consciência Negra. *O Povo*. 20/11/1982, 2º Caderno, p. 19 (entrevista de página inteira com Abdias do Nascimento) e Consciência Negra. *O Povo*. 23/11/1982, p. 23 (debate com Lélia Gonzalez), ambos convidados da Semana da Consciência Negra.

vinculados ao espaço religioso católico, salvaguardados da repressão militar.

Entretanto, corroborando com o depoimento de José Florêncio, a dona de casa Graça Pereira moradora de Tauá, lembrou que ali também fora forte a repressão militar, assim como a discriminação racial. E entre vários episódios de discriminação que nos relatou emocionada, um deles aparece como síntese dessas duas violências.

Contou-nos que durante a longa seca de 1979-1983, o governo federal através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, autorizou a construção do Açude Santa Fé (conhecido no lugar como Açude das Mulheres) entre Crateús e Tauá, através dos *bolsões da seca*⁸⁸, sob a orientação e comando dos militares do Exército brasileiro. Como trabalhadora nesses Bolsões, Graça lembrou que ali, trabalhavam quase que exclusivamente mulheres, pois os homens haviam migrado para a capital e para outros estados em busca de oportunidades de trabalho e, como demoravam em retornar, eram as mulheres que sustentavam as famílias⁸⁹.

O trabalho feminino nessas condições era, por si só, alvo de preconceito - analisava nossa depoente. Acrescentava-se a isto, o forte preconceito racial, pois em Tauá e em toda a região de Crateús ainda é forte a presença negra. Os militares do Exército designados para o comando dessa obra, além de representarem firmemente o governo

⁸⁸ Os *Bolsões da Seca* foram uma forma de aproveitamento da mão-de-obra local desvalorizada economicamente pelo flagelo seca e miséria, nas obras públicas de irrigação. Sobre essa seca ver especialmente o capítulo 5 em VILLA, Marco Antonio. *Vida e Morte no Sertão*. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

⁸⁹ Um interessante e emocionante relato dessa seca na região de Crateús foi registrado no pequeno livro de memórias do religioso austríaco conhecido como Alfredinho. KUNZ F.C., Pe. Frédy. *À sombra de Nabuco*. São Paulo: Edições Loyola, 1997, pp. 15-16, 76-83.

federal militar, exercitavam a força coercitiva e a humilhação das operárias pela discriminação sexual e racial. Graça lembrou de mulheres que abortaram seus filhos, vitimadas pelos trabalhos forçados que realizavam no transporte de pedras, piçarra e barro, como pelos maus tratos, ofensas e injúrias que sofriam⁹⁰.

Graça lembrava ainda que, entre os militares havia um tenente negro chamado Muniz, que apesar de não se diferir dos demais, transformou-se em referência entre as trabalhadoras das obras e moradores locais para designar a arrogância dos militares, justamente por ser negro. Lembrava que naquele período tornou comum na cidade o adágio: *Se negro fosse gente urubu era tenente*.

Reunidas em torno das Comunidades Eclesiais de Base de Crateús, essas mulheres formaram associações e grupos de consciência negra, assessoradas por pessoas que acolhiam temporariamente em suas residências a pedido do bispo diocesano local, Dom Fragoso, que dessa forma lhes ajudava nas despesas familiares⁹¹.

As tensões entre esses espaços diferentes nos quais se localizavam os militantes negros e os diferentes discursos identitários que daí emergem, se evidenciaram desde a composição inicial do movimento e podem ser percebidos nos depoimentos de quase todos nossos depoentes.

Na fala de Roserlândio, por exemplo, percebemos uma tentativa de privilegiar a memória do movimento, a partir das ações de seu grupo de pertencimento, essencialmente católico. Indagado sobre os primeiros componentes do movimento no Ceará, não mencionou pessoas ligadas ao

⁹⁰ Entrevista Coletiva com Grupo Zumbi dos Palmares em Tauá, setembro de 2003.

⁹¹ Sabe-se que Dom Fragoso, considerado um bispo de esquerda pelo regime militar, recebia perseguidos políticos de várias partes do país, dando-lhes abrigo em troca de seus trabalhos de formação pastoral, social e política junto às comunidades locais.

espaço político, apenas aqueles com quem mantinha relações afetivas. Quando questionamos sobre a ação dos demais grupos do movimento, citando-os nominalmente, o depoente teceu os seguintes comentários:

A gente tem que admitir que o Grupo de Negros do PT era um grupo que existia pro forme ou de nome, porque mesmo dentro dos partidos as questões ligadas à causa da negritude não eram tão consideradas em termos de bandeiras de luta aqui no Estado, apesar de que recebemos apoio de políticos profissionais, e isto não resta a menor dúvida.

O grupo de negros do Partido dos Trabalhadores surgiu durante a *Administração Popular* da prefeita Maria Luiza Fontenele (1985-1989), que promoveu intensa programação de promoção étnica nesta capital ⁹², não somente existia como publicava uma coluna no jornal do Partido sobre a questão racial no Brasil e no Ceará. Nessa mesma época, existia também, o núcleo de negros no PDT, partido de Leonel Brizola que no Rio de Janeiro inovara na política e na administração pública nomeando e criando órgãos públicos voltados especialmente para as demandas da população afro-brasileira ⁹³. Vivia-se um momento político nacional de florescimento das questões étnico-raciais, que favorecia o aparecimento de novas lideranças negras e o ressurgimento das antigas ⁹⁴.

⁹² Em nossa pesquisa nos jornais da década de 1980, constatamos uma programação cultural e intelectual voltada para as questões relacionadas à negritude, promovidas pela Prefeitura de Fortaleza na Administração de Maria Luiza Fontenele. Eram debates, conferências e Shows com artistas negros.

⁹³ No retorno às eleições diretas para governador em 1982, Leonel Brizola no Rio de Janeiro, nomeou três secretários negros, dentro eles, Caó – Carlos Alberto de Oliveira, para a pasta da Secretaria de Trabalho e Habitação. Em São Paulo, os negros que haviam trabalhado na campanha de Franco Montoro do PMDB exigiram medidas semelhantes, sem sucesso. Montoro, no entanto, implantou o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (FÉLIX, João Batista de Jesus. *Pequeno Histórico do Movimento Negro Contemporâneo.*, p. 215).

⁹⁴ Nessa mesma época, Abdias do Nascimento assumiu a vaga de Deputado Federal e Benedita da Silva foi eleita Vereadora, em seguida, Deputada Federal Constituinte pelo Rio de Janeiro. Wagner do Nascimento foi um dos primeiros prefeitos negros eleito em Uberaba/MG e Gilberto Gil assumiu a Secretaria de Cultura de Salvador/BA. Há, evidentemente, nesses jogos políticos muitas estratégias de cooptação do movimento negro e de captação de votos, mas muito também de atuação política do Movimento Negro.

A influência e interferência dos partidos políticos no Movimento Negro do Ceará parece ainda não ter sido dimensionada, até o presente momento, como significativa para compreensão do Movimento Negro do Ceará, pelos seus próprios militantes, especialmente os pioneiros ligados a esfera católica.

William Augusto Pereira que; como dissemos tornou-se um historiador dentro do próprio movimento e, por isso, julgamos possuir uma visão mais ampla das tramas que envolvem o surgimento e desenvolvimento do grupo, ao tentar responder nossa pergunta sobre o apoio e influência que os partidos políticos tiveram nos primeiros anos de enfrentamentos do grupo, revelou que tal participação não fora inicialmente percebida.

Não recebíamos apoio dos partidos políticos. Apoio só no sentido de não atrapalhar. Nós trabalhávamos com o PT, não é nem trabalho, mas o PT de vez em quando... Não sei se o nome é de vez em quando. Na realidade nós nos envolvíamos com os partidos políticos. Num primeiro momento, nem eu nem Lúcia e muito pouco o pessoal do Jardim Iracema. Nos envolvíamos muito pouco, apesar de sermos filiados. Mas **não houve envolvimento político** em si. O PC do B também houve uma aproximação, mas eu não consigo identificar que fizemos, que houve uma manifestação com os partidos, não houve isso não. As manifestações que nós fizemos eram manifestações sociais, ligadas ao movimento do qual **os partidos apareciam e davam apoio**, davam apoio no sentido de que a luta é importante. No PT tivemos, **vamos botar uma ressalva, que eu agora lembro aqui que o PT nos ajudou muito** com as questões raciais. O João Alfredo, o próprio PC do B aqui, usou a tribuna para denunciar diversos casos de racismo. O João Alfredo foi realmente... **o PT fez uma grande parceria e nos ajudou muito.** O PT é verdade, **o PT nos deu uma grande ajuda** em termos das nossas reivindicações serem atendidas lá na tribuna da Câmara e também na Assembléia, mas na Câmara de Vereadores, também na época o Durval Ferraz também houve uma ajuda. É realmente, **houve uma ajuda muito boa do PT.** O PC do B ficou um pouco assim, em cima do muro, o PT foi mais atuante [grifos nossos]⁹⁵.

Observemos que o apoio dos partidos políticos ao movimento não foi percebido inicialmente na resposta dada pelo depoente, mas no transcorrer dessa resposta processa-se uma revisão interna que o faz perceber que as articulações do

⁹⁵ Entrevista com William Augusto Pereira, realizada em Fortaleza, Agosto/2003.

grupo eram favorecidas por políticos ligados ao PT, que conclui ter prestado uma ajuda relevante no início do movimento.

Percebemos assim, que na história do Movimento Negro cearense, apesar das insistentes tentativas em contrário, os questionamentos em torno da realidade social do negro e a possibilidade discursiva em torno de uma negritude estavam já em curso e surgiam em vários locais e em vários espaços de atuação socio-político, promovendo discursos que procuravam re-significar a própria negritude ao mesmo tempo em que ensejavam a necessidade de congregação desses grupos que surgiam com o propósito de contrapor-se a diversas situações de discriminação.

Esses grupos de consciência negra, que articulados promoveram o que chamamos de Movimento Negro cearense, surgidos no início da década de 1980, estavam ligados, direta ou indiretamente, através de seus militantes e líderes, a algumas matrizes discursivas: a Igreja Católica, a Universidade, os Partidos Políticos de esquerda (Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil e Partido Democrático Trabalhista) ou a movimentos sociais.

As influências que essas matrizes discursivas exerceram (e ainda exercem) na prática e no discurso do Movimento Negro cearense podem ser percebidas de diversas formas, pelos métodos de articulação, através dos diversos grupos de consciência negra espalhados pelo estado do Ceará, servindo-se de outras instituições como apoio, pela suas buscas de institucionalizações junto às organizações governamentais ou não-governamentais, nacionais e estrangeiras, e pelas formas de arregimentação da população negra que lhes garantem representatividade como segmento organizado dessa população.

Essa forma institucional, e por vezes burocrática, com que essas matrizes discursivas costumam se estabelecer socialmente e promover ações para a concretização de suas metas determinaram, em muito a forma de articulação do Movimento Negro cearense e sua forma de agir.

Isso por um lado, possibilitou ao grupo uma certa solidez institucional em meio as matrizes as quais se vinculava, estabelecendo-se como demanda particular legítima nas ações da Igreja Católica, a qual destinou, desde a formação do GRUCON atenção especial à causa da população negra cearense.

E da mesma forma, nas ações dos partidos políticos de esquerda, que passaram a constituir núcleos específicos para o tratamento da questão racial em seus programas político-sociais, e nas Universidades, onde a recorrência do tema racial e anti-racial aparece cada vez mais freqüente, determinando, ultimamente questões como a necessidade das cotas raciais.

Notadamente, a Igreja Católica, foi a matriz que, numericamente e discursivamente, mais influenciou e forneceu os militantes negros nesse período inicial do Movimento Negro Cearense, primeiramente porque representou nesse estado, espaço de atuação privilegiado e de certa forma, protegido, num período em que ocorreu uma grande retração de outros espaços de atuação política em decorrência da repressão militar ⁹⁶.

Nesse sentido, percebemos que os primeiros integrantes do GRUCON e dos grupos de consciência negra no Ceará eram membros ou estavam diretamente ligados às Comunidades Eclesiais de Base, as CEB's e às pastorais sociais da Igreja Católica. Essa superioridade numérica dos militantes vindos do catolicismo assume uma significativa importância na interpretação dos discursos, das práticas e tensões no interior do Movimento Negro cearense.

Isto implica reconhecer que os discursos identitários sobre a negritude cearense comportam uma dimensão constituída pelas concepções cristãs e católicas, intra e extra-ecclesial, ou seja, por um discurso identitário negro permeado de referências morais defendidas no espaço católico e por valores requeridos de seus adeptos, pelas críticas e divergências externas

⁹⁶ Esse caráter privilegiado de atuação dos militantes católicos deve-se em muito à presença firme e ativa dos bispos do Ceará, como Dom Aloísio Lorscheider de Fortaleza e Dom Frago de Crateús, junto aos movimentos sociais na década de 1970. Dom Aloísio Lorscheider chegou a Fortaleza em 1971 e se transformou em personalidade nacional, quando presidiu a CNBB enfrentando frontalmente as forças repressivas do regime militar.

que questionavam se o catolicismo se prestava como espaço de atuação militante de negros conscientes ⁹⁷.

Além disso, alguns militantes negros que faziam parte das pastorais e mesmo da hierarquia católica enfrentaram problemas de ordem institucional e hierárquica revelando ser o campo católico também, um espaço de disputas políticas e sociais internas ⁹⁸.

Sem desprezarmos as naturais afinidades existentes entre os militantes negros cearenses situados num mesmo espaço de atuação militante e de articulação discursiva – afinidades que surgem da amizade, da solidariedade e da cumplicidade no desenvolvimento de ações e da história particular de cada grupo - percebemos, nos diversos depoimentos coletados, tentativas de localizar e ressaltar a importância das próprias experiências e da relevância do grupo ao qual pertencem os depoentes para a memória coletiva do movimento ⁹⁹.

⁹⁷ Sobre essa questão, argumentavam que a Igreja Católica agia somente como cooptadora do Movimento Negro e que sua participação na instituição da escravidão negra e na legitimação das relações sociais escravista no período colonial lhe descredenciavam dentro da luta anti-racial. Sobre o assunto ver dentre outros WILLECKE, Frei Venâncio. *Senzalas dos Conventos*. São Paulo: Revista de História nº 106, 1976, MIRA, João Manoel Lima. *A Evangelização do negro no período colonial brasileiro*. São Paulo: Loyola, 1983, TERRA, João E. Martins. *Bíblia, Igreja e Escravidão*. São Paulo: Loyola, 1983, VALENTE, Ana Lúcia E. F. *O Negro e a Igreja Católica*. Campo Grande: CESITEC/UFMS, 1994, e no Ceará CAMPOS, Eduardo. *Imprensa Abolicionista, Igreja, Escravos e Senhores*. Fortaleza: Sec. Cult. e Desp./BNB, 1984.

⁹⁸ Caetana Maria Damasceno realizou diversos estudos sobre o relacionamento entre católicos e os adeptos dos cultos afro-brasileiros. Entende que para aproximar esses dois universos, diminuindo as discrepâncias naturais desses universos religiosos, os “agentes do enegrecimento da Igreja Católica entendiam que o Candomblé fornecia os elementos culturais para que a fé católica se expressasse...”. Afirma que os militantes negros católicos tiveram que fazer uma opção preferencial pelo Candomblé como única expressão da religiosidade afro-brasileira. Para ela, essa escolha evidencia uma opção político-ideológica do grupo para viabilizar o enegrecimento da fé católica. DAMASCENO, Caetana Maria. *Ritual e conflito: Quando se canta para subir*. Estudos Afro-asiáticos nº 18, 1990, p. 48.

⁹⁹ Apesar de ser um fenômeno natural dentro de uma perspectiva de utilização da memória, na perspectiva que hoje se apresenta ao Movimento Negro cearense, esses recursos surgem

Essa, como as demais formas de controle da memória do Movimento Negro local, que pudemos verificar em nossa pesquisa – a busca por um pioneirismo quase mítico, a maior capacidade de arregimentar e mobilizar membros, a capacidade de melhor interpretar e de se posicionar mediante a situações emergentes da negritude e a repercussão que tiveram as ações de certos grupos - representam estratégias de manutenção dos espaços de representatividade política, em meio a uma diversidade institucional do movimento junto às organizações financiadoras de projetos e de políticas públicas voltadas aos afrodescendentes, que caracteriza a fase atual do Movimento Negro local.

Essa constante busca por legitimidade e representatividade, verificada durante a realização dessa pesquisa, surge como uma questão fundamental para a compreensão do Movimento Negro no Ceará durante os anos de sua existência. Não somente porque isso representou para determinados grupos, alguns ganhos financeiros e de credibilidade junto às esferas do poder público e a sociedade como um todo (dimensão mais recente entre os grupos do movimento), influenciando nas formas como os grupos aparecem mais destacadamente num panorama social mais amplo, mas, principalmente, pela percepção de que o Movimento Negro cearense só ganhou legitimidade, como representante da população afro-cearense, a partir do momento em que fez reconhecer-se socialmente, pela comprovação da existência de uma presença da população

como indicativo de uma disputa pelo pioneirismo histórico, que pode representar também, legitimidade ou superioridade discursiva dentro do movimento. Do ponto de vista desse trabalho, nossa perspectiva interpretativa pode aparecer para um ou outro grupo ou militante como defesa de determinados interesses, o que definitivamente não corresponde aos nossos objetivos.

negra presente neste estado, independentemente de qualquer percentual dessa população, vivendo sob condições de exclusão social.

Esse enfrentamento, que surgiu quase que simultaneamente ao apareceu desse grupo militante, impôs para a constituição e afirmação do movimento, duas frentes principais de atuação, primeiramente, a afirmação de uma negritude genuinamente cearense, a fim de questionar o mito da ausência do elemento negro no Ceará, cristalizado na sociedade cearense através dos meios de comunicação social, dos aparelhos culturais e de educação.

E paralelamente, a necessidade de denunciar e combater as práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias presentes no cotidiano e na cultura populares cearense, o que impedia a afirmação da negritude por parte dos afrodescendentes locais e dessa forma a superação do racismo interiorizado nos próprios negros, o que se daria através da elevação da auto-estima do próprio negro, pela criação e resignificação dos elementos culturais estigmatizados.

Antes de discorrermos sobre como o Movimento Negro pode se afirmar como um grupo étnico e promover um discurso identitário reabilitador da negritude cearense, faz-se necessário evidenciarmos a existência de um outro discurso étnico, tornado hegemônico através da historiografia tradicional cearense, que interferia decisivamente na estigmatização dos negros pela influencia que exercia no senso comum, permeando relações sociais preconceituosas no cotidiano da população cearense.

Nos capítulos II e III abordaremos a trajetória do Movimento Negro no

enfrentamento dessas questões, analisando como essas duas questões se apresentavam para o Movimento Negro cearense, tentando perceber suas raízes sociais e culturais e estabelecer linhas reflexivas que nos permitam apresentar um painel para a compreensão do fenômeno de atuação e construção, pela militância negra, de um discurso identitário negro.

Capítulo II

O Movimento Negro no Ceará e o discurso da invisibilidade negra: “Uma clareira na confusão racial do Brasil”

A *invisibilidade do negro* no Ceará ¹⁰⁰, nascida dentro do discurso hegemônico como corolário e conseqüência lógica à negação da existência do negro cearense, apresentou-se como um dos primeiros e principais enfrentamentos para a articulação do Movimento Negro cearense. Essa crença generalizada ¹⁰¹ provocava desdobramentos para a afirmação do movimento, pois não se reconhecia a legitimidade do grupo e, por outro lado, essa invisibilidade provocava a rejeição e a auto-rejeição do elemento e das manifestações da cultura afro-cearense.

A origem desse mito da invisibilidade do negro no Ceará liga-se diretamente à historiografia tradicional cearense, matriz e principal veículo dessa crença, motivo pelo qual torna-se necessário compreendermos as formas pelas quais essa idéia pode

¹⁰⁰ Os conceitos de *Invisibilidade* e *Invisibilização*, amplamente utilizados pela Sociologia, podem ser compreendidos em nosso caso como estratégias de resistência sociais pela qual, segmentos discriminados da população agem de forma a não serem percebidos no tecido dessa sociedade e por outro lado, como tática pela qual a sociedade e o estado negam a presença do negro nesse estado e desobrigam-se de políticas e ações voltadas especificamente para essa parcela da população. Sobre o conceito veja as reflexões *in casu* propostas por OLIVEIRA JUNIOR, Adolfo Neves de. A invisibilidade imposta e a estratégia da invisibilização entre negros e índios: Uma comparação. In: *Brasil: Um país de negros?* 2^a. ed. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 1999, pp. 165-174.

¹⁰¹ Crença que podemos chamar inclusive de Mito, pois a ausência do elemento negro no estado do Ceará articula-se com a idéia da sociedade mítica construída a partir da literatura, no encontro do elemento branco (Martins Soares Moreno) com o elemento indígena (índia Iracema) do romance *Iracema* de José de Alencar, do qual nasce o cearense, representado por Moaçir.

se generalizar tornar-se hegemônica nessa sociedade. Nesse sentido, perscrutar a genealogia e a permanência de um discurso excludente da participação social do elemento negro, nos estudos relacionados ao negro, promovidos pelo Instituto Histórico do Ceará, torna-se um imprescindível para essa compreensão.

O Instituto Histórico do Ceará, ao longo de sua centenária existência, tornou-se a instituição mais importante para a pesquisa histórica no estado do Ceará, mantendo-se por quase um século como a principal agência da história local. Os exaustivos trabalhos promovidos pelos seus membros, na busca, e na construção da história e da memória do povo cearense lhe credenciaram como lugar privilegiado do saber e estabeleceram essa instituição como principal centro de informação para a sociedade, influenciando decisivamente nos mecanismos de educação, de cultura e, sobretudo, na opinião pública local. Ainda hoje, o Instituto continua servindo como referência a todos aqueles que buscam conhecer nossas origens ¹⁰².

Dentro dessa supremacia historiográfica que o Instituto do Ceará adquiriu, torna-se necessário, no contexto geral de nossa pesquisa, indagar sobre a gênese de algumas das considerações que embasaram a exclusão social do negro, atribuída em grande parte ao mito da pouca relevância social que o negro teve neste estado.

¹⁰² Sobre a produção do Instituto do Ceará na primeira metade do século XX, José Aurélio Câmara na Introdução à 2^a. Edição de *História do Ceará* de Tristão de Alencar Araripe, publicada em 1958, elabora uma classificação dessa produção desde a sua fundação em 1887 àquela data, em duas fases distintas, a primeira denominada *descritiva* caracteriza como um período marcado, pela *descrição nem sempre exata, dos fatos históricos, cujo conhecimento provinha de informações esparsas, documentadas ou não, (...) em arquivos desfalcados, (...) sem que houvesse a possibilidade de uma apuração rigorosa da verdade pela ausência de elementos de confronto*. E a segunda, por uma série de pesquisas chamadas *elucidativas* caracterizadas pela **produção de seus principais membros**, com base em *uma documentação segura e esclarecedora (...) [e pelo] confronto com documentos existentes em arquivos, não só no Brasil, mas também da Europa, [que] permite preencher lacunas, corrigir os erros, anular os equívocos, em suma – estabelecer a verdade histórica*. CÂMARA, José Aurélio. *Introdução*. In: ARARIPE, Tristão de Alencar. *História do Ceará*. 2^a ed. Fortaleza: Tipo-Lito Gadelha, 1958, p. ix.

A história do negro no Ceará, sintetizada no fato de ter sido o estado do Ceará, o pioneiro no processo de Abolição da Escravatura ¹⁰³, adquiriu grande relevância historiográfica, mas ao mesmo turno, a presença do elemento negro no Ceará não adquiriu a mesma importância, pois se considerou desde o surgimento dessa instituição que a presença do elemento de origem e descendência africana, em tempos colonial e imperial, de escala muito reduzida e sem influência sócio-cultural. Ademais, não lhes pareceu relevante os traços histórico-culturais legados por esses africanos e seus descendentes, imperceptível na sociedade cearense, pois a miscigenação do europeu colonizador com o nativo cearense, bastou para explicar e justificar quase todas as características sócio-culturais de nossa gente.

Como lugar pioneiro e privilegiado da história e da memória oficial do povo cearense, identificamos que alguns dos preconceitos, equívocos e silêncios em torno da história do negro e da negritude cearense, tiveram por base, a produção científica ali produzida.

Assim, podemos considerar, na interpretação das relações étnico-sociais cearenses ao longo do século XX, a produção historiográfica originada nessa Instituição como um dos elementos de promoção do discurso racial que, ao mesmo tempo, suprimia a existência de qualquer tipo de conflito étnico-social e legitimava os estigmas sociais que provocavam diversas situações de preconceito e discriminação racial contra o negro.

Esse discurso historiográfico, estabelecido secularmente durante a existência e quase exclusividade dos estudos do Instituto em torno da Negritude cearense, surge mais tarde, durante a constituição do Movimento Negro no Ceará, como uma matriz discursiva e impeditiva de um novo discurso étnico que reabilitasse a possibilidade de existência de um espaço social para a população negra nesse estado.

¹⁰³ Antecipando-se a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, a então província do Ceará libertou oficialmente seus escravos quatro anos antes, através de um Decreto do Presidente da Província, Dr. Sátiro Dias em 25 de março de 1884.

Esse discurso elitista e aceito como científico até as últimas décadas do século XX, quando se consolidaram as universidades cearenses, tornou-se pela inserção social e política dos seus membros, um discurso hegemônico profundamente enraizado nas camadas médias e populares da sociedade, influenciando instituições estatais e particulares como a escola, as igrejas, as associações políticas, agências de notícias, os aparelhos culturais como museus, teatros, bibliotecas e a diversas expressões da cultura popular.

Dessa forma, no cotidiano da população cearense, estão ainda imbricados de várias manifestações de preconceito e discriminação racial. As teorias historiográficas levantadas pelo Instituto do Ceará serviram de sustentação a essas formas de racismo e ao mesmo tempo, tentavam suprimir a existência desse tipo de conflito.

Nesse capítulo, propomos uma abordagem do Instituto Histórico do Ceará, como matriz discursiva sob a negritude cearense, a partir das premissas da construção desse discurso – o estabelecimento de uma Identidade Regional estabelecida sob a consideração da ausência do elemento afrodescendente.

Na interpretação de Almir Leal de Oliveira¹⁰⁴, foi a partir da conclusão de Joaquim Catunda¹⁰⁵, de que o Ceará representava *uma clareira no meio da confusão racial do Brasil*¹⁰⁶, que se originou, ainda no final do século XIX, a idéia de que o estado do Ceará representava algo original em termos raciais, *pois a miscigenação entre nós limitou-se praticamente ao português ambicioso e sensual, como índio matreiro e desconfiado*¹⁰⁷.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2001, p. 119.

¹⁰⁵ Um dos sócios fundadores do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

¹⁰⁶ Expressão usada por ADERALDO, Mozart Soriano. *História Literária do Ceará*. Revista do Instituto do Ceará, T. E. Nº 8, p. 226. De agora em diante usaremos como abreviação para Revista do Instituto do Ceará usaremos a sigla RIC seguida do Tomo (T), ano e página (s).

¹⁰⁷ ADERALDO, Mozart Soriano. Op. Cit., p. 226.

Considerava-se assim, implicitamente, a ausência do elemento de matriz africana como significativa no processo de composição racial e social cearense. Por seu turno, o negro foi alijado de sua própria historicidade e marginalizado dos processos históricos e sociais, sua memória histórica está ainda a ser construída e os silêncios a serem compreendidos e preenchidos, preferencialmente pela sua voz.

Assim, ao procuramos evidenciar o surgimento do Movimento Negro, no início dos anos 1980, estamos destacando um novo contexto e um novo momento na história do negro cearense e, por conseguinte, uma nova fase no discurso em torno dessa negritude, até então, estabelecido a partir das considerações históricas e historiográficas produzidas pelo Instituto do Ceará.

Desse ponto de vista, a primeira, e talvez a mais significativa interferência, que se pode atribuir ao novo discurso, inaugurado pelo Movimento Negro do Ceará para a redefinição de uma *Identidade Negra cearense*, foi justamente a interrupção da exclusividade do discurso cientificista hegemônico estabelecido pelo Instituto Histórico desde o início do século XX e a proposição de um embate de idéias contra as generalizações e estereótipos sobre o povo negro cearense, presente ainda nos dias atuais.

Essa capacidade de validar um novo discurso identitário negro, pelo enfrentamento militante, provocando o rompimento da exclusividade do discurso do Instituto Histórico do Ceará favoreceu o surgimento de uma nova vertente de estudos sobre o negro no Ceará, a partir dos próprios militantes do movimento negro e coincidiu com o fortalecimento das

revisões históricas, processadas a partir da década de 1980, que desconstruíram o mito da ausência do negro e questionaram as *representações sociais* estigmatizadas sobre o negro.

Vale ressaltar nesse sentido a importância ainda da Universidade como mediadora, na intersecção desses lugares de produção de conhecimento e promoção de discursos, que experimentava um período de revigoramento social e de re-politização no início da década de 1980 e que ajudou a promover uma importante revisão nos estudos sociais, especialmente sobre o negro no Ceará.

O discurso dominante sobre o negro cearense, no entanto, permanece ainda para além da história do Movimento Negro no Ceará, coexistindo com o discurso militante, até os dias de hoje, rivalizando-se, contrapondo-se, dialogando e negando-se mutuamente.

Nessa parte do trabalho, então, analisaremos dois momentos distintos da história do Instituto do Ceará, procurando demonstrar a permanência de um discurso em torno do negro e da escravidão no Ceará. Para essa análise tomaremos como referências os primeiros números da Revista do Instituto, momento em que se iniciaram as primeiras coletas e análises referentes à História do Ceará, e a publicação em 1984, do Tomo Especial Nº 7 da Revista do Instituto em comemoração ao Centenário da Abolição no Ceará que reproduziu alguns dos artigos escritos ao longo desse século sobre a abolição, escravidão e o negro no Ceará, acrescidos de novos trabalhos sobre a questão.

Nosso objetivo será demonstrar a permanência e persistência do discurso historiográfico do Instituto do Ceará e como essas idéias se cristalizaram na

sociedade cearense, a fim de situar essas *imposições históricas* nos debates e lutas desenvolvidas pelo Movimento Negro cearense.

2.1. O INSTITUTO DO CEARÁ E A PRODUÇÃO HEGEMÔNICA DO DISCURSO SOBRE O NEGRO.

Durante a maior parte do século XX, a História do Ceará esteve vinculada, quase que exclusivamente, aos estudos realizados pelo Instituto Histórico do Ceará e seus membros. Fundada em 4 de março de 1887, essa instituição científica pretendia *fazer conhecida a história para a propagação das letras e ciências da província*¹⁰⁸ a partir dos estudos locais, e, *mesmo não ignorando as publicações de estudos históricos anteriores, pretendia ser capaz de re-ordenar, classificar e re-nomear as particularidades da história cearense diante da nação*¹⁰⁹.

O Instituto Histórico do Ceará apareceu no cenário cearense do final do século XIX como lugar privilegiado de produção científica e cultural, tendo *por finalidade específica o estudo da História, da Geografia e da Etnografia, especialmente do Ceará*¹¹⁰.

Os Institutos Históricos locais, surgidos ao final do século XIX a partir da fundação de seu congênere nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, representavam um esforço das elites ilustradas em demarcar um lugar privilegiado na produção historiográfica do país e afirmar as particularidades regionais coadunadas inexoravelmente ao processo de construção

¹⁰⁸ *Estatutos do Instituto do Ceará*. RIC, T. I, 1887, p. 7.

¹⁰⁹ OLIVEIRA, Almir Leal de. Op. Cit., p. 84.

¹¹⁰ *Estatutos do Instituto do Ceará*. Alteração de 1929.

Como observa Schwarcz,

Para além das especificidades políticas e regionais, coube aos institutos a montagem de uma nomenclatura própria, bem como a elaboração de uma agenda com personagens e fatos, da qual muitos historiadores poucos se libertaram. Presos a um projeto enciclopédico que encontrava ordem e encadeamento onde existiam apenas eventos singulares em sua experiência regional, esses profissionais se comprometeram com a construção de uma história nacional, que, tendo o presente em mira, forjava o passado em tradição ¹¹².

O principal meio de recrutamento dos membros do Instituto estava baseado no prestígio social e na afinidade com o grupo, mas sobressaía também o desempenho da atividade docente nos principais centros de ensino médio da província. A grande maioria de seus fundadores foi professor do Liceu do Ceará, da Escola Normal e da Escola Militar de Fortaleza. Da mesma forma, o estágio no Liceu se tornou uma das portas de entrada para o Instituto ¹¹³. O Liceu, principalmente, possuía um enorme poder de enobrecer seus profissionais. Gustavo Barroso, em “Liceu do Ceará”, lembra que,

Havia cônegos e monsenhores, um dos quais várias vezes recusou a mitra. Havia oficiais do Exército, doutorados em ciências físicas e matemáticas, com anelões de turqueza (sic) estreladas de ouro. Alguns lentes eram deputados estaduais ou federais, outros haviam sido e outros iam ser. Este fora senador. Este outro era ainda. Aquele pertence ao parlamento do Império ¹¹⁴.

José Murilo de Carvalho analisou como as elites políticas se constituíram ao longo do período imperial, com vista à formação de um Estado sob seu controle, primeiramente a partir da aquisição da

¹¹¹ Ver dentre outros: COMAS, Juan et all. *Raça e Ciência*. São Paulo: Perspectiva, 1972. MAIO, Marcos Chor. (org.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FioCruz/CCBB, 1996. GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O IHGB e o Projeto de uma História Nacional*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos Nº 1, 1988, pp. 5-27 e SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, especialmente capítulo 4 – Os Institutos Históricos e Geográficos “Guardiões da História Oficial”, pp. 99-140.

¹¹² SCHWARCZ, Lília Moritz. Op. Cit., p. 133.

¹¹³ AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Intelectuais e política no Instituto do Ceará (1887-1920)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2002.

¹¹⁴ BARROSO, Gustavo. *Liceu do Ceará*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Costa, 1940.

Educação Superior, prosseguindo em busca de uma Ocupação nos diversos cargos da Administração Pública.

À educação superior veio somar-se outro fator que contribuiu para dar unidade à elite imperial – a ocupação. A ocupação, principalmente se organizada em profissão, pode constituir-se em importante elemento unificador através da transmissão de valores, do treinamento e dos interesses materiais em que se baseia. Na medida em que o recrutamento de uma determinada elite política se limite a membros de algumas poucas ocupações, aumentarão os índices de homogeneidade tanto ideológica como de habilidades e de interesses¹¹⁵.

Vejam os que inicialmente eram 13 (treze) membros representantes de uma elite educada nas faculdades de direito e medicina do país, sendo 7 (sete) bacharéis em direito e já exercendo algum cargo na política (Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, João Batista Perdigão de Oliveira, Antonio Augusto de Vasconcelos, Virgílio Brígido, Virgílio Augusto de Moraes, Paulino Nogueira Borges da Fonseca e Julio César de Oliveira) 2 (dois) médicos formados pela Escola de Salvador (Guilherme Studart e José Sombra), 1 (um) agrônomo pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (o também poeta Juvenal Galeno), 1 (um) militar da Escola Militar do Rio de Janeiro (Joaquim Catunda), 1 (um) padre pelo Seminário Pio Latino de Roma (José Augusto da Frota), 1 (um) jornalista sem formação superior (Antonio Bezerra de Menezes).

Todos eles já haviam se destacado social e politicamente no cenário cearense na década anterior à fundação do Instituto. Mas foi a partir da fundação dessa Instituição que seus membros e suas teses ganharam aura de “*verdades*” a serem sistematicamente incorporadas a vida social da província.

No Ceará, verificamos essa íntima ligação entre elite intelectual e elites

¹¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980, p. 73.

políticas, sendo muitas vezes, um mesmo grupo, favorecendo a difusão e consolidação das percepções científicas dos círculos letrados. A simbiose entre esses dois campos de poder era tanta que se torna difícil estabelecer qual predominava, já que até mesmo para existirem, as associações literárias, científicas e culturais dependiam da aprovação governamental, tornando-se, portanto, também um veículo dos valores do poder estabelecido ¹¹⁶.

Para Almir Leal de Oliveira, ao mesmo tempo em que os membros eram recrutados entre aqueles de talento comprovado, que falavam porque podiam falar, à Instituição era garantida uma notável distinção de respeito que os credenciava a falar, de modo quase sobre-humano, sobre o passado cearense, até então, um assunto nebuloso e cheio de interrogações.

A distinção atribuída aos intelectuais integrantes desse espaço voltado para a produção da verdade sobre o passado cearense, por si só, já poderia ser considerada como elemento legitimador de suas teses ¹¹⁷.

Esse lugar de distinção atribuído pela participação na associação, observado acima por Almir Leal de Oliveira, significava a consolidação de um projeto político das novas elites sociais e culturais.

O prestígio social angariado pelo domínio intelectual de um discurso moderno, voltado para a consagração da ciência, da objetividade, da neutralidade, com vistas à conformação da verdade, distingue esse movimento cultural que, lançando seus alicerces na maioria das províncias delimita uma fronteira intelectual muito atuante ¹¹⁸.

Da mesma forma, e mais importante para nossa análise, os membros do Instituto do Ceará, ocupando simultaneamente diversos cargos na administração pública, influenciaram de

¹¹⁶ Geraldo Nobre lembra que 10 anos antes de sua fundação, alguns sócios fundadores do Instituto já haviam feito essa mesma tentativa, mas os Estatutos não foram aprovados pelo governo dos “conservadores”. NOBRE, Geraldo. *Gênese do Instituto do Ceará*. Fortaleza: RIC., 1977.

¹¹⁷ OLIVEIRA, Almir Leal de. Op. Cit., p. 89.

¹¹⁸ AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Barão de Studart – Memória da distinção*. Coleção Outras Histórias Nº 9. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002, p.28.

maneira definitiva vários aspectos da vida social da cidade e do estado, fazendo repercutir suas teses sobre diversas instituições políticas, sociais e culturais ¹¹⁹.

Alguns trabalhos recentes em nossa historiografia têm possibilitado a compreensão e a análise da produção do Instituto Histórico do Ceará e a repercussão que essa instituição teve no desenvolvimento da ciência histórica no Ceará e de como os trabalhos ali produzidos se cristalizaram na sociedade cearense ¹²⁰.

Coube aos historiadores do Instituto Histórico do Ceará, como acadêmicos pioneiros da historiografia cearense, nomear, classificar e descrever as particularidades que diferenciavam a trajetória cearense das demais regiões do Brasil. A definição das origens, bem como a tematização de sua história, alimentou a constituição de elementos simbólicos da história do Ceará na definição dos traços distintivos do Ceará diante da Nação. A produção historiográfica cearense após 1887 preocupou-se em constituir uma “*verdadeira*” compreensão das origens do Ceará a partir do estudo de eventos locais ¹²¹.

Além das definições dos limites geográficos externos, das particularidades naturais e suas subdivisões locais ¹²², procurava-se estabelecer no Instituto, também as origens históricas, o que se estabeleceu numa narrativa da *origem mítica* do Ceará. Numa rápida análise sobre as tematizações preferidas na História do Ceará promovida pelo Instituto, verificamos que a participação do Ceará no movimento republicano da Confederação

¹¹⁹ Almir Leal de Oliveira em diversas partes de sua Tese de Doutorado, explicita como os membros do Instituto do Ceará utilizaram a máquina administrativa estadual para a realização de suas pesquisas, desde os governos do período imperial aos republicanos, onde segundo o autor, processou-se uma conformação a política então vigente. Ver páginas 101, 102, 110, 138, 189, 195.

¹²⁰ OLIVEIRA, Almir Leal de. OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2001, _____ *Saber e Poder – O pensamento social cearense no final do século XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1998, MONTENEGRO, João Alfredo. *A crise dos Institutos Históricos*. RIC., T. 112: 185-194, 1998, e _____. *Historiografia do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2003

¹²¹ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico...*, p. 83.

¹²² Nesse sentido a Dissertação de Mestrado produzida por RATTIS, Alecsandro J. P. *O mundo é grande e a nação também: Identidade e mobilidade em territórios negros*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2000, representa uma possibilidade de perceber como a delimitação das fronteiras geográficas pode estar associada à problemática étnica.

do Equador (1824) e a Abolição da Escravidão na província (1884) assumem uma enorme relevância para o passado cearense, aparecendo como marcos da História e da historiografia local. Acrescente-se que os fundadores do Instituto Histórico eram descendentes diretos dos heróis da Confederação do Equador ou tinham participado ativamente do movimento abolicionista.

Da mesma forma que o IHGB procuraria a definição e a singularização da nação brasileira, enquanto representante da idéia de civilização em meios às recentes nações do Novo Mundo, o Instituto Histórico do Ceará procurava identificar os limites do território cearense, suas origens, o momento em que se suas fronteiras geográficas e sociais foram definidas. Dessa forma, como desdobramento de uma perspectiva inaugurada no IHGB, *esta historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: negros e índios*¹²³.

Nesses centros, o tema racial pareceu auxiliar na construção de uma história branca e européia para o Brasil. Mais uma vez a cópia não era absolutamente fiel ao modelo: nos institutos, teoria evolucionista e monogenismo apareciam ao lado dos pressupostos darwinistas sociais e poligenistas, como se modelos originalmente excludentes pudessem ser mesclados. Com as conclusões evolucionistas, justificava-se o predomínio branco e a hierarquia social rígida. Utilizando um darwinismo sócio-biológico, explicava-se o “natural branqueamento” da população. Mas eram as teorias deterministas raciais que ajudavam a comprovar um certo atraso, ou condenavam a mistura racial no país¹²⁴.

A Abolição representou naquela época um fator de constatação de que o Ceará, pelos esforços que vinha dedicando à *iluminação* de sua gente e para a superação do atraso político e econômico, entrava numa nova era em direção ao progresso e concretizava a sua inclusão no rol das sociedades civilizadas.

¹²³ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. Cit., p. 7.

¹²⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. Op. Cit., p. 137.

O projeto de fundar o Ceará enquanto uma nação civilizada vinha sendo alimentado durante toda a década de 1880 a partir dos movimentos abolicionista e literário, notadamente em Fortaleza. (...) A Abolição surgia como possibilidade de inaugurar uma nova sociedade, extinguindo o princípio da atrofia social, que era a escravidão ¹²⁵.

Datado de 1888, o segundo Tomo da Revista do Instituto do Ceará, fundado no ano anterior, traz a *Ata da Sessão de 17 de maio de 1888*, cuja única pauta fora a comemoração da entidade pela promulgação da Lei Áurea. Percebe-se, na proposta de João Batista Perdigão de Oliveira, lida pelo então presidente Paulino Nogueira, a intenção dos membros do Instituto em evidenciar a participação da província do Ceará como pioneira no processo de Abolição da escravidão no país:

Si á Bahia, por ser a primeira das nossas irmãs avistada pela nauta feliz, coube o significativo epytheto de Primogenita de Cabral; não poderia deixar de caber o de Primogenita do Abolicionismo á pátria querida de José de Alencar. (...) O Ceará livrou seu solo de escravos sem a mínima commoção social e desmentio todas as previsões atteradoras: consolidou a tranqüillidade pela justiça e philantropia, saldou duas dividas sem danno a ninguém, e accumulou saldos, que são o melhor documento do nosso prospero estado financeiro (sic) ¹²⁶.

O tema tinha naquele momento, para os intelectuais envolvidos com as agremiações literárias e científicas, o caráter de concretização de um processo político de *evolução social* dos quais os intelectuais eram seus idealizadores e principais articuladores. No seu mais recente livro, João Alfredo Montenegro faz a análise mais crítica e aguçada até hoje surgida entre os membros do Instituto sobre esse período:

A data da abolição dos escravos no Ceará – 1884 – ainda era recente e expressava uma tomada de posição ideológica própria de um liberalismo conservador que, por pouco tempo, se despia do qualificativo para submergir numa trama retórica de exaltação à liberdade, de conagraçamento com a raça negra, nada oferecendo de concreto para a sua inclusão na sociedade, no mundo do trabalho ¹²⁷.

¹²⁵ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico...*, pp. 86-87.

¹²⁶ *Sessão de 17 de maio de 1888*. RIC., T. 2, 1988, pp. 101-102.

¹²⁷ MONTENEGRO, João Alfredo. *Historiografia do Instituto do Ceará.*, pp. 34-35.

De fato, a Abolição no Ceará tornou-se o último dos grandes fatos de nossa história e um dos temas favoritos da historiografia do Instituto do Ceará, mantendo-se constantemente revisitada ao longo do século XX, computando cerca de 70 artigos que se referem ao trinômio Negro - Escravidão – Abolição no Ceará¹²⁸. Deles nos advêm várias informações sobre a construção da memória histórica do negro em nosso estado, das quais se depreendem várias conceituações sobre o negro. Conceituações que pela educação formal ou pelas generalizações ganharam status de inconteste em nossa sociedade.

Assim, a primeira e principal notícia que nos vem quando interrogamos sobre a história do negro no Ceará, nos chega reproduzida década após década, a partir da obra *Estudos de História do Ceará* de Joaquim Catunda¹²⁹, publicada em 1886, portanto, um ano antes à fundação do Instituto. Sobre a ausência de estudos que abordassem a participação do negro na origem do estado em sua obra, Catunda argumenta com a célebre justificativa de que *as condições agrícolas (...) nunca solicitaram grande número de braços negros*¹³⁰.

A explicação corrente para a existência de uma população mestiça, ausente de índios e negros identificáveis no presente, tornou-se uma tradição local até os anos 1980, embasada pela adequação e assimilação do índio à população geral através das atividades pecuárias e a quase ausência do negro na economia colonial, já que a utilização do trabalho escravo

¹²⁸ Esses artigos estão listados em nossas fontes de pesquisa.

¹²⁹ Essa obra de Joaquim Catunda adquire uma importância enorme quando percebemos que a tematização da História do Ceará proposta pelo Instituto está totalmente baseada nas teorizações nela inaugurada.

¹³⁰ CATUNDA, Joaquim. *Estudos de História do Ceará*. 2^a. ed. Fortaleza: Tipografia Litografia Gadelha, 1919, p 77.

ocorrera apenas nas atividades canavieiras e mineradoras apenas na zona sul do estado.

Nessa organização sócio-econômica, que veio caracterizar, no conceito de Capistrano [de Abreu], a civilização do couro, os ombros afros pouco entraram em cena. Restringiam-se aos misteres da criadagem, quando os “negros velhos” e as babás, que não sofriam, em regra, o peso e os castigos do eito, como nas zonas dos engenhos de açúcar e nas de mineração. No Ceará os canaviais mal alimentavam, ou alimentam, modestos engenhos bangüês de fabricação de rapadura, e as catas auríferas mal saíram dos fracassados ensaios de Itarema, de São José dos Cariris e das Fraldas da Serra Grande. Daí porque a percentagem do sangue africano é pequena dentro das veias do cearense. E também porque **humilde e pouco não pode subir na escala, ficou em baixo, sem ânimo de interferir na mesclagem da etnia cearense** [grifos nossos]¹³¹.

A partir do primeiro número da Revista do Instituto percebemos como essa idéia passa a ser constantemente reafirmada. Nesse Tomo I, Paulino Nogueira afirmava que a mestiçagem no Ceará se restringia apenas a brancos e índios. A sua definição do tipo cearense, herança da mestiçagem entre nativos e europeus, era representada pelo Caboclo Cearense que *é o mesmo índio, de cor avermelhada, acobreada, estatura mediana, para baixo, pé pequeno, pouca ou nenhuma barba, cabelos muito corridos, pretos, duros e levantados*¹³². Essa tendência, inaugurada por Paulino Nogueira, de não levar em conta a presença de traços culturais africanos na construção da idéia de mestiço no Ceará contribuiu para a exclusão do africano como agente étnico formador do caráter cearense¹³³.

Sabemos que, contemporaneamente, no final do século XIX, intelectuais das mais variadas vertentes estavam preocupados em definir o caráter do povo brasileiro, utilizando-se

¹³¹ GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1971, pp. 77-78. Esse texto é uma apropriação que Girão faz de João Brígido em *Ceará Homens e Fatos* cuja 1^a. edição de 1899.

¹³² FONSECA, Paulino Nogueira Borges da. *Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará*. RIC., T. 1, pp. 235-236.

¹³³ OLIVEIRA, Almir Leal. *O Instituto Histórico...*, p. 120.

inclusive da interpretação das relações étnico-sociais, Nina Rodrigues ¹³⁴, realizou estudos onde a mestiçagem com o elemento africano representava a causa do atraso e desequilíbrio social do brasileiro.

Parte dessas idéias passou a ser justificada, para a não incorporação do negro liberto nas novas relações de produção e para a não-utilização de seu trabalho. Além disso, esse ideário continuou a ser ‘sustentado’ pelas teorias racistas, com o crivo e prestígio das ciências ¹³⁵.

O que nos parece patente, analisando a historiografia produzida pelo Instituto, é que seus membros viram-se prisioneiros dos mitos criados na origem dessa instituição.

Raimundo Girão em sua obra *A Abolição no Ceará* ¹³⁶, publicada pela primeira vez em 1956, que representa um esforço no contexto das pesquisas realizadas dentro do Instituto do Ceará, em reunir e sintetizar as pesquisas realizadas por seus membros resume em um único capítulo toda a trajetória do negro nesse estado, da chegada do elemento africano até a abolição da escravatura em 1884.

Ao longo dos 24 capítulos dessa obra, Girão nos propicia conhecer todos as personalidades locais e nacionais envolvidas na campanha abolicionista ao final do século XIX, as sociedades emancipacionistas, os principais fatos e datas, além de poesias ufanistas e biografias políticas. Em apenas um capítulo (Capítulo III da obra) analisa a toda a história do negro no Ceará. Excetuando-se

¹³⁴ A obra de Nina Rodrigues é composta de *As raças humanas*, publicada em 1894, onde tratava de questão racial perante o Código Penal e *Os Africanos no Brasil*, publicado em 1933, onde realizou levantamento sobre a língua e a religião dos africanos na Bahia. Nina Rodrigues publicou ainda vários relatórios científicos a partir de levantamentos etnográficos e fulcrados nas teorias do racismo científico. Suas teses tiveram grande repercussão no início do século XX, quando ainda não existiam trabalhos antropológicos sobre os negros no Brasil.

¹³⁵ VALENTE, Ana Lúcia. E.F. *Ser Negro no Brasil Hoje*. 13^a ed. rev. e amp. São Paulo: Editora Moderna, 1994, p.31.

¹³⁶ GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. Fortaleza: Ed. A. Batista Fontenele, 1956; 2^a ed. revista, Imprensa Universitária do Ceará, 1969, 3^a ed. pela Séc. Cultura do Estado, 1984. A 4^a edição de 1988, Centenário da Lei Áurea, editado numa parceria entre Prefeitura de Maracanaú e Fundação Casa de Cultura Capistrano de Abreu de Maranguape.

a participação do Dragão do Mar e de José do Patrocínio, não há mais nenhuma participação de negros nesse processo. Suas fontes de consulta são uma bibliografia geral bastante restrita, a então limitada bibliografia local, uma quantidade considerável de artigos do Instituto do Ceará, jornais locais, além de correspondências e Atas da Assembléia Provincial que teve acesso, em primeira mão, quando foi diretor do Arquivo Público estadual ¹³⁷.

No capítulo III, *O negro no Ceará*, Raimundo Girão traça a trajetória do negro nesse estado, descrevendo os indícios de quando o elemento africano aqui chegou até a abolição da escravatura em 1884, excluindo, como ainda é comum na historiografia tradicional, a ausência total de referências ao negro no período posterior a emancipação em 1884 e mesmo em 1888.

Por todo esse terceiro capítulo, Girão se esforça em demonstrar sua crença na pouca enxertia social do negro pela consideração de que nas atividades agrícola e pastoril o escravo não fora presença massiva e que, portanto, a escravidão no Ceará fora essencialmente doméstica. Considera ainda que o tratamento dispensado aos escravos não se assemelhava a crônica nacional repleta de crueldades, motivo pela qual as fugas não eram uma prática comum e rebeliões muito raras.

¹³⁷ Percebe-se assim, a preocupação de Girão em preservar a memória e a exclusividade dos estudos sobre o tema. Na Introdução a 4^a. Edição, Girão esclarece: “A extinção da escravatura no Ceará, tão eloqüentemente conquistada, não teve ainda o seu historiador, nem o sociólogo da sua interpretação. Com este livro não nos aventuramos a ser nem uma coisa, nem a outra. (...) Fizemos mais exposição do que história, de caso pensado, no desejo de colocar pontos nos ii e, por outro lado, perpetuar documentação que, de modo lastimável, está desaparecendo, roída por essa desgraçada e resistente fauna de traças e dos cupins, que devora arquivos negligenciados, favorecida pela ação do tempo, ainda mais destruidora”, pp. 16-17.

Girão relata apenas alguns episódios constantes no texto de Dom José Tupinambá da Frota, sobre as crueldades que eram praticadas pelos senhores:

Havia, contudo, alguns de coração endurecido e mau, que mandavam açoitar-los cruelmente e depois retalhar-lhes as costas e sobre as feridas punham sal, aumentando indizivelmente as torturas que padeciam aqueles indefesos cativos. Muitos enforcavam-se para abreviar os sofrimentos ¹³⁸.

Abreviando suas pesquisas acerca dos aspectos da escravidão negra no Ceará, conclui, que em tudo aqui, fora diferente das demais províncias do Nordeste.

O escravo que emerge da obra de Girão aparece como um ser sem história, inerte, sem vontade, sem atitude, dependente da caridade, da benevolência e da solidariedade alheia, como diz, sem *ânimo de interferir na mesclagem da etnia cearense* ¹³⁹.

A adjetivação empregada por Raimundo Girão e demais membros do Instituto do Ceará, na descrição do escravo, salta aos olhos de um leitor atento: *Revoltado, criminoso, fugitivo, insubmisso, indolente, humilde, sem ânimo, desmazelado, desprezível, pária, fétido, rebotalho, escoralha social...* Palavras fortes e preconceituosas que inseridas em determinados contextos de preservação de uma memória e tradição histórica, mantêm vigentes os estigmas sociais outrora aceitos.

De lá para cá, autores como Eduardo Campos, Geraldo da Silva Nobre, entre outros que se dedicaram também a questão do negro, da escravidão e da abolição no Ceará, têm-se pautado sob a cautela de evitar discussões entre seus pares do presente e do passado, contornando por vezes, questionamentos necessários.

¹³⁸ FROTA, Dom José Tupinambá da. *História de Sobral*. 2^a. ed. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1974, p.540.

¹³⁹ GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*., pp. 77-78.

Percebemos que apesar das várias contribuições que foram incorporadas a tradição historiográfica sobre o negro cearense ¹⁴⁰, ainda não houve entre os membros do Instituto Histórico do Ceará, quem procurasse revisitar e revisar os estudos sobre o negro ali realizados, assumindo uma postura autocrítica e incorporando os novos estudos já realizados ¹⁴¹.

Utilizando-se da instrução pública primária e secundária, dos mecanismos de difusão intelectual (revistas, livros), dos meios de comunicação (jornais, rádios), dos aparelhos culturais (museus, teatros) e pela manipulação da memória, através das variadas comemorações históricas e cívicas, a elite política surgida com o liberalismo do final do século XIX pode se estabelecer ideologicamente ¹⁴².

Assim, a simbiose a qual nos referimos no início desse texto, entre as elites políticas e as elites culturais no final do século XIX, persistiram por todo o século seguinte, favorecendo a difusão e consolidação de um discurso hegemônico em torno da questão racial no Ceará ¹⁴³.

Não será difícil, entender como as idéias surgidas no interior dessa instituição puderam sistematicamente penetrar no

¹⁴⁰ Dentre elas podemos citar o estudo do NUDOC. *Abolição da Escravatura no Ceará: uma abordagem crítica*. Série História nº 1. Fortaleza: NUDOC, 1992, a pesquisa de OLIVEIRA, Pedro Alberto de. *As origens da Escravidão no Ceará*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 1979 e FUNES, Eurípedes Antonio. *Negros no Ceará*. In: *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.

¹⁴¹ Falo aqui de revisionismo histórico e historiográfico a partir das fontes utilizadas pelos membros do Instituto Histórico do Ceará, muitas delas quase exclusivas da instituição.

¹⁴² A vida pública do historiador Raimundo Girão, principal pesquisador e interlocutor social sobre a memória e história do negro no Ceará, demonstra bem a articulação e proximidade entre o Instituto Histórico do Ceará e as esferas do poder público, os aparelhos estaduais de cultura e a opinião pública. O historiador exerceu cargos de Secretário Municipal de Infra-estrutura, Prefeito Municipal, Diretor do Museu Histórico do Ceará e do Arquivo Público Estadual.

¹⁴³ Sintomático da importância que os aparelhos culturais adquiriram no Ceará, como instrumento de manutenção e controle ideológico foi a fundação em 1966 da primeira Secretaria de Cultura estadual do país, cujo primeiro dirigente era também membro do Instituto Histórico do Ceará.

imaginário social a ponto de tornarem-se verdades incontestáveis por quase todo o século XX, o que procuraremos analisar no próximo capítulo através de exemplos cotidianos onde percebemos a fluidez da reprodução social do discurso generalizado da ausência e da estigmatização do negro no Ceará. Também não será difícil perceber como esse discurso generalizado em torno de uma memória da negritude cearense se apresentava no cotidiano da população através das celebrações históricas.

A celebração do Centenário da Abolição no Ceará em 1984 representa, para esse intuito, um momento privilegiado para percebermos a ação pedagógica dos mecanismos de manutenção da memória histórica em torno da Escravidão e da Abolição cearense.

Esse evento, ao mesmo tempo em que procura cristalizar as tradicionais percepções sobre o processo de escravidão e emancipação do escravo no Ceará, atribuída à reduzida importância do elemento negro na sociedade e à obra humanitária das novas elites locais, novamente ignora a existência do sujeito fundamental na celebração em questão, exaltando mais o fato que o ato, mais a memória que a trajetória.

No item a seguir, procuraremos apresentar a programação oficial do Centenário da Abolição no Ceará, promovida pelo governo estadual, mas que contou com o total apoio e participação do Instituto Histórico do Ceará, principal interlocutor e mentor intelectual do evento. Pretendemos com essa análise mostrar a permanência do discurso histórico tradicional em torno da negritude cearense e os mecanismos e veículos pelos quais

esse discurso foi incorporado pela sociedade cearense.

2.2. O CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO NO CEARÁ.

Não passaria tão importante data para a história local sem grandes festividades. Antecipando-se as comemorações do centenário em torno da Lei Áurea, e antevendo o início dos preparativos e a repercussão que a data nacional teria, novamente o Ceará sai na frente e realiza marcantes comemorações referentes ao centenário da emancipação local. Sendo o estado o pioneiro no processo abolicionista, então o deveria ser também nas comemorações do centenário nacional.

Por todo o ano de 1984, realizaram-se diversas manifestações e solenidades, oficiais, religiosas, jornalísticas, acadêmicas, culturais, estudantis, para assinalar a importância do feito cearense no século anterior. Essas comemorações em torno do Centenário da Abolição no Ceará revestiram-se de um caráter legitimador para o estabelecimento dos lugares da memória histórica local, *lugares onde a memória se cristaliza e se refugia.*

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória ¹⁴⁴.

Sabemos-se que o Instituto Histórico do Ceará, por sua relevância histórica, natureza, configuração e inserção social de seus membros, assumiu uma

¹⁴⁴ NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. Revista Projeto História. São Paulo, nº 10, 1993, p. 12.

postura indisfarçável e indefectível com a manutenção da tradição historiográfica criada pelo grupo. Preocupação que se manifesta de diversas formas: na conservação e preservação quase que exclusiva de seus arquivos, (muitos deles sabidamente públicos), pela ostentação do edifício sede que recebeu o nome de *Casa do Barão* em homenagem a Guilherme Studart, pela forma ritual de iniciação de um novo membro ao grupo (indicação, avaliação, eleição, nomeação e posse), pelo formalismo de suas reuniões ordinárias, pela eleição solene de seus presidentes, pelas imperiosas comemorações cívicas nas datas oficiais do estado, pela celebração e pelo culto da memória através da citação e continuidade dos temas de pesquisa realizados pelos seus membros já falecidos.

Assim, o Centenário da Abolição no Ceará, ansiosamente aguardado no Instituto, adquiriu características de evento privilegiado na história de seus membros e da instituição, que marcou a data com celebrações de rememoração dos feitos de seus nobres e humanitários fundadores.

Por seu turno, os membros do nascente Movimento Negro do Ceará, perceberam que essas comemorações assumiram um caráter histórico-social baseado no discurso histórico tradicional até então vigente na sociedade, levando novamente a uma exclusão do elemento negro e de seu protagonismo no processo emancipatório da escravidão negra cearense. Mais uma vez, as comemorações em torno da Abolição ocorreram sem a consideração do sujeito principal desse evento.

Neste momento, a fragilidade ideológica do Movimento Negro cearense ainda incipiente, fez que este não conseguiu estabelecer uma postura de

questionamento e contraposição às comemorações oficiais, na medida em que elas se estabeleciam na sociedade. Parece-nos também que o Movimento ainda não havia atingido um nível de reflexão suficientemente sólido a ponto de dimensionar as questões que se apresentavam naquele momento. O único documento que localizamos entre os textos produzidos pelo Movimento Negro naquele ano, nos dá conta de uma *Semana Abolicionista*, comemorada entre os dias 06 e 13 de maio de 1984, que evidenciava ainda uma preocupação com a consolidação do grupo ¹⁴⁵.

Lúcia Simão lembrou que em 1984, por ocasião das comemorações do Centenário, houve um *desejo* grande dos integrantes do Movimento Negro em dirigir-se às comunidades negras, como Conceição dos Caetanos, que eram visitadas por repórteres que para ilustrarem suas matérias pediam aos negros que reproduzissem cenas ligadas ao imaginário da escravidão, o que causava uma manutenção da imagem do negro como o escravo ¹⁴⁶.

Existia um lugar em Uruburetama, chamado Conceição dos Caetanos, que os negros eram conhecidos através da imprensa, porque os repórteres iam até lá colocar correntes, pedras no pescoço dos negros, tirar fotos para falar do mês de maio, contar a história da escravidão através deles. Mostravam que o negro era escravizado, tinha a foto dos negros lá de Conceição. Fiquei sabendo dessa história e pensei, que tal a gente ir lá em Conceição e mostrar para eles o outro lado da história? Foi o que nós fizemos. Em 1984 lá estávamos nós pela primeira vez em Conceição dos Caetanos (Lúcia Simão).

Ratts explica em sua tese de doutorado, a recusa que se instalou entre os

¹⁴⁵ Cada dia da programação desta Semana foi dedicado a um aspecto da negritude local. No primeiro dia, 06/05/1984, a programação apontava os “Objetivos e Importância do Grupo de União e Consciência Negra para o negro” e no dia 08/05/1984 “Exposição da documentação do grupo: Cartazes, livros, jornais, etc”. *Relatório da Semana Abolicionista 06 a 13 de maio de 1984*.

¹⁴⁶ Em nossas pesquisas com os jornais do Centenário da Abolição no Ceará encontramos diversas ilustrações nesse sentido, por exemplo, as ilustrações de *O Povo*, 25/03/1984, Caderno de Cultura Extra “*Ceará Terra da Luz*”. Retomaremos esse assunto ao abordarmos no Capítulo 4 a *descoberta* das comunidades negras.

Caetanos em serem fotografados ou filmados, exigindo que a líder do grupo Senhora Bibiu autorize expressamente a produção de imagens. Ratts comenta que em 1978 um grupo de professores e alunos da Universidade Federal do Ceará produziu um vídeo sobre o que achavam ser um reduto de escravos fugitivos¹⁴⁷. Tendo os Caetanos recusado a falar sobre a escravidão, os produtores *para estimular a memória de membros do grupo* os fizeram usar instrumentos de suplício do período escravista. Os jovens que fizeram parte desse filme, hoje são adultos e incluíram esse episódio na memória coletiva do grupo como um fato doloroso e discriminatório¹⁴⁸.

Como absoluto *dono da festa* o Instituto do Ceará articulou todas as comemorações em torno do evento, como veremos a seguir.

A data foi assinalada com o lançamento de um Tomo Especial de nº 7 da Revista do Instituto do Ceará - *Comemorativo do Centenário da Abolição dos Escravos no Ceará*. Por meio da qual, o Instituto fazia a atualização da memória histórica do estado e colocando-se novamente em cena, trazendo ao centro das comemorações a escravidão e a abolição, retornando a sua posição para a memória histórica do Estado e procedendo simultaneamente aos mesmos esquecimentos e as mesmas reencarnações, reafirmando dessa forma a memória

¹⁴⁷ *Conceição dos Caetanos*. Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Pró-reitoria de Extensão, UFC, 1978.

¹⁴⁸ RATTIS, Aleksandro José Prudêncio. *O mundo é grande e a nação também*. p. 94. Ratts refaz também a trajetória do agrupamento negro de Conceição dos Caetanos na mídia, desde a gravação desse vídeo "Caetanos" pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da UFC em 1978 às diversas abordagens da imprensa escrita, inclusive seus próprios artigos publicados no Jornal *O Povo* no ano de 1995.

histórica como memória social e pedagógica¹⁴⁹.

Essa edição trouxe 10 (dez) novos artigos sobre o tema da Abolição, da escravidão e do negro, 5 (cinco) documentários e mais 10 (dez) notas e transcrições de revistas anteriores. Dessa dezena de novos artigos publicados, sobressaem dois como novidades introduzidas na tradição dos estudos até então realizados pelo Instituto. São novidades tanto porque introduzem novas fontes de pesquisas e bibliografia quanto novas perspectivas que apontam conclusões diferentes daquelas até então vigentes naquela instituição.

O artigo *A Escravidão do Ceará na primeira metade do século XIX*, de um dos mais novos sócios do Instituto, Pedro Alberto de Oliveira, que faz uma síntese de sua Dissertação de Mestrado sobre a economia daquele período, defendida junto a Universidade Federal de Pernambuco em 1979 e o artigo de Guarino Alves, *Elementos para o estudo da escravidão no Ceará*, publicado anteriormente como artigos no Jornal O Povo durante o mês de maio de 1978, dos quais, queixa-se o autor receberam apenas menção na Revista do Instituto¹⁵⁰.

Pedro Alberto de Oliveira para tecer suas análises sobre o que foi a escravidão no Ceará traça toda a trajetória econômica dessa província, destacando a mão-de-obra empregada, indígena e negra, para finalizar seu artigo com importantes reflexões sobre o trabalho manual, associando-o tanto a uma rejeição por parte dos cearenses, como a estigmatização dos trabalhadores braçais herança da escravidão.

¹⁴⁹ Id. Ibidem., p. 23.

¹⁵⁰ ALVES, Guarino. RIC., T. 94, 1980, p. 76.

Apesar do Ceará nunca ter sido uma terra de escravos, o preconceito que se tinha e ainda hoje se tem contra o trabalho mecânico liga-se ao velho estereótipo social de origem colonial que menosprezava toda e qualquer profissão ou atividade que não fosse senhorial, liberal ou burocrática, mesmo que fosse uma “arte de ofício” – pedreiro, carpinteiro, marceneiro (sic), ferreiro, etc – tão importantes na época mas mister próprio das pessoas de classe inferior, servos e especialmente escravos ¹⁵¹.

E conclui fazendo ligação dessa estigmatização social com a questão étnica racial onde se assentavam essas relações sociais.

Não ser branco continuava um estigma. Como o escravo era uma pessoa de “cor”, e não trabalhar era uma das poucas coisas que os mestiços podiam ter em comum com a classe superior, trabalhar não era dignificante ¹⁵².

Por seu turno, Guarino Alves, inspirando-se em Gilberto Freyre ¹⁵³, lança novas luzes e estabelece novas reflexões sobre o cotidiano do escravo no Ceará ao realizar análise de anúncios de compra, venda e fuga de escravos em jornais locais. Guarino demonstra a existência tanto do comércio quanto do aluguel de escravos entre senhores, bem como dos vários casos de fugas motivadas por maus tratos e castigos ¹⁵⁴.

Ainda nesta edição, excetuando-se os artigos acima citados, a participação e a influência do negro na sociedade cearense não aparecem como temas pertinentes à nossa historiografia. Verificamos, por exemplo, que na *Cronologia da Abolição no Ceará* fora a participação do Dragão do Mar na greve dos jangadeiros e da visita de José do Patrocínio, apenas uma data, 20 de maio de 1882, remete diretamente à participação do negro no processo abolicionista, a Fundação do Clube dos Libertos, sem dar nenhuma informação adicional.

¹⁵¹ OLIVEIRA, Pedro Alberto de. *A Escravidão no Ceará na primeira metade do século XIX*. RIC., T. E. Nº 7, pp. 70/71, 1984.

¹⁵² Id. *Ibidem.*, p. 71.

¹⁵³ FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos anúncios de jornais do tempo do império*. Conferência proferida no 1º Congresso Afro-brasileiro realizado na Sociedade Felipe de Oliveira, Rio de Janeiro, 1934. Utilizada também por Eduardo Campos em estudo citado anteriormente.

¹⁵⁴ ALVES, Guarino. *Elementos para o estudo da escravidão no Ceará*. RIC., T. E. Nº 7, 1984, pp. 73-99.

Ademais, repetem-se os elogios costumeiros à elite letrada da época, sua benevolência humanitária, suas festas, seus banquetes, as procissões e orações enviadas e recebidas e as poesias tradicionais cedem lugar ao poema *Redenção um poema heróico da Abolição dos Escravos* de Otacílio de Azevedo, natural da cidade de Redenção¹⁵⁵. Notamos que todas as tradicionais afirmações sobre a abolição no Ceará estão contidas. A crença no caráter brando dos tratamentos dispensados ao escravo, o reduzido número de escravos e, portanto a pouca importância do negro neste estado, a abolição como obra da caridade.

Tácito Teófilo, por exemplo, autor do artigo de abertura, *Abolição – Um ato de fé!*, enumera três momentos de glória na luta contra a escravidão, a atuação do Deputado Silva Guimarães no Parlamento Imperial, a greve dos Jangadeiros e o pioneirismo da Abolição. Especulando sobre as possíveis causas do pioneirismo cearense, cita o reduzido número de escravos, a pobreza da terra e no campo psicossocial *a natureza do trabalho do escravo junto à família do Senhor*¹⁵⁶.

Um folder comemorativo ao Centenário da Abolição no Ceará¹⁵⁷ distribuído pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Cultura e Desporto nas escolas, nos meios de comunicação, nos aparelhos culturais e para a sociedade de modo geral, ilustra bem que o discurso histórico-social vigente na sociedade era prioritariamente o discurso cristalizado e construído pelo Instituto Histórico do

¹⁵⁵ A antiga Vila de Acarape elevada à cidade em 1889 recebeu o título de cidade com o nome de Redenção por ter sido a cidade cearense pioneira na emancipação dos escravos, ocorrida oficialmente em 01/01/1883. Cfe. GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará.*, p. 159.

¹⁵⁶ TEÓFILO, Tácito. *Abolição – Um ato de fé!* RIC., T. E. N° 7, p. 25, 1984.

¹⁵⁷ Ver Anexo 1 - folder do Governo do Estado do Ceará, Administração Gonzaga Mota (1982-1986) em comemoração ao Centenário da Abolição no Ceará.

Ceará e presente no imaginário social. Esse folder, sem autoria declarada, tem o tamanho de uma página ofício, dobrado em três partes, ilustrado por um desenho com a imagem do mapa do Ceará e ao centro uma algema aberta, em seu interior um texto bastante denso de informações extraídas do livro *A Abolição no Ceará* de Raimundo Girão.

Entre as informações lê-se: ***Devia ser extremamente cruel o tratamento dado pelos Senhores de fazenda aos nativos escravizados*** (referindo-se aos indígenas): *fracassada a experiência da escravidão do elemento indígena, os colonizadores tiveram de se valer da mão-de-obra africana...*, *o Ceará contava em 1858, (...) com 32.290 trabalhadores cativos (...) o mais alto patamar da escravidão negra no território cearense, o notável presidente sugeriu a migração de colonos estrangeiros, mais bem capacitados para os serviços agrícolas do que os africanos, a Perseverança e Porvir lançava um projeto mais ambicioso, ao constituir **uma sociedade humanitária**, integrada por senhoras... e ainda sem mais nenhuma resistência, os focos do cativeiro no interior da província começaram a cair, um por um...* (os grifos são todos nossos). E ao encerrar, em sua página derradeira, entrega a fonte do texto: *Segundo o historiador Raimundo Girão, interprete maior de toda essa jornada cívica e humanitária...*

Pode-se dizer, sem nenhum meio termo, que foram os historiadores do Instituto do Ceará que ditaram as regras para a festa do Centenário da Abolição no Ceará, fossem oficiais ou não, através da exposição de seus trabalhos veiculando suas verdades, fosse pela influência que exercia junto aos órgãos públicos, fosse

pela inserção de seus membros nas diversas associações culturais, jornais e repartições.

A programação oficial, que teve como ponto principal a data de 25 de março de 1984, contou com desfile militar em frente ao Palácio da Abolição, prestação de serviços públicos e desfile de maracatus na Avenida Beira-Mar culminando com a inauguração do Museu do Maracatu ¹⁵⁸ nas dependências do Teatro São José.

Nesse dia 25 de março o Jornal O Povo publicou um Caderno de Cultura Extra com oito páginas, ricamente ilustrado, ainda em preto e branco, sob a coordenação de Blanchard Girão, intitulado *Ceará Terra da Luz*. Os autores eram, quase que exclusivamente, membros do Instituto Histórico e os textos, quinze ao todo, extraídos de revistas do Instituto, do Tomo Especial comemorativo ao Centenário e do livro *A Abolição no Ceará* ¹⁵⁹.

Importante destacar nessa coletânea, o texto intitulado *A libertação dos escravos no Ceará, 25 de março de 1884*, de autoria do Dr. Sátiro de Oliveira Dias, presidente da província que declarou a Abolição no Estado. O texto assinado, da mesma forma que os demais, insere-se no Caderno, de forma tal que assume um aspecto de contemporaneidade com os demais autores, que escreveram naquela data, colocando passado e presente na mesma temporalidade – a do centenário.

Destoando desse conjunto, um artigo, o último na seqüência de apresentação, intitulado *O negro e a*

¹⁵⁸ O Museu do Maracatu assim como o Marco comemorativo do centenário da Abolição podem ser percebidos também como mecanismos de construção de lugares da memória histórica do Ceará (NORA, Pierre. Op. Cit.)

¹⁵⁹ Alguns dos artigos são: *A Declaração* autoria de Raimundo Girão, *A abolição dos escravos e a Igreja do Ceará* de autoria de Fernando Câmara, *Cronologia da Abolição no Ceará*, autoria de João Hipólito de Oliveira, todos constantes no Tomo Especial Nº 7 da RIC.

escravidão, assinado por Fenelon Almeida, fazia uma breve reflexão sobre o racismo cotidiano, lembrando o caso de um jogador negro do Maguary Clube, o primeiro negro a integrar aquela agremiação. Sente-se nas entrelinhas, um tom de desculpas por estar tirando o brilhantismo daquela festa, mas, segundo o autor, o que prevalecia na sociedade era um sentimento de tolerância e que não era possível fechar os olhos para a persistência das condições de vida dos negros brasileiros ¹⁶⁰.

No dia 26 de março de 1984, uma segunda-feira decretada pelo governo estadual como ponto facultativo para que funcionários públicos e estudantes da rede oficial tomassem participação nas comemorações cívicas, foi inaugurado o *Marco Comemorativo ao Primeiro Centenário da Abolição da Escravatura no Ceará*, um monumento de autoria do arquiteto Marrocos Aragão, no centro da Praça Castro Carreira (Praça da Estação), local em que o presidente Sátiro de Oliveira Dias pronunciara a frase *Na Província do Ceará não há mais escravos* ¹⁶¹.

Nesse dia ainda, ocorreu solenidade no Palácio da Abolição para o lançamento da medalha Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar ¹⁶², e o relançamento das obras *A Abolição no Ceará* de Raimundo Girão, *Revelação das condições de vida do escravo no Ceará* de Eduardo Campos e *Pernambuco ao Ceará* de Pereira da Costa.

¹⁶⁰ O negro e a escravidão. *O Povo*. 25/03/1984, Caderno Ceará Terra da luz, p. 8.

¹⁶¹ A descrição completa da concepção da obra encontra-se na RIC., T. E. Nº 7, 1988, pp. 201-202. Ver também a reportagem: Monumento em homenagem à Abolição é mais uma atração turística. *O Povo*. 25/03/1984, p. 22.

¹⁶² Francisco José do Nascimento, negro liberto líder da revolta dos jangadeiros no porto de Fortaleza contra o embarque de escravos para as províncias cafeeiras do sul do país após a lei de proibição do tráfico intercontinental de 1850 e que por isso, recebeu o pseudônimo de Dragão do Mar.

Previa-se também para essa dia, o lançamento de um selo comemorativo pela Empresa de correios e Telégrafos, mas que não ocorreu por motivo muito elucidativo para essa pesquisa. A empresa de correios organizara uma série comemorativa à Abolição, que iniciaria com o título *Os precursores – Ceará e Amazonas*, cujas emancipações deram-se no ano de 1884. Na solenidade de lançamento do selo, com o representante dos Correios presente, historiadores e autoridades do estado manifestaram-se contrários por não aceitaram que um outro estado participasse da mesma homenagem, não aceitavam que o estado do Amazonas fosse equiparado ao Ceará no episódio do Movimento Abolicionista, o que para os historiadores presentes, representava um *desvirtuamento da História*¹⁶³.

Outras entidades como a ACI – Associação Cearense de Imprensa, cujo presidente na ocasião era o também sócio do Instituto J.C. de Alencar Araripe, também participaram das comemorações referentes ao Centenário. Ainda em janeiro do ano de 1984, o jornalista e membro do Instituto, Eduardo Campos proferiu conferência na sede da ACI sobre o papel da imprensa na campanha abolicionista¹⁶⁴. Na ocasião estavam presentes o Secretário de Cultura do Estado, Sr. Jorivar de Macedo, também membro do Instituto Histórico, que representando o então Governador Gonzaga Mota, o Gen. Tácito Teófilo, o Prefeito de Redenção e o Prefeito de Pacatuba, além de Deputados Estaduais.

Ainda em comemoração ao Centenário da Abolição, na sede da ACI, foi inaugurada uma Exposição sobre a

¹⁶³ Inauguração assinala Centenário da Abolição. *O Povo*. 27/03/2005, p. 7.

¹⁶⁴ ACI comemora o Centenário da Abolição. *O Povo*. 25/01/1984, p. 6.

Escravidão no Ceará e o Movimento Abolicionista, que durou até o dia 25 de março. A exposição sob responsabilidade da Professora Walda Weyne da Universidade Estadual do Ceará, que contava com a colaboração do Arquivo Público do Estado, da Biblioteca Menezes Pimentel, do Museu Histórico e Antropológico e do Museu da Comunicação (atual Museu da Imagem e do Som), expôs publicações da época, documentos, objetos *sinistros* de tortura dos escravos, fotos dos abolicionistas, acervo hemerográfico, escrituras, gráficos de compra e venda de escravos, ofícios, cartas de alforria, a ata de inauguração do obelisco comemorativo ao cinquentenário da Abolição dos escravos em Acarape além de foto da jangada do Dragão do Mar ¹⁶⁵.

Toda essa Festa, com comemorações, monumentos, conferências, exposições, associações, elucidam para nós um esforço em estabelecer um passado eterno, uma nostalgia dos empreendimentos realizados pelos historiadores de outrora, que sobrevivem nos novos. Um movimento de retorno reflexivo sobre si procedidos nos círculos tradicionais da história local.

Por outro lado, essas comemorações também evidenciam a necessidade de reafirmação constante de uma tradição histórica que findando na memória coletiva, provocando um sentimento de esfacelamento da memória social, coloca o problema da reencarnação contido nessas comemorações, cujo cerne ainda possui dinâmica suficiente para que se possa reafirmar.

Assim, as comemorações do Centenário da Abolição no Ceará

¹⁶⁵ Mostra focaliza cem anos da abolição da escravatura. *O Povo*. 01/02/1984, Caderno 2, p. 13.

representam, utilizando as expressões de Pierre Nora,

Rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos ¹⁶⁶.

A idéia da escravidão cearense permanece nos nossos dias como efeméride e a abolição como terminalidade e como perpetuação desse processo. Como nos diz Maria Célia Paoli, citando Walter Benjamin, essa é a história dos vencedores, *sobre cujos feitos foram produzidos os documentos e erigidos os monumentos, referência única ao que se ensina nas escolas, se mostra aos turistas, se celebra nos feriados nacionais* ¹⁶⁷.

No livro *A Invenção das tradições*, o historiador Eric Hobsbawm nos auxilia na compreensão desse fenômeno de construção das tradições, verificadas nesse fazer e nesse fazer-se do Instituto Histórico do Ceará, nesse processo que tornou a Abolição da escravatura um marco referencial da história do Ceará, sem que se tornasse um marco para a história do negro cearense.

As *tradições inventadas* teriam um aspecto vital na preservação de algumas Instituições Históricas, seriam um instrumento contra as constantes mudanças e inovações que o mundo moderno encetou no fazer histórico, especificamente no campo historiográfico, com seus contrastes, com novos atores entrando em cena, as novas tecnologias, os avanços científicos e a onda de revisionismo que marcou o final dos anos 1970.

¹⁶⁶ NORA, Pierre. Op. Cit., p. 13.

¹⁶⁷ PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O direito ao passado. In: *O Direito a Memória – Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Depto. Patrimônio Histórico, 1992, p. 26.

Hobsbawm observa que a grande maioria das manifestações tidas e ditas como *tradicionais*, são na realidade *tradições inventadas* ao longo dos dois últimos séculos e que são na realidade, substitutos da ideologia liberal ao vazio deixado pela destruição das velhas estruturas sociais e seus ritos próprios.

Ao colocar-se conscientemente contra a tradição e a favor das inovações radicais, a ideologia liberal da transformação social, no século passado, deixou de fornecer os vínculos sociais e hierárquicos aceitos nas sociedades precedentes, gerando vácuos que puderam ser preenchidos com tradições inventadas ¹⁶⁸.

Por tradição inventada Hobsbawm define,

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado ¹⁶⁹.

Assim, essa *tradição inventada*, seria um instrumento ideológico das novas elites políticas e intelectuais, atuando através das instituições e manifestações rituais públicas ou simbólicas, tendo por finalidade o fornecimento de novos valores e padrões de comportamento, e a hierarquização de suas classes. Agiria dessa forma, através da seleção de um passado que lhe fornece as bases para uma idéia de continuidade histórica que contém as regras claras ou subjetivas de uma nova composição social.

Na medida em que o Instituto faz constantes referências a Abolição como marco desse passado histórico, no qual seus membros se inscrevem como principais agentes, a manutenção da Memória em torno desse fato torna-se importantíssima para marcar o lugar de destaque da Instituição estabelecendo com

¹⁶⁸ HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 16.

¹⁶⁹ Id. *Ibidem.*, p. 9.

ele uma continuidade, mesmo que bastante artificial. A tradição contida no ato de rememorar, através de comemorações, divulgações e escritos o grande feito de seus mortos, estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória ¹⁷⁰.

Hobsbawm qualifica o estudo das tradições inventadas como possibilidade de compreender as relações humanas com seu próprio passado, porque essas tradições foram inventadas, quase que necessariamente utilizando-se do passado como legitimador e instrumento de hegemonia do grupo dominante. Em alguns casos, salienta, *o elemento de invenção, que serve de suporte da ideologia acaba por tornar-se o próprio símbolo do conflito social. Isso ocorre porque essa seleção não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo* [grifos do autor] ¹⁷¹.

A apropriação de um episódio do passado por um grupo, tornando-o particular e esvaziando de significados esse mesmo episódio para outros que também o requerem como significativo para sua memória, coloca em oposições as memórias relacionadas a esse fato, o que traz implicações para a forma e o resultado de como esse passado passa a ser construído.

Note-se, por exemplo, que naquele ano de 1984, ainda iniciante e incipiente, com apenas dois anos de existência formal, o Movimento Negro local já existia, formado pela articulação de grupos de consciência negra da cidade e do interior

¹⁷⁰ Id. Ibidem., p. 10.

¹⁷¹ Id. Ibidem., p. 21.

do estado. Nos anos anteriores (1982 e 1983) esse mesmo grupo havia organizado uma série de atividades em contestação a data vindoura do centenário, em novembro de 1983, a imprensa local noticiara a movimentação do grupo em torno do questionamento das comemorações oficiais¹⁷².

Estabelece-se nesse momento o que Maurice Halbwachs classificou de oposição entre a história e a memória coletiva dos grupos sociais. A Abolição, como fato máximo e suficiente do passado do povo negro no Ceará, revela um movimento arbitrário e indiferente da História promovida pelo Instituto, no sentido de ofuscar, silenciar e diminuir a memória social dos negros cearenses¹⁷³.

Assim, o momento em que a memória social do negro foi suplantada pela História oficial do Ceará destinada a constituir uma unidade social através dos mecanismos de educação, comunicação e cultura, configura um processo que se explica pela ausência de interlocutores que possam ainda trazer na memória o passado do grupo, ou seja, pelo desaparecimento do grupo que a guardava.

A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservassem alguma lembrança¹⁷⁴.

Nessa definição de Halbwachs, a memória de uma sociedade persiste apenas enquanto permanecem as lembranças significativas para o grupo, desaparecendo ou dando lugar a novas memórias

¹⁷² Ceará Terra da Luz. Um título ameaçado. *O Povo*. 12/11/1983, p. 13. Muitos debates na Semana da Consciência Negra. *Diário do Nordeste*. 20/11/1983, p. 20. A conscientização da Negritude. *O Povo*. 25/11/1983, Caderno B, p. 17.

¹⁷³ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. 2^a. ed. São Paulo: Centauro, 2004, pp. 84-89.

¹⁷⁴ Id. *Ibidem.*, p. 85.

expressivas para o período seguinte ¹⁷⁵. Ou, no dizer de Pierre Nora,

Uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida, - uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo ¹⁷⁶.

Ao falarmos de um esgotamento das lembranças em torno da cultura negra e da finitude de suas testemunhas, poderíamos correr o risco de compreender esse momento, como o estancamento do passado do negro e da cultura negra no Ceará. No entanto, sabemos que essa memória pode operar por meios e mecanismo diversificados capazes de mantê-la refugiada por longos períodos nos mais inusitados lugares e formas, sendo possível a sua percepção no cotidiano e nas formas de expressão de nossa gente, como nos diz De Decca:

Poderíamos dizer que hoje a memória coletiva encontra-se refugiada em lugares pouco visíveis, preservada tenuamente por meio de rituais e celebrações onde alguns grupos a mantêm ciosamente resguardada do assalto da história, ou então em lugares mais imperceptíveis ainda, como em nossos gestos, nos saberes de nosso silêncio e em nossos hábitos ¹⁷⁷.

Ainda sobre esse suposto esgotamento da memória, Michael Pollak nos revela uma dimensão importante para compreendermos as dinâmicas da preservação e constituição das memórias coletivas, aquela que chama de acontecimentos *vividos por tabela*, ou seja, uma série de eventos vividos ou não, pelo grupo ou pela coletividade à qual *a pessoa se sente pertencer*.

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de

¹⁷⁵ Id. Ibidem., p. 86.

¹⁷⁶ NORA, Pierre. Op. Cit., p. 7.

¹⁷⁷ DE DECCA, Edgar Salvadori. Memória e Cidadania. In: *O Direito a Memória – Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Depto. Patrimônio Histórico, 1992, p. 130.

identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada¹⁷⁸.

Notemos ainda que as lembranças do período escravista referem-se a um passado que a maioria dos afrodescendentes não vivenciou, mas que são a ele associados, a partir de sua cor e traços fenotípicos, e em decorrência desse preconceito e discriminação que essa associação produz, vivenciam esse passado como acontecimento extremamente doloroso e estigmatizante para ser conservado.

Nesse caso, como interpreta Pollak, as memórias sobre a escravidão podem ser chamadas de *memórias subterrâneas*, operando como sobrevivência de *lembranças traumatizantes* resguardadas por um período longo, *que esperam o momento propício para serem expressas*. Assim,

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente, as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e de redistribuição das cartas políticas e ideológicas¹⁷⁹.

Somente quando se rompe com o silêncio e elabora-se uma Identidade positiva, essas memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, apresentando reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplando a essa disputa da memória¹⁸⁰.

Naquele momento, as identidades negras no Ceará ainda extremamente estigmatizadas impossibilitavam embates maiores, por parte de uma coletividade negra cearense, em torno dessas comemorações, pois somente pelo reconhecimento e aceitação de uma

¹⁷⁸ POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol 5, nº 10, 1992, p. 201.

¹⁷⁹ POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol 2, nº 3, 1989, p. 5.

¹⁸⁰ Id. *Ibidem.*, p. 5.

Identidade étnica é que se pode desenvolver o sentimento de pertença a esse grupo étnico, partilhando e querendo as mesmas memórias.

Compreende-se nesse sentido, o porquê de no período imediatamente seguinte à Abolição, haver uma tácita estratégia por parte dos libertos, de ocultamento de suas origens e tradições que remetiam a esse passado dos quais libertos e seus descendentes desejavam evadir-se.

Livres das correntes, mas atrelados à pobreza, ao preconceito, e ainda vítimas da ausência de políticas que os integrassem à sociedade, não mereceram atos que produzissem alívio imediato e muito menos que proporcionassem a progressiva e segura superação da secular exclusão já internalizada no todo social ¹⁸¹.

Pesquisando os agrupamentos negros no Ceará como lugares de memória, Alecsandro Ratts percebeu que uma das características dessa memória sobre o período da escravidão é a sua completa ausência de referências no cotidiano dessas comunidades. Para ele, o cativo, a abolição, os quilombos, aldeias de escravos ou a Princesa Isabel, entram no mesmo rol de temas sem conotações sociais. Os moradores desses agrupamentos negros referem-se de forma extemporânea, a períodos imemoriais chamados genericamente de *tempos ruins vividos pelos antigos*, e mais proximamente de tempos em que o patriarca *não estava mais na escravidão*.

Esse período permanece como um quadro distante, cujo peso sobre a trajetória atual de homens e mulheres é relativizado. Um dos sentidos de tal esquecimento é o questionamento da visão de escravo como sinônimo de negro ¹⁸².

Nessas comunidades, temas do universo da negritude como discriminação,

¹⁸¹ COSTA, Ângela Marques da. A Violência como Marca: A Pesquisa em História. In: *Negras Imagens*. São Paulo: EDUSP, 1996, p.83. Isso valia também para os negros livres, contaminados a partir de sua aparência e modo de vida, pelos estigmas sociais de preconceito e discriminação.

¹⁸² RATTTS, Alecsandro J. P. Op. Cit., p. 48.

rituais afro-brasileiros, e o tempo da escravidão dos pais e avós sempre foi de difícil abordagem e suas lembranças oscilam entre os silêncios e os esquecimentos, (*sou esquecida...; me lembro, mas já me esqueci...; nós não interessava saber...*) e silêncios (*não sei falar não...; vamos ficar parados por aqui, que ninguém pode conversar muito, ta faltando conversa...*)¹⁸³.

Na interpretação de Pollak *as fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento*¹⁸⁴, servem para separar o confessável e o inconfessável, estipulando a imagem que um grupo deseja criar, transmitir ou impor de si, distinguindo as conjunturas favoráveis e desfavoráveis às memórias marginalizadas.

Ao recolocar o tema da escravidão no centro das comemorações em torno do centenário da Abolição no Ceará, o Instituto se reafirma no cenário histórico e historiográfico cearense, se rerepresentando como protagonista desse evento, evidenciando os feitos humanistas de seus membros fundadores e da sociedade abolicionista de então.

Agindo dessa forma, o Instituto reafirmava e revalidava os velhos estigmas sociais, que como dissemos anteriormente, haviam sido justificados ao longo do século XX pelo discurso étnico da historiografia tradicional. Suas teses raciais foram novamente veiculadas pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos educacionais e culturais, trazendo à tona uma série de estereótipos.

¹⁸³ Id. *Ibidem.*, p. 78.

¹⁸⁴ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. p. 9.

As comemorações do Centenário da Abolição no Ceará agiram no sentido de recolocar a problemática do preconceito racial, sob novas condições históricas, tendo a partir de então, o nascente Movimento Negro como interlocutor e lugar de redefinição desse discurso, até então exclusivo.

As teorias historiográficas promovidas a partir do Instituto Histórico do Ceará, adquirindo *status* de verdade pelo senso comum, serviam de matriz ideológica, conscientes ou inconscientes para as práticas cotidianas de preconceito e discriminação. Essa imbricação existente entre ciência histórica e cotidiano pode ser analisada a partir da constatação da similitude entre o discurso científico, o qual procuramos demonstrar anteriormente, e as práticas cotidianas racistas, que buscaremos nos exemplos do capítulo próximo.

Esses dois aspectos representaram ao longo dos primeiros anos de existência do Movimento Negro cearense, os principais enfrentamentos, externos e internos que determinaram sua práxis. A problemática da constituição de um discurso identitário negro no Ceará, a qual estamos nos atendo nesse trabalho, foi pré-determinada por esses enfrentamentos aos quais o Movimento Negro local não pode se evitar.

No capítulo seguinte, trataremos das formas do racismo cotidiano no Ceará, da alienação e da expropriação da cultura afro-cearense, a fim de demonstrarmos a paridade como o discurso histórico tradicional colocando a necessidade da superação, a partir dos próprios negros, do racismo por eles internalizado, condição *sine qua non* se processaria a afirmação de um outro discurso identitário negro.

Capítulo II

O Movimento Negro no Ceará e o discurso da invisibilidade negra: "Uma clareira na confusão racial do Brasil"

A *invisibilidade do negro* no Ceará ¹⁸⁵, nascida dentro do discurso hegemônico como corolário e conseqüência lógica à negação da existência do negro cearense, apresentou-se como um dos primeiros e principais enfrentamentos para a articulação do Movimento Negro cearense. Essa crença generalizada ¹⁸⁶ provocava desdobramentos para a afirmação do movimento, pois não se reconhecia a legitimidade do grupo e, por outro lado, essa invisibilidade provocava a rejeição e a auto-rejeição do elemento e das manifestações da cultura afro-cearense.

A origem desse mito da invisibilidade do negro no Ceará liga-se diretamente à historiografia tradicional cearense, matriz e principal veículo dessa crença, motivo pelo qual torna-se necessário compreendermos as formas pelas quais essa idéia pode se generalizar tornar-se hegemônica nessa sociedade. Nesse sentido, perscrutar a genealogia e a permanência de um discurso excludente da participação social do elemento negro, nos estudos relacionados ao negro, promovidos pelo Instituto Histórico do Ceará, torna-se um imprescindível para essa compreensão.

¹⁸⁵ Os conceitos de *Invisibilidade* e *Invisibilização*, amplamente utilizados pela Sociologia, podem ser compreendidos em nosso caso como estratégias de resistência sociais pela qual, segmentos discriminados da população agem de forma a não serem percebidos no tecido dessa sociedade e por outro lado, como tática pela qual a sociedade e o estado negam a presença do negro nesse estado e desobrigam-se de políticas e ações voltadas especificamente para essa parcela da população. Sobre o conceito veja as reflexões *in casu* propostas por OLIVEIRA JUNIOR, Adolfo Neves de. A invisibilidade imposta e a estratégia da Invisibilização entre negros e índios: Uma comparação. In: *Brasil: Um país de negros?* 2^a. ed. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 1999, pp. 165-174.

¹⁸⁶ Crença que podemos chamar inclusive de Mito, pois a ausência do elemento negro no estado do Ceará articula-se com a idéia da sociedade mítica construída a partir da literatura, no encontro do elemento branco (Martins Soares Moreno) com o elemento indígena (índia Iracema) do romance *Iracema* de José de Alencar, do qual nasce o cearense, representado por Moaçir.

O Instituto Histórico do Ceará, ao longo de sua centenária existência, tornou-se a instituição mais importante para a pesquisa histórica no estado do Ceará, mantendo-se por quase um século como a principal agência da história local. Os exaustivos trabalhos promovidos pelos seus membros, na busca, e na construção da história e da memória do povo cearense lhe credenciaram como lugar privilegiado do saber e estabeleceram essa instituição como principal centro de informação para a sociedade, influenciando decisivamente nos mecanismos de educação, de cultura e, sobretudo, na opinião pública local. Ainda hoje, o Instituto continua servindo como referência a todos aqueles que buscam conhecer nossas origens ¹⁸⁷.

Dentro dessa supremacia historiográfica que o Instituto do Ceará adquiriu, torna-se necessário, no contexto geral de nossa pesquisa, indagar sobre a gênese de algumas das considerações que embasaram a exclusão social do negro, atribuída em grande parte ao mito da pouca relevância social que o negro teve neste estado.

A história do negro no Ceará, sintetizada no fato de ter sido o estado do Ceará, o pioneiro no processo de Abolição da Escravatura ¹⁸⁸, adquiriu grande relevância historiográfica, mas ao mesmo turno, a presença do elemento negro no Ceará não adquiriu a mesma importância, pois se considerou desde o surgimento dessa instituição que a presença do elemento de origem e descendência africana, em tempos colonial e imperial, de escala muito reduzida e sem influência sócio-cultural. Ademais, não lhes pareceu

¹⁸⁷ Sobre a produção do Instituto do Ceará na primeira metade do século XX, José Aurélio Câmara na Introdução à 2ª. Edição de *História do Ceará* de Tristão de Alencar Araripe, publicada em 1958, elabora uma classificação dessa produção desde a sua fundação em 1887 àquela data, em duas fases distintas, a primeira denominada *descritiva* caracteriza como um período marcado, pela *descrição nem sempre exata, dos fatos históricos, cujo conhecimento provinha de informações esparsas, documentadas ou não, (...) em arquivos desfalcados, (...) sem que houvesse a possibilidade de uma apuração rigorosa da verdade pela ausência de elementos de confronto*. E a segunda, por uma série de pesquisas chamadas *elucidativas* caracterizadas pela **produção de seus principais membros**, com base em *uma documentação segura e esclarecedora (...) [e pelo] confronto com documentos existentes em arquivos, não só no Brasil, mas também da Europa, [que] permite preencher lacunas, corrigir os erros, anular os equívocos, em suma – estabelecer a verdade histórica*. CÂMARA, José Aurélio. *Introdução*. In: ARARIPE, Tristão de Alencar. *História do Ceará*. 2ª ed. Fortaleza: Tipo-Lito Gadelha, 1958, p. ix.

¹⁸⁸ Antecipando-se a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, a então província do Ceará libertou oficialmente seus escravos quatro anos antes, através de um Decreto do Presidente da Província, Dr. Sátiro Dias em 25 de março de 1884.

relevante os traços histórico-culturais legados por esses africanos e seus descendentes, imperceptível na sociedade cearense, pois a miscigenação do europeu colonizador com o nativo cearense, bastou para explicar e justificar quase todas as características sócio-culturais de nossa gente.

Como lugar pioneiro e privilegiado da história e da memória oficial do povo cearense, identificamos que alguns dos preconceitos, equívocos e silêncios em torno da história do negro e da negritude cearense, tiveram por base, a produção científica ali produzida.

Assim, podemos considerar, na interpretação das relações étnico-sociais cearenses ao longo do século XX, a produção historiográfica originada nessa Instituição como um dos elementos de promoção do discurso racial que, ao mesmo tempo, suprimia a existência de qualquer tipo de conflito étnico-social e legitimava os estigmas sociais que provocavam diversas situações de preconceito e discriminação racial contra o negro.

Esse discurso historiográfico, estabelecido secularmente durante a existência e quase exclusividade dos estudos do Instituto em torno da Negritude cearense, surge mais tarde, durante a constituição do Movimento Negro no Ceará, como uma matriz discursiva e impeditiva de um novo discurso étnico que reabilitasse a possibilidade de existência de um espaço social para a população negra nesse estado.

Esse discurso elitista e aceito como científico até as últimas décadas do século XX, quando se consolidaram as universidades cearenses, tornou-se pela inserção social e política dos seus membros, um discurso hegemônico profundamente enraizado nas camadas médias e populares da sociedade, influenciando instituições estatais e particulares como a escola, as igrejas, as associações políticas, agências de notícias, os aparelhos culturais como museus, teatros, bibliotecas e a diversas expressões da cultura popular.

Dessa forma, no cotidiano da população cearense, estão ainda imbricados de várias manifestações de preconceito e discriminação racial. As teorias historiográficas levantadas pelo Instituto do Ceará serviram de

sustentação a essas formas de racismo e ao mesmo tempo, tentavam suprimir a existência desse tipo de conflito.

Nesse capítulo, propomos uma abordagem do Instituto Histórico do Ceará, como matriz discursiva sob a negritude cearense, a partir das premissas da construção desse discurso – o estabelecimento de uma Identidade Regional estabelecida sob a consideração da ausência do elemento afrodescendente.

Na interpretação de Almir Leal de Oliveira ¹⁸⁹, foi a partir da conclusão de Joaquim Catunda ¹⁹⁰, de que o Ceará representava *uma clareira no meio da confusão racial do Brasil* ¹⁹¹, que se originou, ainda no final do século XIX, a idéia de que o estado do Ceará representava algo original em termos raciais, *pois a miscigenação entre nós limitou-se praticamente ao português ambicioso e sensual, como índio matreiro e desconfiado* ¹⁹².

Considerava-se assim, implicitamente, a ausência do elemento de matriz africana como significativa no processo de composição racial e social cearense. Por seu turno, o negro foi alijado de sua própria historicidade e marginalizado dos processos históricos e sociais, sua memória histórica está ainda a ser construída e os silêncios a serem compreendidos e preenchidos, preferencialmente pela sua voz.

Assim, ao procuramos evidenciar o surgimento do Movimento Negro, no início dos anos 1980, estamos destacando um novo contexto e um novo momento na

¹⁸⁹ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2001, p. 119.

¹⁹⁰ Um dos sócios fundadores do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

¹⁹¹ Expressão usada por ADERALDO, Mozart Soriano. *História Literária do Ceará*. Revista do Instituto do Ceará, T. E. Nº 8, p. 226. De agora em diante usaremos como abreviação para Revista do Instituto do Ceará usaremos a sigla RIC seguida do Tomo (T), ano e página (s).

¹⁹² ADERALDO, Mozart Soriano. Op. Cit., p. 226.

história do negro cearense e, por conseguinte, uma nova fase no discurso em torno dessa negritude, até então, estabelecido a partir das considerações históricas e historiográficas produzidas pelo Instituto do Ceará.

Desse ponto de vista, a primeira, e talvez a mais significativa interferência, que se pode atribuir ao novo discurso, inaugurado pelo Movimento Negro do Ceará para a redefinição de uma *Identidade Negra cearense*, foi justamente a interrupção da exclusividade do discurso cientificista hegemônico estabelecido pelo Instituto Histórico desde o início do século XX e a proposição de um embate de idéias contra as generalizações e estereótipos sobre o povo negro cearense, presente ainda nos dias atuais.

Essa capacidade de validar um novo discurso identitário negro, pelo enfrentamento militante, provocando o rompimento da exclusividade do discurso do Instituto Histórico do Ceará favoreceu o surgimento de uma nova vertente de estudos sobre o negro no Ceará, a partir dos próprios militantes do movimento negro e coincidiu com o fortalecimento das revisões históricas, processadas a partir da década de 1980, que desconstruíram o mito da ausência do negro e questionaram as *representações sociais* estigmatizadas sobre o negro.

Vale ressaltar nesse sentido a importância ainda da Universidade como mediadora, na intersecção desses lugares de produção de conhecimento e promoção de discursos, que experimentava um período de revigoramento social e de re-politização no início da década de 1980 e que ajudou a promover uma importante revisão nos estudos sociais, especialmente sobre o negro no Ceará.

O discurso dominante sobre o negro cearense, no entanto, permanece ainda para além da história do Movimento Negro no Ceará, coexistindo com o discurso militante, até os dias de hoje, rivalizando-se, contrapondo-se, dialogando e negando-se mutuamente.

Nessa parte do trabalho, então, analisaremos dois momentos distintos da história do Instituto do Ceará, procurando demonstrar a permanência de um discurso em torno do negro e da escravidão no Ceará. Para essa análise tomaremos como referências os primeiros números da Revista do Instituto, momento em que se iniciaram as primeiras coletas e análises referentes à História do Ceará, e a publicação em 1984, do Tomo Especial Nº 7 da Revista do Instituto em comemoração ao Centenário da Abolição no Ceará que reproduziu alguns dos artigos escritos ao longo desse século sobre a abolição, escravidão e o negro no Ceará, acrescidos de novos trabalhos sobre a questão.

Nosso objetivo será demonstrar a permanência e persistência do discurso historiográfico do Instituto do Ceará e como essas idéias se cristalizaram na sociedade cearense, a fim de situar essas *imposições históricas* nos debates e lutas desenvolvidas pelo Movimento Negro cearense.

2.1. O INSTITUTO DO CEARÁ E A PRODUÇÃO HEGEMÔNICA DO DISCURSO SOBRE O NEGRO.

Durante a maior parte do século XX, a História do Ceará esteve vinculada, quase que exclusivamente, aos estudos realizados pelo Instituto Histórico do Ceará e seus membros. Fundada em 4 de março de 1887, essa instituição científica pretendia *fazer conhecida a história para a*

*propagação das letras e ciências da província*¹⁹³ a partir dos estudos locais, e, mesmo não ignorando as publicações de estudos históricos anteriores, pretendia ser capaz de re-ordenar, classificar e re-nomear as particularidades da história cearense diante da nação¹⁹⁴.

O Instituto Histórico do Ceará apareceu no cenário cearense do final do século XIX como lugar privilegiado de produção científica e cultural, tendo *por finalidade específica o estudo da História, da Geografia e da Etnografia, especialmente do Ceará*¹⁹⁵.

Os Institutos Históricos locais, surgidos ao final do século XIX a partir da fundação de seu congênere nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, representavam um esforço das elites ilustradas em demarcar um lugar privilegiado na produção historiográfica do país e afirmar as particularidades regionais coadunadas inexoravelmente ao processo de construção e legitimação da nacionalidade brasileira¹⁹⁶.

Como observa Schwarcz,

Para além das especificidades políticas e regionais, coube aos institutos a montagem de uma nomenclatura própria, bem como a elaboração de uma agenda com personagens e fatos, da qual muitos historiadores poucos se libertaram. Presos a um projeto enciclopédico que encontrava ordem e encadeamento onde existiam apenas eventos singulares em sua experiência regional, esses profissionais se comprometeram com a construção de uma história nacional, que, tendo o presente em mira, forjava o passado em tradição¹⁹⁷.

¹⁹³ *Estatutos do Instituto do Ceará*. RIC, T. I, 1887, p. 7.

¹⁹⁴ OLIVEIRA, Almir Leal de. Op. Cit., p. 84.

¹⁹⁵ *Estatutos do Instituto do Ceará*. Alteração de 1929.

¹⁹⁶ Ver dentre outros: COMAS, Juan et all. *Raça e Ciência*. São Paulo: Perspectiva, 1972. MAIO, Marcos Chor. (org.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FioCruz/CCBB, 1996. GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O IHGB e o Projeto de uma História Nacional*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos Nº 1, 1988, pp. 5-27 e SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, especialmente capítulo 4 – Os Institutos Históricos e Geográficos “Guardiões da História Oficial”, pp. 99-140.

¹⁹⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. Op. Cit., p. 133.

O principal meio de recrutamento dos membros do Instituto estava baseado no prestígio social e na afinidade com o grupo, mas sobressaía também o desempenho da atividade docente nos principais centros de ensino médio da província. A grande maioria de seus fundadores foi professor do Liceu do Ceará, da Escola Normal e da Escola Militar de Fortaleza. Da mesma forma, o estágio no Liceu se tornou uma das portas de entrada para o Instituto ¹⁹⁸. O Liceu, principalmente, possuía um enorme poder de enobrecer seus profissionais. Gustavo Barroso, em “Liceu do Ceará”, lembra que,

Havia cônegos e monsenhores, um dos quais várias vezes recusou a mitra. Havia oficiais do Exército, doutorados em ciências físicas e matemáticas, com anelões de turquesa (sic) estreladas de ouro. Alguns lentes eram deputados estaduais ou federais, outros haviam sido e outros iam ser. Este fora senador. Este outro era ainda. Aquele pertence ao parlamento do Império ¹⁹⁹.

José Murilo de Carvalho analisou como as elites políticas se constituíram ao longo do período imperial, com vista à formação de um Estado sob seu controle, primeiramente a partir da aquisição da Educação Superior, prosseguindo em busca de uma Ocupação nos diversos cargos da Administração Pública.

À educação superior veio somar-se outro fator que contribuiu para dar unidade à elite imperial – a ocupação. A ocupação, principalmente se organizada em profissão, pode constituir-se em importante elemento unificador através da transmissão de valores, do treinamento e dos interesses materiais em que se baseia. Na medida em que o recrutamento de uma determinada elite política se limite a membros de algumas poucas ocupações, aumentarão os índices de homogeneidade tanto ideológica como de habilidades e de interesses ²⁰⁰.

Vejamos que inicialmente eram 13 (treze) membros representantes de uma elite educada nas faculdades de direito e medicina do país, sendo 7 (sete) bacharéis em direito e já exercendo algum cargo na

¹⁹⁸ AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Intelectuais e política no Instituto do Ceará (1887-1920)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2002.

¹⁹⁹ BARROSO, Gustavo. *Liceu do Ceará*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Costa, 1940.

²⁰⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980, p. 73.

política (Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, João Batista Perdigão de Oliveira, Antonio Augusto de Vasconcelos, Virgílio Brígido, Virgílio Augusto de Moraes, Paulino Nogueira Borges da Fonseca e Julio César de Oliveira) 2 (dois) médicos formados pela Escola de Salvador (Guilherme Studart e José Sombra), 1 (um) agrônomo pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (o também poeta Juvenal Galeno), 1 (um) militar da Escola Militar do Rio de Janeiro (Joaquim Catunda), 1 (um) padre pelo Seminário Pio Latino de Roma (José Augusto da Frota), 1 (um) jornalista sem formação superior (Antonio Bezerra de Menezes).

Todos eles já haviam se destacado social e politicamente no cenário cearense na década anterior à fundação do Instituto. Mas foi a partir da fundação dessa Instituição que seus membros e suas teses ganharam aura de “*verdades*” a serem sistematicamente incorporadas a vida social da província.

No Ceará, verificamos essa íntima ligação entre elite intelectual e elites políticas, sendo muitas vezes, um mesmo grupo, favorecendo a difusão e consolidação das percepções científicas dos círculos letrados. A simbiose entre esses dois campos de poder era tanta que se torna difícil estabelecer qual predominava, já que até mesmo para existirem, as associações literárias, científicas e culturais dependiam da aprovação governamental, tornando-se, portanto, também um veículo dos valores do poder estabelecido ²⁰¹.

Para Almir Leal de Oliveira, ao mesmo tempo em que os membros eram

²⁰¹ Geraldo Nobre lembra que 10 anos antes de sua fundação, alguns sócios fundadores do Instituto já haviam feito essa mesma tentativa, mas os Estatutos não foram aprovados pelo governo dos “conservadores”. NOBRE, Geraldo. *Gênese do Instituto do Ceará*. Fortaleza: RIC., 1977.

recrutados entre aqueles de talento comprovado, que falavam porque podiam falar, à Instituição era garantida uma notável distinção de respeito que os credenciava a falar, de modo quase sobre-humano, sobre o passado cearense, até então, um assunto nebuloso e cheio de interrogações.

A distinção atribuída aos intelectuais integrantes desse espaço voltado para a produção da verdade sobre o passado cearense, por si só, já poderia ser considerada como elemento legitimador de suas teses²⁰².

Esse lugar de distinção atribuído pela participação na associação, observado acima por Almir Leal de Oliveira, significava a consolidação de um projeto político das novas elites sociais e culturais.

O prestígio social angariado pelo domínio intelectual de um discurso moderno, voltado para a consagração da ciência, da objetividade, da neutralidade, com vistas à conformação da verdade, distingue esse movimento cultural que, lançando seus alicerces na maioria das províncias delimita uma fronteira intelectual muito atuante²⁰³.

Da mesma forma, e mais importante para nossa análise, os membros do Instituto do Ceará, ocupando simultaneamente diversos cargos na administração pública, influenciaram de maneira definitiva vários aspectos da vida social da cidade e do estado, fazendo repercutir suas teses sobre diversas instituições políticas, sociais e culturais²⁰⁴.

Alguns trabalhos recentes em nossa historiografia têm possibilitado a compreensão e a análise da produção do Instituto Histórico do Ceará e a repercussão que essa instituição teve no desenvolvimento da ciência histórica no Ceará e de como os trabalhos ali

²⁰² OLIVEIRA, Almir Leal de. Op. Cit., p. 89.

²⁰³ AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Barão de Studart – Memória da distinção*. Coleção Outras Histórias Nº 9. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002, p.28.

²⁰⁴ Almir Leal de Oliveira em diversas partes de sua Tese de Doutorado, explicita como os membros do Instituto do Ceará utilizaram a máquina administrativa estadual para a realização de suas pesquisas, desde os governos do período imperial aos republicanos, onde segundo o autor, processou-se uma conformação a política então vigente. Ver páginas 101, 102, 110, 138, 189, 195.

produzidos se cristalizaram na sociedade cearense²⁰⁵.

Coube aos historiadores do Instituto Histórico do Ceará, como acadêmicos pioneiros da historiografia cearense, nomear, classificar e descrever as particularidades que diferenciavam a trajetória cearense das demais regiões do Brasil. A definição das origens, bem como a tematização de sua história, alimentou a constituição de elementos simbólicos da história do Ceará na definição dos traços distintivos do Ceará diante da Nação. A produção historiográfica cearense após 1887 preocupou-se em constituir uma “*verdadeira*” compreensão das origens do Ceará a partir do estudo de eventos locais²⁰⁶.

Além das definições dos limites geográficos externos, das particularidades naturais e suas subdivisões locais²⁰⁷, procurava-se estabelecer no Instituto, também as origens históricas, o que se estabeleceu numa narrativa da *origem mítica* do Ceará. Numa rápida análise sobre as tematizações preferidas na História do Ceará promovida pelo Instituto, verificamos que a participação do Ceará no movimento republicano da Confederação do Equador (1824) e a Abolição da Escravidão na província (1884) assumem uma enorme relevância para o passado cearense, aparecendo como marcos da História e da historiografia local. Acrescente-se que os fundadores do Instituto Histórico eram descendentes diretos dos heróis da Confederação do Equador ou tinham participado ativamente do movimento abolicionista.

Da mesma forma que o IHGB procuraria a definição e a singularização da nação brasileira, enquanto representante da idéia de civilização em meios às recentes

²⁰⁵ OLIVEIRA, Almir Leal de. OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2001, _____ *Saber e Poder – O pensamento social cearense no final do século XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1998, MONTENEGRO, João Alfredo. *A crise dos Institutos Históricos*. RIC., T. 112: 185-194, 1998, e _____. *Historiografia do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2003

²⁰⁶ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico...*, p. 83.

²⁰⁷ Nesse sentido a Dissertação de Mestrado produzida por RATTIS, Alecsandro J. P. *O mundo é grande e a nação também: Identidade e mobilidade em territórios negros*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2000, representa uma possibilidade de perceber como a delimitação das fronteiras geográficas pode estar associada à problemática étnica.

nações do Novo Mundo, o Instituto Histórico do Ceará procurava identificar os limites do território cearense, suas origens, o momento em que se suas fronteiras geográficas e sociais foram definidas. Dessa forma, como desdobramento de uma perspectiva inaugurada no IHGB, *esta historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: negros e índios*²⁰⁸.

Nesses centros, o tema racial pareceu auxiliar na construção de uma história branca e européia para o Brasil. Mais uma vez a cópia não era absolutamente fiel ao modelo: nos institutos, teoria evolucionista e monogenismo apareciam ao lado dos pressupostos darwinistas sociais e poligenistas, como se modelos originalmente excludentes pudessem ser mesclados. Com as conclusões evolucionistas, justificava-se o predomínio branco e a hierarquia social rígida. Utilizando um darwinismo sócio-biológico, explicava-se o “natural branqueamento” da população. Mas eram as teorias deterministas raciais que ajudavam a comprovar um certo atraso, ou condenavam a mistura racial no país²⁰⁹.

A Abolição representou naquela época um fator de constatação de que o Ceará, pelos esforços que vinha dedicando à *iluminação* de sua gente e para a superação do atraso político e econômico, entrava numa nova era em direção ao progresso e concretizava a sua inclusão no rol das sociedades civilizadas.

O projeto de fundar o Ceará enquanto uma nação civilizada vinha sendo alimentado durante toda a década de 1880 a partir dos movimentos abolicionista e literário, notadamente em Fortaleza. (...) A Abolição surgia como possibilidade de inaugurar uma nova sociedade, extinguindo o princípio da atrofia social, que era a escravidão²¹⁰.

Datado de 1888, o segundo Tomo da Revista do Instituto do Ceará, fundado no ano anterior, traz a *Ata da Sessão de 17 de maio de 1888*, cuja única pauta fora a comemoração da entidade pela promulgação da Lei Áurea. Percebe-se, na proposta de João Batista Perdigão de Oliveira, lida pelo então presidente Paulino Nogueira, a intenção dos membros do

²⁰⁸ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. Cit., p. 7.

²⁰⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. Op. Cit., p. 137.

²¹⁰ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico...*, pp. 86-87.

Instituto em evidenciar a participação da província do Ceará como pioneira no processo de Abolição da escravidão no país:

Si á Bahia, por ser a primeira das nossas irmãs avistada pela nauta feliz, coube o significativo epytheto de Primogenita de Cabral; não poderia deixar de caber o de Primogenita do Abolicionismo á pátria querida de José de Alencar. (...) O Ceará livrou seu solo de escravos sem a mínima commoção social e desmentio todas as previsões atteradoras: consolidou a tranqüillidade pela justiça e philantropia, saldou duas dividas sem danno a ninguém, e accumulou saldos, que são o melhor documento do nosso prospero estado financeiro (sic) ²¹¹.

O tema tinha naquele momento, para os intelectuais envolvidos com as agremiações literárias e científicas, o caráter de concretização de um processo político de *evolução social* dos quais os intelectuais eram seus idealizadores e principais articuladores. No seu mais recente livro, João Alfredo Montenegro faz a análise mais crítica e aguçada até hoje surgida entre os membros do Instituto sobre esse período:

A data da abolição dos escravos no Ceará – 1884 – ainda era recente e expressava uma tomada de posição ideológica própria de um liberalismo conservador que, por pouco tempo, se despia do qualificativo para submergir numa trama retórica de exaltação à liberdade, de congraçamento com a raça negra, nada oferecendo de concreto para a sua inclusão na sociedade, no mundo do trabalho ²¹².

De fato, a Abolição no Ceará tornou-se o último dos grandes fatos de nossa história e um dos temas favoritos da historiografia do Instituto do Ceará, mantendo-se constantemente revisitada ao longo do século XX, computando cerca de 70 artigos que se referem ao trinômio Negro - Escravidão – Abolição no Ceará ²¹³. Deles nos advêm várias informações sobre a construção da memória histórica do negro em nosso estado, das quais se depreendem várias conceituações sobre o negro. Conceituações que pela educação

²¹¹ *Sessão de 17 de maio de 1988*. RIC., T. 2, 1988, pp. 101-102.

²¹² MONTENEGRO, João Alfredo. *Historiografia do Instituto do Ceará.*, pp. 34-35.

²¹³ Esses artigos estão listados em nossas fontes de pesquisa.

formal ou pelas generalizações ganharam status de incontestes em nossa sociedade.

Assim, a primeira e principal notícia que nos vem quando interrogamos sobre a história do negro no Ceará, nos chega reproduzida década após década, a partir da obra *Estudos de História do Ceará* de Joaquim Catunda ²¹⁴, publicada em 1886, portanto, um ano antes à fundação do Instituto. Sobre a ausência de estudos que abordassem a participação do negro na origem do estado em sua obra, Catunda argumenta com a célebre justificativa de que *as condições agrícolas (...) nunca solicitaram grande número de braços negros* ²¹⁵.

A explicação corrente para a existência de uma população mestiça, ausente de índios e negros identificáveis no presente, tornou-se uma tradição local até os anos 1980, embasada pela adequação e assimilação do índio à população geral através das atividades pecuárias e a quase ausência do negro na economia colonial, já que a utilização do trabalho escravo ocorrera apenas nas atividades canavieiras e mineradoras apenas na zona sul do estado.

Nessa organização sócio-econômica, que veio caracterizar, no conceito de Capistrano [de Abreu], a civilização do couro, os ombros afros pouco entraram em cena. Restringiam-se aos misteres da criadagem, quando os “negros velhos” e as babás, que não sofriam, em regra, o peso e os castigos do eito, como nas zonas dos engenhos de açúcar e nas de mineração. No Ceará os canaviais mal alimentavam, ou alimentam, modestos engenhos bangüês de fabricação de rapadura, e as catas auríferas mal saíram dos fracassados ensaios de Itarema, de São José dos Cariris e das Fraldas da Serra Grande. Daí porque a percentagem do sangue africano é pequena dentro das veias do cearense. E também porque **humilde e pouco não**

²¹⁴ Essa obra de Joaquim Catunda adquire uma importância enorme quando percebemos que a tematização da História do Ceará proposta pelo Instituto está totalmente baseada nas teorizações nela inaugurada.

²¹⁵ CATUNDA, Joaquim. *Estudos de História do Ceará*. 2^a. ed. Fortaleza: Tipografia Litografia Gadelha, 1919, p 77.

pode subir na escala, ficou em baixo, sem ânimo de interferir na mesclagem da etnia cearense [grifos nossos]²¹⁶.

A partir do primeiro número da Revista do Instituto percebemos como essa idéia passa a ser constantemente reafirmada. Nesse Tomo I, Paulino Nogueira afirmava que a mestiçagem no Ceará se restringia apenas a brancos e índios. A sua definição do tipo cearense, herança da mestiçagem entre nativos e europeus, era representada pelo Caboclo Cearense que *é o mesmo índio, de cor avermelhada, acobreada, estatura mediana, para baixo, pé pequeno, pouca ou nenhuma barba, cabelos muito corridos, pretos, duros e levantados*²¹⁷. Essa tendência, inaugurada por Paulino Nogueira, de não levar em conta a presença de traços culturais africanos na construção da idéia de mestiço no Ceará contribuiu para a exclusão do africano como agente étnico formador do caráter cearense²¹⁸.

Sabemos que, contemporaneamente, no final do século XIX, intelectuais das mais variadas vertentes estavam preocupados em definir o caráter do povo brasileiro, utilizando-se inclusive da interpretação das relações étnico-sociais, Nina Rodrigues²¹⁹, realizou estudos onde a mestiçagem com o elemento africano representava a causa do atraso e desequilíbrio social do brasileiro.

Parte dessas idéias passou a ser justificada, para a não incorporação do negro liberto nas novas relações de produção e para a não-utilização de seu

²¹⁶ GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1971, pp. 77-78. Esse texto é uma apropriação que Girão faz de João Brígido em *Ceará Homens e Fatos* cuja 1^a. edição de 1899.

²¹⁷ FONSECA, Paulino Nogueira Borges da. *Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará*. RIC., T. 1, pp. 235-236.

²¹⁸ OLIVEIRA, Almir Leal. *O Instituto Histórico...*, p. 120.

²¹⁹ A obra de Nina Rodrigues é composta de *As raças humanas*, publicada em 1894, onde tratava de questão racial perante o Código Penal e *Os Africanos no Brasil*, publicado em 1933, onde realizou levantamento sobre a língua e a religião dos africanos na Bahia. Nina Rodrigues publicou ainda vários relatórios científicos a partir de levantamentos etnográficos e fulcrados nas teorias do racismo científico. Suas teses tiveram grande repercussão no início do século XX, quando ainda não existiam trabalhos antropológicos sobre os negros no Brasil.

trabalho. Além disso, esse ideário continuou a ser ‘sustentado’ pelas teorias racistas, com o crivo e prestígio das ciências ²²⁰.

O que nos parece patente, analisando a historiografia produzida pelo Instituto, é que seus membros viram-se prisioneiros dos mitos criados na origem dessa instituição.

Raimundo Girão em sua obra *A Abolição no Ceará* ²²¹, publicada pela primeira vez em 1956, que representa um esforço no contexto das pesquisas realizadas dentro do Instituto do Ceará, em reunir e sintetizar as pesquisas realizadas por seus membros resume em um único capítulo toda a trajetória do negro nesse estado, da chegada do elemento africano até a abolição da escravatura em 1884.

Ao longo dos 24 capítulos dessa obra, Girão nos propicia conhecer todos as personalidades locais e nacionais envolvidas na campanha abolicionista ao final do século XIX, as sociedades emancipacionistas, os principais fatos e datas, além de poesias ufanistas e biografias políticas. Em apenas um capítulo (Capítulo III da obra) analisa a toda a história do negro no Ceará. Excetuando-se a participação do Dragão do Mar e de José do Patrocínio, não há mais nenhuma participação de negros nesse processo. Suas fontes de consulta são uma bibliografia geral bastante restrita, a então limitada bibliografia local, uma quantidade considerável de artigos do Instituto do Ceará, jornais locais, além de correspondências e Atas da Assembléia Provincial que teve acesso, em primeira

²²⁰ VALENTE, Ana Lúcia. E.F. *Ser Negro no Brasil Hoje*. 13ª ed. rev. e amp. São Paulo: Editora Moderna, 1994, p.31.

²²¹ GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. Fortaleza: Ed. A. Batista Fontenele, 1956; 2ª. ed. revista, Imprensa Universitária do Ceará, 1969, 3ª. ed. pela Séc. Cultura do Estado, 1984. A 4ª edição de 1988, Centenário da Lei Áurea, editado numa parceria entre Prefeitura de Maracanaú e Fundação Casa de Cultura Capistrano de Abreu de Maranguape.

mão, quando foi diretor do Arquivo Público estadual ²²².

No capítulo III, *O negro no Ceará*, Raimundo Girão traça a trajetória do negro nesse estado, descrevendo os indícios de quando o elemento africano aqui chegou até a abolição da escravatura em 1884, excluindo, como ainda é comum na historiografia tradicional, a ausência total de referências ao negro no período posterior a emancipação em 1884 e mesmo em 1888.

Por todo esse terceiro capítulo, Girão se esforça em demonstrar sua crença na pouca enxertia social do negro pela consideração de que nas atividades agrícola e pastoril o escravo não fora presença massiva e que, portanto, a escravidão no Ceará fora essencialmente doméstica. Considera ainda que o tratamento dispensado aos escravos não se assemelhava a crônica nacional repleta de crueldades, motivo pela qual as fugas não eram uma prática comum e rebeliões muito raras.

Girão relata apenas alguns episódios constantes no texto de Dom José Tupinambá da Frota, sobre as crueldades que eram praticadas pelos senhores:

Havia, contudo, alguns de coração endurecido e mau, que mandavam açoitá-los cruelmente e depois retalhar-lhes as costas e sobre as feridas punham sal, aumentando indizivelmente as torturas que padeciam aqueles indefesos cativos. Muitos enforcavam-se para abreviar os sofrimentos ²²³.

Abreviando suas pesquisas acerca dos aspectos da escravidão negra no Ceará,

²²² Percebe-se assim, a preocupação de Girão em preservar a memória e a exclusividade dos estudos sobre o tema. Na Introdução a 4^a. Edição, Girão esclarece: “A extinção da escravatura no Ceará, tão eloqüentemente conquistada, não teve ainda o seu historiador, nem o sociólogo da sua interpretação. Com este livro não nos aventuramos a ser nem uma coisa, nem a outra. (...) Fizemos mais exposição do que história, de caso pensado, no desejo de colocar pontos nos ii e, por outro lado, perpetuar documentação que, de modo lastimável, está desaparecendo, roída por essa desgraçada e resistente fauna de traças e dos cupins, que devora arquivos negligenciados, favorecida pela ação do tempo, ainda mais destruidora”, pp. 16-17.

²²³ FROTA, Dom José Tupinambá da. *História de Sobral*. 2^a. ed. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1974, p.540.

conclui, que em tudo aqui, fora diferente das demais províncias do Nordeste.

O escravo que emerge da obra de Girão aparece como um ser sem história, inerte, sem vontade, sem atitude, dependente da caridade, da benevolência e da solidariedade alheia, como diz, sem *ânimo de interferir na mesclagem da etnia cearense*²²⁴.

A adjetivação empregada por Raimundo Girão e demais membros do Instituto do Ceará, na descrição do escravo, salta aos olhos de um leitor atento: *Revoltado, criminoso, fugitivo, insubmisso, indolente, humilde, sem ânimo, desmazelado, desprezível, pária, fétido, rebotalho, escoralha social...* Palavras fortes e preconceituosas que inseridas em determinados contextos de preservação de uma memória e tradição histórica, mantêm vigentes os estigmas sociais outrora aceitos.

De lá para cá, autores como Eduardo Campos, Geraldo da Silva Nobre, entre outros que se dedicaram também a questão do negro, da escravidão e da abolição no Ceará, têm-se pautado sob a cautela de evitar discussões entre seus pares do presente e do passado, contornando por vezes, questionamentos necessários.

Percebemos que apesar das várias contribuições que foram incorporadas a tradição historiográfica sobre o negro cearense²²⁵, ainda não houve entre os membros do Instituto Histórico do Ceará, quem procurasse revisitar e revisar os estudos sobre o negro ali realizados,

²²⁴ GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará.*, pp. 77-78.

²²⁵ Dentre elas podemos citar o estudo do NUDOC. *Abolição da Escravatura no Ceará: uma abordagem crítica*. Série História nº 1. Fortaleza: NUDOC, 1992, a pesquisa de OLIVEIRA, Pedro Alberto de. *As origens da Escravidão no Ceará*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 1979 e FUNES, Eurípedes Antonio. *Negros no Ceará*. In: *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.

assumindo uma postura autocrítica e incorporando os novos estudos já realizados²²⁶.

Utilizando-se da instrução pública primária e secundária, dos mecanismos de difusão intelectual (revistas, livros), dos meios de comunicação (jornais, rádios), dos aparelhos culturais (museus, teatros) e pela manipulação da memória, através das variadas comemorações históricas e cívicas, a elite política surgida com o liberalismo do final do século XIX pode se estabelecer ideologicamente²²⁷.

Assim, a simbiose a qual nos referimos no início desse texto, entre as elites políticas e as elites culturais no final do século XIX, persistiram por todo o século seguinte, favorecendo a difusão e consolidação de um discurso hegemônico em torno da questão racial no Ceará²²⁸.

Não será difícil, entender como as idéias surgidas no interior dessa instituição puderam sistematicamente penetrar no imaginário social a ponto de tornarem-se verdades incontestáveis por quase todo o século XX, o que procuraremos analisar no próximo capítulo através de exemplos cotidianos onde percebemos a fluidez da reprodução social do discurso generalizado da ausência e da estigmatização do negro no Ceará. Também não será difícil perceber como esse discurso generalizado em torno de uma memória da negritude cearense se apresentava no cotidiano da

²²⁶ Falo aqui de revisionismo histórico e historiográfico a partir das fontes utilizadas pelos membros do Instituto Histórico do Ceará, muitas delas quase exclusivas da instituição.

²²⁷ A vida pública do historiador Raimundo Girão, principal pesquisador e interlocutor social sobre a memória e história do negro no Ceará, demonstra bem a articulação e proximidade entre o Instituto Histórico do Ceará e as esferas do poder público, os aparelhos estaduais de cultura e a opinião pública. O historiador exerceu cargos de Secretário Municipal de Infra-estrutura, Prefeito Municipal, Diretor do Museu Histórico do Ceará e do Arquivo Público Estadual.

²²⁸ Sintomático da importância que os aparelhos culturais adquiriram no Ceará, como instrumento de manutenção e controle ideológico foi a fundação em 1966 da primeira Secretaria de Cultura estadual do país, cujo primeiro dirigente era também membro do Instituto Histórico do Ceará.

população através das celebrações históricas.

A celebração do Centenário da Abolição no Ceará em 1984 representa, para esse intuito, um momento privilegiado para percebermos a ação pedagógica dos mecanismos de manutenção da memória histórica em torno da Escravidão e da Abolição cearense.

Esse evento, ao mesmo tempo em que procura cristalizar as tradicionais percepções sobre o processo de escravidão e emancipação do escravo no Ceará, atribuída à reduzida importância do elemento negro na sociedade e à obra humanitária das novas elites locais, novamente ignora a existência do sujeito fundamental na celebração em questão, exaltando mais o fato que o ato, mais a memória que a trajetória.

No item a seguir, procuraremos apresentar a programação oficial do Centenário da Abolição no Ceará, promovida pelo governo estadual, mas que contou com o total apoio e participação do Instituto Histórico do Ceará, principal interlocutor e mentor intelectual do evento. Pretendemos com essa análise mostrar a permanência do discurso histórico tradicional em torno da negritude cearense e os mecanismos e veículos pelos quais esse discurso foi incorporado pela sociedade cearense.

2.2. O CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO NO CEARÁ.

Não passaria tão importante data para a história local sem grandes festividades. Antecipando-se as comemorações do centenário em torno da Lei Áurea, e antevendo o início dos preparativos e a repercussão que a data

nacional teria, novamente o Ceará sai na frente e realiza marcantes comemorações referentes ao centenário da emancipação local. Sendo o estado o pioneiro no processo abolicionista, então o deveria ser também nas comemorações do centenário nacional.

Por todo o ano de 1984, realizaram-se diversas manifestações e solenidades, oficiais, religiosas, jornalísticas, acadêmicas, culturais, estudantis, para assinalar a importância do feito cearense no século anterior. Essas comemorações em torno do Centenário da Abolição no Ceará revestiram-se de um caráter legitimador para o estabelecimento dos lugares da memória histórica local, *lugares onde a memória se cristaliza e se refugia*.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória ²²⁹.

Sabemos-se que o Instituto Histórico do Ceará, por sua relevância histórica, natureza, configuração e inserção social de seus membros, assumiu uma postura indisfarçável e indefectível com a manutenção da tradição historiográfica criada pelo grupo. Preocupação que se manifesta de diversas formas: na conservação e preservação quase que exclusiva de seus arquivos, (muitos deles sabidamente públicos), pela ostentação do edifício sede que recebeu o nome de *Casa do Barão* em homenagem a Guilherme Studart, pela forma ritual de iniciação de um novo membro ao grupo (indicação, avaliação, eleição, nomeação e posse), pelo

²²⁹ NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. Revista Projeto História. São Paulo, nº 10, 1993, p. 12.

formalismo de suas reuniões ordinárias, pela eleição solene de seus presidentes, pelas imperiosas comemorações cívicas nas datas oficiais do estado, pela celebração e pelo culto da memória através da citação e continuidade dos temas de pesquisa realizados pelos seus membros já falecidos.

Assim, o Centenário da Abolição no Ceará, ansiosamente aguardado no Instituto, adquiriu características de evento privilegiado na história de seus membros e da instituição, que marcou a data com celebrações de rememoração dos feitos de seus nobres e humanitários fundadores.

Por seu turno, os membros do nascente Movimento Negro do Ceará, perceberam que essas comemorações assumiram um caráter histórico-social baseado no discurso histórico tradicional até então vigente na sociedade, levando novamente a uma exclusão do elemento negro e de seu protagonismo no processo emancipatório da escravidão negra cearense. Mais uma vez, as comemorações em torno da Abolição ocorreram sem a consideração do sujeito principal desse evento.

Neste momento, a fragilidade ideológica do Movimento Negro cearense ainda incipiente, fez que este não conseguiu estabelecer uma postura de questionamento e contraposição às comemorações oficiais, na medida em que elas se estabeleciam na sociedade. Parece-nos também que o Movimento ainda não havia atingido um nível de reflexão suficientemente sólido a ponto de dimensionar as questões que se apresentavam naquele momento. O único documento que localizamos entre os textos produzidos pelo Movimento Negro naquele ano, nos dá conta de uma *Semana Abolicionista*, comemorada entre os dias 06

e 13 de maio de 1984, que evidenciava ainda uma preocupação com a consolidação do grupo²³⁰.

Lúcia Simão lembrou que em 1984, por ocasião das comemorações do Centenário, houve um *desejo* grande dos integrantes do Movimento Negro em dirigir-se às comunidades negras, como Conceição dos Caetanos, que eram visitadas por repórteres que para ilustrarem suas matérias pediam aos negros que reproduzissem cenas ligadas ao imaginário da escravidão, o que causava uma manutenção da imagem do negro como o escravo²³¹.

Existia um lugar em Uruburetama, chamado Conceição dos Caetanos, que os negros eram conhecidos através da imprensa, porque os repórteres iam até lá colocar correntes, pedras no pescoço dos negros, tirar fotos para falar do mês de maio, contar a história da escravidão através deles. Mostravam que o negro era escravizado, tinha a foto dos negros lá de Conceição. Fiquei sabendo dessa história e pensei, que tal a gente ir lá em Conceição e mostrar para eles o outro lado da história? Foi o que nós fizemos. Em 1984 lá estávamos nós pela primeira vez em Conceição dos Caetanos (Lúcia Simão).

Ratts explica em sua tese de doutorado, a recusa que se instalou entre os Caetanos em serem fotografados ou filmados, exigindo que a líder do grupo Senhora Bibiu autorize expressamente a produção de imagens. Ratts comenta que em 1978 um grupo de professores e alunos da Universidade Federal do Ceará produziu um vídeo sobre o que achavam ser um reduto de escravos fugitivos²³². Tendo os Caetanos recusado a falar sobre a escravidão, os produtores *para estimular a*

²³⁰ Cada dia da programação desta Semana foi dedicado a um aspecto da negritude local. No primeiro dia, 06/05/1984, a programação apontava os “Objetivos e Importância do Grupo de União e Consciência Negra para o negro” e no dia 08/05/1984 “Exposição da documentação do grupo: Cartazes, livros, jornais, etc”. *Relatório da Semana Abolicionista 06 a 13 de maio de 1984*.

²³¹ Em nossas pesquisas com os jornais do Centenário da Abolição no Ceará encontramos diversas ilustrações nesse sentido, por exemplo, as ilustrações de *O Povo*, 25/03/1984, Caderno de Cultura Extra “Ceará Terra da Luz”. Retomaremos esse assunto ao abordarmos no Capítulo 4 a *descoberta* das comunidades negras.

²³² *Conceição dos Caetanos*. Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Pró-reitoria de Extensão, UFC, 1978.

memória de membros do grupo os fizeram usar instrumentos de suplício do período escravista. Os jovens que fizeram parte desse filme, hoje são adultos e incluíram esse episódio na memória coletiva do grupo como um fato doloroso e discriminatório ²³³.

Como absoluto *dono da festa* o Instituto do Ceará articulou todas as comemorações em torno do evento, como veremos a seguir.

A data foi assinalada com o lançamento de um Tomo Especial de nº 7 da Revista do Instituto do Ceará - *Comemorativo do Centenário da Abolição dos Escravos no Ceará*. Por meio da qual, o Instituto fazia a atualização da memória histórica do estado e colocando-se novamente em cena, trazendo ao centro das comemorações a escravidão e a abolição, retornando a sua posição para a memória histórica do Estado e procedendo simultaneamente aos mesmos esquecimentos e as mesmas reencarnações, reafirmando dessa forma a memória histórica como memória social e pedagógica ²³⁴.

Essa edição trouxe 10 (dez) novos artigos sobre o tema da Abolição, da escravidão e do negro, 5 (cinco) documentários e mais 10 (dez) notas e transcrições de revistas anteriores. Dessa dezena de novos artigos publicados, sobressaem dois como novidades introduzidas na tradição dos estudos até então realizados pelo Instituto. São novidades tanto porque introduzem novas fontes de pesquisas e bibliografia quanto

²³³ RATTIS, Alecsandro José Prudêncio. *O mundo é grande e a nação também*. p. 94. Ratts refaz também a trajetória do agrupamento negro de Conceição dos Caetanos na mídia, desde a gravação desse vídeo "Caetanos" pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da UFC em 1978 às diversas abordagens da imprensa escrita, inclusive seus próprios artigos publicados no Jornal *O Povo* no ano de 1995.

²³⁴ Id. *Ibidem.*, p. 23.

novas perspectivas que apontam conclusões diferentes daquelas até então vigentes naquela instituição.

O artigo *A Escravidão do Ceará na primeira metade do século XIX*, de um dos mais novos sócios do Instituto, Pedro Alberto de Oliveira, que faz uma síntese de sua Dissertação de Mestrado sobre a economia daquele período, defendida junto a Universidade Federal de Pernambuco em 1979 e o artigo de Guarino Alves, *Elementos para o estudo da escravidão no Ceará*, publicado anteriormente como artigos no Jornal O Povo durante o mês de maio de 1978, dos quais, queixa-se o autor receberam apenas menção na Revista do Instituto²³⁵.

Pedro Alberto de Oliveira para tecer suas análises sobre o que foi a escravidão no Ceará traça toda a trajetória econômica dessa província, destacando a mão-de-obra empregada, indígena e negra, para finalizar seu artigo com importantes reflexões sobre o trabalho manual, associando-o tanto a uma rejeição por parte dos cearenses, como a estigmatização dos trabalhadores braçais herança da escravidão.

Apesar do Ceará nunca ter sido uma terra de escravos, o preconceito que se tinha e ainda hoje se tem contra o trabalho mecânico liga-se ao velho estereótipo social de origem colonial que menosprezava toda e qualquer profissão ou atividade que não fosse senhorial, liberal ou burocrática, mesmo que fosse uma “arte de ofício” – pedreiro, carpinteiro, marceneiro (sic), ferreiro, etc – tão importantes na época mas mister próprio das pessoas de classe inferior, servos e especialmente escravos²³⁶.

E conclui fazendo ligação dessa estigmatização social com a questão étnica racial onde se assentavam essas relações sociais.

²³⁵ ALVES, Guarino. RIC., T. 94, 1980, p. 76.

²³⁶ OLIVEIRA, Pedro Alberto de. *A Escravidão no Ceará na primeira metade do século XIX*. RIC., T. E. N° 7, pp. 70/71, 1984.

Não ser branco continuava um estigma. Como o escravo era uma pessoa de “cor”, e não trabalhar era uma das poucas coisas que os mestiços podiam ter em comum com a classe superior, trabalhar não era dignificante²³⁷.

Por seu turno, Guarino Alves, inspirando-se em Gilberto Freyre²³⁸, lança novas luzes e estabelece novas reflexões sobre o cotidiano do escravo no Ceará ao realizar análise de anúncios de compra, venda e fuga de escravos em jornais locais. Guarino demonstra a existência tanto do comércio quanto do aluguel de escravos entre senhores, bem como dos vários casos de fugas motivadas por maus tratos e castigos²³⁹.

Ainda nesta edição, excetuando-se os artigos acima citados, a participação e a influência do negro na sociedade cearense não aparecem como temas pertinentes à nossa historiografia. Verificamos, por exemplo, que na *Cronologia da Abolição no Ceará* fora a participação do Dragão do Mar na greve dos jangadeiros e da visita de José do Patrocínio, apenas uma data, 20 de maio de 1882, remete diretamente à participação do negro no processo abolicionista, a Fundação do Clube dos Libertos, sem dar nenhuma informação adicional.

Ademais, repetem-se os elogios costumeiros à elite letrada da época, sua benevolência humanitária, suas festas, seus banquetes, as procissões e orações enviadas e recebidas e as poesias tradicionais cedem lugar ao poema *Redenção um poema heróico da Abolição dos Escravos* de Otacílio de Azevedo, natural da cidade de

²³⁷ Id. *Ibidem.*, p. 71.

²³⁸ FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos anúncios de jornais do tempo do império*. Conferência proferida no 1º Congresso Afro-brasileiro realizado na Sociedade Felipe de Oliveira, Rio de Janeiro, 1934. Utilizada também por Eduardo Campos em estudo citado anteriormente.

²³⁹ ALVES, Guarino. *Elementos para o estudo da escravidão no Ceará*. RIC., T. E. Nº 7, 1984, pp. 73-99.

Redenção ²⁴⁰. Notamos que todas as tradicionais afirmações sobre a abolição no Ceará estão contidas. A crença no caráter brando dos tratamentos dispensados ao escravo, o reduzido número de escravos e, portanto a pouca importância do negro neste estado, a abolição como obra da caridade.

Tácito Teófilo, por exemplo, autor do artigo de abertura, *Abolição – Um ato de fé!*, enumera *três momentos de glória* na luta contra a escravidão, a atuação do Deputado Silva Guimarães no Parlamento Imperial, a greve dos Jangadeiros e o pioneirismo da Abolição. Especulando sobre as possíveis causas do pioneirismo cearense, cita o reduzido número de escravos, a pobreza da terra e no campo psicossocial *a natureza do trabalho do escravo junto à família do Senhor* ²⁴¹.

Um folder comemorativo ao Centenário da Abolição no Ceará ²⁴² distribuído pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Cultura e Desporto nas escolas, nos meios de comunicação, nos aparelhos culturais e para a sociedade de modo geral, ilustra bem que o discurso histórico-social vigente na sociedade era prioritariamente o discurso cristalizado e construído pelo Instituto Histórico do Ceará e presente no imaginário social. Esse folder, sem autoria declarada, tem o tamanho de uma página ofício, dobrado em três partes, ilustrado por um desenho com a imagem do mapa do Ceará e ao centro uma algema aberta, em seu interior um texto bastante denso de informações extraídas do

²⁴⁰ A antiga Vila de Acarape elevada à cidade em 1889 recebeu o título de cidade com o nome de Redenção por ter sido a cidade cearense pioneira na emancipação dos escravos, ocorrida oficialmente em 01/01/1883. Cfe. GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará.*, p. 159.

²⁴¹ TEÓFILO, Tácito. *Abolição – Um ato de fé!* RIC., T. E. N° 7, p. 25, 1984.

²⁴² Ver Anexo 1 - folder do Governo do Estado do Ceará, Administração Gonzaga Mota (1982-1986) em comemoração ao Centenário da Abolição no Ceará.

livro *A Abolição no Ceará* de Raimundo Girão.

Entre as informações lê-se: ***Devia ser extremamente cruel o tratamento dado pelos Senhores de fazenda aos nativos escravizados*** (referindo-se aos indígenas): *fracassada a experiência da escravidão do elemento indígena, os colonizadores tiveram de se valer da mão-de-obra africana...*, o Ceará contava em 1858, (...) com 32.290 trabalhadores cativos (...) ***o mais alto patamar da escravidão negra no território cearense, o notável presidente sugeriu a migração de colonos estrangeiros, mais bem capacitados para os serviços agrícolas do que os africanos, a Perseverança e Porvir lançava um projeto mais ambicioso, ao constituir uma sociedade humanitária, integrada por senhoras... e ainda sem mais nenhuma resistência, os focos do cativo no interior da província começaram a cair, um por um...*** (os grifos são todos nossos). E ao encerrar, em sua página derradeira, entrega a fonte do texto: *Segundo o historiador Raimundo Girão, interprete maior de toda essa jornada cívica e humanitária...*

Pode-se dizer, sem nenhum meio termo, que foram os historiadores do Instituto do Ceará que ditaram as regras para a festa do Centenário da Abolição no Ceará, fossem oficiais ou não, através da exposição de seus trabalhos veiculando suas verdades, fosse pela influência que exercia junto aos órgãos públicos, fosse pela inserção de seus membros nas diversas associações culturais, jornais e repartições.

A programação oficial, que teve como ponto principal a data de 25 de março de 1984, contou com desfile militar em frente ao Palácio da Abolição, prestação de serviços públicos e desfile de

maracatus na Avenida Beira-Mar culminando com a inauguração do Museu do Maracatu ²⁴³ nas dependências do Teatro São José.

Nesse dia 25 de março o Jornal O Povo publicou um Caderno de Cultura Extra com oito páginas, ricamente ilustrado, ainda em preto e branco, sob a coordenação de Blanchard Girão, intitulado *Ceará Terra da Luz*. Os autores eram, quase que exclusivamente, membros do Instituto Histórico e os textos, quinze ao todo, extraídos de revistas do Instituto, do Tomo Especial comemorativo ao Centenário e do livro *A Abolição no Ceará* ²⁴⁴.

Importante destacar nessa coletânea, o texto intitulado *A libertação dos escravos no Ceará, 25 de março de 1884*, de autoria do Dr. Sátiro de Oliveira Dias, presidente da província que declarou a Abolição no Estado. O texto assinado, da mesma forma que os demais, insere-se no Caderno, de forma tal que assume um aspecto de contemporaneidade com os demais autores, que escreveram naquela data, colocando passado e presente na mesma temporalidade – a do centenário.

Destoando desse conjunto, um artigo, o último na seqüência de apresentação, intitulado *O negro e a escravidão*, assinado por Felton Almeida, fazia uma breve reflexão sobre o racismo cotidiano, lembrando o caso de um jogador negro do Maguary Clube, o primeiro negro a integrar aquela agremiação. Sente-se nas entrelinhas, um tom de desculpas por estar tirando o brilhantismo daquela festa, mas,

²⁴³ O Museu do Maracatu assim como o Marco comemorativo do centenário da Abolição podem ser percebidos também como mecanismos de construção de lugares da memória histórica do Ceará (NORA, Pierre. Op. Cit.)

²⁴⁴ Alguns dos artigos são: *A Declaração* autoria de Raimundo Girão, *A abolição dos escravos e a Igreja do Ceará* de autoria de Fernando Câmara, *Cronologia da Abolição no Ceará*, autoria de João Hipólito de Oliveira, todos constantes no Tomo Especial Nº 7 da RIC.

segundo o autor, o que prevalecia na sociedade era um sentimento de tolerância e que não era possível fechar os olhos para a persistência das condições de vida dos negros brasileiros²⁴⁵.

No dia 26 de março de 1984, uma segunda-feira decretada pelo governo estadual como ponto facultativo para que funcionários públicos e estudantes da rede oficial tomassem participação nas comemorações cívicas, foi inaugurado o *Marco Comemorativo ao Primeiro Centenário da Abolição da Escravatura no Ceará*, um monumento de autoria do arquiteto Marrocos Aragão, no centro da Praça Castro Carreira (Praça da Estação), local em que o presidente Sátiro de Oliveira Dias pronunciara a frase *Na Província do Ceará não há mais escravos*²⁴⁶.

Nesse dia ainda, ocorreu solenidade no Palácio da Abolição para o lançamento da medalha Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar²⁴⁷, e o relançamento das obras *A Abolição no Ceará* de Raimundo Girão, *Revelação das condições de vida do escravo* no Ceará de Eduardo Campos e *Pernambuco ao Ceará* de Pereira da Costa.

Previa-se também para essa dia, o lançamento de um selo comemorativo pela Empresa de correios e Telégrafos, mas que não ocorreu por motivo muito elucidativo para essa pesquisa. A empresa de correios organizara uma série comemorativa à Abolição, que iniciaria com o título *Os*

²⁴⁵ O negro e a escravidão. *O Povo*. 25/03/1984, Caderno Ceará Terra da luz, p. 8.

²⁴⁶ A descrição completa da concepção da obra encontra-se na RIC., T. E. Nº 7, 1988, pp. 201-202. Ver também a reportagem: Monumento em homenagem à Abolição é mais uma atração turística. *O Povo*. 25/03/1984, p. 22.

²⁴⁷ Francisco José do Nascimento, negro liberto líder da revolta dos jangadeiros no porto de Fortaleza contra o embarque de escravos para as províncias cafeeiras do sul do país após a lei de proibição do tráfico intercontinental de 1850 e que por isso, recebeu o pseudônimo de Dragão do Mar.

precursores – Ceará e Amazonas, cujas emancipações deram-se no ano de 1884. Na solenidade de lançamento do selo, com o representante dos Correios presente, historiadores e autoridades do estado manifestaram-se contrários por não aceitarem que um outro estado participasse da mesma homenagem, não aceitavam que o estado do Amazonas fosse equiparado ao Ceará no episódio do Movimento Abolicionista, o que para os historiadores presentes, representava um *desvirtuamento da História* ²⁴⁸.

Outras entidades como a ACI – Associação Cearense de Imprensa, cujo presidente na ocasião era o também sócio do Instituto J.C. de Alencar Araripe, também participaram das comemorações referentes ao Centenário. Ainda em janeiro do ano de 1984, o jornalista e membro do Instituto, Eduardo Campos proferiu conferência na sede da ACI sobre o papel da imprensa na campanha abolicionista ²⁴⁹. Na ocasião estavam presentes o Secretário de Cultura do Estado, Sr. Jorivar de Macedo, também membro do Instituto Histórico, que representando o então Governador Gonzaga Mota, o Gen. Tácito Teófilo, o Prefeito de Redenção e o Prefeito de Pacatuba, além de Deputados Estaduais.

Ainda em comemoração ao Centenário da Abolição, na sede da ACI, foi inaugurada uma Exposição sobre a Escravidão no Ceará e o Movimento Abolicionista, que durou até o dia 25 de março. A exposição sob responsabilidade da Professora Walda Weyne da Universidade Estadual do Ceará, que contava com a colaboração do Arquivo Público do Estado, da Biblioteca Menezes

²⁴⁸ Inauguração assinala Centenário da Abolição. *O Povo*. 27/03/2005, p. 7.

²⁴⁹ ACI comemora o Centenário da Abolição. *O Povo*. 25/01/1984, p. 6.

Pimentel, do Museu Histórico e Antropológico e do Museu da Comunicação (atual Museu da Imagem e do Som), expôs publicações da época, documentos, objetos *sinistros* de tortura dos escravos, fotos dos abolicionistas, acervo hemerográfico, escrituras, gráficos de compra e venda de escravos, ofícios, cartas de alforria, a ata de inauguração do obelisco comemorativo ao cinquentenário da Abolição dos escravos em Acarape além de foto da jangada do Dragão do Mar²⁵⁰.

Toda essa Festa, com comemorações, monumentos, conferências, exposições, associações, elucidam para nós um esforço em estabelecer um passado eterno, uma nostalgia dos empreendimentos realizados pelos historiadores de outrora, que sobrevivem nos novos. Um movimento de retorno reflexivo sobre si procedidos nos círculos tradicionais da história local.

Por outro lado, essas comemorações também evidenciam a necessidade de reafirmação constante de uma tradição histórica que findando na memória coletiva, provocando um sentimento de esfacelamento da memória social, coloca o problema da reencarnação contido nessas comemorações, cujo cerne ainda possui dinâmica suficiente para que se possa reafirmar.

Assim, as comemorações do Centenário da Abolição no Ceará representam, utilizando as expressões de Pierre Nora,

Rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos²⁵¹.

²⁵⁰ Mostra focaliza cem anos da abolição da escravatura. *O Povo*. 01/02/1984, Caderno 2, p. 13.

²⁵¹ NORA, Pierre. Op. Cit., p. 13.

A idéia da escravidão cearense permanece nos nossos dias como efeméride e a abolição como terminalidade e como perpetuação desse processo. Como nos diz Maria Célia Paoli, citando Walter Benjamim, essa é a história dos vencedores, *sobre cujos feitos foram produzidos os documentos e erigidos os monumentos, referência única ao que se ensina nas escolas, se mostra aos turistas, se celebra nos feriados nacionais*²⁵².

No livro *A Invenção das tradições*, o historiador Eric Hobsbawm nos auxilia na compreensão desse fenômeno de construção das tradições, verificadas nesse fazer e nesse fazer-se do Instituto Histórico do Ceará, nesse processo que tornou a Abolição da escravatura um marco referencial da história do Ceará, sem que se tornasse um marco para a história do negro cearense.

As *tradições inventadas* teriam um aspecto vital na preservação de algumas Instituições Históricas, seriam um instrumento contra as constantes mudanças e inovações que o mundo moderno encetou no fazer histórico, especificamente no campo historiográfico, com seus contrastes, com novos atores entrando em cena, as novas tecnologias, os avanços científicos e a onda de revisionismo que marcou o final dos anos 1970.

Hobsbawm observa que a grande maioria das manifestações tidas e ditas como *tradicionais*, são na realidade *tradições inventadas* ao longo dos dois últimos séculos e que são na realidade, substitutos da ideologia liberal ao vazio deixado pela destruição das velhas estruturas sociais e seus ritos próprios.

²⁵² PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O direito ao passado. In: *O Direito a Memória – Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Depto. Patrimônio Histórico, 1992, p. 26.

Ao colocar-se conscientemente contra a tradição e a favor das inovações radicais, a ideologia liberal da transformação social, no século passado, deixou de fornecer os vínculos sociais e hierárquicos aceitos nas sociedades precedentes, gerando vácuos que puderam ser preenchidos com tradições inventadas²⁵³.

Por tradição inventada Hobsbawm define,

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado²⁵⁴.

Assim, essa *tradição inventada*, seria um instrumento ideológico das novas elites políticas e intelectuais, atuando através das instituições e manifestações rituais públicas ou simbólicas, tendo por finalidade o fornecimento de novos valores e padrões de comportamento, e a hierarquização de suas classes. Agiria dessa forma, através da seleção de um passado que lhe fornece as bases para uma idéia de continuidade histórica que contém as regras claras ou subjetivas de uma nova composição social.

Na medida em que o Instituto faz constantes referências a Abolição como marco desse passado histórico, no qual seus membros se inscrevem como principais agentes, a manutenção da Memória em torno desse fato torna-se importantíssima para marcar o lugar de destaque da Instituição estabelecendo com ele uma continuidade, mesmo que bastante artificial. A tradição contida no ato de rememorar, através de comemorações, divulgações e escritos o grande feito de seus mortos, estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória²⁵⁵.

²⁵³ HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 16.

²⁵⁴ Id. *Ibidem.*, p. 9.

²⁵⁵ Id. *Ibidem.*, p. 10.

Hobsbawm qualifica o estudo das tradições inventadas como possibilidade de compreender as relações humanas com seu próprio passado, porque essas tradições foram inventadas, quase que necessariamente utilizando-se do passado como legitimador e instrumento de hegemonia do grupo dominante. Em alguns casos, salienta, *o elemento de invenção, que serve de suporte da ideologia acaba por tornar-se o próprio símbolo do conflito social. Isso ocorre porque essa seleção não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo* [grifos do autor]²⁵⁶.

A apropriação de um episódio do passado por um grupo, tornando-o particular e esvaziando de significados esse mesmo episódio para outros que também o requerem como significativo para sua memória, coloca em oposições as memórias relacionadas a esse fato, o que traz implicações para a forma e o resultado de como esse passado passa a ser construído.

Note-se, por exemplo, que naquele ano de 1984, ainda iniciante e incipiente, com apenas dois anos de existência formal, o Movimento Negro local já existia, formado pela articulação de grupos de consciência negra da cidade e do interior do estado. Nos anos anteriores (1982 e 1983) esse mesmo grupo havia organizado uma série de atividades em contestação a data vindoura do centenário, em novembro de 1983, a imprensa local noticiara a movimentação do grupo em torno do

²⁵⁶ Id. *Ibidem.*, p. 21.

questionamento das comemorações oficiais
257

Estabelece-se nesse momento o que Maurice Halbwachs classificou de oposição entre a história e a memória coletiva dos grupos sociais. A Abolição, como fato máximo e suficiente do passado do povo negro no Ceará, revela um movimento arbitrário e indiferente da História promovida pelo Instituto, no sentido de ofuscar, silenciar e diminuir a memória social dos negros cearenses²⁵⁸.

Assim, o momento em que a memória social do negro foi suplantada pela História oficial do Ceará destinada a constituir uma unidade social através dos mecanismos de educação, comunicação e cultura, configura um processo que se explica pela ausência de interlocutores que possam ainda trazer na memória o passado do grupo, ou seja, pelo desaparecimento do grupo que a guardava.

A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservassem alguma lembrança²⁵⁹.

Nessa definição de Halbwachs, a memória de uma sociedade persiste apenas enquanto permanecem as lembranças significativas para o grupo, desaparecendo ou dando lugar a novas memórias expressivas para o período seguinte²⁶⁰. Ou, no dizer de Pierre Nora,

Uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida, - uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo²⁶¹.

²⁵⁷ Ceará Terra da Luz. Um título ameaçado. *O Povo*. 12/11/1983, p. 13. Muitos debates na Semana da Consciência Negra. *Diário do Nordeste*. 20/11/1983, p. 20. A conscientização da Negritude. *O Povo*. 25/11/1983, Caderno B, p. 17.

²⁵⁸ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. 2ª. ed. São Paulo: Centauro, 2004, pp. 84-89.

²⁵⁹ Id. *Ibidem.*, p. 85.

²⁶⁰ Id. *Ibidem.*, p. 86.

²⁶¹ NORA, Pierre. *Op. Cit.*, p. 7.

Ao falarmos de um esgotamento das lembranças em torno da cultura negra e da finitude de suas testemunhas, poderíamos correr o risco de compreender esse momento, como o estancamento do passado do negro e da cultura negra no Ceará. No entanto, sabemos que essa memória pode operar por meios e mecanismo diversificados capazes de mantê-la refugiada por longos períodos nos mais inusitados lugares e formas, sendo possível a sua percepção no cotidiano e nas formas de expressão de nossa gente, como nos diz De Decca:

Poderíamos dizer que hoje a memória coletiva encontra-se refugiada em lugares pouco visíveis, preservada tenuamente por meio de rituais e celebrações onde alguns grupos a mantêm ciosamente resguardada do assalto da história, ou então em lugares mais imperceptíveis ainda, como em nossos gestos, nos saberes de nosso silêncio e em nossos hábitos²⁶².

Ainda sobre esse suposto esgotamento da memória, Michael Pollak nos revela uma dimensão importante para compreendermos as dinâmicas da preservação e constituição das memórias coletivas, aquela que chama de acontecimentos *vividos por tabela*, ou seja, uma série de eventos vividos ou não, pelo grupo ou pela coletividade à qual *a pessoa se sente pertencer*.

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada²⁶³.

Notemos ainda que as lembranças do período escravista referem-se a um passado que a maioria dos afrodescendentes não vivenciou, mas que

²⁶² DE DECCA, Edgar Salvadori. Memória e Cidadania. In: *O Direito a Memória – Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Depto. Patrimônio Histórico, 1992, p. 130.

²⁶³ POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol 5, nº 10, 1992, p. 201.

são a ele associados, a partir de sua cor e traços fenotípicos, e em decorrência desse preconceito e discriminação que essa associação produz, vivenciam esse passado como acontecimento extremamente doloroso e estigmatizante para ser conservado.

Nesse caso, como interpreta Pollak, as memórias sobre a escravidão podem ser chamadas de *memórias subterrâneas*, operando como sobrevivência de *lembranças traumatizantes* resguardadas por um período longo, *que esperam o momento propício para serem expressas*. Assim,

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente, as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e de redistribuição das cartas políticas e ideológicas ²⁶⁴.

Somente quando se rompe com o silêncio e elabora-se uma Identidade positiva, essas memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, apresentando reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplando a essa disputa da memória ²⁶⁵.

Naquele momento, as identidades negras no Ceará ainda extremamente estigmatizadas impossibilitavam embates maiores, por parte de uma coletividade negra cearense, em torno dessas comemorações, pois somente pelo reconhecimento e aceitação de uma Identidade étnica é que se pode desenvolver o sentimento de pertença a esse grupo étnico, partilhando e querendo as mesmas memórias.

Compreende-se nesse sentido, o porquê de no período imediatamente seguinte à Abolição, haver uma tácita

²⁶⁴ POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol 2, nº 3, 1989, p. 5.

²⁶⁵ Id. *Ibidem.*, p. 5.

estratégia por parte dos libertos, de ocultamento de suas origens e tradições que remetiam a esse passado dos quais libertos e seus descendentes desejavam evadir-se.

Livres das correntes, mas atrelados à pobreza, ao preconceito, e ainda vítimas da ausência de políticas que os integrassem à sociedade, não mereceram atos que produzissem alívio imediato e muito menos que proporcionassem a progressiva e segura superação da secular exclusão já internalizada no todo social²⁶⁶.

Pesquisando os agrupamentos negros no Ceará como lugares de memória, Alecsandro Ratts percebeu que uma das características dessa memória sobre o período da escravidão é a sua completa ausência de referências no cotidiano dessas comunidades. Para ele, o cativo, a abolição, os quilombos, aldeias de escravos ou a Princesa Isabel, entram no mesmo rol de temas sem conotações sociais. Os moradores desses agrupamentos negros referem-se de forma extemporânea, a períodos imemoriais chamados genericamente de *tempos ruins vividos pelos antigos*, e mais proximamente de tempos em que o patriarca *não estava mais na escravidão*.

Esse período permanece como um quadro distante, cujo peso sobre a trajetória atual de homens e mulheres é relativizado. Um dos sentidos de tal esquecimento é o questionamento da visão de escravo como sinônimo de negro²⁶⁷.

Nessas comunidades, temas do universo da negritude como discriminação, rituais afro-brasileiros, e o tempo da escravidão dos pais e avós sempre foi de difícil abordagem e suas lembranças oscilam entre os silêncios e os esquecimentos, (*sou esquecida...; me lembro, mas já me esqueci...; nós não interessava saber...*) e silêncios (*não sei*

²⁶⁶ COSTA, Ângela Marques da. A Violência como Marca: A Pesquisa em História. In: *Negras Imagens*. São Paulo: EDUSP, 1996, p.83. Isso valia também para os negros livres, contaminados a partir de sua aparência e modo de vida, pelos estigmas sociais de preconceito e discriminação.

²⁶⁷ RATTTS, Alecsandro J. P. Op. Cit., p. 48.

falar não...; vamos ficar parados por aqui, que ninguém pode conversar muito, ta faltando conversa...) ²⁶⁸.

Na interpretação de Pollak *as fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento* ²⁶⁹, servem para separar o confessável e o inconfessável, estipulando a imagem que um grupo deseja criar, transmitir ou impor de si, distinguindo as conjunturas favoráveis e desfavoráveis às memórias marginalizadas.

Ao recolocar o tema da escravidão no centro das comemorações em torno do centenário da Abolição no Ceará, o Instituto se reafirma no cenário histórico e historiográfico cearense, se reapresentando como protagonista desse evento, evidenciando os feitos humanistas de seus membros fundadores e da sociedade abolicionista de então.

Agindo dessa forma, o Instituto reafirmava e revalidava os velhos estigmas sociais, que como dissemos anteriormente, haviam sido justificados ao longo do século XX pelo discurso étnico da historiografia tradicional. Suas teses raciais foram novamente veiculadas pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos educacionais e culturais, trazendo à tona uma série de estereótipos.

As comemorações do Centenário da Abolição no Ceará agiram no sentido de recolocar a problemática do preconceito racial, sob novas condições históricas, tendo a partir de então, o nascente Movimento Negro como interlocutor e lugar de redefinição desse discurso, até então exclusivo.

²⁶⁸ Id. *Ibidem.*, p. 78.

²⁶⁹ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. p. 9.

As teorias historiográficas promovidas a partir do Instituto Histórico do Ceará, adquirindo *status* de verdade pelo senso comum, serviam de matriz ideológica, conscientes ou inconscientes para as práticas cotidianas de preconceito e discriminação. Essa imbricação existente entre ciência histórica e cotidiano pode ser analisada a partir da constatação da similitude entre o discurso científico, o qual procuramos demonstrar anteriormente, e as práticas cotidianas racistas, que buscaremos nos exemplos do capítulo próximo.

Esses dois aspectos representaram ao longo dos primeiros anos de existência do Movimento Negro cearense, os principais enfrentamentos, externos e internos que determinaram sua práxis. A problemática da constituição de um discurso identitário negro no Ceará, a qual estamos nos atendo nesse trabalho, foi pré-determinada por esses enfrentamentos aos quais o Movimento Negro local não pode se evitar.

No capítulo seguinte, trataremos das formas do racismo cotidiano no Ceará, da alienação e da expropriação da cultura afro-cearense, a fim de demonstrarmos a paridade como o discurso histórico tradicional colocando a necessidade da superação, a partir dos próprios negros, do racismo por eles internalizado, condição *sine qua non* se processaria a afirmação de um outro discurso identitário negro.

Capítulo III

O Movimento Negro no Ceará e os estigmas cotidianos – A negritude estigmatizada

Decerto que o preconceito, a discriminação e o racismo não são práticas inauguradas em nosso meio, mas através de cada contexto em que se manifestam essas situações de distinção, motivadas pela diferenciação étnico-racial, podemos examinar as condições históricas em que se estabeleceram, as características que

assumem, a recorrência em que se evidenciam e as tensões sociais que envolvem essas práticas.

O preconceito racial no Ceará não é de outra essência ou origem que o preconceito verificado nas demais regiões do país. Aqui ocorrem as mesmas manifestações de preconceito (conceito previamente estabelecido) sobre os indivíduos de pele escura e a partir daí, as formas de diferenciação social que se apóia na secular associação entre cor e classe social.

Nesse processo, estão inseridas diversas formas de aversão, exclusão e discriminação dos indivíduos negros e de suas manifestações culturais manifestadas cotidianamente por diversos tipos de pessoas, inclusive negros, que incorporam os mesmos pré-julgamentos e as mesmas formas de diferenciação das quais são vitimadas.

Queremos, no entanto, evidenciar a especificidade do racismo presente na sociedade cearense, pois que o epíteto de *Terra da Luz* remete não somente a luminosidade solar desta terra, mas ao fato heróico dos cearenses *avessos a escravidão*, segundo a historiografia tradicional, por terem assumido a causa abolicionista como uma questão humanitária e libertado precocemente seus escravos, ainda no ano de 1884, tornando-se a primeira província brasileira liberta da instituição da escravidão negra. Fato que se firmou no imaginário popular e como marco histórico fundador desse Estado pelos auspícios dos membros do Instituto Histórico do Ceará, como procuramos demonstrar no capítulo anterior.

Constitui, portanto, uma contradição, sustentar que o racismo manifesto no Ceará tenha suas raízes

somente em decorrência do passado escravista, pois se nesse estado a escravidão negra no período colonial e imperial, fora de caráter bastante diminuto e de feições paternalistas, parece estranho e fora de lugar cremos que o racismo bastante acentuado e recorrente seja explicado somente como uma reminiscência do escravismo.

De ordinário, as fazendas e os sítios de cana-de-açúcar possuíam escravos quase sempre comprados a preço mais baixo, principalmente em Pernambuco, em troca de bois, porque atacados de chigua ou bicho, lá se desvalorizavam. Mas o ar do sertão sem demora os curava, readaptando-os para os diversos serviços. Também era comum que pessoas brancas e até de cor mantivessem 2 ou 3 escravos partilhando com eles o produto do seu trabalho diário. Tais escravos eram geralmente criados nas próprias famílias, ou africanos adquiridos muito moços por pequeno preço, sendo **considerados membros da família**, dividindo com esta quanto ganhavam. (...) Eis por que **não é bastante apreciável a percentagem de elementos afros na urdidura econômica do Ceará**, nem alto o índice de sua enxertia racial, no correr da mesma centúria. O crioulo, aqui, é mais da centúria 19, quando se intensificou um pouco a importação negreira (grifos nossos) ²⁷⁰.

Essa trama construída por Girão dirige as suas e as nossas atenções para a habitual associação que sempre relacionou a história e a presença do negro no Ceará com o trabalho escravo e com as características da escravidão. O negro a que se refere Girão e toda historiografia tradicional limita-se ao negro escravizado, numa associação contumaz entre negritude e escravidão. O que implica em fatídicos estereótipos.

Pedro Alberto de Oliveira, também membro do Instituto Histórico cearense, analisando as relações sociais estabelecidas no Ceará avalia que *o preconceito racial contra o negro tem mais causas históricas do que culturais* [mas esse preconceito] *não surgiu porque o africano fosse feio ou atrasado culturalmente* [pois também]

²⁷⁰ GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. 4^a. ed. Fortaleza: Fundação Casa de Cultura Capistrano de Abreu/Prefeitura Municipal de Maracanaú, 1988, pp. 45/51/52.

*existiram grupos indígenas feios assim como houve tipos negróides*²⁷¹.

Além da consideração estética pejorativa que faz de negros e indígenas, procura justificar que a motivação para o preconceito do cearense de origem portuguesa contra os negros, prendia-se à condição de escravo vivenciada pela maioria dos negros, o que criou diversos estigmas sobre o escravo africano e seus descendentes, mas esse *foi um ato de autodefesa do colonizador branco. Sem a estratificação social então dominante, perderia ele a hegemonia sócio-cultural que desfrutava. Não é uma justificativa, mas uma explicação* [os grifos são nossos)²⁷².

Ademais, essa associação cruel dos termos *escravo* e *negro*, estabelecidos como sinônimo ao longo do século XX pela historiografia tradicional, desviou e conduziu a atenção de muitos pesquisadores, antigos e novos, para uma distorção com relação a história e a presença do negro no Ceará relacionado inevitavelmente ao trabalho escravizado e ao universo da escravidão²⁷³. A participação e a influência do negro na sociedade cearense permaneceu, por muito tempo, como um tema exógeno a nossa historiografia.

Sabe-se que a quantidade de escravos aqui introduzidos para o trabalho nos períodos colonial e imperial não representa objetivamente o número de negros aqui existentes, nem reflete a

²⁷¹ OLIVEIRA, Pedro Alberto de. *Cultura negra e negritude no Ceará*. RIC., T. 109, 1995, pp. 43.

²⁷² Id. *Ibidem.*, pp. 43-44.

²⁷³ Do ponto de vista da História do Negro no Ceará, muito tempo tem sido gasto nos questionamentos em torno do percentual da presença negra, associando sempre negro e escravo. Cabe a Eurípedes Funnes o mérito de introduzir a reflexão de que essa é uma associação perversa (isso pode ser percebido nos documentos, depoimentos e assessoria junto ao movimento negro cearense e também em sua bibliografia).

participação do elemento negro e de sua influência sócio-cultural, além de que, essa associação gera uma ambigüidade conceitual que Eurípedes Funes analisa como um equívoco que *leva a uma lógica perversa: associar o negro à escravidão*²⁷⁴.

Essa associação limitava-se a compreender a presença negra no Ceará **exclusivamente** pela experiência da escravidão, e que o negro nada mais é que o resto de um sistema econômico falido. Excluía-se dessa forma outras dimensões da negritude e as experiências de liberdade vivida por muitos negros cearenses.

A visão estrangeira de Billy Jaines Chandler, possibilitou-o pioneiramente extrapolar as categorias de *pretos, mulatos e pardos* em benefício da percepção de uma população cujas pessoas eram *identificadas como portadoras de reconhecível origem negróide*, menosprezadas no papel social que desempenharam na composição étnica cearense:

Ao considerar a formação étnica do Ceará, acima de tudo, os negros devem ser observados como um elemento geral no deslocamento de pessoas para a área e no seu subsequente desenvolvimento e não, ligados somente com a instituição da escravidão e da campanha abolicionista. Pelos dados censitários tomados fica claro que nos primeiros anos do século XIX as pessoas livres, de inteira ou parcial ancestralidade negróide, superavam em número os escravizados. Assim – e este é o ponto crucial – a história dos negros nesta área não é principalmente a de um insignificante grupo escravizado que existia em estado de letargia sexual, mas antes de tudo um elemento geral que desempenhava um papel vital e ativo na formação étnica e na cultura da população geral²⁷⁵.

²⁷⁴ FUNES, Eurípedes Antonio. Negros no Ceará. In: *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000, p. 103.

²⁷⁵ "In a consideration of the ethnic formation of Ceará, moreover, Negroes should be regarded as a general element in the movement of people to the area and in its subsequent development and not linked only with the institution of slavery and the abolitionist campaign, for the appended census data make it clear that the early 19th century free persons of full or partial Negroid ancestry outnumbered the enslaved ones. Thus – and this is the crucial point – the history of Negroes in this area is not chiefly that of a numerically insignificant enslaved group existing in a state of sexual lethargy but rather of a general element which was playing a vital and active role in the formation of the general population and its culture". CHANDLER,

Da mesma forma, estranhamos que, para além dos mitos criados em torno de uma *aversão do cearense à escravidão negra* e de uma abolição precoce por uma questão **humanitária**, o racismo no Ceará apareça vivamente presente no cotidiano, pelas suas formas mais corriqueiras e muitas vezes assumindo características perversas.

Essa associação entre negro e escravo se faz ainda presente no cotidiano da população cearense, evidenciando a existência de um elo de interseção entre ciência histórica e senso comum, uma fonte única, um duplo canal por onde escoam as duas formas principais do racismo no Ceará: o discurso histórico e o racismo cotidiano.

A crença de que não há negros no Ceará, levou tanto a supressão da importância do negro e da cultura negra, como abriu a possibilidade para sua discriminação sem meios-termos, contando ainda com as formas consensuais pelas quais o negro cearense tenta se evadir da identificação racial e da estigmatização social a que está sujeito.

Ao abordarmos o processo de afirmação dessas identidades negras devemos percebê-las a partir de sua dimensão de estigmatização, percebida pelos diversos casos de racismo e que acarretava um visível grau de baixa-estima entre os negros cearenses. Essas identidades negras estigmatizadas foram as bases sobre as quais os militantes do Movimento Negro tiveram que construir um discurso positivo sobre a negritude cearense.

Dessa forma, na tentativa de recompor a trajetória do discurso militante

negro no Ceará, que procurava propor uma nova Identidade Negra cearense, torna-se imprescindível perceber, além das bases históricas e historiográficas levantadas no capítulo anterior, dimensionar através da experiência cotidiana, como esse racismo se manifesta e como se torna impedimento para a organização dos negros no Ceará.

De modo geral, percebemos que as principais características do racismo em relação ao negro no Ceará são: a *estigmatização* social assentada na crença de um passado escravista degradante, mesmo que a historiografia tradicional defenda que a instituição da escravidão fora irrelevante para a composição sócio-étnica cearense; o *esquivamento* da categorização/identificação étnica nas relações sociais por parte dos negros, que revela por um lado a tentativa de suprimir situações sociais conflituosas por motivos de diferenciação étnica, entendidas como constrangedoras, e por outro lado, o desejo do negro em evadir-se dessa identificação, aproximando-se da categoria e status de branco, caracterizando o ideal de embranquecimento; e a *depreciação* das manifestações culturais afro-brasileira, processo que se estabeleceu simultaneamente pela alienação e pela expropriação dessa cultura, e tem suas raízes, ao mesmo tempo em que se imbrica nas características citadas anteriormente. Assim, devemos compreendê-las como faces de uma mesma realidade, articulando-se e influenciando-se mutuamente.

Essas características do preconceito no Ceará, como dissemos, articulam-se as formas do racismo brasileiro estabelecendo e delimitando as fronteiras sociais entre suas classes, entretanto, possui particularidades e desdobramentos

próprios, que fazem desse estado, um caso singular, para a análise sócio-racial.

Nesse capítulo abordamos as formas específicas do racismo no Ceará: suas formas de manifestação no cotidiano, a interiorização por parte dos negros desses estigmas discriminatórios, a alienação das manifestações da cultura negra no Ceará e como se estabeleceram as primeiras reflexões em torno da necessidade de promover uma luta anti-racista. Usamos para momento o discurso militante e a ótica particular de nossos depoentes, que vivenciaram, eles mesmos, diversos casos de racismo, e conseguiram por intermédio dos Grupos de Consciência Negra estabelecer uma Identidade Negra positivada.

Nossos objetivos nessa abordagem são o de demonstrar o grau de intensidade do racismo contra o negro presente nessa sociedade a fim de compreender como esses elementos que outrora representavam obstáculos para a articulação dos militantes negros e para a afirmação do Movimento Negro cearense, se transformaram em importantes dimensões para a afirmação do Movimento Negro.

3.1. O RACISMO À CEARENSE

A experiência do racismo no Ceará será aqui apresentada através da vivência dos nossos depoentes, todos militantes do Movimento Negro do Ceará, escolhidos a partir de sua importância para a compreensão do movimento e pelo pioneirismo frente à questão racial. São, evidentemente, percepções militantes sobre preconceito e discriminação, mas através dos quais procuramos dimensionar a experiência dolorosa do racismo e da mesma forma, percebermos o processo de

superação da discriminação racial através da afirmação dos discursos identitários negros que justificam a formação do Movimento Negro.

Nesse sentido, nossos entrevistados têm uma clara consciência de que os episódios emblemáticos de racismo que nos relatam possuem um grande poder elucidativo, que operam para eles e para nós, uma explicação do processo individual de construção identitária bem como da sua militância e lugar no Movimento Negro.

Percebe-se que, em grande parte, esses episódios se tornam decisivos para a construção da identidade do entrevistado *a posteriori*, através da reflexão sobre seu significado. Na situação de entrevista, passados muitos anos, num momento em que a identidade de negro já está consolidada – e não só de negro, mas de liderança do movimento negro –, o entrevistado faz um esforço de recapitulação, elegendo os marcos de estruturação dessa identidade²⁷⁶.

Nesse sentido é importante salientar que percebemos que o Movimento Negro assume para nossos entrevistados um sentido de origem para a luta racial na qual se integraram e que a construção de uma consciência racial é um processo sobre o qual se reflete *a posteriori*, mas que se processa pela formação intelectual, inserção social e não exclusivamente através do Movimento Negro.

Nas entrevistas realizadas para essa pesquisa, percebemos que o preconceito racial possui uma dimensão importantíssima na composição das identidades raciais. Esse preconceito foi percebido, vivenciado e enfrentado por cada entrevistado, de maneira específica e em contextos diversos e em um momento em que apenas se iniciava o processo lento

²⁷⁶ ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar Araújo. *História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. Trabalho apresentado ao grupo temático Identidade negra e reconhecimento, durante o III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros: Pesquisa Social e Políticas de Ações Afirmativas, realizado em São Luís/MA, na Universidade Federal do Maranhão, de 6 a 10 de setembro de 2004.

de afirmação das identidades negras no Brasil contemporâneo.

Essas memórias revestiam quase sempre de lembranças emocionadas, pois significaram para nossos depoentes um redimensionamento da forma de estarem no mundo e quase sempre, o marco inicial da sua busca pessoal pela formação de grupos em que pudessem discutir abertamente essas situações e onde pudessem estabelecer formas de enfrentar esses casos, culminando muitas vezes na formação ou no ingresso nos grupos de consciência negra.

Lúcia Simão, uma das pioneiras do Movimento Negro local, em sua participação no Seminário Negrada Negada, realizado em 1992, por ocasião dos dez anos de atividades dos grupos de consciência negra do Ceará, nos proporciona perceber algumas das formas que o preconceito racial assume aqui.

Quando pensamos em formar um grupo de negros, foi um escândalo para os próprios negros, por não se aceitarem como negros. (...) As pessoas [brancas] usavam termos como: “*Você é negra mas de alma branca*”, ou então diziam “*Você estuda no mesmo colégio de meus filhos*”²⁷⁷.

Observemos que tanto por parte dos negros, que não desejavam ser identificados como negros, como por parte dos brancos, conhecedores dos estigmas relacionados a essa etnia, todos agem no sentido de minimizar as tensões que essa identificação provocava. A tentativa de suprimir situações conflituosas, por si só, revelam indícios das tensões em torno da identificação étnica.

A dificuldade inicial de organização dos grupos de consciência negra e do Movimento Negro em organizar seus quadros, apontada por Lúcia, tinha como principal motivo o fato de que os próprios negros não se assumiam e não

²⁷⁷ Relatório do Seminário Negrada Negada, 1992, mimeo.

desejavam ser identificados como negros. Lúcia²⁷⁸ lembrava em seu depoimento, que as pessoas costumavam desestimulá-la a formar um grupo de consciência e se evadiam do convite de diversas formas:

Podia convidar os próprios negros para uma reunião que eles diziam “*não, a gente não tem tempo não*” (...) quando a gente chegava perto de um negro pra convidar eles diziam “*eu não pertença a movimento, eu caminho muito bem sozinho*” (...) outros tinham conseguido uma ascensão diziam assim “*não, não quero saber, eu já sofri tanto por ser negro que eu não quero nem saber dessas coisas*”, quem não tinha condições dizia “*Não, esse aqui é o nosso lugar, nós nascemos pra isso mesmo, pra que essas coisas? Não é isso mesmo*”. (...) As pessoas diziam “*Eu não sou negro. Eu não preciso participar de movimento pra subir na vida*”²⁷⁹.

Nas respostas evasivas percebemos a alegação da falta de tempo, talvez para quem a questão étnica não aparecia como problema ou prioridade naquele momento, ou porque desacreditasse nesse instrumento como forma de enfrentamento; a percepção do Movimento Negro como instrumento de ascensão social ou pelo seu contrário, como instrumento de discriminação; ou ainda o conformismo de não vislumbrar a possibilidade de mudanças.

Certamente o nível de preconceito racial no Ceará ao início da década de 1980 ainda era muito forte e profundamente marcado pelo caráter pejorativo em relação ao fenótipo afro-brasileiro. Lúcia Simão lembrava que as pessoas convidadas e mesmo aquelas que aceitavam o convite para participarem do grupo de consciência negra, tinham entre as justificativas para não serem identificadas como negras os seguintes argumentos:

Elas diziam assim “*eu sou dessa cor aqui porque tomava muito banho de praia, meu cabelo é assim porque alguém cortou e esse alguém estava menstruada e o cabelo ficou ruim*”, nunca por ser negro, não se dizer negro.

Notemos que aqui se verifica ainda a reminiscência do discurso racista, positivista e cientificista característico do

²⁷⁸ Entrevista realizada com Lúcia Simão, dia 24/08/2003 na cidade de Fortaleza/CE.

²⁷⁹ Id. Ibidem.

final do século XIX que transcorreu todo o século XX, através de vários estudos que tentam interpretar a sociedade brasileira.

O discurso de Oliveira Viana, que procurava legitimar a inferioridade do negro, por exemplo, apresentava como justificativa para a impossibilidade de ascensão social de negros e mestiços, uma classificação baseada na cor e na pele:

Os preconceitos sociaes têm para com elles rigores selectivos de uma meticulosidade exaggerada. Elles descendem de uma raça servil, sem nenhuma tradição de nobreza. Os estigmas da raça inferior, ao demais, lhe recaem, em regra, justamente sobre aquelles dous attributos, que aos olhos do povo são os índices mais seguros da bastardia de origem: os cabelos e a cor. Esta e aquelles os tornam, noventa e nove vezes sobre cem, indissimulaveis. Essa indissimulabilidade é o grande embaraço, o maior embaraço que elles deparam no seu incoercivel movimento de ascensão para as classes superiores [sic] ²⁸⁰.

Todos esses estudos atribuem, equivocadamente, à tonalidade da pele e ao cabelo encarapinhado, utilizados num passado escravista como critérios para estabelecer uma classificação do tipo de trabalho a ser desenvolvido pelos diferentes escravos, no eito, nos afazeres domésticos no interior da casa grande ou nas atividades de ganho, estabelecendo, dessa forma, uma classificação da personalidade e aptidões dos negros a partir de um padrão estético branco ²⁸¹.

No início dos anos 1980, percebemos que o fenótipo ainda determinava a Identificação étnica do negro e, por conseguinte, o lugar social para sua discriminação. Fugir desse estereótipo aparecia como uma defesa natural que corresponde a uma tentativa inútil de evasão das formas de discriminação. Muitos estudos já demonstraram a importância do fenótipo

²⁸⁰ VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Coleção Brasileira. Vol. 10. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933, p. 161.

²⁸¹ GOMES, Nilma Lino. Uma dupla inseparável: Cabelo e cor da pele. In: *De preto a Afro-descendente*. Trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: Ed. UFSCar, 2004, pp. 137-150. Ainda não existem estudos que demonstrem se essa prática ocorreu ou de como possa ter ocorrido no Ceará.

no processo de identificação étnica do negro brasileiro, baseado, sobretudo na escala cromática da pele negra e no cabelo encarapinhado próprio da miscigenação afro-brasileira²⁸².

Entendido como um *Estigma*, ou seja, como um atributo identitário depreciativo, considerado a priori nas relações sociais, e que desqualifica socialmente seu portador, a negritude percebida cotidianamente pelos traços fenóticos como a cor da pele e o cabelo, constitui um emblema físico do qual os indivíduos não podem evadir-se senão pelas tentativas desesperadas de correção daquilo que julgam ser um defeito ou um problema, ou ainda pela assimilação da linguagem discriminatória que se manifesta num repertório de ações contra o estigmatizado.

Assim, o estigmatizado poderá agir em consonância ao que pretende quem o discrimina, reproduzindo sistematicamente o preconceito do qual foi vitimado, especialmente quando identifica outrem a quem pode conferir um grau ainda maior da sua mesma estigmatização²⁸³.

Não será à toa que ainda hoje, o cabelo crespo ou os penteados étnicos representem, respectivamente, um estigma e um signo de afirmação identitária. No imaginário popular o cabelo é uma linguagem que ajuda a decifrar o lugar social dos sujeitos e, portanto, de sua vulnerabilidade à discriminação. O desejo manifesto pelos negros em disfarçá-lo ou

²⁸² Entre eles podemos citar PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*. Col. Brasileira. Vol. 141. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945. AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor*. Col. Brasileira. Vol. 282. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1955. COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro*. Col. Brasileira. Vol. 276. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1953. BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e Negros em São Paulo*. Col. Brasileira. Vol. 305. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1959. SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

²⁸³ GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada*. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1988, pp. 13-19.

negá-los, das mais variadas formas, representa uma tentativa de camuflar o pertencimento étnico-racial, encobrendo dificuldades e dilemas pessoas de auto-aceitação e convivência com a discriminação.

Por influência do Movimento Negro contemporâneo, o cabelo tem adquirido um caráter importante no reconhecimento das raízes africanas, sinal de resistência contra a imposição de um padrão estético europeu e como forma de denúncia do racismo. Da mesma forma, diversos signos identitários, outrora estigmatizados e estigmatizantes, tomados como marcos da inferioridade negra, foram re-apropriados simbolicamente pelos negros militantes a fim de demarcar valores culturais e estéticos específicos assinalando a consciência e o orgulho da pertença ao mundo africano²⁸⁴.

A negritude, como categoria que se aquilata a priori nos relacionamentos, evidencia os atributos físicos depreciados, em detrimento dos valores morais dos indivíduos que só podem ser percebidos no aprofundamento dos relacionamentos. Dessa forma, a negritude é uma condição a ser superada, minimizada ou escamoteada.

Lúcia Simão lembrava que naquela época havia um garoto que morava em sua rua e que lhe perguntava se *negro engomava o cabelo*, pois ela e sua irmã Cleide, por muitas vezes estiraram o cabelo com ferro de engomar²⁸⁵ e usaram durante muito tempo perucas para esconder o cabelo encarapinhado, inspiradas nas artistas negras da década de 1970. Lembra que ainda hoje é possível encontrar

²⁸⁴ Nessa perspectiva, os produtos “étnicos”, cosméticos, revistas, salões, etc., podem nos ajudar a refletir sobre a complexidade e os conflitos identitários, desde que considerados e analisados a partir da dupla ótica: da negação e da afirmação étnica.

²⁸⁵ *Engomar* é uma forma local para *passar a roupa a ferro*.

adolescentes e jovens negras, com esses mesmos conflitos.

Podemos compreender esses atos de usar perucas ou de engomar o cabelo com ferro, como uma atitude angustiada que se produz num contexto histórico discriminatório e excludente em que a negritude é percebida como um *estigma social* que (des) qualifica o indivíduo nos seus relacionamentos sociais.

Por outro lado, o estigma estabelece uma relação entre o atributo depreciado e um estereótipo sobre o qual são produzidos repertórios comportamentais e práticas discriminatórias, que mesmo os negros estigmatizados podem aderir como forma de evadir-se. Nessas práticas estão as práticas de autodiscriminação e de seus semelhantes, como dizer que pegou muito sol, que o cabelo *ficou ruim*, ou que o negro legítimo é o baiano (sempre um outro).

A própria Lúcia confidenciou sua amargura de infância e juventude, revelando a dimensão familiar que esse dilema assume:

Muitas vezes eu questionava minha mãe porque ela tinha casado com meu pai e a gente sofria tanto por causa disso, e eu dizia que não ia casar com um homem negro para os meus filhos não virem a sofrer, eu não me aceitava, eu não aceitava o meu cabelo, eu achava que meu nariz era grande, que se tivesse dinheiro eu ia fazer uma plástica para melhorar, eu não aceitava ser de uma família pobre...

O preconceito racial no interior da própria família parece ter sido uma das preocupações iniciais do Movimento Negro, pois além da menção de Lúcia, observamos que na Programação da Semana Abolicionista realizada de 06 a 13 de maio no ano de 1984, consta entre que os temas debatidos a *Descoberta de pessoas negras na família*, no primeiro dia da programação e no relatório de conclusões, as seguintes observações: A

*discriminação inicia na própria família, entre irmãos. Devemos educar nossos filhos de maneira que eles se sintam humanos, todos irmãos. Vamos ensiná-los amar o próximo, seja ele, a sua maneira*²⁸⁶

Muito frequentemente, ocorre com crianças negras, uma incompreensão das relações sociais que vão se estabelecendo no campo social na qual estão inseridas²⁸⁷. Da mesma forma, pode ocorrer com indivíduos adultos que, não convivendo na infância com a questão racial, se percebem numa rede de relacionamentos assentados sobre a questão étnico-racial, sendo muitas vezes surpreendidos com atos de preconceitos e discriminações, sem ter a prévia consciência dessas questões. Para muitas famílias, torna-se um dilema familiar o momento adequado para abordar com a criança a ocorrência de tais questões, pois o processo de identificação quando não se dá no interior da família, termina por ocorrer pela identificação externa²⁸⁸.

Lúcia Simão lembra que em sua casa, sua mãe sempre alertou a ela e sua irmã sobre a existência do preconceito racial, advertindo-as quanto à necessidade de altivez e da instrução escolar como meio de combater e superar a discriminação.

Ela falou para nós, “*vocês são negros, mas são pessoas que tem direitos e os mesmos direitos que vocês tem de estudar, porque se vocês não estudarem vocês nunca vão ser nada, porque ninguém vai respeitar vocês, primeiro porque são pobres e segundo porque são negros*”. (...) Nós éramos muito discriminados por sermos negros, mas não se tocava muito com isso porque quando eu chegava em casa, eu contava para ela e ela dizia “*eu disse para você, que tem que estudar, senão vocês vão sofrer muito*”. E eu só descobri isso quando entrei na Congregação Religiosa.

²⁸⁶ Grupo União e consciência Negra. *Relatório da Semana Abolicionista*. 06 a 13 de maio de 1983, Mimeo.

²⁸⁷ Embora nem sempre haja uma hostilidade declarada em relação à criança negra, verifica-se uma supervalorização da estética e cultura branca européia, o que certamente leva a criança negra a rejeitar suas próprias origens. Ver PEREIRA, João Batista Borges. *A criança negra: Identidade étnica e socialização*. Cadernos de Pesquisa, 63, novembro, 1987, pp. 41-45.

²⁸⁸ ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar Araújo. Op. Cit., p. 9.

Maria Benvinda²⁸⁹, militante negra de Tauá, também recordava que antes de participar do grupo de consciência negra, tinha preconceito consigo mesma e com a sua identificação como negra.

Antigamente eu mesmo tinha vergonha. Quando alguém me chamava “*Ei negra Benvinda*” aquilo me tocava, não gostava de pensar que eu era negra, eu me sentia envergonhada e devido a eu achar que negro era só aquele que tinha o cabelo bem enroladinho²⁹⁰.

Francisca Pereira de Sousa, chamada carinhosamente de Xuxu²⁹¹, religiosa e militante do movimento negro de Quixeramobim, lembrava em seu depoimento que sempre sentiu muito o preconceito pelas comunidades onde residiu como religiosa. Recordava que no início era difícil conviver com o preconceito mas que passou a suportá-lo pela consideração dos lugares sociais de onde as pessoas falavam, freqüentemente nas camadas mais baixas.

Quando eu entrei no grupo das Irmãs pra fazer experiência, chegava alguém e perguntava “*Cadê a dona da casa? Você trabalha aqui?*” Muitas vezes eu respondia: “*Trabalho aqui, a dona da casa não está, a senhora venha depois*”. Também a questão de ser professora. Alguns alunos diziam “*Essa negra é a professora? Vai dar certo não*”. Quando eu fui morar em Ipueiras, estava no ultimo ano para ser Irmã [Religiosa], ouvi dizer que a comunidade perguntava “*A irmã que vamos receber é essa negra?*” A primeira reação da gente é dizer um monte de coisa, mas quando a gente passa a conhecer o lugar, fica mais fácil tentar fazer um trabalho de conscientização²⁹².

Conceição, participante do grupo de consciência negra Zumbi dos Palmares de Tauá, narrava que quando foi aprovada em concurso público para ser professora no distrito de Cachoeira, houve uma reação muito forte da comunidade local em aceita-

²⁸⁹ Maria Benvinda é participante do Grupo de consciência Negra Zumbi dos Palmares de Tauá/CE. Participa das Pastorais Sociais da Diocese de Crateús e da Irmandade do Servo Sofredor, uma organização católica que tem na solidariedade entre os mais pobres a sua razão de existir. Entrevista Coletiva realizada com o Grupo Zumbi dos Palmares, Tauá/CE, setembro de 2003

²⁹⁰ .Id. Ibidem.

²⁹¹ Xuxu é APN – Agente de Pastoral Negra. Religiosa da Congregação do Sagrado Coração de Maria, formada em Pedagogia e professora da Rede Municipal de Quixeramobim. Participa de um grupo de consciência negra bastante restrito de professoras e universitárias negras da região de Quixadá/Quixeramobim.

²⁹² Entrevista realizada com Irmã Francisca Pereira de Souza (Irmã Xuxu), dia 24/10/2003 na cidade de Quixeramobim/CE.

la como professora. Lembra com a voz tremula, meio emocionada, meio indignada, que os moradores formaram até comissão para que o vereador local tomasse providências contra sua nomeação.

[Perguntaram] “Tarcísio, você vai deixar uma negra assumir a sala de aula da Cachoeira?” Quando eu soube, eu disse “Engraçado né, uma negra, mas foi a negra quem passou não foram as brancas”. Então o que vale não é a cor, não é a raça, é o conhecimento que a pessoa tem. Eu disse “pois eles vão ter que me engolir”. E me engoliram o ano todinho. Chorei muitas vezes lá dentro da sala de aula, por sofrer tanta discriminação, por tentarem botar na mente do povo que não era para ir para a sala de aula. Tinha dia que eu dava aula para um aluno, mas eu suportei a ano inteirinho [engasga a voz e chora] ²⁹³.

Existe nessas formas de reação a estigmatização pelos caracteres físicos, uma predisposição inicial a vitimização do negro, que representa uma consideração ingênua de que a assimilação é a única possibilidade de conviver com o cotidiano da discriminação.

Pierre Bourdieu, analisando as estratégias de dominação simbólicas nas lutas regionais e étnicas, percebe que essas formas de reações isoladas a uma categorização, representam partes de um jogo de relações entre forças opostas pelo poder de nomeação e, portanto, de dominação.

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso das interações da vida cotidiana, não tem outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante de sua identidade ou da busca da *assimilação* a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima ²⁹⁴.

Podemos, dessa forma, considerar que as várias estratégias de convivência com o preconceito sejam a assimilação resignada e por vezes conivente por parte dos próprios negros, ou o seu oposto, o enfrentamento deliberado de diversas formas, como a organização de grupos ou a

²⁹³ Entrevista Coletiva realizada com o Grupo Zumbi dos Palmares.

²⁹⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 124.

denúncia do racismo, representam formas de aceitação das relações étnico-raciais estipuladas a priori numa sociedade.

Percebemos ainda, que as lembranças mais dolorosas nos depoimentos prestados pelos nossos entrevistados, estão recorrentemente ligados aos casos em que o negro passa a ocupar posições de destaque social ou de comando, sobretudo Professor, como nestes casos relatados no interior do estado.

Por meio da ascensão social, o negro tem adquirido cada vez mais, altivez para enfrentar o racismo que se apresenta no cotidiano. Em reportagem alusiva ao tricentenário de Zumbi, o jornal O Povo trouxe trechos de entrevistas em que profissionais de diversas áreas comentavam situações de preconceito e discriminação. Alguns deles colocam a problemática dos espaços conquistado pelos negros:

O preconceito contra os negros é velado e sentia mais no início da minha carreira. Desenvolvi um mecanismo de defesa automático, que não me deixa sofrer. Mas, em vez de acreditar que exista algum tipo de racismo, prefiro acreditar apenas que é uma falta de oportunidade (Ricardo Black, Cantor)²⁹⁵.

A psicóloga Norma Thereza Mendonça sublinha uma forma de evitar conflitos étnicos pelo realce que se faz da posição social que o negro desempenha:

Acredito que por ter chegado do Rio ao Ceará trabalhando pela Universidade nunca tenha sofrido nenhum tipo de discriminação. Mas percebo que em qualquer apresentação as pessoas fazem questão de dizer meu nome acompanhado do meu cargo e habilitação profissional²⁹⁶.

Por seu turno, Nilda Didier, modelo, testemunhava a intensidade do racismo declarado no Ceará:

Morei na França e sempre fui muito bem tratada, inclusive pela família de meu marido. Em Maceió, onde nasci, nunca sofri nenhum tipo de preconceito. Aqui em Fortaleza me assusta a atitude das pessoas nas ruas que gritam me chamando de negra. Isso é realmente chocante²⁹⁷.

A adjetivação pejorativa, chamada na Sociologia de *insultos raciais* utilizada

²⁹⁵ As marcas de Zumbi na História do Ceará. *O Povo*. 19/11/1995, p. 5B.

²⁹⁶ Id. Ibidem., p. 5B.

²⁹⁷ Id. Ibidem., p. 5B.

por brancos no xingamento dos negros, está sempre ligada a relações de poder, agindo com a função de legitimar e reproduzir uma ordem moral ou uma hierarquia social entre os grupos utilizando-se para isso, a idéia de superioridade branca numa hierarquia racial²⁹⁸.

Esse racismo perceptível pelas ruas e praças da cidade, manifestado por populares, das mais diversas formas, apóia-se numa matriz da cultura popular que adentra de forma sorrateira o senso comum e passa a balizar certas relações sociais²⁹⁹. Os ditados populares, assim como a literatura de cordel, representa fonte inesgotável e imprescindível para percebermos o racismo presente na cultura popular cearense.

Graça Pereira³⁰⁰, militante negra de Tauá, lembrava que uma amiga a convidou a ir até o banco e pelo mau atendimento no estabelecimento, ouviu da

²⁹⁸ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 171.

²⁹⁹ Vários autores analisaram outras formas de estigmatização do negro e de como elas ganham o imaginário popular: a igreja (VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*. Petrópolis: Vozes, 1986. MIRA, João Manoel L. *A Evangelização do negro no período colonial brasileiro*. São Paulo: Loyola, 1983. TERRA, João E. Martins. *Bíblia, Igreja e Escravidão*. São Paulo: Loyola, 1983. VALENTE, Ana Lúcia E. F. *O Negro e a Igreja Católica – O Espaço Concedido, um espaço reivindicado*. Campo Grande: CECITEC/UFMS, 1994), o folclore (FERNANDES, Florestan. *Religião e Folclore*. In: *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: DIFEL, 1972), a literatura (FRANÇA, Jean M. Carvalho. *Imagens do Negro na literatura brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998. BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura Brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984), o teatro (MENDES, Miriam Garcia. *A personagem negra no teatro brasileiro*. São Paulo: Ed. Ática, 1982), a imprensa (SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987), a televisão e a mídia (SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999. COUCEIRO, S. M. *O negro na televisão de São Paulo: um estudo das relações raciais*. São Paulo: FFLCH/USP, 1983), o cinema (RODRIGUES, Carlos Rodrigues. *O negro brasileiro e o cinema*. Rio de Janeiro: Ed. Globo/Fund. Cinema brasileiro MINC, 1988), o rádio (PEREIRA, João Batista Borges. *Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo*. São Paulo: Editora Pioneira, 1967), e sobretudo, a educação (PINTO, R. P. *A representação do negro em livros didáticos de leitura*. Cadernos de Pesquisa, 63, Novembro, 1987, pp. 88-92. SILVA, A. C. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: CEAO, 1995).

³⁰⁰ Graça Pereira é coordenadora do Grupo de consciência Negra Zumbi dos Palmares de Tauá/CE. Também participa das Pastorais Sociais da Diocese de Crateús e da Irmandade do Servo Sofredor.

amiga o seguinte comentário: *Por isso é que dizem que negro não é gente, fusca não é carro e Bradesco não é Banco.* Indignada pela desconsideração da amiga, reagiu ao que interpretou como uma grave ofensa também a sua pessoa e a partir de então passou a ser considerada uma negra que não queria ser negra.

Florestan Fernandes em *O negro no mundo dos brancos* propõe uma análise sobre alguns elementos das raízes folclóricas ibéricas, para localizá-las nas representações coletivas do negro na tradição oral de São Paulo e nas tradições folclóricas brasileiras ³⁰¹. Fernandes observa que essas comparações veiculadas nos adágios populares são de duas naturezas. Naquelas do tipo “*negro é como gato, tem sete fôlegos*” ou “*negro é como burro de carga*”, chama nossa atenção para o fato de que essas comparações ligam-se à capacidade e resistência físicas do negro e, portanto, à sua aptidão para o trabalho braçal ³⁰².

Ou nas comparações, muito recorrentes no Ceará, ditas quase sempre num tom de brincadeira, que “*negro em pé é um toco, deitado é um porco, voando é um urubu, nadando é um muçum*” ou quando se diz, também muito correntemente aqui que o “*Negro é o primeiro a chegar, o ultimo a sair e responsável por tudo de errado que acontece*” remete-se a uma inferioridade social do negro e sua incapacidade de adaptar-se ao meio social, ressaltando a sua presença indesejável e seu comportamento

³⁰¹ No caso específico do Ceará, o racismo contra o negro testemunhado pelos nossos entrevistados pode ser facilmente encontrado nas diversos exemplares de cordéis, uma das manifestações mais expressivas da cultura popular cearense e encontrada em quase todas as cidades do estado (Ver as análises propostas por MOURA, Clovis. *O preconceito de cor na literatura de cordel*. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1976).

³⁰² FERNANDES, Florestan. Op. Cit., pp. 205-206.

duvidoso localizando-o numa escala social abaixo do requerido³⁰³.

Esses ditados populares estavam presentes nos mais diversos ambientes e espaços sociais, mesmo naqueles em que se espera uma posição de combate ou de recusa dessas práticas como a Igreja. Roserlândio lembrou que quando era seminarista da Diocese do Crato, estudando em Fortaleza, eram recorrentes entre seus colegas de Seminário, os ditados populares e as brincadeiras sobre os negros: *Havia a experiência dessas brincadeiras de dizer alguns ditados. Diziam que 100 anos de abolição já haviam se passado e completando diziam que a lei áurea tinha terminado seu efeito*³⁰⁴.

Fernandes avalia ainda que os negros também possuem conhecimento dessas representações e das relações que se estabelecem a priori, bem como do seu lugar social num plano inferior, despertando nesses indivíduos a existência de uma consciência de ressentimentos, marginalização e inferiorização, o que determina o posicionamento dos indivíduos frente as situações de preconceito e discriminação.

3.2. A ALIENAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO NEGRO NO CEARÁ.

³⁰³ Id. Ibidem., pp. 207-208.

³⁰⁴ Roserlândio foi nosso primeiro contato para realização de nossas entrevistas em maio de 2003 no Crato/CE. Coursou o Filosofia e Teologia em Fortaleza quando ingressou no Movimento Negro, através do Grupo União e Consciência Negra, tornou-se fundador e um dos principais articuladores dos Agentes de Pastoral Negro (APN's), chegando à coordenação do Quilombo Norte/Nordeste. Atualmente não participa de nenhum grupo específico, mas acompanha informalmente o Grupo de Consciência Negra do Cariri (GRUNEC). É Secretário do bispo diocesano do Crato e responsável pelo departamento de história eclesial da diocese. Coursou História na Universidade Regional do Cariri (URCA). Mostrou-se muito acessível e disposto a relatar suas impressões, reflexões e vivências sobre o movimento. Seu depoimento serviu como a 'entrevista ponto zero'. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Ed. Loyola, 2002, p. 167, para percebemos a rede de relacionamentos entre os militantes.

Durante o século XX, a sociedade brasileira tentou impor a si mesma uma imagem de civilização e modernidade através da incorporação de estéticas e valores estrangeiros pelo estabelecimento de projetos modernizantes de urbanização e controle social. Essa imagem de civilização era constantemente agredida pela fisionomia real de uma sociedade socialmente estratificada e multi-étnica, que evidenciava em seu cotidiano as estratégias de sobrevivência das classes baixas, as quais procurava a todo custo esconder.

Era impossível negar, as tradições arraigadas, sobretudo nos populares que não tinham condições de se inserir nessa sociedade mesmo quando se sentiam seduzidos por aquela nova dinâmica social³⁰⁵. Nesses projetos modernizantes³⁰⁶, as tradições, costumes, festas, que lembravam o período anterior à República, deveriam ser apagados da memória, retirados do cenário urbano,

Figuras sociais populares ou do gosto popular, seus meios de sobrevivência e ofícios tradicionais, seus pontos de encontro: o palhaço, o baleiro, a preta mina, o engraxate ao ar livre, os carregadores, o trapeiro, os capoeiras, os condutores de peru e vendedores a domicílio de leite de vaca, os quiosques, a bandeira do Divino. Mas ao contrário de suas expectativas, eles estavam todos ali bem diante dos olhos e atrapalhando os projetos de modernização das cidades³⁰⁷.

Sobretudo o negro e o mestiço e suas manifestações culturais e cotidianas, foram sistematicamente e vigorosamente combatidos. Para as autoridades e sociedade de modo geral, a lembrança da escravidão, fazia do negro, uma permanente ameaça à ordem, à segurança e

³⁰⁵ Ver dentre outros CHALHOUN, Sidney. *Trabalho, Lar & Botequim*. 2ª. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2001 e SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. 4ª. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

³⁰⁶ No caso do Ceará ver: PONTE, Sebastião Rogério da. *Fortaleza Belle Epoque*. Reformas Urbanas e Controle Social 1860-1930. 2ª. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

³⁰⁷ WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. Da Escravidão à Liberdade: Dimensões de uma privacidade possível In: *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo. Cia. das Letras, 1998, p. 97.

à moralidade pública. *Por essa razão foram proibidos os rituais religiosos, cantorias, e danças, associadas pelas manifestações rítmicas com as tradições negras, e, portanto, com a feitiçaria e a imoralidade*³⁰⁸.

Assim como o negro entrou na República - um ser anacrônico - suas formas de manifestação, seus padrões culturais e estéticos, suas velhas tradições, que remontavam ao passado da escravidão, deveriam ser esquecidos e naquele momento, a ordem era combatê-las, pela repressão, pela depreciação e pelo desprezo.

Da mesma forma, as manifestações culturais do negro no Ceará ao longo do século XX sofreram um processo de repressão e de alienação³⁰⁹, desapareceram ou perderam o referencial para o negro local. Faltam ainda estudos que abordem esse momento da história do negro cearense, mas teceremos aqui algumas considerações, apontando possibilidades interpretativas que julgamos favorecer a compreensão desse processo.

As Irmandades dos Homens Pretos e Pardos, aqui existentes no período da escravidão³¹⁰, desde o século XVIII, eram espaços de autonomia e sociabilidade dos escravos e dos libertos, que nos ajudam a compreender a dimensão humana e cultural do negro no Ceará. Entre nós, a mais comum delas foi a de Nossa Senhora do Rosário³¹¹ que havia, entre outras cidades,

³⁰⁸ Id. *Ibidem.*, p. 21.

³⁰⁹ Compreendemos alienação como um processo histórico de distanciamento do negro de sua história e de sua cultura pelos mecanismos sociais de combate e de expropriação das suas manifestações culturais. Mais recentemente esse processo pode ser percebido pela resignificação da cultura negra desprovida de seus sentidos originais.

³¹⁰ CAMPOS, Eduardo. *As Irmandades Religiosas do Ceará Provincial*. Fortaleza: Sec. Cultura e Desporto, 1980, pp. 37-39.

³¹¹ A devoção a Nossa Senhora do Rosário existia na Europa (França, Saxônia e Países Baixos) no século XV, atribuída a São Domingos. Em Portugal chegou por volta de 1496 e de lá veio para o Brasil. Aqui constituiu uma forma de hibridismo religioso incentivado em São

em Icó, Aracati, Tauá, Quixeramobim, Fortaleza e Sobral³¹².

Essas Irmandades estavam ligadas a dimensão religiosa imposta pelo catolicismo, representando o controle da religiosidade do negro pela Igreja. Preocupava-se objetivamente com a construção de templos para o culto cristão dos negros e com a aquisição de fundos para garantir a dignidade da após a morte de seus congregados, em conformidade com a tradição cristã. Representavam, oportunamente, espaços de sociabilidade, lugar de troca de informações e experiências dos negros congregados, servindo também como instrumento de organização para a compra das liberdades³¹³.

A festa do santo padroeiro era o acontecimento anual que mobilizava toda a Irmandade, que assim, esperava receber todas as graças e bênçãos divinas³¹⁴. Nesse sentido, realizavam-se procissões, missas, novenário e vários ritos religiosos. Era também o momento em que negros e pardos realizavam as festas de coroação dos Reis de Congo³¹⁵, um cortejo que lembra uma manifestação africana ritualizada e atualizada pelo contato com o cristianismo e com a cultura européia, seguida de leilões e danças³¹⁶.

Paulo pelos jesuítas. ETZEL, Eduardo. *Arte Sacra – Berço da Arte Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978, p. 35. WILLECKE, Frei Venâncio. *Senzalas dos Conventos*. São Paulo: Revista de História nº 106, 1976, p. 364. CASCUDO, Luis da Câmara. *Made in Africa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 170.

³¹² Sobre a Irmandade em Sobral ver: SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. *Rosário dos Pretos de Sobral-CE. Irmandade e Festa (1854-1884)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

³¹³ FUNES, Eurípedes. Op. Cit., p. 122.

³¹⁴ REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 59.

³¹⁵ Ver dentre outros: SOUZA, Marina de Melo e. *Reis Negros no Brasil Escravocrata*. História da Festa de Coroação de Reis Congo. Belo Horizonte: UFMG/Humanitas, 2002.

³¹⁶ No caso cearense há uma descrição do cortejo e da coroação descrita em FROTA, Dom José Tupinambá da. *História de Sobral*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1954, pp. 530-531.

A tradição dos *Congos* foi uma prática dos negros que persistiu no Ceará até o início do século XX, sendo descrita tanto por Gustavo Barroso para quem estas danças eram *reminiscências de costumes guerreiros de bárbaras pompas dos sobás*³¹⁷, quanto por João Nogueira³¹⁸ que centra sua análise nas modificações verificadas nos cantos e danças ao longo do tempo.

Os mecanismos pelos quais essa manifestação desapareceu, continua ainda uma incógnita para a historiografia cearense, mas estudos em outras regiões nos possibilitam perceber os motivos do seu declínio e desaparecimento³¹⁹. Certamente, a preocupação com a ordem pública a partir da chegada da família real ao Brasil em 1808 e a proibição de danças, tambores e peditórios em portas, que acabavam regularmente em desordens, contribuiu para o declínio dessas práticas ou seu recuo às áreas rurais³²⁰.

Além disso, como já dissemos, ao final do século XIX e início do XX, as preocupações das administrações públicas com a urbanização da cidade e com a *europização dos costumes*, aliados ainda ao processo de romanização da liturgia e dos rituais católicos³²¹, forçaram o controle das festas de rua em homenagens

³¹⁷ BARROSO, Gustavo. *Os Congos*. Revista do Brasil. São Paulo, vol. 2, nº 35, janeiro de 1918.

³¹⁸ NOGUEIRA, João. *Os congos*. RIC., T. 48, 89-100, 1934. Reproduzido em SERAINE, Florival. *Antologia do Folclore Cearense*. 2^a. ed. Fortaleza: Ed. UFC, 1983, pp. 82-90.

³¹⁹ Algumas das razões para o final dessas irmandades são: conflitos entre seus membros e os padres e religiosos, o controle dos bens, especialmente os prédios, a falta de reunião regular da irmandade, o abandono dos templos, ações movidas contra a Igreja pelas Irmandades, etc. Ver QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades Negras: Outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

³²⁰ ABREU, Martha. *O Império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/São Paulo: Fapesp, 1999 e _____. *Festas Religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX*. Revista Estudos Históricos, v. 7, nº 14, Rio de Janeiro: FGV, 1994, pp. 183-203.

³²¹ CHALHOUN, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990. No Ceará, a fundação do Seminário Teológico da Prainha e a chegada e estabelecimento da Ordem dos Lazaristas, são sintomas desse momento.

aos santos, fazendo com que essas manifestações arrefecessem.

João Nogueira ao escrever seu artigo na Revista do Instituto do Ceará, através da sua *memória e por informações de pessoas* daquele tempo, lembra que a tradição dos Congos foi uma manifestação que existiu até a década de 1880. Segundo o autor, entoavam loas em frente à Igreja do Rosário para Zambi Apungo, divindade banto designação do divino criador supremo, e para a Rainha Ginga (Nzinga). Ressalta ainda que esses cortejos pelas ruas de Fortaleza, já eram parte de um folclore que fazia rir seus expectadores, demonstrando o estranhamento e os sintomas de um discurso preconceituoso e civilizatório que começava a se identificar com a cultura européia moderna.

Os passos do Congo não tinham um seguimento razoável, e certas cantarolas não vinham a propósito do que, se fazia em scena. Eram precisamente esses disparates, pontilhados de frases idiotas, que faziam rir a bem rir as pessoas que assistam a essas folganças [sic] ³²².

O fim das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e Pardos nos leva a percebermos os motivos pelos quais as Igrejas de Nossa Senhora do Rosário repletas de significados para os negros em outras cidades e em outros estados, era até recentemente absolutamente desprovida de referências para a cultura negra local.

Só recentemente, por influência de novos membros, dos estudos e debates travados pelos grupos do Movimento Negro local é que se tem passado a perceber a importância da Igreja do Rosário de Fortaleza e daquelas localizadas no interior do estado, e a dimensionar o que essas construções representam na historicidade do negro no Ceará.

³²² NOGUEIRA, João. *Os Congos*. RIC., T. 48, 1934, p. 89.

Percebemos assim, que esse processo de alienação das manifestações da cultura negra no Ceará, permanece como característica da maioria da população afro-cearense, que ainda desconhece a historicidade de seus antepassados e que o processo de resignificação desses espaços, encontra-se ainda em seu momento inicial.

A falta de referências locais para a cultura negra insere-se na discussão sobre o direito a memória. Esse direito ao passado que todos os habitantes das cidades possuem e que faz parte dos direitos à cidadania, traduz-se no acesso aos bens materiais e imateriais que representem o passado, a tradição e a história de todos os seus habitantes. Dessa forma, a não-preservação dos bens relacionados à etnia negra constitui mais um direito histórico está sendo negado ao povo negro.

Esta perda de referenciais históricos, pautados na memória da cidade, nos dá a estranha sensação de que somos 'estrangeiros' em nossa própria casa. Sem a memória, não encontramos mais os ícones, símbolos e lembranças que nos unem à cidade e, assim, nos sentiremos deslocados e confusos. (...) Em nossa Fortaleza, como em outros centros urbanos do País, vivemos o jogo dialético entre a lembrança e o esquecimento. E nesse jogo, muitas vezes, o esquecimento vem ganhando a partida, provocando verdadeira amnésia social em toda a população, que não se reconhece na sua própria cidade³²³.

Os símbolos rituais dos Reis do Congo remetem ao universo da realeza monárquica, africana. As insígnias reais, a coroa, o trono, dimensionam o poder temporal adquirido dentro da Irmandade e na cultura afro-brasileira e o poder mítico divino que remetia aos reinos congolezes. Essa simbologia liga estreitamente os Reisados de Congo a tradição do Maracatu.

O cortejo do Maracatu cearense, particularizado pela cadência lenta e dolente imprimida pelos instrumentos musicais, é comandado pelo Rei e Rainha, incensados ao longo do percurso e aos

³²³ ORIÁ, Ricardo. Fortaleza: os lugares de memória. In: *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000, p. 255.

quais se segue uma corte de princesas, que levam uma boneca de cor negra, a Calunga, que possui variadas referências ao universo da cultura negra. Segue-se ainda no cortejo, um casal de pretos velhos, balaieiros e baianas.

Centro de outra controvérsia, a discussão em torno da origem do Maracatu Cearense, revela-se como mais uma possibilidade de compreendermos essa alienação da cultura negra processada no Ceará ao longo do século XX.

A memória dos brincantes mais antigos do Maracatu cearense se coaduna com a história oficial do Estado, defendendo que essa manifestação não se relaciona à presença da cultura afro-cearense, mas justamente ao seu oposto, a ausência do negro no Ceará, motivo pelo qual seus brincantes costumam pintar seus rostos com negrume, para simular a participação dos negros neste folguedo ³²⁴. A partir dessa memória, Oswald Barroso, sustenta que a tradição do Maracatu, embora tenha raízes nas tradições afrodescendentes, só apareceu no Ceará como manifestação carnavalesca vinda de Pernambuco na década de 1940 ³²⁵.

Da mesma forma, outras manifestações como o bumba-meu-boi ou Boi-bumbá, parte do ciclo junino na maior parte do Ceará (ou do ciclo natalino em algumas localidades) representa outra possibilidade de percebermos potencialmente a força das manifestações da cultura negra no Ceará. Espaço privilegiado para a zombaria dos senhores

³²⁴ Segundo essa tradição, Raimundo Alves Feitosa, o Boca Aberta, teria vivido de 1932 a 1935 em Recife e de lá teria trazido a manifestação do Maracatu para o Ceará, fundando o primeiro Maracatu Cearense, o Az de Ouro, em 1938. Ver: RODRIGUES, Ana Cláudia. *Por trás do falso negrume: uma etnografia do maracatu cearense*. Monografia de Graduação/Bacharelado em Sociologia UFC, 2000 e *O Povo*. 13/05/1995.

³²⁵ BARROSO, Oswald. *Reis de Congo. Uma etnografia do reisado no Ceará*. Fortaleza: Museu da Imagem e do Som, 1996.

de fazendas e capitães-do-mato ³²⁶, também ao longo do último século sofreu uma perda de seus referenciais afro-brasileiros e quase que desapareceu por completo das tradições locais, permanecendo mais comumente nas zonas rurais.

Da mesma forma a capoeira e o maculelê (que recebe várias outras denominações pelo país, chamado de *Maneiro Pau* no Cariri Cearense), resgatados inicialmente como folclore passaram a ser praticados recentemente como esportes, mas sem as conotações étnicas que adquiriu na Bahia. Excetuando-se os cantos que foram preservados, sobretudo pela ação dos mestres tradicionais da capoeira.

Segundo Ismael Pordeus Jr., *outro produto religioso específico da negada mestiçagem negra cearense, é a macumba* ³²⁷. Seus trabalhos nos ajudam a pensar a Umbanda e os cultos afro-brasileiros como dimensão importantes da cultura negra no Ceará ³²⁸.

Com a necessidade de institucionalização, decorrente por sua vez da perseguição policial e católica, essa manifestação foi adquirindo novas funções e racionalizações, assumindo um novo status e recebendo leituras eruditas, sendo resignificada como um hibridismo do catolicismo com os cultos ancestrais negros e indígenas - a Umbanda.

Sabemos que até meados do século XX, as manifestações das religiões negras e indígenas no Brasil, foram sistematicamente perseguidas como formas de heresias, superstição e charlatanismo.

³²⁶ CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: instituto do livro brasileiro, 1962.

³²⁷ PORDEUS JR., Ismael. *Umbanda: Ceará em transe*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002, p. 15.

³²⁸ Id. Ibidem e PORDEUS JR., Ismael. *A magia do trabalho. Macumba cearense e festas de possessão*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1993.

Foram sistemáticas *perseguições que se sucederam contra os vadios, os feiticeiros, os candomblezeiros, alvos preferenciais de uma política que procurava disciplinar as ruas e os hábitos populares* [grifos nossos]³²⁹. O Catimbó, a Jurema ou as Giras da Umbanda, interpretadas como casos de polícia, eram praticadas clandestinamente pois tinham grandes possibilidades de terminar atrás das grades da polícia³³⁰.

O registro do Terreiro de Umbanda de São Jorge Guerreiro, primeiro terreiro em Fortaleza, feito junto à polícia estadual, em 1952 pela Mãe Júlia (Júlia Condante, nascida em Portugal), reconhecida pela maioria dos umbandistas como a fundadora da Umbanda no Ceará e a criação da Federação Cearense Espírita de Umbanda em 1954, assinala historicamente o ressurgimento das manifestações religiosas afro-brasileiras no Ceará.

Sobre o que existia antes da fundação da Federação e da instalação de seu terreiro na rua Leandro Monteiro, nº 48 no Benfica em 1948, sobre como e onde procedia, Mãe Júlia esclarece em depoimentos condicionados por reservas religiosas, que as práticas resistiam nos lugares mais afastados da periferia de Fortaleza ou mesmo como culto doméstico praticado a portas fechadas. Numa das entrevistas afirmava que,

Nós trabalhava nos escondido. Às vezes fechava a porta, mas nunca trabalhei em mata, trabalhei negócio essas coisas não, nunca fui, não me pergunte onde fica uma mata pra trabalho, isso, aquilo, não me pergunte não porque não sei. Eu trabalho toda minha vida na minha casa, toda a vida foi assim [sic]³³¹.

Em outra oportunidade, talvez motivada pelo relacionamento com o pesquisador, revelava que,

³²⁹ WISSENBACH, Ma. Cristina Cortez. Op. Cit., p. 126.

³³⁰ BRAGA, J. *Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: Edufba, 1995.

³³¹ PORDEUS JR., Ismael. Op. Cit. Anexo: Duas entrevistas com Mãe Júlia, pp. 103-126.

Antes a gente ia trabalhar lá pros lados da Barra do Ceará, era só mato. Tinha que ser escondido porque a polícia prendia todo mundo, era uma perseguição só; depois, com os estatutos nós ficamos livres, e a Umbanda ficou livre ³³².

Na avaliação do autor, que busca compreender a sistematização da Umbanda em detrimento de cultos anteriores, há nessa evasiva em abordar práticas de matrizes indígenas e africanas, motivações e implicações religiosas, mas observa nesse comportamento dos pais e mães de santo entrevistados, semelhanças com a ideologia generalizada nesse estado.

Parece que essa recusa manifesta, nas classes subalternas, o mesmo comportamento das elites do Estado. Embora as motivações sejam de ordem diferente – os intelectuais reforçando o ideário romântico de “Terra da Luz”, enquanto que os primeiros reproduziriam o preconceito contra o Catimbó considerado como magia, a macumba cearense é usada como categoria acusatória (sic) ³³³.

Mãe Júlia lembra ainda das sistemáticas perseguições que sofreu na época do Governador Paulo Sarasate (1955), especialmente pelo Coronel Cordeiro Neto da Polícia, que fechou diversas vezes seu terreiro. Conta ainda que um outro chefe de Polícia chamado Olívio, que sofreu um acidente e foi tratado por ela, facilitou a aquisição de um registro do terreiro (Alvará de Funcionamento como agremiação religiosa) e sua publicação no Diário Oficial do Estado. Lembra que as pessoas chegavam no terreiro e ficavam admiradas com o registro em moldura na parede.

Outras entrevistas feitas por Ismael Pordeus Jr., confirmam as perseguições, o recuo das práticas a áreas periféricas da cidade e dão conta também de um coletivo que ajudou na luta pela regularização dos terreiros em Fortaleza: Santa Cruz, oficial da Polícia, João Carneiro, Ubirajara e professor Tantico, além dos muitos pais e

³³² Id. *Ibidem.*, p. 13.

³³³ Id. *Ibidem.*, pp. 61-62.

mães de santo ³³⁴. A situação dos terreiros só se estabilizou, surpreendentemente, com a complacência do governo Virgílio Távora ³³⁵ em seu primeiro mandato (o I Veterado) de 1963 a 1966, que compreende ao início do Golpe Militar de 1964.

A institucionalização da umbanda representa como se realiza a integração do mundo religioso afro-brasileiro na moderna sociedade nacional. Desta forma podemos esclarecer como os valores afro-brasileiros se transformam para compor uma nova religião: a umbanda ³³⁶.

O universo da cultura negra é amplamente demonstrado por Ismael Pordeus Jr., nas transcrições dos pontos dos terreiros de Fortaleza. São referências a lugares como Angola, Congo, Oricongo, Aruanda, a danças como a Cambinda, a personagens como pretos velhos e escravos, a épocas e datas como *o tempo do cativo* ou o 13 de maio, a peças como palha da Costa e a temperos como o dendê. O autor reconhece a preponderância dessas referências às tradições congo-angolanas, preponderantes entre os escravos vindos para o Ceará, mas não defende sua exclusividade, pois compreende a entrada de negros livres em diversas épocas de nossa história.

Ortiz, entretanto, adverte que na década de 1970 as imagens que se sobressaíam, com relação a umbanda no Rio de Janeiro eram as idéias de *ignorância*, de *barbarismo*, de *atraso*, *não civilização* enfim *de negro*, que embasavam as críticas tanto da igreja católica quanto da grande imprensa ³³⁷.

Xuxu reconhecia a existência de grande preconceito com as pessoas que

³³⁴ Id. *Ibidem.*, pp. 66. Ismael Pordeus Jr., faz ainda alusão à coleção de fotografias de Câmara Cascudo contidas no livro "Maleagro" para refletir sobre a perseguição e repressão a essas práticas religiosas pela Igreja e pelo Estado. Imagens de catimbozeiros presos, demonstrações das práticas religiosas em celas de delegacias de polícia.

³³⁵ Id. *Ibidem.*, pp. 22-23.

³³⁶ ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda. Integração de uma religião numa sociedade de classes*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 14.

³³⁷ Id. *Ibidem.*, p. 199.

participam dos cultos afros atribuindo essa rejeição ao desconhecimento que as pessoas em geral demonstram em relação ao assunto.

Primeiro há um receio muito grande em relação ao candomblé, por tudo o que foi colocado na cabeça do povo. Aqui é uma região muito marcada pelo preconceito, como em qualquer outro lugar. (...) As pessoas que são do candomblé não eram nem pra chegar perto deles, como se fossem uns impuros, não era nem pra ir a igreja. Eles estão muitos fechados nessa questão. (...) Eles vêm aqui o Preto Velho [aponta para o quadro de um Preto Velho na parede de aproximadamente 1x1m], eles nem olham de maneira alguma porque pra eles é de terreiro de macumba. Eu pergunto “Você sabe da história? Não? Pois procure saber pra você pensar diferente um pouquinho”. O preconceito é muito forte!³³⁸.

Nas pesquisas acadêmicas realizadas em Conceição dos Caetanos, por Alecsandro Ratts e por Ana Rosa, observamos que o catolicismo em sua forma tradicional é neles assumido fortemente e as religiões afro-brasileiras são sistematicamente rejeitadas. Ratts recordava em sua dissertação que Ana Rosa viveu um tempo na comunidade dos Caetanos, fazendo pesquisa de campo sobre a aceitação dos cultos afros (danças e ritos), provocando reações violentas por parte da líder da comunidade, Senhora Bibiu, sob acusações de instigar a religiosidade do grupo.

A saída de Ana Rosa de Conceição [dos Caetanos] deveu-se a uma interpretação das suas atividades como “macumba”. Bibiu, que na época não lhe permitiu continuar o trabalho, hoje deseja reencontrá-la e explicar sua atual compreensão daqueles fatos³³⁹.

Também na comunidade de Bastiões em Iracema, pesquisada por Analúcia Sulina, predomina a religião cristã católica, com grande devoção a Nossa Senhora do Carmo, que mais que uma devoção imposta, articula-se como símbolo identitário para o grupo, já que a origem da comunidade é contada a partir da troca da imagem da santa, pelas negras Maria Bribiana e Feliciano com alguns

³³⁸ Entrevista realizada com Irmã Francisca Pereira de Souza (Irmã Xuxu). Op. Cit.

³³⁹ RATTIS, Alecsandro J.P. *Fronteiras Invisíveis. Territórios Negro e Indígenas no Ceará*. Dissertação de Mestrado em Geografia. São Paulo: USP, 1996, p. 81.

frades de Pernambuco. A celebração das novenas revive esse episódio e essa devoção reforça a auto-imagem do grupo³⁴⁰.

O culto a Xangô só foi aceito na comunidade em 1997 através da introdução por um morador não pertencente ao grupo de descendentes dos Bastiões. Até aquela data, assinalava a pesquisadora, nenhum desses descendentes havia se declarado praticante.

O culto ao Xangô é recente no povoado e quase sempre é associado a “brincadeira”. É bem aceito por alguns e considerado “macumba” por outros. (...) O fato é que mesmo não sendo esse saber “patrimônio étnico” dos autóctones, é aceito ainda que algumas resistências se apresentem por parte de alguns, quando o associam a “coisa de bruxaria”³⁴¹

Entre os militantes negros, Roserlândio, apesar de (ou justamente por) ser padre, mostrou-se o mais consciente e aberto às questões que envolvem o universo dos cultos afro-brasileiros e sua importância para a cultura negra, reconhecendo que pessoas do movimento e a população em geral, costumavam frequentar os dois cultos, católico e espírita, sem fazer julgamento de valor entre ambos³⁴².

Acho que alguns de nós - não se pode negar que alguns católicos participavam dos ritos e estavam envolvidos nas celebrações e nos cultos que aconteciam na Praia do Futuro por ocasião da Festa de Yemanjá - nós participávamos também de festas maiores nos terreiros seja aqui no Ceará, seja em outros lugares. Quando viajávamos tínhamos sempre essa preocupação e essa sensibilidade. Então era uma das coisas mais bonitas de se vivenciar. Era efetivamente buscar também experimentar as raízes. Não tem como sendo negro, não tem como esquecer os ancestrais, os ancestrais que são os orixás dentro dos cultos afros ou de tradição afro, não dá para se esquecer de forma alguma. Ai de nós se esquecermos³⁴³

Assim como reflexo de toda a sociedade cearense, a associação, que os próprios membros dos agrupamentos

³⁴⁰ BEZERRA, Analúcia Sulina. *Bastiões: uma comunidade de origem negra no Ceará*. Monografia de Graduação. Fortaleza: Bacharelado em Ciências Sociais UFC, 1999, pp. 81-85.

³⁴¹ Id. *Ibidem.*, p. 81.

³⁴² Chamamos aqui de “espíritas” os cultos afro-brasileiros por terem sido institucionalizados com essa classificação junto a Federação Cearense de Entidades Espíritas.

³⁴³ Entrevista realizada com Padre Francisco Roserlândio de Souza, dia 24/05/2003 na cidade do Crato/CE.

negros do Ceará, faziam entre cultos afros e aspectos demoníacos, herança de um catolicismo rústico, despertava o sentimento de rejeição tanto dessas formas de religiosidade como da possibilidade de ser identificado como negro e, por conseguinte, adeptos desses cultos. O que representava um grande estigma social e cultural para o negro cearense.

Nesses casos, o processo de alienação da cultura negra no Ceará se dá pela aversão aos cultos afro-brasileiros manifestado pelos moradores dos agrupamentos negros cearenses, extremamente católicos, e também pelos militantes negros, que percebiam esses cultos apenas como resquícios de uma religiosidade africana, carregados de simbolismos, mas desprovidos de potenciais militantes. Muitos deles assumindo apenas um posicionamento de aquiescência.

Lúcia Simão confessou somente perceber a importância desses cultos após longo tempo de militância no Movimento Negro.

Antes de fazer parte do movimento negro eu morria de medo de candomblé, porque a história que me foi repassada é que macumba lembra maldade, despacho, galinha **preta**, cachaça, vela **preta**. A nossa igreja católica queridíssima dizia que quem era católico ia a missa e ia à macumba estava descomungado [excomungado], estava no inferno, era uma coisa da linha do mal, que o satanás entrava nas pessoas. Em resumo Jesus Cristo estava com os católicos e o satanás estava com os macumbeiros. (...) Eu comecei a ver que existe as pessoas que buscam Deus em vários sentidos e os umbandistas, o pessoal que mexe com a questão da macumba, buscam Deus lá, do jeito deles e eu respeito. (...) Descobri que eles também buscam Deus da maneira deles. E não acredito muito, porque quando morre um macumbeiro eles mandam celebrar uma missa de sétimo dia, quando nasce um filho eles batizam na Igreja Católica, mesmo ele levando para apresentar lá na umbanda, colocando o nome Iansã não sei o quê, mas tem um nome de batismo na igreja Católica. Eu passei a respeitar. Eu nunca fui, eu acho que nunca vou porque eu já nasci dentro da Igreja, mas eu respeito sabe? Ainda observei outra coisa, que a

umbanda veio da África com o negro, mas os grandes pais-de-santo são brancos³⁴⁴.

Percebemos que Lúcia não diferencia em sua fala Candomblé, Umbanda ou Macumba, não porque desconheça suas especificidades, mas por compreender todas essas manifestações num conjunto de crenças e rituais para os quais adquiriu apenas com um olhar tolerante e aquiescente dentro do Movimento Negro, já que professa fervorosamente sua fé católica.

Lúcia relativiza ainda a importância dos cultos afro-brasileiros para a cultura negra a partir da compreensão generalizada de que o universo da umbanda cearense pertence aos brancos. Nessa constatação, podemos observar uma importante característica do universo da umbanda no Ceará. Sendo a religião a principal forma de resistência da cultura negra no Novo Mundo, no Brasil escravista e pós-abolição, o candomblé e a umbanda serviram como mecanismo de aglutinação familiar e social, como espaço de manutenção das tradições culturais, dos valores morais e de solidariedade entre negros e mulatos³⁴⁵, sobretudo pela força da organização das famílias de Santo³⁴⁶.

Assim, mesmo que no Ceará, a umbanda tenha sido praticada e dirigida, em sua maior parte, por pais e mães-de-santo brancos, desde sua institucionalização, o seu potencial de manutenção da cultura afro-brasileira nesse estado³⁴⁷ tem servido até hoje de suporte

³⁴⁴ A despeito do caráter pejorativo que o termo “Macumba” tenha adquirido ao longo do tempo em determinadas regiões do país, não sentimos qualquer forma de depreciação do termo na menção feita por Lúcia.

³⁴⁵ WISSENBACH, Ma. Cristina Cortez. Op. Cit., pp. 87 e 123.

³⁴⁶ JOAQUIM, Maria Salete. *O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas/São Paulo: Educ, 2001.

³⁴⁷ As imagens produzidas por Ismael Pordeus Jr. ilustram bem a predominância de brancos na Umbanda. PORDEUS JR., Ismael. *Umbanda: Ceará em transe*. Ver Anexos.

para a resignificação e elaboração de um discurso étnico identitário negro cearense.

Roserlândio esclarece os esforços do Movimento Negro do Ceará no sentido de aproximar-se dessas experiências, como dimensões da cultura africana no Brasil e em redimensionar esses cultos a favor da construção de uma historicidade negra e de um discurso étnico cearense.

Num primeiro momento eu diria que em termos de pessoas do movimento, muitos iam nessa linha do folclore, no sentido do simbólico. (...) Depois a gente lutou muito em função de uma posição de respeito e de que não havia uma contraposição entre o cristianismo e as experiências religiosas afro-brasileiras, mas que são experiências diferentes que, portanto mereciam respeito e consideração. Um respeito pela experiência individual de cada um. (...) Nós éramos chamados, convidados e levados a participar, a visitar alguns terreiros para conhecermos melhor como se davam os rituais. E entre os Agentes de Pastoral Negros particularmente do Norte e Nordeste, nós tínhamos Yalorixás, Babalorixás e pessoas de outras igrejas cristãs e da igreja católica.

Essas manifestações culturais e religiosas do negro no Ceará - as Irmandades do Rosário, os Congos, o Maracatu, o bumba-meu-boi e a umbanda - evidenciam a força e a persistência da cultura negra no estado e ao mesmo tempo, simbolizam um processo de desarticulação dessas manifestações com a negritude cearense.

Um processo de desarticulação da sociedade em relação ao negro pelos mecanismos de expropriação da presença negra nessas manifestações através de artifícios ideológicos como o falso negrume verificado no Maracatu ou da superioridade branca na umbanda.

E por outro lado do negro em relação à sociedade em que vivia, pelos mecanismos de fuga e evasão da identificação étnica que representava uma carga de estímulos sociais a reconhecer e conviver. Sublimar essas tradições, recolhê-las somente ao convívio dos familiares ou íntimos, praticá-las as escondidas ou em ocasiões festivas,

parecem ter agido como formas de manutenção dessas práticas.

Assim, abria-se caminho para que as manifestações culturais negras pudessem ser assumidas sem a carga de estigmas sociais pelos brancos e (re) apresentadas como folclore numa sociedade na qual acreditava-se não ser relevante o elemento negro.

Os instrumentos de aglutinação e de recrutamento dos membros dos grupos de consciência negra, os mecanismos de identificação e se auto-identificação desses membros ao universo afrodescendente e o processo de afirmação do discurso étnico e militante do Movimento Negro cearense serviram-se todos da resignificação e posituação dos significados dessas manifestações culturais e religiosas, estabelecendo-se como legítimos diante a sociedade cearense.

3.3. MEMÓRIAS MILITANTES EM TORNO DA NEGRITUDE CEARENSE.

Lembremos que, enquanto Lúcia Simão apresentava as dificuldades no início do movimento voltando suas percepções para as formas pelas quais os negros não se aceitavam, Roserlândio por seu turno, lembrava da recusa das pessoas em aceitar a idéia de um Movimento Negro no Ceará.

Vale ressaltar que o grande problema é que diziam que *“no Ceará não tem negro, então porque pensar em racismo, para que pensar em movimento negro?”* Quantas e quantas vezes nas entrevistas que nós dávamos ou nos debates dos quais participávamos não emergia essa questão. Acho que essa era a grande questão que se colocava para o movimento negro naquele momento³⁴⁸.

Essas memórias certamente assinalam locais distintos aos quais nossos depoentes estão ligados e dos quais

³⁴⁸ Entrevista realizada com Padre Francisco Roserlândio de Souza. Op. Cit.

percebem a articulação da negritude cearense, Lúcia, filha de operária, líder comunitária e religiosa de um bairro periférico em Fortaleza enfatiza os aspectos mais individuais da vivência da negritude, enquanto Roserlândio, como membro da hierarquia católica, ressalta os meandros mais institucionais do relacionamento entre Igreja Católica, sociedade cearense e os grupos organizados, representantes do Movimento Negro.

Essas memórias não são excludentes e revelam as duas faces do problema que apresentamos para a constituição do Movimento Negro. Tendo já abordado as dificuldades de auto-aceitação pelos próprios negros, vamos agora centrar nossa análise nos esforços do movimento em constituir-se como representante da negritude cearense.

Garantir o potencial de representatividade do Movimento Negro parece ter sido ao longo de toda a década de 1980, uma forma dar visibilidade às demandas sociais e políticas da população negra, numa sociedade que se ao se abrir para um novo momento de redemocratização, redefinia seus agentes políticos para essa nova configuração³⁴⁹.

Dentro dessa busca por reconhecimento social - institucionalização e representatividade - surgiu, ainda na época da formação do primeiro grupo de militantes, a questão de definição do negro cearense, pois os círculos sociais e políticos cearenses, como lembrou Roserlândio no depoimento acima, não acreditavam que pudesse se constituir um

³⁴⁹ Os diversos Movimentos Sociais, Urbanos, Rurais, Comunitários, Classistas, Corporativistas, Ecológicos, Étnicos, etc, surgidos nessa década evidenciam uma redefinição da representatividade social. GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3^a ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2002, pp. 285-294.

movimento dessa natureza no Ceará e questionavam, sobremaneira, a origem e descendência desses militantes negros, alegando que eram, na verdade, migrantes de outras partes do país.

Essa cobrança foi assimilada e interiorizada entre os membros do movimento como pré-condição para ingresso no movimento negro cearense. Roserlândio lembrou pesaroso, que no início da articulação dos grupos do Movimento Negro foi grande a dificuldade de definição dos seus componentes:

Quando nós começamos a refletir, a discutir, a aprofundar, por exemplo, a afirmação do movimento negro de que só podem entrar aquelas pessoas que são negros porque têm todos os caracteres de um negro legítimo, digamos, o cabelo encarapinhado ou quem tem os lábios grossos, que tem a pele negra. A questão do que caracteriza um negro e o que não caracteriza. Quantos não tiveram dificuldades para participar desse grupo por causa dessas discussões... (grifos nossos)³⁵⁰.

Quem pode e quem não pode participar do movimento? Quem é o negro Cearense? Foi a incógnita que motivou inicialmente as discussões em torno da constituição do Movimento Negro. E mais objetivamente *O que nos define e caracteriza?* As respostas variavam de acordo com o lugar de inserção social dos militantes. A cor da pele? A herança do passado escravista? A consideração da idéia de Diáspora Africana? A Consciência Negra adquirida? A classe social? A Cultura afro-brasileira? Essas respostas foram se alterando ao longo da história do movimento, ressaltando o caráter processual da constituição das identidades negras no Ceará.

Essas questões que motivaram inicialmente as definições do Movimento Negro cearense traziam também a questão

³⁵⁰ Entrevista realizada com Padre Francisco Roserlândio de Souza. Op. Cit.

do poder de definição ou de nomeação, até então, uma atribuição da qual somente a historiografia havia dedicado interesse e se estabelecido socialmente.

Para Bourdieu o poder que algumas instituições como o Instituto Histórico do Ceará ou o Movimento Negro adquiriram historicamente, em enunciar, nomear e, portanto, em definir uma identidade regional e étnica, representa a luta pelo monopólio de impor a divisão social que regula a sociedade e controla os grupos que a compõem.

O que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão [sic] que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo³⁵¹.

Desse ponto de vista, o poder político hegemônico na sociedade cearense do século XX, credenciou o Instituto Histórico do Ceará e sua historiografia tradicional, como instância de poder adequada para definir historicamente e etnicamente o negro cearense. Essa definição procurava aglutinar indivíduos com características físicas e culturais semelhantes, ressaltando os atributos estigmatizados e estabelecendo critérios que determinavam as fronteiras de pertencimento, impondo uma demarcação rígida de lugares e espaços socialmente determinados.

Por muito tempo, essa foi uma visão exclusiva e unilateral, cristalizada através dos mecanismos oficiais de reprodução social, como a escola, a igreja e os aparelhos culturais, que contavam ainda com a força das tradições populares, que supriam a falta de historicidade da cultura negra no Ceará, através das manifestações folclóricas.

³⁵¹ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., p. 113.

O momento de articulação dos grupos de consciência negra revela o surgimento de um outro *locus* de definição da etnia negra no Ceará, marca um momento de ruptura simbólica nessa definição e significação do *establishment*.

Não se pode fazer uma ciência das classificações sem se fazer uma ciência da luta dessas classificações e sem se tomar em linha de conta à posição que, nesta luta pelo poder de conhecimento, pelo poder por meio do conhecimento, pelo monopólio da violência simbólica legítima, ocupa cada um dos agentes ou grupos de agentes que nela se acham envolvidos, que se trate de simples particulares, condenados aos acasos da luta simbólica quotidiana, quer se trate de profissionais autorizados (e a tempo inteiro) – e entre eles todos os que falam ou escrevem a respeito das classes sociais e que se distinguem conforme as suas classificações envolvem mais ou menos o Estado, detentor do monopólio na *nomeação oficial*, da boa classificação, da boa ordem ³⁵².

O questionamento da identidade negra estigmatizada, compreendida como forma de dominação simbólica, pode promover uma nova di-visão do mundo, apresentando uma inversão dos sinais atribuídos pela classe dominante, e não somente pela quebra da tábua de valores que sustentam o estigma ³⁵³.

Abolir o estigma realmente (e não magicamente, quer dizer, por uma simples inversão simbólica dos sinais de distinção que pode levar até uma redefinição dos limites no interior dos quais a legitimidade da identidade assim definida se acha garantida) implicaria que se destruíssem os próprios fundamentos do jogo que, ao produzir o estigma, gera a procura de uma reabilitação baseada na auto-afirmação exclusiva que está na própria origem do estigma, e que se façam desaparecer os mecanismos por meio dos quais se exerce a dominação simbólica e, ao mesmo tempo, os fundamentos subjectivos e objectivos da reivindicação da diferença por ela gerados ³⁵⁴.

Abolir o estigma, a partir da destruição dos fundamentos do jogo da estigmatização, a fim de reabilitar as identidades estigmatizadas, fazendo desaparecer também os mecanismos utilizados nessa dominação simbólica, representa na ótica de Bourdieu, um processo pelo qual um grupo étnico toma consciência de que sua estigmatização

³⁵² Id. *Ibidem.*, p. 149.

³⁵³ Id. *Ibidem.*, p. 114.

³⁵⁴ Id. *Ibidem.*, p. 127.

representa um fenômeno “não-natural” mas imposto pela ordem social vigente com objetivos determinados ³⁵⁵. O momento, portanto, que a etnia negra cearense passa a enfrentar explicitamente a estigmatização de sua identidade representa a passagem da nomeação naturalizada socialmente para um momento de consciência e enfrentamento social e político.

O depoimento de Roserlândio, transcrito anteriormente, deixa claro que o negro era (auto) definido no interior do Movimento Negro por um conjunto de caracteres físicos e essa foi uma questão radicalizada inicialmente na configuração do movimento. O depoente, certamente realizou nesses anos de militância junto ao movimento negro, uma autocrítica positiva, e conclui hoje que esse posicionamento radical no movimento se justificava, naquele momento, pela pressão exercida pela sociedade, impondo aos militantes negros questionamentos e a negação da existência de negros no Ceará.

Dessa forma, acredita Roserlândio, naquela época, tornava-se necessária, por uma questão de legitimação e representatividade, caracterizar a participação preponderante de militantes de origens locais e com o fenótipo negro presente no imaginário popular do cearense. Provar a sua origem local e ao mesmo tempo o fenótipo negro, aproximando-se do africano, na tonalidade da pele, nos traços faciais e corporais e nas vestes e manifestações culturais, tornou-se o ideal de negro no movimento.

O Movimento Negro no Brasil, ao longo de décadas de história tem desenvolvido por seus militantes uma longa trajetória de reflexões e enfrentamentos em relação ao fenótipo identitário estabelecido em torno da

³⁵⁵ Id. *Ibidem.*, pp. 141-142. Em nota de rodapé (nº 6), Bourdieu esclarece que essa tomada de consciência não representa *consciência de classe* no sentido psico-sociológico, mas uma *representação explícita* do lugar que esses agentes ocupam na estrutura social e dos interesses coletivos que lhe são correlativos.

negritude brasileira, afirmando essas características fenotípicas outrora discriminatórias em traços de afirmação identitárias ³⁵⁶.

No caso cearense, essa transformação deu-se primeiramente no interior dos grupos de consciência negra, instituições pioneiras no combate e superação do racismo presente no próprio negro. O texto usado para formação do quadro militante no Ceará reflete essa preocupação:

É primeiro pela cor da pele, pelo tipo de cabelo, que os negros tem sido discriminados, e é pela auto-valorização de sua cor em reação ao preconceito que muitos se manifestam como negros chegando inclusive a participar de grupos do movimento negro (sic) ³⁵⁷.

Ademais, logo os militantes perceberam que a negritude não poderia ser reduzida a um critério meramente biológico, pois se corria o risco de manter-se prisioneiro das ultrapassadas teorias racialistas do início do final do século XIX, ainda presentes nas concepções históricas até os anos 1970. Sobre essa improbidade dos reducionismos raciais, Alex Ratts se interrogava:

Se nos prendermos à tradição e à aparência física poderíamos pensar que, no Ceará, a população negra perdeu suas raízes africanas, e mais, sua identidade, na miscigenação e no contato cultural com índios e com o cristianismo. Além disso, qual o significado e as implicações da atual difusão do reggae entre a população negra das favelas de Fortaleza e da criação de um bloco afro no estado? ³⁵⁸

³⁵⁶ SOUSA, Neusa dos Santos. *Tornar-se Negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

³⁵⁷ RATTIS, Alecsandro. *Negrejar é preciso. Identidade Negra: Percepção e Ação*. Textos do Movimento Negro do Ceará. Mimeo, 1991, p.1.

³⁵⁸ Id. *Ibidem.*, p. 5.

Inserido neste contexto, José Florêncio, piauiense de origem, foi uma dessas pessoas *impedidas* de ingressar e compor o GRUCON nos seus primeiros anos, não por não ter os atributos físicos e culturais, mas pelo fato de não ter nascido nos limites do estado do Ceará. A alegação de que o movimento era composto de migrantes, pesava nos próprios militantes como impedimento à participação de negro de outras terras. Florêncio, à época estudante universitário, lembrou que para ele aquela lhe pareceu uma questão superada, pelas leituras que realizara e internalizara.

Naquela época eu já tinha lido muita coisa sobre a história do negro, sobre consciência negra, sobre a África e a luta dos negros na África do Sul, aquele livro que eu te dei do Steve Biko ³⁵⁹, sobre os Panteras Negras, Malcolm X, sobre os negros americanos e já fazia uma reflexão sobre a diáspora, que era uma questão levantada nos Estados Unidos desde a década de [19]30 ³⁶⁰.

O seu impedimento no grupo despertou em Florêncio sentimentos diversos, de rejeição, de estranhamento e deslocamento, de intolerância e de indignação com os próprios negros, pois desde a primeira vista, o Movimento Negro do Ceará pareceu-lhe, ingenuamente, perseguir uma espécie de característica peculiar no negro local. Do ponto de vista da ideologia vigente pareceria como óbvio – o negro é sempre o outro: o baiano, o maranhense ou, nesse caso, *piauiense*...

Florêncio lembrou ainda que se indignava por sentir-se duplamente discriminação, por ser negro e por ser piauiense. Percebia uma limitação nos militantes negros, motivada pela crença generalizada na história do passado escravista, que se orgulhava do título de *Terra da Luz*.

³⁵⁹ Florêncio refere-se ao livro *Escrevo o que eu quero*, que trata da militância negra do autor, Steve Biko e de Nelson Mandela contra o Apartheid Sul-africano, que me dera uma cópia. O intrigante nessa citação é que a única edição brasileira, pela editora Ática, é datada de 1990. Muito provavelmente Florêncio o tenha lido na edição em inglês de 1978, *I write what I like*. O filme *Um Grito de liberdade*, de 1987, foi baseado neste livro.

³⁶⁰ Entrevistas realizadas com José Florêncio, dias 12/11/2003 e 16/03/2004 em Fortaleza/CE.

E aqui esse povo [os militantes] não entendia isso, aqui existia uma idéia de que o Ceará representava uma coisa nova na historia do negro, uma história única, que o negro aqui não tinha sofrido, não tinha sido escravo como no resto do país e os militantes daquela época acreditavam nisso, acreditavam que eram diferentes. Era comum nas conversas e debates os próprios negros [militantes] dizerem que o Ceará era a Terra da Luz ou que o Ceará foi o primeiro a libertar os escravos, faziam até comemorações no 13 de maio [risos]. (...) Naquela época eu lia sobre as manifestações contra a princesa Isabel. (...) Eu achava muito estranho, mas minhas idéias não eram levadas em conta porque eu não era cearense [sic] (José Florêncio).

Outro depoente, que solicitou formalmente não ser identificado – pois acredita que algumas afirmações comprometem o relacionamento interno conflituoso entre os grupos do movimento - afirmou que mesmos nos dias atuais existem grupos no movimento negro local que excluem a participação de muitos negros. Alguns exigem que seus integrantes sejam adeptos da umbanda, do candomblé ou outra denominação afro-brasileira, outros, que participem de grupos ligados a manifestações da cultura negra, outros, que assumam a mesma cor partidária ou que more na periferia da cidade e extremamente, que falem ou aprendam a falar *yorubá*.

Ao requerer qualquer uma dessas características, persiste ainda nos líderes do movimento, a idéia de uma *essência* entre os negros locais, e talvez não somente do Ceará, mas em sua plenitude e ao mesmo tempo a delação de *um vazío* em vias de preenchimento, evidências de uma Identidade Negra em processo de construção.

Esses diferentes requisitos para caracterização do negro cearense, denunciado por nosso depoente, se assentam justamente nessa

necessidade existente, de tecer um conjunto de signos Identitários que sintetizasse essa diversidade negra no Ceará.

Aqui, mais uma vez a teoria da etnicidade de Barth nos auxilia na compreensão desse fenômeno processual de constituição das identidades negras. As características que são levadas em consideração para essa posição, não são a somas das diferenças *objetivas*, mas aquelas que os próprios atores elegem como significantes.

Para Barth ainda, os conteúdos culturais que produzem os contrastes identitários são de duas ordens:

1. sinais ou signos manifestos – os traços diacríticos que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como o vestuário, a língua, a moradia, ou o estilo geral de vida; e 2. orientações de valores fundamentais – os padrões de moralidade e excelência pelos quais as ações são julgadas ³⁶¹.

E acrescenta:

O realce da identidade étnica exprime-se, assim, inicialmente através de um rótulo étnico entre outros meios possíveis de identificação das pessoas. É apenas depois de ter selecionado esse rótulo (depois que a etnicidade foi realçada pelo procedimento mesmo de sua seleção) que os comportamentos, as pessoas, os traços culturais que eles designam surgem quase naturalmente como ‘étnicos’ ³⁶².

A crítica que hoje se faz ao conceito de Fronteiras Étnicas, elaborado por Barth ³⁶³, evidencia que esses limites não podem ser tomados rigidamente, como sendo estáveis, mas devem ser compreendidas como um conjunto de caracteres e valores que se multiplicam, se re-elaboram, se resignificam e se sobrepõem a si mesmos.

Nesse conjunto de categorias escolhidas para definir a negritude cearense, a busca pelas *Comunidades Negras*, surge como esforço mais potencializado e sintético de revelar a face de uma negritude em vias de autodefinição.

Essas Comunidades Negras
surgem no momento de consolidação do

³⁶¹ BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 194.

³⁶² POUTIGNAT e STREIFF-FENART. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 167.

³⁶³ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

Movimento Negro local como uma dupla finalidade, primeiramente como possibilidade de evidenciar a existência de negros cearenses, vivendo em situações sociais que conservavam muito da memória e da história do negro no Ceará, e por outro lado, poderiam fornecer as bases para a construção de um discurso identitário militante frente às reivindicações socio-políticas pelas quais o Movimento, como instância política, elaboraria suas reivindicações.

Essas são questões importantíssimas para a compreensão do processo de elaboração de um discurso identitário articulado pelos grupos do Movimento Negro, que naquele momento necessitavam apresentar de forma unitária, e a fragmentação decorrente desse discurso que se pulverizou a partir dos anos 1990 em decorrência do surgimento de demandas específicas dentro do próprio movimento que fez com que surgissem novas organizações com naturezas diversas.

No próximo capítulo procuraremos demonstrar como as Comunidades Negras forneceram ao Movimento Negro do Ceará, elementos para a construção de um discurso étnico que pretendia definir a negritude cearense e como essa negritude, percebida a partir desses agrupamentos seguiu-se de um processo de fragmentação desse discurso, que desarticulou as tentativas de unidade em torno da causa anti-racista.

A nova conjuntura nacional (processo de institucionalização das organizações sociais, entre elas as entidades negras) e local (a diversificação das demandas em torno da negritude, as divergências militantes e os projetos particulares), favoreceram esse processo que determinou os novos rumos do Movimento Negro cearense.

Capítulo IV

Da construção à Fragmentação do discurso identitário negro no Ceará

A constituição de um *grupo étnico* como organização social, se processa, segundo Barth, pela atribuição por outros ou ainda pela possibilidade da auto-atribuição de uma categoria étnica, ou seja, pelo sentimento de pertença que indivíduos desenvolvem em relação a um tipo de classificação de sua “identidade básica” mais geral, presumivelmente determinada pela sua origem ou meio ambiente³⁶⁴.

Nesse sentido, temos analisado até o presente momento, os discursos identitários sobre o negro cearense (atribuição externa), cuja identidade étnica aparece determinada em sua origem pelo passado escravista, pelos traços fenotípicos como a cor da pele e o cabelo ou ainda pela manutenção das tradições afro-brasileiras.

O processo que se desenvolve a partir do aparecimento do Movimento Negro no Ceará no início da década de 1980 evidencia a construção de um discurso identitário sobre o negro promovido pelos seus próprios sujeitos que chamam para si a responsabilidade da auto-atribuição.

A persistência e a cristalização do discurso exterior, tornado hegemônico ao longo do século XX, como procuramos demonstrar nos capítulos anteriores, não cessa sua influência na sociedade geral, apresentando-se, ele mesmo, como mecanismo de entrave à constituição de um

³⁶⁴ BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998, pp. 193-194.

novo discurso reabilitador das identidades étnicas estigmatizadas.

Mesmo após o surgimento do Movimento Negro cearense seguiram-se objeções por parte das elites intelectuais à constituição e legitimidade do Movimento Negro no Ceará, percebido como agente do esquerdismo que traria a discórdia étnico-social. Questionavam se aquelas pessoas que estavam se organizando eram mesmos negros aqui nascidos ou migrantes de outras partes do país, pois acreditavam serem baianos ou maranhenses, e ainda se esse movimento não estaria trazendo um elemento alheio à realidade cearense, a qual secularmente vivia sob um clima de paz e harmonia racial, pois o cearense sempre fora contra a escravidão e um movimento dessa natureza só servia para quebrar os laços de solidariedade que uniam essa sociedade. Não se concebia a possibilidade da existência de um Movimento Negro justamente onde se acreditava não existir negros.

Como lembrou Roserlândio ³⁶⁵ no depoimento abaixo, acusava-se o Movimento Negro de estar realizando um *racismo às avessas* e propondo uma questão étnico-social estranho a essa sociedade:

Vale ressaltar que o grande problema é que diziam que no Ceará não tem negro, então porque pensar em racismo, para que pensar em movimento negro? Quantas e quantas vezes nas entrevistas que nós dávamos ou nos debates dos quais participávamos não emergia essa questão. Acho que essa era a grande questão que se colocava para o movimento negro naquele momento. Era que no Ceará não tem negro, para que então a existência de um movimento negro aqui no estado? E a outra era pensar se o movimento negro não era uma outra forma de racismo. Essa era a situação no Brasil.

³⁶⁵ Entrevista realizada com Padre Francisco Roserlândio de Souza, dia 24/05/2003 na cidade do Crato/CE.

Assim, podemos afirmar que os enfrentamentos encetados pelo nascente Movimento Negro cearense tinham por objetivo, (com-) provar a existência de negros nativos no Ceará e por esse meio justificar socialmente a existência de um movimento reivindicatório em torno de demandas específicas dessa população e, simultaneamente, promover um discurso reabilitador das identidades negras no Ceará, fazendo com que pela elevação da auto-estima dos afro-cearenses, os grupos de consciência negra adquirissem volume e força institucional, dando suporte intelectual às reivindicações que se apresentavam.

Assim, afirmar-se como negro naquele momento, significava afirmar-se como negro e cearense ao mesmo tempo, e por isso, a quase obrigatoriedade entre os militantes daquela época de excluir quem não se enquadrasse nesses dois requisitos. Daí o motivo da exclusão do estudante piauiense José Florêncio a qual nos referimos no primeiro capítulo.

A legitimidade do movimento passou a ser vislumbrada pela militância negra cearense através da comprovação da existência de uma população afrodescendente no Ceará mediante sua identificação, mapeamento, articulação e incorporação aos objetivos do grupo.

Neste capítulo abordaremos a iniciativa dos militantes negros em promover o mapeamento dos agrupamentos negros cearenses e de como essa identificação forneceu elementos que tornaram possível a articulação de um discurso identitário étnico unificado em torno dessa população.

E a partir dessa *descoberta* dessas Comunidades Negras, será possível perceber a diversificação das demandas em

torno da questão étnica no Ceará, que oportunizou o surgimento de novas organizações com naturezas diversas e que provocou um processo de fragmentação e desarticulação dos grupos do Movimento Negro cearense.

A fragmentação das entidades integrantes do Movimento Negro cearense, a partir do final dos anos 1990, será aqui analisada a partir da consideração de uma nova conjuntura nacional (processo de institucionalização das organizações sociais, entre elas as entidades negras) e local (a diversificação das demandas em torno da negritude, as divergências militantes e os projetos particulares) que estavam em curso naquele momento, e que favoreceram o processo de polifonia do discurso étnico militante no Ceará, o que determinou os novos rumos do Movimento Negro cearense e caracterizou a fase seguinte de sua história.

4.1. A “DESCOBERTA” DAS COMUNIDADES NEGRAS E A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO IDENTITÁRIO.

Em relação as Comunidades Negras, a historiografia tradicional cearense deu pouca importância a esses agrupamentos, que só esporadicamente apareceram citados ao longo da crônica histórica local.

Raimundo Girão procurou demonstrar a irrelevância da presença negra no Ceará, apesar das evidências contrárias que ele mesmo apresenta em suas observações, baseadas nas anotações seletivas do positivista Barão de Studart no livro *Notas para a História do Ceará*³⁶⁶. Girão considerou apenas como *parcas*

³⁶⁶ STUDART, Guilherme. *Notas para a história do Ceará – Segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Tipografia do Recreio, 1892, p. 69.

referências as notícias anotadas pelo barão, acerca dos agrupamentos negros, citando apenas os mocambos negros do Cariri que abrigavam *negros fugidos e criminosos*³⁶⁷ e a presença negra em algumas localidades como a cidade de Sobral³⁶⁸. No entanto, seus contemporâneos no Instituto apresentaram outras perspectivas no estudo dessas localidades.

O folclorista e antropólogo Florival Seraine registra em seus trabalhos os topônimos de origem africana: Cafundó, Dendê, Luanda, Batuque, Mocambo, Mocambinho, Moleque e Mombaça³⁶⁹. Geraldo Nobre assinalando as perseguições e a aspiração de liberdade dos cativos revela existência de mocambos, *uma palavra mais adequada para os ajuntamentos em apreço no Ceará*³⁷⁰, nas fronteiras do Ceará com Rio Grande do Norte, Pernambuco e Piauí no século XVIII, ampliando o levantamento feito por Seraine, assinala sítios e acidentes geográficos que evidenciam a presença africana no estado: Olho d'água dos Quilombos, Serra dos Quilombos, Riacho das Crioulas, Zumbi, Calembê, Mutamba³⁷¹.

Desde o final da década de 1970, a imprensa e a Universidade Federal do Ceará já tinham conhecimento da existência de agrupamentos negros no estado. A partir de meados da década de 1980, começaram a circular nos meios acadêmicos e jornalísticos, notícias em torno de agrupamento negro no município

³⁶⁷ Idem, *ibidem*.

³⁶⁸ FROTA, Dom José Tupinambá da. *História de Sobral*. 2ª. Ed. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1974, p.540.

³⁶⁹ SERAINE, Florival. *Contribuição à Toponímia Cearense*. RIC., T. 62, 1948, pp. 266-285, especialmente a III parte.

³⁷⁰ NOBRE, Geraldo da Silva. *Ceará em preto e branco: participação africana no processo histórico de formação do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 1991, p. 134.

³⁷¹ Id. *Ibidem*, p. 134.

cearense de Uruburetama, conhecido como Conceição dos Caetanos.

Essas notícias surgiram a partir da existência e atuação de grupos de consciência negra espalhados por diversas cidades do interior do estado e da capital, que colocavam em evidência algumas dessas localidades, as quais passaram a representar elos entre o Movimento Negro cearense e cultura afro-cearense.

Lúcia Simão ³⁷² falando das suas origens familiares, ligadas à *Comunidade Negra* de Lagoa dos Ramos em Aquiraz nos diz:

O meu pai e a minha mãe são de Aquiraz, nasceram em Aquiraz todos os dois, são até parentes (...) Ela [a mãe] sempre falou para nós sobre Aquiraz, um lugar chamado Lagoa do Ramo, mas nós nunca fomos lá porque sempre que a mãe falava, ela falava com mágoa porque ela foi criada sempre sem nada, sabendo que tinha tudo e que alguém desviou os bens dela, (...) por isso, por conta disso, nenhum de nós foi a Aquiraz, nunca fomos lá no lugar onde ela nasceu (Lúcia Simão).

Roserlândio, da mesma forma, explicando os conflitos raciais entre suas famílias materna e paterna, declarou que as raízes de sua família estão ligadas a essa região do Cariri, a família de meu pai que tem uma ascendência principalmente indígena e africana é da região de Milagres ³⁷³, acrescentando ainda que,

Quando eu falo das minhas raízes vem à mente exatamente isso, a história do Cariri é profundamente marcada por esse racismo, mas antes de tudo, é profundamente marcada pela possibilidade [de perceber] da contribuição dos povos africanos e seus descendentes aqui na região. E isso você tem bastante claro pelas expressões culturais, como o maneiro-pau, os penitentes que de uma certa forma têm as suas raízes aí, os grupos de reisados, principalmente em Milagres onde a experiência do grupo de reisados de lá completou 300 anos recentemente, e os reis do congo. Essas experiências aqui na Região do Cariri a gente percebe como sendo uma expressão bem forte das raízes africanas e isso precisa ser trabalhado.

³⁷² Entrevista realizada com Lúcia Simão, dia 24/08/2003 na cidade de Fortaleza/CE.

³⁷³ Lembremos que a História da cidade de Milagres traz uma controvérsia entre o pesquisador norte-americano Billy Jaines Chandler e o Instituto do Ceará. Chandler escreveu artigo onde questiona a abrangência da Abolição da escravidão por ato jurídico do Presidente da Província, apresentando como dado a permanência de grande quantidade de negros escravizados após o ano de 1884. Ver CHANDLER, Billy Jaines. *Os escravagistas renitentes de Milagres: Um pós-escrito à história da escravidão no Ceará*. RIC., T. 80: 169-176, 1966.

O desenvolvimento de um processo de auto-atribuição identitária e o pertencimento aos grupos étnicos militantes fizeram com que os integrantes dos grupos de consciência negra se percebessem dentro da historicidade do povo negro cearense e desejassem ampliar o grau de conhecimento da história e cultura afro-cearense³⁷⁴.

Decidiu-se então, por um levantamento que identificasse e mapeasse a articulação entre os diversos agrupamentos negros que até se tinha conhecimento, a fim de tecer um painel de informações históricas, visuais, monumentais e de artefatos, que trouxessem à tona a diversidade da cultura afro-brasileira no Ceará.

Esse levantamento instrumentaria também o grupo militante de informações que justificariam suas ações e reivindicações e ao mesmo tempo forneceriam ao Movimento Negro a possibilidade de articular um discurso em torno de uma negritude nativa, que representaria a face de cada um de seus integrantes e a face do coletivo negro no Ceará. Foi o que se puseram a realizar.

A pesquisa denominada Projeto Agrupamentos Negros – PAN³⁷⁵ foi realizada entre os anos de 1991 e 1992, sob a coordenação de Alecsandro Ratts³⁷⁶. Esse Projeto justificavam seus

³⁷⁴ Mais uma vez podemos perceber o papel relevante que o resgate das experiências históricas desenvolve na constituição dos Grupos Étnicos.

³⁷⁵ Entre os textos do Movimento Negro encontramos o “Projeto Agrupamentos Negros = PAN”, elaborado por Alecsandro Ratts em julho de 1996 com vistas a publicação junto ao IMOPEC, onde constam Introdução, Objetivos, Conceitos, Metodologia Básica, Etapas e Procedimentos do Projeto, Locais Articulados, Grupo de Trabalho e Orçamento para Viagens, acrescidos de observações manuscritas.

³⁷⁶ Alecsandro Ratts concluiu doutoramento em Antropologia pela PUC-SP. Na época, como militante negro tinha grande inserção no Movimento Negro cearense, quando preparou projeto de pesquisa que o levou ao Mestrado em Geografia pela USP. Essa foi uma coordenação não formalizada, mas deve-se, sobretudo aos esforços de Alex Ratts, a elaboração desse Projeto, sua apresentação, seu desenvolvimento, articulação, financiamento, leitura dos resultados e publicação.

idealizadores, contrapunha-se a “constatação” ideológica da inexistência de negros no Ceará e visava organizar as atividades desenvolvidas desde 1991, junto a alguns agrupamentos da capital e do interior do Ceará³⁷⁷, objetivando:

Identificar os agrupamentos negros no interior do Ceará, levantar a história e a situação atual desses grupos; apoiar a articulação destes agrupamentos e a luta pelos seus direitos, respeitando as características e a auto-determinação de cada lugar e grupo (sic)³⁷⁸.

Por Agrupamento Negro compreendia-se aqueles agrupamentos também chamados de Comunidades Negras ou Comunidades Rurais ou ainda Quilombos, que se caracterizavam como um conjunto de famílias negras que vivem uma realidade específica, que mantenham uma proximidade geográfica e de parentesco e que se percebem como um grupo diferenciado (sic)³⁷⁹.

A pesquisa foi desenvolvida inicialmente na cidade de Aquiraz (comunidades de Lagoa do Mato, Lagoa do Ramo, Goiabeiras e Estrada Nova), em Uruburetama (Conceição dos Caetanos), em Tururu (Água Preta) e em Fortaleza (nos Bairros Jardim Iracema, Antonio Bezerra, Olavo Oliveira, Quintino Cunha e Comunidade do Trilho próximo ao Mucuripe) por se tratarem de agrupamentos de reconhecida predominância negra e aos quais os militantes negros estavam ligados.

³⁷⁷ IMOPEC. *Comunidades Negras do Ceará*. Projeto Agrupamentos Negros. Fortaleza: IMOPEC, 1998, p. 01.

³⁷⁸ Id. *Ibidem*, p. 02. Perceba-se que a pesquisa já estava em pleno andamento nesse período, sendo o Projeto Agrupamentos Negros uma forma de **sintetizar** as principais características dessas comunidades. Alecsandro Ratts também procurava sincronizar esse Projeto com sua pesquisa de mestrado, em curso junto ao departamento de Geografia da USP. O texto do Projeto partilhava os créditos da pesquisa aos *militantes do Movimento Negro que têm família no interior do Estado, as pessoas que desenvolvem trabalho de militância, assessoria e pesquisa na zona rural*, Grupo de Agentes de Pastoral negros – APN’s e com o Movimento Negro da região de Crateús, que trabalha com agrupamentos no Cariri e Sertão dos Inhamuns.

³⁷⁹ Id. *Ibidem*, p. 02.

Aos poucos, as diversas viagens dos membros do GRUCON³⁸⁰ para o interior do estado, para os agrupamentos negros já conhecidos como Conceição dos Caetanos, Água Preta, Goiabeiras e Lagoa dos Ramos, trouxeram informações sobre outras localidades que potencializaram a identificação de muitas outras comunidades como Bastiões na cidade de Iracema, comunidade Muchuré (Família Peba) em Quixeramobim, Barra dos Ventos, Sitio dos Pretos, Barra do Vento e Antonica em Tauá (essa última possivelmente um quilombo), Pitombeiras em Poranga, Fazenda Mulungu e Rio do Juca em Parambu, Serra dos Matos em Tamboril, Barriguda em Novo Oriente, Sitio dos Negros, Feijão, Pau D'arco, Coité em Ipueiras e Ererê próximo a Iracema, dentre outras tantas.

Visitamos através do Grupo de União e Consciência Negra, no decorrer desses 10 anos de movimento Negro no Ceará, inúmeras comunidades negras existentes no Ceará, coletando dados, conversando com pessoas idosas que vivem e viveram nesses lugarejos; trocando experiências, e em muitas delas voltamos várias vezes³⁸¹.

O mapa “Comunidades Negras do Ceará” (Anexo 2) mostra os agrupamentos negros identificados através da pesquisa realizada pelo Movimento Negro cearense e que passou a servir de instrumento para a realização de trabalhos da Secretaria de Agricultura estadual.

A teoria inicial desenvolvida tanto pela imprensa cearense, pela Universidade e pelos próprios militantes negros acerca desses agrupamentos negros, assentavam-se ainda nas premissas da historiografia

³⁸⁰ Eram citados como pesquisadores no Projeto: Alecsandro Ratts, arquiteto e Mestre em Geografia, Oziélia Costa, estudante secundarista, Vanda Martins, Bacharel em Ciências Sociais, Francisco Roserlândio de Souza, padre diocesano, estudante de História na URCA. Cita-se ainda três pessoas, pertencentes aos agrupamentos pesquisados, João Francisco da Costa, morador de Lagoa do Mato, José Carlos Pereira Alves, também de Lagoa do Mato e Maria Oliveira Caetano de Conceição dos Caetanos. Esses últimos pelas anotações manuais devem ter se limitado a depoentes.

³⁸¹ PEREIRA, William Augusto. *O negro no Ceará – resgate das comunidades negras no Ceará na ótica do movimento negro*. Mimeo, 1992.

tradicional, para a qual a existência desses núcleos era explicada a partir do passado escravista, sendo essas comunidades formadas a partir de negros fugitivos, aquilombados ou amocambados.

Numa reportagem ainda no ano de 1981, o reconhecido jornalista Nonato Albuquerque, abordava a existência da comunidade de Conceição dos Caetanos como tendo *90 anos de existência* e sendo este agrupamento *constituído quase que exclusivamente por negros descendentes de escravos africanos*³⁸².

Depois de sete anos o mesmo Jornal O povo ainda descrevia em 1988 a origem e existência das comunidades negras de Conceição dos Caetanos e de Água Preta a partir da idéia de quilombo:

Em 1877, alguns escravos se reuniram em um quilombo nas proximidades de Uruburetama, na seca de 1888, eles se separaram, formando as comunidades de Água Preta e Conceição dos Caetanos. Ainda hoje, no entanto, eles simplesmente sobrevivem nos 'quilombos nordestinos', presos a pequenas terras para cultivar e à pobreza generalizada da região

³⁸³

Nessa mesma época, a perspectiva das Universidades já havia percorrido uma longa trajetória reflexiva em torno desses agrupamentos negros, mas Ratts traz à tona, um episódio ocorrido no final dos anos 1970 em Conceição dos Caetanos, que passou a determinar o relacionamento daquela comunidade com a mídia.

Segundo Ratts, um grupo de professores e alunos da Universidade Federal do Ceará esteve na localidade a fim de realizar o filme intitulado *Conceição dos Caetanos*, ocasião em que teria se originado a identificação do grupo a partir da aposição do termo Caetanos ao nome da localidade.

³⁸² ALBUQUERQUE, Nonato. *Em Conceição dos Caetanos o negro se distancia de suas raízes. O Povo*. 24-maio-1981.

³⁸³ Nordeste: um grande quilombo do Brasil. *O Povo*. 19-Mar-1988, 2º Caderno, p. 4.

Nesse episódio, o grupo universitário partira do pressuposto de que a localidade seria um reduto de escravizados fugitivos e como não conseguiu, inicialmente, gravar imagens que fizessem a caracterização desse agrupamento como ligado à escravidão, desenvolveram um plano alternativo (ou prévio, como analisa Ratts ³⁸⁴) de estimular a memória do grupo através do uso de instrumentos de castigo do período escravista, como correntes e gargalheiras.

Esse contato com pesquisadores, identificados como repórteres, em vez de estimular memórias em torno da escravidão, serviu pelo seu contrário, para que o grupo reafirmasse uma auto-imagem em torno da descendência de homens e mulheres livres ³⁸⁵.

Da mesma forma, na busca por comunidades remanescentes de quilombos, o Movimento Negro estava ainda contaminado pelas teorias fundantes do mito da invisibilidade negra no Ceará. Até aquele momento, a militância negra cearense buscava a presença da população negra nos agrupamentos remanescentes de ex-escravos, ainda concebia a história e a cultura do povo negro no Ceará, de forma geral, como reminiscência da experiência da escravidão.

Notemos também que por influência da legislação inaugurada pela Constituição Federal de 1988, a qual assegurava o tombamento de *todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos* ³⁸⁶, estimulou o desejo de

³⁸⁴ RATTTS, Alecsandro J. P. *O mundo é grande e a nação também: Identidade e mobilidade em territórios negros*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, p.94.

³⁸⁵ Conceição dos Caetanos. Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Pró-reitoria de Extensão. UFC. O filme não é datado, provavelmente seja do ano de 1978. Na ficha técnica aparece o nome de Gilberto Vale.

³⁸⁶ BRASIL. Constituição Federal 1988, Artigo 216, § 5º.

enquadrar como quilombos, todos os agrupamentos negros que poderiam através dessa interpretação, ter acesso a permanência e a posse da terra em que viviam.

As pesquisas empíricas dos militantes negros revelaram que os agrupamentos negros representavam uma realidade bem mais complexa do que inicialmente se supunha, pois alguns deles eram bem mais recentes e nem sempre tinham suas origens ligadas ao universo da escravidão no Ceará.

De acordo com a memória dessas comunidades, suas origens estão situadas num período posterior à abolição da escravidão no Ceará ocorrida em 1884. Conceição dos Caetanos, assim como outras, têm seus registros ao longo do século XX e se prendem a posse da terra, doadas, arrendadas ou compradas por algum ancestral da comunidade cuja historicidade se perdeu entre os fios da memória dos mais antigos³⁸⁷.

A gente acha que o Paizinho era escravo. Mas isso a gente só tem impressão, nem tem a certeza. O meu bisavô [Caetano] toda a vida foi homem, forte mesmo, tanto de palavra, como de sangue. O Paizinho comprou essa terra pra não ver a gente nos olhos do pau.³⁸⁸

Os conceitos em torno desses agrupamentos negros passaram então a ser reavaliados e reformulados pelo Movimento Negro e pelas próprias comunidades com a interferência desses militantes negros, o que redimensionou a luta pela posse da terra, compreendida agora, não apenas como um lugar, mas como um direito ao espaço histórico (onde os antepassados concretizaram sua existência), simbólico (em torno do qual passaram a se perceber como sujeitos) e

³⁸⁷ Em sua Tese, Ratts analisa pormenorizadamente, os relatos das comunidades em torno da aquisição da terra. RATTTS, Alessandro J. P. Op. Cit., especialmente a parte 2 – Trajetórias e Territorialidades Negras, pp. 33-85.

³⁸⁸ Maria Caetano (Bibil) citada em Comunidades Negras do Ceará. IMOPEC/PAN, 1998, p. 5.

político (lugar de articulação familiar e social onde estabeleceram novos embates).

Compreendeu-se também que esses agrupamentos negros funcionavam como locais de articulação e intercâmbio familiar e comunitário com relação à cidade, pois se descobriu a existência de uma rede de parentesco entre algumas comunidades rurais e urbanas, localizadas nas cidades de Fortaleza, nos estados do Amazonas, Pará e Acre, através do levantamento de informações cartoriais realizado nas paróquias do interior e confrontados com as árvores genealógicas elaboradas por Ratts³⁸⁹.

Alguns bairros da capital cearense se evidenciaram como locais de recepção de negros vindos das comunidades negras rurais em busca de melhores condições de vida em diferentes décadas do século XX, motivados por questões de sobrevivência, sobretudo em épocas de seca, em busca de melhores condições sociais de trabalho e estudo e mesmo por questões de honra ou intrigas familiares. *São trabalhadores, são negros e migram seguindo o percurso de outros parentes e permanecem, agregados, com algumas exceções*³⁹⁰.

Ratts defende que a vida em meio à cidade grande, para os negros vindos do interior, prescinde de qualquer tipo de memória, pois aglutinam o duplo estigma do migrante e do negro, mas o passado dessas pessoas intervém de diversas formas no cotidiano, através de vestígios como

³⁸⁹ Ratts utiliza-se ainda nos trabalhos de PINHEIRO, Francisco José. *O Homem livre/pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880)*. Revista de Ciências Sociais, vols. 20-21, nºs 1 e 2, Fortaleza, 1989-1990, pp. 199-230 e em OLIVEIRA, Pedro Alberto de. *As origens da Escravidão no Ceará*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 1979, sobre os abarracamentos de flagelados nas periferias de Fortaleza e sobre os recrutamentos para o norte.

³⁹⁰ Em seu o artigo, RATTS, Alecsandro J.P. *Trajetórias e Memórias de Negros Migrantes*. Revista Travessia. São Paulo: Setembro/Dezembro, 1998, pp. 14-16, o autor evidencia a idéia de *uma grande família de negros espalhada pelo país* defendida pelos negros cearenses por ele entrevistados.

fotografias, utensílios, hábitos, bem como através de memórias que afloram em determinados momentos como a terra de origem - lugar de sossego dos pais e da infância.

A característica mais importante, no entanto, constatada durante a identificação desses agrupamentos negros, foram as condições materiais que caracterizavam tanto os negros moradores das periferias das cidades quanto os que habitavam as longínquas comunidades do interior, sobrevivendo em péssimas condições, a margem da sociedade, excluídos de qualquer processo político-social.

Nesse sentido a posse da terra apareceu sempre como a principal preocupação das comunidades rurais, pela necessidade de demarcação, de proteção ou de conquista, seguida pela necessidade do acesso à água e as condições de produção agrícola.

A partir daí, as demais reivindicações assemelhavam-se aquelas das comunidades urbanas, como serviços de saneamento básico, acesso a melhores condições de saúde e educação, oportunidades de trabalho e preservação dos seus patrimônios histórico e cultural.

Partindo dessas considerações sobre os agrupamentos negros cearenses, o Movimento Negro passou a apresentar à sociedade civil organizada, as demandas específicas da população negra no Ceará. Essas demandas passaram a dar sustentação ao grupo militante como movimento social, ao mesmo tempo em que introduzia a idéia de que o negro cearense vivia a margem da sociedade, sem condições de inserir-se dignamente nessa sociedade.

Em texto, publicado nos Anais do Fórum cearense sobre Meio Ambiente em 1992, Roserlândio ressaltava a necessidade de tornar essas comunidades conhecidas da sociedade, a fim de iniciar o combate ao racismo e ao mito da ausência do elemento negro no Ceará:

O preconceito étnico caracteriza-se fundamentalmente pela “ideologia da invisibilidade” (não há negros no Ceará). Isto precisa ser superado através da apresentação e resgate das Comunidades Negras existentes em todo o território cearense. A ideologia quer negar ao Povo Negro a possibilidade e o direito natural de ser negro nesta terra, a participação deste povo na construção desse estado em toda a sua história ³⁹¹.

Somente em 1998, com a colaboração do Instituto da Memória do Povo Cearense - IMOPEC, através da cartilha *Comunidades Negras do Ceará*, do Projeto Agrupamentos Negros - PAN, as reflexões e descobertas dos militantes negros em torno dessas comunidades negras chegaram a ser publicadas.

Podemos dizer que esse levantamento realizado em torno dos agrupamentos negros representou a mais importante e eficaz ação do Movimento Negro do Ceará em toda a sua existência. Não somente porque forneceu elementos históricos e materiais necessários para a representatividade do grupo junto à sociedade cearense e a institucionalização de diversos grupos junto aos organismos políticos, mas, sobretudo, por ter funcionado no sentido de tornar visível à sociedade, a realidade de tantos negros cearenses sujeitos ao preconceito racial e

³⁹¹ SOUSA, Francisco Roserlândio de. O Povo Negro no Ceará. In: *Fórum da Sociedade Civil Cearense Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Diagnóstico Sócio-Ambiental do Estado do Ceará: o olhar da sociedade civil*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1993, p. 166.

ao desamparo das políticas governamentais a qual estavam sujeitos.

A recente *Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial* promovida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente utilizou-se do mesmo mapa elaborado a partir da pesquisa sobre as Comunidades Negras cearenses (Anexo 2), para identificar as populações afrodescendentes, potencialmente beneficiáveis com as políticas de promoção racial (Anexo 3), evidenciando o caráter significativo que esse levantamento continua propiciando a população negra estadual.

À medida que a realidade material desses agrupamentos negros chegava ao conhecimento da sociedade pela grande imprensa, ganhava força também o reconhecimento e importância socio-política do Movimento Negro e se articulava um processo de reflexão dentro do Movimento Negro cearense sobre a realidade dessas comunidades promovendo a construção de um discurso identitário negro potencialmente reivindicatório em torno de uma Negritude marginalizada.

A negritude cearense passou a ser então definida a partir de uma realidade de exclusão social dentro do próprio Movimento Negro, aquela que vivendo à margem da sociedade credenciava-se como população credora de reparações histórico-sociais, o que representava para a militância negra, argumento suficiente para a articulação de reivindicações políticas.

Aqui se faz necessário atentar para o uso e a leitura que estamos procedendo sobre a realidade material das populações negras no Ceará a partir da elaboração de um discurso militante negro naquele momento e a realidade vivenciada por essa mesma população. Temos abordado aqui, o

discurso *sobre* e não ao exame da realidade dessas comunidades, o que certamente revelaria incongruências, mesmo que procurássemos defini-las a partir de um outro discurso.

Essa opção pela condição social do povo negro como elemento de classificação assumida pelo grupo étnico militante como referencial identitário serviu naquele momento aos intuítos do Movimento Negro na articulação de suas reivindicações sociais e políticas e para sua legitimação e institucionalização.

A seguir procuraremos demonstrar como o discurso em torno de uma negritude marginalizada passou a ser utilizado pelos militantes negros como base para reivindicações sociais e, nessa mesma perspectiva, como elemento aglutinador dos diversos grupos de consciência negra no Ceará.

A união dos diversos grupos de consciência negra e das facções que se articulavam dentro do próprio movimento em torno de reivindicações sociais, despertou a possibilidade de articulação de uma grande entidade representativa do movimento, o que se daria através da criação de um Centro de Referência para a Cultura Negra no Ceará, para onde convergiriam pesquisadores, grupos culturais, militantes negros, atividades artísticas, simbolizando a unidade do movimento.

4.2. UMA NEGRITUDE MARGINAL E SUAS REIVINDICAÇÕES.

Apresentaremos nesse momento, as demandas específicas defendidas pelo Movimento Negro naquele momento. Para isso, tomaremos como instrumento de análise o texto publicado nos Anais do Fórum da Sociedade Civil Cearense sobre

Meio Ambiente, ocorrido em 1991, como preparativo para a Conferência Mundial de Ecologia - ECO 92, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, no qual o Movimento Negro do Ceará fez-se presente como instituição representativa dos negros no Ceará.

O texto aparece aqui como síntese elaborada pelos *vários grupos do Movimento Negro*, trabalhando *num espírito de mutirão, solidariedade e comunitariedade tem procurado trabalhar em conjunto*: Grupo de Mulheres Negras, “Filhos da África” de Messejana, Grupos de Consciência Negra da Área de Crateús, Grupo de União e Consciência negra, Agentes de Pastoral Negros³⁹².

Esse momento, dentro de nossa abordagem, constitui o principal momento de coesão discursiva e de articulação dos diversos grupos de consciência negra do Ceará, caracterizando o que denominamos de Movimento Negro organizado no Ceará. Momento em que, nos parece, todos os grupos do movimento estão envolvidos em torno de questões que, aparentemente, representam preocupações convergentes e da mesma forma, na defesa das reivindicações apresentadas, sustentadas e respaldadas por um discurso unificado.

Analisando o texto publicado nos Anais do Fórum Cearense sobre Meio-Ambiente - síntese do pensamento do grupo militante naquele momento – percebemos a análise que esse grupo elaborou sobre a realidade vivida pela população negra cearense. Constatavam que:

- O preconceito étnico caracteriza-se fundamentalmente pela “ideologia da invisibilidade” (não há negros no Ceará). Isto precisa ser superado através da apresentação e resgate das Comunidades Negras existentes em todo o território cearense. A ideologia quer negar ao Povo negro a possibilidade e

³⁹² Id. *Ibidem.*, p. 166.

o direito natural de ser **negro** nesta terra, quer negar a participação deste povo na construção desse estado em todo a sua história (grifos do autor)

³⁹³

Apesar da obviedade desse discurso, depois de uma década de atuação do Movimento Negro cearense, a novidade trazida nesse momento era a de que, diferentemente dos debates anteriores, o conteúdo desse texto, expressa nitidamente a exclusão histórica e material do *Povo Negro*. Roserlândio, autor do texto, lembrava em seu depoimento que a participação no Fórum e a publicação do texto foram conquistas do grupo:

No livro sobre o Fórum sobre o diagnóstico sócio-ambiental do Estado do Ceará, em que a gente conseguiu colocar um texto que é fruto de uma luta, que não foi muito fácil, foi bastante complicado, tivemos que sensibilizar as pessoas para as questões de que a população negra e a população indígena tinham que ser consideradas e não apenas questões de saúde, de saneamento, do trabalhador, que eram questões que eram consideradas com maior facilidade.

Assim, apesar da necessidade de sensibilizar os organizadores do evento, o fato da participação do Movimento Negro nesse Fórum e da publicação de artigo nos seus Anais, dando conta da especificidade e da necessidade de consideração das comunidades negras no âmbito das questões ecológicas locais, situa a questão étnico-racial no Ceará entre novos parâmetros das políticas sociais ³⁹⁴.

Ademais, coloca-se a reflexão em torno de uma negritude, contando agora com a cumplicidade e a solidariedade dos participantes e das entidades civis organizadas presentes ao evento, tendo o grupo militante assumido posição conjunta

³⁹³ Id. Ibidem., pp. 165/166.

³⁹⁴ Note-se que a partir da ECO 92, processou-se na sociedade brasileira uma ampliação do conceito de meio-ambiente, tornando-o indissociável dos modelos de organização e dos mecanismos de produção social. Justificava o Movimento Negro sua participação no Fórum: “Compreendendo que Etnia e Ecologia têm relação íntima por significarem a defesa da Vida Humana – História e Meio Ambiente, através de uma mudança radical nas estruturas e no próprio sistema de nossa sociedade”. Id. Ibidem., p 167.

de protagonista desse Fórum. Neste momento, tornava-se nítida a incorporação e aceitação por parte de segmentos da sociedade civil, das reivindicações sociais legitimadas pelo Movimento Negro.

De toda forma, essas demandas específicas do povo negro no Ceará não assumiram mais as feições de *novidades* ou *invenções de forasteiros*, como em momentos anteriores.

O texto enumera, a partir da reflexão sobre as comunidades negras, as razões que justificam a existência e a atuação do grupo de militantes negros:

- a) um desejo de conhecer a História, a Cultura, o Mundo religioso de nossos antepassados e de todo o nosso povo;
- b) pela necessidade de ter um espaço onde possam discutir, conversar, trocar idéias, aprofundar ou iniciar estudos, encontrar-se fraternalmente e fortalecer os laços de solidariedade existentes;
- c) uma necessidade de deixar na História elementos, documentos para servirem de subsídios e para o reconhecimento daqueles que vêm depois nesse processo de organização. “A exemplo dos hebreus desejam deixar registrados uma História onde, com certeza, Deus age em vistas da libertação”;
- d) enfim, fazer com que, desta forma possam contribuir para a superação dos sinais de morte existentes no Ceará. Querem defender a Vida, resgatar a Cultura do Povo Negro a partir da realidade cearense ³⁹⁵.

A autoria do texto, assinado por Roserlândio, denuncia o caráter cristão assumido no item “c” da citação acima, ao fazer referência à História dos hebreus (o povo eleito), espelhando o desejo dos militantes negros em deixar registrada sua história para as gerações futuras. Percebe-se ainda a atribuição e a integração da história do povo negro no Ceará, à uma história providencial e escatológica, na qual Deus age dirigindo as ações humanas com vistas a sua libertação.

Esse discurso cristão e católico pode ser observado em diversos momentos da história do movimento, determinando inclusive a forma organizacional na qual se inseria a maioria dos militantes negros do período ao qual estamos nos reportando nesse trabalho (1982-1995). A organização

³⁹⁵ Id. *Ibidem.*, p. 166.

do grupo dos APN's, que determinou a maior parte das ações do movimento negro é estabelecida a partir da idéia de quilombos (organização estadual) e mocambos (organizações regionais no interior do estado)³⁹⁶.

No sentido histórico, o quilombo significa ideologicamente a oposição a situação de escravidão, e num sentido escatológico cristão, representa para o povo negro, a realização na terra das promessas divinas e finalidade da história humana. Portanto, buscar melhores condições materiais para o povo negro, retirando-o da situação de exclusão (entendida como outra dimensão da escravidão) promove a construção do reino de Deus (um quilombo para os negros) ainda na terra.

Materialmente, a reflexão do grupo militante sobre a realidade do negro cearense reconhecia a impossibilidade de ascensão social do negro em decorrência da exclusão dos sistemas formais de educação:

- O povo afro-cearense continua sem acesso ao processo educativo formal e, ainda falta-lhe subsídios sobre a Cultura, História, Mundo Religioso, Tradições culturais afro-brasileiras³⁹⁷.

Procurava-se sintetizar nos aspectos da carência de educação formal, da falta de acesso à própria cultura, do alheamento da própria historicidade e religiosidade, todas demandas da população afrodescendente³⁹⁸. A citação somente de alguns dos aspectos acima por parte dos militantes negros, que

³⁹⁶ Novamente a referencia ao universo da escravidão. Existe ainda uma organização supra, os quilombos Norte/Nordeste e Central, esse último funcionando como articulação Nacional.

³⁹⁷ SOUSA, Francisco Roserlândio de. *O Povo Negro no Ceará.*, p. 166.

³⁹⁸ Durante a elaboração da Lei Orgânica do Município em 1988, coube ao GRUCON a iniciativa de propor a inclusão do ensino da cultura afro-brasileira no conteúdo curricular municipal e a sugestão de aulas de capoeira como Educação Física nas escolas municipais. Segundo depoimento de Maria Telvira, mestre em educação esta lei foi aprovada, mas não colocada em prática, embora um material de apoio e divulgação foi impresso e distribuído pela Secretaria de Educação aos professores. RATTI, Alessandro J.P. e FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. *O Negro no Ceará.* In Secretaria da Cultura do Município de Fortaleza. *Proposta Curricular.* Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 1995.

objetivamente não dão conta das dimensões sociais mais agudas, verificadas a partir da pesquisa junto aos agrupamentos negros rurais e urbanos do Ceará, parecem querer sublinhar a realidade.

O discurso identitário negro no Ceará sempre se ateve as dimensões propostas no espaço católico e essa forma de se fazer o Movimento Negro no Ceará, está ligada diretamente aos valores cristãos, mais que sociais ou político defendidos pela maioria dos integrantes do movimento até aquele período.

Esse discurso identitário militante em torno de uma negritude marginalizada, no entanto, assim como qualquer outra tentativa semelhante de definir e caracterizar a negritude cearense, não poderia se coadunar com a diversidade de experiências que eram presentes no interior do próprio movimento.

Alguns grupos organizados do movimento e militantes consideraram essa etapa da dinâmica identitária do negro no Ceará como um novo estigma, pois da forma como o discurso étnico militante foi articulado, a negritude cearense passou a evidenciar novas formas de discriminação e preconceitos, sobretudo para aqueles que de alguma forma conseguiram inserir-se socialmente por meio da universidade e ou da política institucionalizada.

O discurso étnico negro, elaborado a partir das comunidades negras passou a evidenciar uma negritude marginalizada, expropriada socialmente de seus direitos, desprovida de recursos materiais e intelectuais, a mercê da caridade alheia.

Por influência da matriz cristã católica, esse discurso étnico negro assumiu ainda características de esperança na providência divina, como identificamos anteriormente, fazendo com que, os

integrantes do movimento negro no Ceará, incorporassem em suas ações dimensões da fé católica.

A reação dos grupos e de alguns militantes manifestou-se pelo estabelecimento de lutas particulares dentro do próprio Movimento Negro, através da articulação de grupos particulares, os quais abordaremos a seguir.

Todavia, esse foi um momento fecundo para o Movimento Negro do Ceará, onde se observa o envolvimento e unidade de grupos e facções internas, o que ensejou a articulação de outras iniciativas conjuntas de mobilização. A Casa Ka'Noambo, o Fórum de Entidades Negras e o Bloco Afro, inserem-se nessa perspectiva.

A Casa de Cultura Ka'Noambo³⁹⁹ (chamada inicialmente de Casa Dandara), pretendia ser um Centro Cultural, Documental, Artístico e Intelectual afro-cearense, funcionando também como local de debates e exposições, promoção de pesquisas, centro de articulação dos grupos de consciência negra e de referência para a cultura negra no Ceará⁴⁰⁰.

Nós tínhamos alguns grupos e achamos que deveríamos nos articular de tal forma que iniciamos a pensar na Casa de Cultura Ka'noambo. Era uma experiência, um projeto que tinha por objetivo congregar essas diversas experiências e ser ao mesmo tempo uma casa de referência, um Centro de Referência para os estudos afro-cearenses (Roserlândio).

Por ocasião do Fórum sobre o Meio-ambiente o Movimento Negro apontava a Casa Ka'Noambo como

³⁹⁹ *Ka'Noambo* segundo informação de Roserlândio traduz-se do Yorubá como “coisa própria de negro”.

⁴⁰⁰ Em 24 de julho de 1991, o Movimento Negro do Ceará, representado pelo GRUCON, APN's, Comunidade do Trilho, Grupo Negro do Antonio Bezerra e Grupo de Mulheres Negras enviam carta a Winnie e Nelson Mandela onde apresentam o grupo de Mulheres Negras surgido neste ano e o projeto do Centro de Defesa da Vida e Resgate da Cultura negra no Ceará - Casa Dandara (cópia mimeo). Apesar de não estar explícito, o objetivo da carta nos parece ter sido a divulgação do Projeto com vistas a obtenção de resposta que desse ao Projeto reconhecimento internacional que ajudaria na obtenção de seu financiamento.

perspectiva e meio para concretizar os objetivos do grupo militante⁴⁰¹.

Os vários grupos citados anteriormente estão organizando o **Centro de Defesa da Vida e Resgate da Cultura Negra no Ceará** (“Casa de Cultura Ka’Noambo” – “Coisa de Negro”) que contará com um Departamento de Pesquisa e Formação, outro de Documentação, um de Finanças e outro de Eventos e Divulgação (grifos do autor)⁴⁰².

Esse Centro foi idealizado pelos militantes negros vinculados ao grupo dos APN’s, mas que conseguiu mobilizar e estimular a quase totalidade dos grupos negros cearenses. Reunidos em Assembléias ou através das lideranças negras, discutiu-se os objetivos e configuração do Centro, mas os Estatutos legais que estabeleceriam uma natureza institucional ligada a Igreja e as Pastorais Católicas, nunca chegaram a ser totalmente aceitos.

O Estatuto do Centro de Cultura, o estatuto que nós produzimos, eu não sei atualmente, a gente até o ano passado ou dois anos atrás estava discutindo sobre a possibilidade de retomar esse projeto, fizemos até uma enquête junto aos grupos, porque como foi um projeto definido pelos diversos grupos do movimento negro, então precisava ter a resposta, o respaldo desses grupos. E aí nós pensamos em retomar, mas depois a gente não deu continuidade e eu não sei como está isso em Fortaleza atualmente, se o Centro de Cultura Casa Ka’noambo está caminhando, se voltaram ou não a discutir e a reorganizar a estrutura do Centro (Roserlândio).

Paralelamente a essa iniciativa, articulava-se também o Fórum Cearense de Entidades Negras do Ceará, iniciativa conjunta do GRUCON e dos APN’s, com vistas ao I ENEN – Encontro Nacional de Entidades Negras ocorrido em novembro de 1991 na cidade de São Paulo e motivado ainda pelas comemorações em torno dos 10 anos do Movimento Negro no Ceará em 1992.

Nós tínhamos a preocupação de acompanhar a discussão nacional, era fundamental, era uma questão política. E nós sabíamos que não tínhamos condições de levar avante o processo se estivéssemos desligados das discussões nacionais. Em função disso, nós organizamos uma entidade no Ceará, um Fórum, que respondia pelas entidades negras no Ceará, por isso nasceu o Movimento Negro do Ceará, porque ele tinha por objetivo congrega esses

⁴⁰¹ Aqui também nos parece uma tentativa de obter reconhecimento social para a viabilização do projeto.

⁴⁰² SOUSA, Francisco Roserlândio de. O Povo Negro no Ceará. p. 166.

diversos grupos. Não era um grupo homogêneo, mas fundamentalmente heterogêneo, porque você tinha o Grupo União e Consciência Negra, o Grupo de Mulheres Negras, tinham os Agentes de Pastoral negros, o Grupo de Religiosos e Seminaristas Negros, os Filhos da África, o Grupo de Negros do Trilho, o Movimento Negro de Crateús e assim por diante (Roserlândio).

O caderno-convite destinado aos grupos de consciência negra no Ceará convocando para o Fórum Cearense de Entidades Negras, realizado em 10 de setembro de 1991, apresentava os *Desafios e Perspectivas do Movimento Negro no Ceará*, a partir da constatação de que,

Há em nosso estado um ditado muito popular: “No Ceará não tem negros”. Esta ideologia que negar-nos a “possibilidade”, melhor dizendo, o DIREITO NATURAL de SERMOS NEGROS em nossa terra, negar-nos a participação de nosso povo na construção desse estado (Memória e História a construir). O nosso povo continua sem acesso ao processo de educação formal; continua sendo exigido o critério da “boa aparência” (segundo um parâmetro europeu, estadunidense ou asiático) para se conseguir um emprego; está ainda em voga uma leitura a-crítica, a-histórica, do processo de construção deste país; ainda considera-se como “folclore” as tradições culturais e religiosas de nosso povo. (...) Como fruto de tudo isso (desse clima “antinegro” ainda reinante), existe uma certa auto-rejeição por parte de muitos negros, de sua cor, seu cabelo, enfim, de seus traços físicos e de sua história familiar – o que lhes impede de realizar-se plenamente como pessoas (sic) ⁴⁰³.

Nas comemorações em torno do 13 de maio de 1992, ano em que o movimento comemorava 10 anos de articulação no Ceará, organizou-se o Seminário Negrada Negada, entre os dias 12 e 16 de maio ⁴⁰⁴, cujo objetivo era discutir a realidade do negro e justificava-se aquela iniciativa pela persistência dos *estereótipos preconceituosos presentes em nossa sociedade: a “morenidade”; “não há negros no Ceará”; “Macumba é coisa do demônio”*.

Em texto contemporâneo, levado ao Seminário Negrada Negada, de autoria

⁴⁰³ Fórum Cearense de Entidades Negras. Rumo ao I ENEN.

⁴⁰⁴ A programação foi aberta no dia 12/05 com uma entrevista coletiva no Auditório da ACI – Associação Cearense de Imprensa e transmitida pelo programa Espaço Aberto da TV Educativa do Ceará. Entre os dias 13 e 15/05 o Seminário Negrada Negada contou com a participação de Lélia Gonzáles (RJ), Albérico Paiva Ferreira (do terreiro Axé Opô Afonjá – BA) e Eurípedes Funes (UFC). Terminou no dia 16/05 com uma Kizomba na quadra do Céu – UFC.

de Alecsandro Ratts e Hilário Ferreira
Sobrinho, credenciava-se,

Em 1982, surge o movimento negro no Estado e nos últimos dez anos tem sido marcados por uma busca incessante da memória coletiva negro-africana, a luta contra o auto-racismo, a alegria pela descoberta da identidade negra, a reconstrução da história dos negros pelos negros no Ceará, o combate ao racismo e a solidariedade a outros movimentos. (...) Para o movimento negro não importa a quantidade e sim afirmar que o negro existiu e ainda existe neste Estado. Basta olhar para a família, as domésticas, as crianças de rua, os trabalhadores, os desempregados, as meninas que vendem seu corpo nas praias, visitar as favelas e os presídios. É aí que o negro está ⁴⁰⁵.

Outra iniciativa conjunta dos grupos surgiu por ocasião das comemorações dos 10 anos do Movimento Negro no Ceará, durante a realização da *Kizomba da Lua* (Festa), quando foi apresentada a idéia de formação de um Bloco Afro chamado provisoriamente de BAK – Bloco Afro Ka`Noambo. Esse bloco inseria-se na perspectiva de evidenciar aspectos da cultura negra cearense, não mais como folclore, mas como expressão viva da negritude presente no cotidiano local, portanto deveria *ser expressão da resistência negra e uma forma de contrapormos a idéia de que não existem negros no Ceará* ⁴⁰⁶.

Temos abordado essas iniciativas conjuntas nesse momento (Fórum de Entidades Negras, criação da Casa Ka`Noambo e Bloco Afro) a fim de evidenciar um instante em que convergem num mesmo discurso identitário étnico negro (com todos os equívocos que se seguiram) a quase totalidade dos grupos até então existentes.

São esforços que devem ser considerados a partir da busca pelo estabelecimento de uma organização multi-representativa e hegemônica dentro do Movimento Negro cearense, que pudesse

⁴⁰⁵ RATTTS, Alecsandro e FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. *O negro no Ceará*. Mimeo, 1992.

⁴⁰⁶ *I Seminário do Bloco-afro Ka`Noambo*. Mimeo, 1992.

centralizar em si, todas as manifestações da cultura negra, militantes ou não, e que, adquirisse um caráter referencial que balizaria o controle dos discursos sobre a cultura negra local.

São esforços que remetem ainda, a uma necessidade de afirmação do Movimento Negro como legítimo representante das populações negras no Ceará, e desse momento em diante, nos parece, a partir das preocupações internas do grupo em consolidar o discurso étnico negro, para as próprias populações que representava.

A busca por um discurso unificado em torno da identidade negra no Ceará, não se coadunava com a diversidade e a multiplicidade de grupos, matrizes ideológicas e realidades sociais nas quais os militantes negros estavam inseridos.

Assim como a Casa Ka'Noambo, o discurso identitário unificado da negritude cearense e a tentativa de consolidar essa unidade do Movimento Negro, logo se esfacelou, evidenciando um outro momento na história do grupo.

A frustração dessas iniciativas em torno de uma entidade multi-representativa como desejavam e de um Centro referencial para a cultura negra no Ceará revelam a impossibilidade de articulação de um único discurso étnico aglutinador da diversidade de referenciais discursivos ainda presente no Movimento Negro cearense.

Essa improbabilidade surge constantemente na história do movimento pela facção de grupos, fazendo surgir novas e ressurgir antigas entidades, desaparecer e se rearticular velhas idéias, pela migração de militantes e participantes entre vários grupos e disputa não-amigável de verbas para financiamento de projetos

em benefício das populações afrodescendentes.

Os meandros dessa fragmentação do Movimento Negro serão abordados a seguir.

4.3. PARTICULARIDADES E FRAGMENTAÇÃO DO DISCURSO IDENTITÁRIO.

Nesta parte final do trabalho, procuraremos demonstrar o processo de fragmentação do discurso identitário negro assumido entre os militantes do Movimento Negro cearense, a partir da consideração da existência de uma polifonia discursiva e reivindicatória dentro do próprio grupo.

As razões dessa fragmentação do discurso e da prática militante são de ordens diversas e as argumentações que se estabeleceram em torno desse fato, remetem ao mesmo tempo as motivações pessoais, políticas, religiosas e conjunturais.

A constatação da diversidade de grupos surgidos no interior do movimento sinaliza para constantes rompimentos entre os militantes e a decorrente pulverização das ações, que colocou em xeque a força de mobilização do grupo.

Assim, iniciando pela abordagem do processo de diversificação das demandas internas entre os grupos do Movimento Negro cearense, procuraremos demonstrar a conseqüente polifonia discursiva surgida no interior do grupo e o caráter decisivo que essa fragmentação adquiriu nos rumos do movimento.

Como já dissemos, as duas primeiras formas de organização dos grupos de consciência negra que se estabeleceram no Ceará - GRUCON e APN's - revelam a forma institucional de

fazer o movimento negro cearense. A primeira vinculada ao GRUCON nacional com sede em São Paulo e com representação em cerca de 11 estados do país e a segunda vinculada a Igreja Católica. Ambos os grupos, voluntária ou involuntariamente, caminharam para a definição de um movimento que procurava se institucionalizar para garantir os recursos necessários para o trabalho de articulação junto aos grupos da capital e do interior e dessa forma, garantir a sua representatividade no coletivo da negritude cearense.

Eu tenho um outro texto que escrevi que é *Como fazer a teia do Movimento Negro*. (...) Primeiro passo seria uma conversa informal, a gente não tocava em problema de consciência negra. A gente ia conversar com a pessoa ou com a família e ali passava um período de conversa. (...) não tinha nenhuma intenção, porque teriam mais encontros. No outro encontro, já tocava em algumas coisas e num terceiro momento é que a gente falava de movimento negro. Primeiro procurava criar um clima de amizade, pra poder chamar, pra poder convencer ou persuadir a turma, o pessoal, o grupo a entrar no movimento negro. E não era fácil. (...) No interior era mais complicado, a gente ia num lugar três ou quatro vezes no máximo, a gente passava o dia conversando e já ia logo tocando no assunto (...) a gente ia num interior onde a gente sabia que tinha alguém organizando ou que tinha comunidade negra [Grifos nossos] (William Pereira).

Nos depoimentos de William percebe-se o modo de fazer-se do Movimento Negro, que é ao mesmo tempo, tecer uma rede de relacionamentos entre pessoas que passam pelo processo de conscientização e politização em relação à própria negritude (processo de afirmação identitária) e de convencimento à pertença a determinados grupos reivindicatórios dentro do movimento.

Do ponto de vista da organização interna, o surgimento do Movimento Negro cearense em 1982, como extensão e articulação do GRUCON, entidade de âmbito nacional e naquele momento em

vias de expansão, sinaliza a natureza de um modelo de organização a ser perseguida pelo grupo. Essa ligação permaneceu exclusiva durante todo o período que vai de 1982 a 1988, quando o Grupo dos APN's – Agentes de Pastoral Negros iniciam suas articulações no Ceará ⁴⁰⁷.

A permanente necessidade de mobilização dos militantes negros no Ceará decorrida em grande parte pela recusa dos próprios negros em assumirem-se, exige dos grupos organizados e de sua articulação nacional e matriz ideológica, uma permanente manutenção material, intelectual e financeira.

O grupo dos APN's, surgido nacionalmente em 1981 como reestruturação promovida pela CNBB de um grupo de religiosos católicos, articulou-se no Ceará pelas iniciativas dos padres religiosos da Congregação dos Combonianos ⁴⁰⁸.

Surgem os APN's com o pessoal dos seminaristas junto com o padre Fernando Caprinni dos Combonianos. Surgem os Combonianos, que num primeiro momento, não montam a pastoral afro, eles se agrupam ao [Grupo] Consciência Negra, porque a gente também tava envolvido com a igreja e eles passam, cerca de um ano ou dois anos trabalhando com a gente, depois é que surgem os APN's, **o Roserlândio opta pelos APN's** e o pessoal mais ligado a Igreja Católica vai pro lado dos APN's e a gente decide permanecer com o Grupo de União e Consciência Negra do Ceará. Ficam os dois grupos trabalhando meio em conjunto (William Pereira. Os grifos são nossos).

Essa foi a primeira fragmentação do Movimento Negro do Ceará, reflexo da

⁴⁰⁷ Os Agentes de Pastoral Negros originaram-se de um racha do Grupo de União e Consciência Negra, ocorrido em 1981, cujos integrantes questionavam sua autonomia e interferências da Igreja Católica. Os padres, religiosos e religiosas que compunham o GRUCON decidiram então por uma organização deliberadamente católica. Assim em 1982 surgiu em São Paulo, o primeiro grupo de APN's que a partir desse momento, buscou estabelecer-se como entidade nacional, num panorama que já contava com o MNU – Movimento Negro Unificado e o GRUCON – Grupo de União e Consciência Negra. VALENTE, Ana Lúcia E.F. *O negro e a Igreja Católica. O espaço concedido, um espaço reivindicado*. Campo Grande: UFMS/CECITEC, 1994, pp. 91-100.

⁴⁰⁸ Combonianos são os membros da Congregação Católica dos Missionários Combonianos. Uma congregação de origem italiana, fundada por Daniel Comboni. Estão presentes em diversos países especialmente na África e América Latina. Dedicam-se especialmente ao enfrentamento das questões raciais. Para mais detalhes ver SANTOS, Patrícia Teixeira dos. *Dom Comboni*. São Paulo: Ed. Mauad, 2002.

disputa entre os partidários do GRUCON, em sua maioria os pioneiros do movimento e entre os partidários dos APN's (negros católicos). Uma fragmentação que colocava várias questões no debate sobre a natureza e objetivos do Movimento Negro nacional e no Ceará.

Essa fragmentação do movimento foi considerada meramente ideológica, ou seja, definir-se ou não por um outro grupo de conotações religiosas cristã e católicas (APN's), motivação da maioria de integrantes do movimento naquele momento, especialmente os fundadores do movimento ou por outro grupo, que defendia uma maior autonomia dos movimentos sociais perante suas matrizes ideológicas.

Essa opção consistia também na decisão pela manutenção de laços políticos dentro de uma organização nacional leiga, que oferecia maior possibilidade e mobilidade de articulações dentro do cenário político nacional.

Por outro lado, pertencer como articulação a um desses grupos implicava diretamente na receita disponível para a realização dos trabalhos desenvolvidos pelos diversos grupos. A autonomia intelectual proporcionava conseqüentemente uma maior autonomia financeira, pois desde que o GRUCON rompeu com a Igreja Católica, perdeu as regalias favoráveis a sua organização e então se viu obrigado, a buscar por si mesmo, os recursos necessários à sua manutenção.

No Ceará essa nova organização refletia a necessidade premente de apoio institucional dos grupos até então ligados unicamente ao GRUCON, desfalcado financeiramente após o rompimento nacional com a Igreja Católica, o que

arrefeceu o movimento local, evidenciando desde aquele momento a dependência material, intelectual e financeira a que estavam sujeitos os grupos que compunham o Movimento Negro local.

Assim, o surgimento dos APN's no Ceará ocorrido a partir das mobilizações em 1986, representa um momento em que o GRUCON começa a apresentar defasagem financeira para a manutenção do grupo pioneiro em meio a uma tumultuada cena política que requeria dos grupos mobilizações massivas em torno da Assembléia Constituinte de 1986, das comemorações e protestos em torno do centenário da Abolição em 1988 e da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica, que em 1988 mobilizou tanto os grupos de consciência negra, tomando carona no centenário da abolição para evidenciar o trabalho católico junto à população afrodescendente.

Mesmo aqueles que eram ligados ao PT ou aos partidos políticos também tinham ligação com a Igreja, ou seja, muitos cristãos estavam efetivamente envolvidos com as lutas partidárias daquele período já que era essa a grande ênfase que nós vivíamos. Então, devido àqueles que estavam envolvidos com o movimento negro naquela época, o movimento negro no Ceará nasceu ligado profundamente e intimamente as questões religiosas, isto é, à perspectiva cristã católica, dentro da instituição Igreja Católica. Somente após 1987 ou 1988 - creio que em razão até mesmo da emergência do centenário da Abolição - é que foram aparecendo outros aspectos, outros campos de embate étnico, de política étnica (Roserlândio).

William Pereira que participara das primeiras articulações para organização local do GRUCON, do qual lembrou ser um grupo considerável, aparecia nacionalmente como um nome de grande representatividade local. Sobre a organização em torno do GRUCON e de seu potencial de mobilização lembrava que,

Em Fortaleza nós conseguimos ter diversas pessoas envolvidas (...) no Ceará nós também tínhamos vários núcleos, várias lideranças negras no Ceará, aqui em Fortaleza nós tínhamos o Jardim Iracema, tinha o Gilmar no Henrique Jorge, no Pirambú tinha a dona Vicência, tinha uma menina, que eu não lembro o nome, no Conjunto Palmeiras, enfim, a gente tinha quase oito aqui em Fortaleza, no interior a gente tinha o Francisco em Iracema, tinha o Roserlândio no Crato, tinha a Xuxu em Quixeramobim, tinha a Abigail em Crateús e a gente fazia diversos encontros, encontros freqüentes.

Para além das questões ideológicas, percebemos que a opção pela permanência do casal Lúcia Simão e William Pereira, sabidamente católicos, junto ao GRUCON, apontam algumas perspectivas particulares que se apresentavam naquele momento dentro da militância negra do Ceará. Essas opções manifestadas a partir da articulação dos APN's no Ceará sinalizam o caráter personalista do Movimento Negro cearense que influenciaram irreversivelmente a fragmentação do movimento.

William Pereira talvez tivesse pretensões políticas dentro do cenário nacional do GRUCON. Naquele momento tinha seu nome cotado para tornar-se presidente nacional do GRUCON, o que ocorreu em Assembléia Nacional do GRUCON realizada em Brasília. Durante a *Administração Popular* de Maria Luiza Fontenele em Fortaleza, William havia estabelecido relações com diversas lideranças negras nacionais.

Todas as vezes que a Benedita da Silva veio, quando ela ainda era vereadora, na época do governo municipal da Maria Luiza, nós trouxemos a Benedita, eu acho que ela era Deputada Federal, ai veio ela e o primeiro marido dela, chamado Bola, que faleceu, era um líder negro de uma organização negra no Rio de Janeiro, nós fizemos um encontro aqui e depois ela veio aqui pra casa com o João Alfredo. Teve também um grande encontro com o pessoal de Conceição [dos Caetanos] aqui no bairro e trouxemos a Benedita outra vez. Trouxemos ela de novo e acho que já era senadora. Ela veio outra vez em 1995 também (sic).

William Pereira de fato, chegou a ser eleito como Coordenador Nacional do grupo, após uma grande e decisiva disputa local, porque outros líderes locais se

insurgiram contra sua candidatura para a coordenação nacional.

Quando nós começamos a articular, o Grupo União e Consciência Negra, a nível nacional tava mudando de coordenação e aí eu fui candidato a presidente, aí nós fizemos um acordo, uma articulação com alguns estados, Goiânia, Brasília, Pernambuco, Alagoas, Maranhão. Em Brasília mudou tudo, eu sei que dos 18 estados, a gente tinha 12. Fizemos nossos contatos através do Haroldo da CPT de Goiânia e nós levamos vários delegados, o Hilário participava conosco, era militante do Grupo União e Consciência Negra, onde a Lúcia era coordenadora. A gente vai para Brasília, aí a briga começa, não digo briga, mas a divergência começa quando o Hilário chega em Brasília, subiu na tribuna e meteu o pau no William, dizendo que eu não tinha trabalho aqui, foi aquela coisa. Mas eu consegui ser presidente do Grupo União e Consciência Negra a nível nacional, passei quatro anos (William).

Roserlândio, por seu turno, na iminência de ordenar-se Sacerdote Católico, recebeu a *missão* de organizar e coordenar os grupos de APN`s do Norte e Nordeste, o que lhe garantia distinção no trabalho pastoral em meio ao clero católico.

Também nesse período, coincidentemente, a maior parte do pessoal que estava na coordenação dos grupos do movimento negro, estava com projetos pessoais. Era de mestrado, era de doutorado, formação acadêmica fora do Estado, era sair da região de Fortaleza e ir para o interior. Estava havendo também um conflito nacional, não um conflito, uma situação de articulação nacional das entidades negras que estavam em conflito e ao mesmo tempo de redefinição da natureza das próprias organizações. O Grupo União e Consciência Negra, o Movimento Negro Unificado, os Agentes de Pastoral Negros, os Grupos de Mulheres Negras, então estavam na fase de se solidificarem enquanto entidades jurídicas e, aquilo era a inspiração dos grupos que não se caracterizavam pelo institucional, terminou por arrefecer (Roserlândio).

Sem fazermos qualquer tipo de julgamento de valor ou comentário de caráter pejorativo em relação às escolhas de nossos depoentes, observamos na fala de Roserlândio, reproduzida abaixo, as interferências que as escolhas pessoais exerceram na determinação dos rumos que o movimento tomou a partir da desarticulação da idéia da casa Ka`Noambo:

Talvez aí, a gente tenha que reconhecer que aqueles que estavam ou nós que estávamos a frente dos grupos, terminávamos por centralizar as ações em nossas mãos e outras pessoas que poderiam ter dado continuidade, poderiam assumir esse projeto talvez não estivessem prontos para fazê-lo (Roserlândio).

Em seu depoimento, Maria Telvira da Conceição, militante negra do GRUCON em Fortaleza, definiu o período que vai de 1988 a 1992, como um momento de refluxo do GRUCON motivado pelas divergências internas entre suas lideranças que culminou com uma nova fragmentação no ano de 1992, surgindo a partir desse momento um novo grupo denominado *Consciência Negra*, do qual faziam parte os velhos integrantes do GRUCON, como Hilário Ferreira, Oziélia Costa, e muitos novos militantes, como a própria depoente ⁴⁰⁹.

Telvira que em 1996, apresentou trabalho de Graduação em História junto a Universidade Estadual do Ceará, sobre o Movimento Negro cearense, teceu as seguintes observações sobre o grupo naquele momento:

A novidade dessa reativação do GRUCON **está sendo** o encaminhamento de um novo grupo chamado de “Consciência Negra” (...) O Consciência Negra não é a continuidade do GRUCON, apenas os seus membros os são; naturalmente conserva-se-ão algumas semelhanças como o combate ao racismo, a busca da identidade e organização do povo negro, etc. Porém, a forma de atuação é o que irá fazer a distinção da nova entidade na medida em que buscará uma inovação e um trabalho mais definido na questão étnica e política. Para isso manterão uma posição de independência em relação ao Partido Político, ao Sindicato e à Igreja (grifos nossos) ⁴¹⁰.

E terminava por observar naquele momento a estagnação do GRUCON como entidade nacional e as dificuldades de organização interna local.

A partir desse novo racha interno do Movimento Negro cearense, outros se seguiram, motivados em grande parte pela implementação da política liberal de institucionalização e controle dos

⁴⁰⁹ Entrevista realizada com Maria Telvira da Conceição, dia 28/09/2002 em Fortaleza/CE.

⁴¹⁰ CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. *O Movimento Negro no Ceará*. Monografia de Graduação. Fortaleza: Departamento de História/UECE, 1996, p. 36.

movimentos sociais, no caso, em troca dos benefícios advindos da criação Fundação Palmares em 1988 e da ampliação de seus financiamentos a partir de 1995, rompendo com o exclusivismo do GRUCON ou dos APN'S.

A partir de então, grupos institucionalizados que surgiram, eram registrados com Razão Social no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, mesmo que de natureza filantrópica, podendo receber como ONG – Organização Não-Governamental, insumos diretamente do governo federal e de entidades estrangeiras.

Nesse ínterim surgiram o Grupo de Cultura Afro Filhos da África em 1988, o Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza em 1991, o Grupo Consciência Negra em 1992 e a Seção Fortaleza do MNU em 1995.

O grupo Filhos da África tinha por finalidade,

Resgatar os valores da cultura afro-cearense nas comunidades negras, tendo como estratégia global, a seguinte: a partir da prática da capoeira, danças, vestes afros, música afros, celebrações, denunciar o racismo que prejudica o povo negro em sua caminhada por melhores dias, buscar valores afros, nos batuques de fundo de quintal dos quilombolas do grupo

⁴¹¹.

O grupo conseguiu expandir-se pela região de Messejana, nos bairros Conjunto Palmeiras, Parque Santa Maria e São Bernardo, onde se estabeleceu um dos núcleos mais firmes do movimento contemporâneo.

O Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza surge com a finalidade de discutir a problemática da mulher no interior do movimento negro. As especificidades do gênero dentro do movimento não foram consideradas durante toda o período de 1982 a 1991, surgindo como preocupação dentro de um debate nacional dentro do MNU.

⁴¹¹ *Histórico do Grupo de Cultura Afroense Filhos da África. Mimeado, s/d.*

Em setembro de 1991 realizaram o primeiro encontro local e em 1993 integraram o Fórum Norte/Nordeste de Mulheres Negras realizado no Maranhão. A principal discussão que norteou as ações desse grupo no Ceará no período a que estamos nos reportando foi a política governamental de esterilização das mulheres, da qual as negras eram as mais atingidas ⁴¹².

A seção do MNU no Ceará fundada em 08 de julho de 1995 apresentou-se naquele momento pela necessidade de politização do movimento negro local. As críticas que se seguiram à sua fundação em Fortaleza foram as mesmas que se verificavam a nível nacional – elitização e distanciamento da realidade do negro que vive nas periferias ⁴¹³.

Essa pulverização dos grupos e conseqüentemente das demandas em torno da população negra no Ceará fragmentou o discurso identitário o qual ambicionava-se unificado pela integração desses diversos grupos.

Nenhuma dessas denominações açambarcava as especificidades nascidas dos enfrentamentos em torno das questões raciais. Reconhecia-se a impossibilidade do enfrentamento de todas as demandas que se apresentavam ao movimento e, além disso, percebia-se cada vez mais o caráter católico predominante no discurso identitário, determinando pela superioridade numérica dos militantes

⁴¹² Ver MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. 3º Congresso do Movimento Negro Unificado. Tese: Sexismo e Racismo e Controle da natalidade e suas implicações na população negra. In: *1978-1988 Dez anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do livro, 1988, pp. 26-39. ROLAND, Edna. O Movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In *Tirando a Máscara*. Ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000, pp. 237-256.

⁴¹³ Não queremos aqui problematizar a natureza de nenhuma dessas organizações, apenas demonstrar o seu aparecimento e interferência na história do Movimento Negro local.

ligados ao catolicismo, o que impossibilitava a ampliação do universo cultural afro-cearense, pelas limitações que se impunham como naturais na prática do grupo.

Nesse momento, as políticas institucionalizantes dos governos brasileiros do final da década de 1980 e início dos anos 1990, favoreceram a acentuada fragmentação de todos os movimentos sociais e o aparecimento de diversos grupos institucionalizados como ONG's que assumiram o papel de partícipes nas políticas públicas governamentais.

Essa pulverização das demandas em torno da questão racial negra no Ceará era percebida e considerada no interior do Movimento Negro local desde o início dos anos 1990, acreditando-se, entretanto, em uma possibilidade de articulação entre eles.

Os grupos estão em processo de maior estruturação, definição de identidade e articulação entre si. Seus membros estão conscientes da necessidade de elaborar um projeto político a partir da ótica do povo negro, tentando resgatar a experiência histórica deste povo no seu processo de realização enquanto tal. Ou seja, realização enquanto seres humanos (homens e mulheres) livres. Neste sentido, consideram desde a experiência dos antepassados na África, passando pela experiência da escravidão e da luta resistente contra essa situação através dos quilombos, Irmandades, Insurreições, Capoeira, Candomblé etc. até a atual organização dos grupos **numa pluralidade de metodologias e estratégias libertadoras** (os grifos são nossos)⁴¹⁴.

As tentativas de articulação do grupo em torno da Casa de Cultura Ka'Noambo, do Fórum de Entidades Negras e do Bloco Afro, representaram importantes esforços na história do grupo, mas, que não tiveram a força e a maturidade suficiente para redimensionar a luta anti-racista no Ceará, a partir da realidade que se anunciava como promissora.

Na qualidade de exemplificação, tomaremos aqui o desfecho das iniciativas

⁴¹⁴ SOUSA, Francisco Roserlândio de. O Povo Negro no Ceará., p. 167.

em torno da Casa Ka'Noambo como suporte de análise da realidade que se seguiu as tentativas conjuntas de articulação integrada dos grupos do Movimento Negro.

A Casa de Cultura Ka'Noambo começou a desmoronar como projeto logo após a liberação do financiamento destinado à compra do imóvel-sede pela Diocese de Colônia na Alemanha ⁴¹⁵, que comportaria as atividades da instituição.

Tal financiamento fora conseguido pelos APN's através do então Arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, mediante projeto de relevância social, apresentado à Diocese de Colônia na Alemanha. A má gerencia do financiamento e o seu desvio para fins particulares por parte do responsável, nomeado pessoalmente pelo arcebispo, acabou inviabilizando o projeto e frustrando a fundação do Casa ⁴¹⁶.

Nós recebemos uma verba, nós recebemos não, nós conseguimos depois de muita luta, uma verba para a realização, para a concretização dessa Casa de Cultura Ka'noambo. E esse dinheiro foi desviado por um dos membros da coordenação e esse desvio de dinheiro... (pausa) Essa pessoa se afastou e a gente então resolveu que não deveria, não tinha condição de... (silêncio). Naquele momento não tinha possibilidade de a gente resolver de outra forma que não ir adiante e esquecer o que a gente não tinha conseguido concretizar (Roserlândio).

⁴¹⁵ Dentro da Igreja Católica do Brasil, a Diocese de Colônia na Alemanha funciona como uma *diocese irmã*, que dispende de mais recursos financeiros, passa a patrocinar aqueles projetos de relevância social e pastoral. Toda a documentação que demonstra a elaboração do projeto Casa Ka'Noambo, as correspondências trocadas entre a Arquidiocese de Fortaleza e de Colônia, o recibo de depósito junto ao banco alemão e sua transferência para banco brasileiro e a indicação do responsável legal pelo recebimento do financiamento foram conseguidos durante a realização desta pesquisa através de diversos militantes negros. Assim como as informações sobre a Casa Ka'Noambo, a documentação pertinente foi colecionada pacientemente durante a pesquisa.

⁴¹⁶ O fato ainda está cercado de silêncios e meias-verdades. Os depoimentos nos levaram a concluir que o desvio dos recursos da Casa serviu para a campanha política a vereador do Frei responsável pelo recebimento da verba no pleito do município de Canindé. Soubemos ainda que foi instaurado Inquérito Policial, mas que a Igreja Católica, destinatária do recurso, optou pelo silêncio.

O episódio serviu para acirrar os ânimos em torno das disputas internas do movimento. Entre os militantes negros ligados aos APN's o fracasso do projeto foi usado como argumento para justificar a decepção e a desmobilização de seus integrantes naquele momento. Entre os militantes alheios ao grupo, mas que tinham se empenhado na discussão de seus estatutos, foi tomado como motivo de acusação sobre os reais interesses da Igreja Católica na questão racial no Ceará, sobrando culpas até para o arcebispo de Fortaleza.

Na memória dos militantes negros, o fracasso do projeto Casa Ka'Noambo, adquiriu significado relevante na explicação dos motivos pelos quais se processou a desarticulação da unidade do Movimento Negro, entre os anos de 1992 a 1995⁴¹⁷.

Os militantes negros utilizam vários argumentos a fim de explicar esse momento de reconfiguração do movimento. Justificam que após o fracasso do projeto, alguns militantes decepcionados retrocederam deixando de lado a militância e abrindo espaço para a realização de projetos pessoais, o que prejudicou a articulação do movimento.

Outros depoentes denunciam que alguns projetos pessoais articulavam-se e se sobrepunham ao interesses do próprio movimento, pois alguns militantes negros procuraram seguir carreira política tendo como suporte representativo o Movimento

⁴¹⁷ Certamente alguns militantes negros mantiveram-se perenes na luta anti-racista no Ceará, para os quais a palavra desarticulação pode soar como falsa. Chamamos aqui de desarticulação, o processo de interrupção e esquecimento dos projetos coletivos do Movimento Negro cearense surgidos nos anos 1980 e início dos anos 1990 e que foram substituídos por um redimensionamento do movimento, ocorrido a partir do surgimento de novas lideranças, provenientes de outras matrizes discursivas ou das novas configurações das matrizes anteriores e do assentamento de novas questões de ordem interna.

Negro, mas sem adquirir no interior do grupo, as bases necessárias as candidaturas.

Outros ainda apontaram as divergências entre os militantes negros, por diversas motivações. Algumas eram de caráter particular, pois algumas lideranças buscavam se localizar e justificar a legitimidade de suas candidaturas políticas, o que levava a um caráter de disputa partidária no interior do grupo.

Outras motivações eram de ordem ideológica, não somente as partidárias, mas, sobretudo as de ordem religiosa, pois as dimensões da religiosidade negra no Ceará nunca foram completamente aceitas pelos militantes mais antigos, vinculados ao GRUCON e aos APN's.

A constatação de uma supremacia de militantes negros provenientes do catolicismo no Movimento Negro cearense, por todo o período que estamos nos reportando, adquiriu, em nossas análises, uma relevância importante para o estabelecimento de uma unidade discursiva a partir da sua capacidade de arregimentar e aglutinar a população negra.

Essa unidade de ações e de um discurso étnico, em torno do catolicismo, possibilitou ao movimento, nesses anos iniciais, enfrentar o maior de todos entraves ao movimento – a superação interior do racismo incorporado pelos próprios negros. Para essa etapa da organização do Movimento Negro cearense, o discurso étnico de superação do racismo, localizando-o como uma dimensão contrária a natureza humana e de relacionamentos interpessoais e intersociais, facilitaram a afirmação dessas identidades estigmatizadas.

Por outro lado, na medida em que esse discurso étnico negro assume um caráter político-social, passando a

evidenciar a exclusão social dessa população e, portanto, um discurso que localizava a população negra como uma classe excluída e marginalizada, desencadeia-se o processo de fragmentação discursiva pelo reconhecimento das especificidades que marcam a pluralidade de experiências do negro cearense.

Dessa forma, percebemos que as tensões naturais existentes nos interior dos movimentos sociais, se evidenciaram no Movimento Negro cearense, a partir do projeto fracassado da Casa Ka'Noambo, que evidentemente, não explica por si só, esse rompimento da unidade que se vinha construindo. Mas, dentro das tensões internas do movimento e com a reconhecida supremacia católica, esse fato adquire implicações maiores, sendo usado como motivo para justificar a desarticulação do grupo.

A diversidade de grupos, ao invés de fornecer novos elementos para a ampliação dos enfrentamentos do movimento, articulou-se a questões de ordem pessoal, ideológicas, partidárias e religiosas a ponto de determinarem o caráter fracionado do momento subsequente da história do Movimento Negro cearense.

O caráter dessa fragmentação no Movimento Negro cearense nesse momento nos parece, deve ser percebido também por uma ótica otimista, pois a partir de então, o surgimento de novas lideranças e, conseqüentemente, de novas reflexões em torno da negritude cearense vieram à tona, ensejando novos campos de atuação militante e novos diálogos com a sociedade.

Uma melhor análise dos novos enfrentamentos assumidos pelo Movimento Negro a partir dessa fragmentação do

grupo ao final dos anos 1990 deve estabelecer um novo recorte para abordagem, cuja historicidade acredito ainda estar em curso nesse momento. Deve ainda considerar o ingresso de novos grupos de cunhos culturais e artísticos, a dimensão racial posta no interior do movimento Hip Hop e a qualificação acadêmica perseguida pelos militantes negros e ainda considerar a historicidade titubeante desses primeiros anos de atuação do movimento que abordamos nesse trabalho.

Bibliografia

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. *O Império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/São Paulo: Fapesp, 1999.

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar Araújo. *História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). Introdução In: _____ *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Barão de Studart – Memória da distinção*. Coleção Outras Histórias Nº 9. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

ARAÚJO, José Carlos de Souza. *Igreja no Brasil – Um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1986.

ARQUIVO NACIONAL. *Guia de Fontes para a história da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual*. 2 vols. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor*. Coleção Brasileira. Vol. 282. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1955.

- BARBOSA, Wilson Nascimento e SANTOS, Joel Rufino. *Atrás do muro da noite. Dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.
- BARROSO, Gustavo. *Liceu do Ceará*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Costa, 1940.
- BARROSO, Oswald. *Reis de Congo. Uma etnografia do reisado no Ceará*. Fortaleza: Museu da Imagem e do Som, 1996.
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1959.
- BEOZZO, Pe. José Oscar. *A Igreja no Brasil. De João XXIII a João Paulo II. De Medellín a Santo Domingos*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BERND, Zilá e BAKOS, Margareth M. *O Negro. Consciência e Trabalho*. Coleção Síntese Riograndense nº 4. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.
- BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª. ed. São Paulo: Ed. Perspectivas, 1999.
- _____. *O poder simbólico*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 124.
- BRAGA, J. *Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: Edufba, 1995.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Lutar com a Palavra: escritos sobre o trabalho do educador*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- _____ (org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- BRASIL. Constituição Federal 1988, Artigo 216, § 5º.
- _____. *Quem é quem na negritude brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2000.

- BRÍGIDO, João. *Ceará Homens e Fatos*. Rio de Janeiro: Tipografia Bernard Frère, 1919.
- BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura Brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- CÂMARA, José Aurélio. Introdução. In: ARARIPE, Tristão de Alencar. *História do Ceará*. 2ª ed. Fortaleza: Tipo-Lito Gadelha, 1958.
- CAMPOS, Eduardo. *As Irmandades Religiosas do Ceará Provincial*. Fortaleza: Sec. Cultura e Desporto, 1980.
- _____. *Revelações da condição de vida dos cativos do Ceará*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1982.
- _____. *Imprensa Abolicionista, Igreja, Escravos e Senhores*. Fortaleza: Sec. Cult. e Desp./BNB, 1984.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: instituto do livro brasileiro, 1962.
- _____. *Made in Africa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia em História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997, p. 52.
- CARDOSO, Marcos. *O Movimento Negro em Belo Horizonte 1978-1998*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.
- CARVALHO, Cônego José Geraldo Vidigal de. *A Igreja e a Escravidão – Uma Análise Documental*. Rio de Janeiro: Ed. Presença, 1985.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CATUNDA, Joaquim. *Estudos de História do Ceará*. 2ª. ed. Fortaleza: Tipografia Litografia Gadelha, 1919.
- CELAM. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio – Conclusões de Medellín*. 6ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *Texto Oficial da III conferência Geral do Episcopado Latino-Americano: Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina*. 4ª. Ed. Puebla de Los Angeles: Paulinas, 1979.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

- _____. *Trabalho, Lar & Botequim*. 2^a. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- CNBB. *Ouvi o clamor desse povo. Texto-Base da Campanha da Fraternidade 1988*. Brasília: Centro de Pastoral Popular, 1987.
- _____. *Pastoral Afro-brasileira*. Estudos da CNBB nº 85. São Paulo: Paulus, 2002.
- COMAS, Juan et all. *Raça e Ciência*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- COSTA, Ângela Marques da. A Violência como Marca: A Pesquisa em História. In: SCHWARZ, Lília Moritz e REIS, Letícia Vidor de Souza (orgs). *Negras Imagens*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- COSTA, Haroldo. *Fala, Crioulo*. 2^a. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1953.
- COUCEIRO, S. M. *O negro na televisão de São Paulo: um estudo das relações raciais*. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.
- DAMASCENO, Caetana. Em casa de enforcado não se fala em corda. Notas sobre a construção da “boa” aparência no Brasil. In: *Tirando a Máscara*. Ensaios sobre o racismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. Memória e Cidadania. In: *O Direito a Memória – Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Depto. Patrimônio Histórico, 1992.
- ETZEL, Eduardo. *Arte Sacra – Berço da Arte Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- FÉLIX, João Batista de Jesus. Pequeno Histórico do Movimento Negro Contemporâneo. In: *Negras Imagens*. Ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: Unesp, 1996.
- FERNANDES, Florestan. Religião e Folclore. In: *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: DIFEL, 1972.
- _____. *O negro no mundo dos Brancos*. São Paulo: DIFEL, 1977.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ed. Ática, 1978.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro-descendente Identidade em construção*. São Paulo: Educ/ Rio de Janeiro: Fapesp, 2000.

- FRANÇA, Jean M. Carvalho. *Imagens do Negro na literatura brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.
- FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos anúncios de jornais do tempo do império*. Conferência proferida no 1º Congresso Afro-brasileiro realizado na Sociedade Felippe de Oliveira, Rio de Janeiro, 1934.
- FROTA, Dom José Tupinambá da. *História de Sobral*. 2ª. ed. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1974.
- FUNES, Antonio Eurípedes. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone de. (org.) *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001.
- GILLIAM, Ângela. Globalização, Identidade e os ataques à Igualdade nos Estados Unidos: Esboço de uma perspectiva para o Brasil. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e CAPINHA, Graça. *Identidades. Estudo de Cultura e Poder*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1971.
- _____. *A Abolição no Ceará*. 4ª. ed. Fortaleza: Fundação Casa de Cultura Capistrano de Abreu/Prefeitura Municipal de Maracanaú, 1988.
- GOFFMAN, Erving. *As representações do eu na vida cotidiana*. 9ª. Ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.
- _____. *Estigma – Notas sobre a manipulação da Identidade deteriorada*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 3ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- GOMES, Nilma Lino. Uma dupla inseparável: Cabelo e cor da pele. In: BARBOSA, Lúcia M. A. et alli. *De preto a Afro-descendente. Trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2004.
- GONZÁLEZ, Lélia e HASEMBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1982.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. 2ª. ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós Modernidade*. 9ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 16.
- HOONAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro 1500-1800*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- IMOPEC. *Comunidades Negras do Ceará*. Projeto Agrupamentos Negros. Fortaleza: IMOPEC, 1998.
- JOAQUIM, Maria Salete. *O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas/São Paulo: Educ, 2001.
- KUNZ F.C., Pe. Frédy. *À sombra de Nabuco*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- LOPES, Luis Carlos. *O espelho e a imagem: o escravo na historiografia brasileira (1808-1920)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1987.
- MAIO, Marcos Chor. (org) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FioCruz/CCBB, 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 4ª. ed. ver. e ampl. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MENDES, Miriam Garcia. *A personagem negra no teatro brasileiro*. São Paulo: Ed. Ática, 1982.
- MIRA, João Manoel Lima. *A Evangelização do Negro no período colonial brasileiro*. São Paulo: Loyola, 1983.
- MONTENEGRO, João Alfredo. *Historiografia do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2003.
- MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Levante da esquadra pelo marinheiro João Cândido. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MOURA, Clovis. *O preconceito de cor na literatura de cordel*. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1976.
- _____. *Brasil: Raízes do Protesto Negro*. São Paulo: Global Editora, 1983.
- _____. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1994.
- _____. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. *1978-1988 Dez anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do livro, 1988.

- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e Sentidos*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias (Org.). *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: GRD, 1968.
- _____. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor*. Identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.
- NOBRE, Geraldo da Silva. *Ceará em preto e branco: participação africana no processo histórico de formação do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 1991.
- _____. *Amor de branco em tráfico de negro*. Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, 1988.
- _____. *O processo histórico de industrialização do Ceará*. Fortaleza: FIC, 1988.
- OLIVEIRA, Pedro Alberto de. *As origens da Escravidão no Ceará*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 1979.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- OLIVEIRA JUNIOR, Adolfo Neves de. A invisibilidade imposta e a estratégia da Invisibilização entre negros e índios: Uma comparação. In: BACELAR, Jeferson & CAROSO, Carlos (orgs.). *Brasil: Um país de negros? 2ª*. ed. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 1999.
- ORIÁ, Ricardo. Fortaleza: os lugares de memória. In: SOUZA, Simone de (org.) *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.
- ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda. Integração de uma religião numa sociedade de classes*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O direito ao passado. In: *O Direito a Memória – Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Depto. Patrimônio Histórico, 1992.
- PEREIRA, João Batista Borges. *Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo*. São Paulo: Editora Pioneira, 1967.
- PINTO, R. P. *A representação do negro em livros didáticos de leitura*. Cadernos de Pesquisa, 63, Novembro, 1987.

- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Epoque: Reformas Urbanas e Controle Social 1860-1930*. 2ª. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.
- PORDEUS JR., Ismael. *A magia do trabalho. Macumba cearense e festas de possessão*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1993.
- _____. *Umbanda: Ceará em transe*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.
- POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.
- QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades Negras: Outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
- REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- RODRIGUES, Carlos Rodrigues. *O negro brasileiro e o cinema*. Rio de Janeiro: Ed. Globo/Fundação do cinema brasileiro MINC, 1988.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Patrícia Teixeira dos. *Dom Comboni*. São Paulo: Ed. Mauad, 2002.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Cia. das letras, 1993.
- _____. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SERAINÉ, Florival. *Antologia do Folclore Cearense*. 2ª. ed. Fortaleza: Ed. UFC, 1983.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. 4ª. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.
- _____. Introdução. O Prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Cia. das letras, 1998.
- SILVA, Jônatas C. da. História de lutas negras: memórias do surgimento do movimento negro na Bahia. In; REIS, João José (org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade – Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

- SINGER, Paul e BRANT, V. C. (orgs.) *O Povo em Movimento*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1981.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SOUSA, Neusa dos Santos. *Tornar-se Negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- SOUZA, Marina de Melo e. *Reis Negros no Brasil Escravocrata. História da Festa de Coroação de Reis Congo*. Belo Horizonte: UFMG/Humanitas, 2002.
- STUDART, Guilherme. *Notas para a história do Ceará – Segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Tipografia do Recreio, 1892.
- TERRA, João E. Martins. *Bíblia, Igreja e Escravidão*. São Paulo: Loyola, 1983.
- VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- VALENTE, Ana Lúcia. E.F. *Ser Negro no Brasil Hoje*. 13ª ed. rev. e amp. São Paulo: Editora Moderna, 1994.
- _____. *O Negro e a Igreja Católica – O Espaço Concedido, um espaço reivindicado*. Campo Grande: CECITEC/UFMS, 1994.
- VIANNA, Hermano. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933.
- VILLA, Marco Antonio. *Vida e Morte no Sertão*. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ed. Ática, 2001.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da Escravidão à Liberdade: Dimensões de uma privacidade possível In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo. Cia. das Letras, 1998.

TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS:

- AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Intelectuais e política no Instituto do Ceará (1887-1920)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2002.

- BEZERRA, Analúcia Sulina. *Bastões: uma comunidade de origem negra no Ceará*. Monografia de Graduação. Fortaleza: Bacharelado em Ciências Sociais UFC, 1999.
- CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. *O Movimento Negro no Ceará*. Monografia de Graduação. Fortaleza: UECE, 1996.
- FÉLIX, João Batista de Jesus. *Chic Show e a construção da Identidade nos bailes black paulistanos*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Antropologia FFLCH/USP, 2000.
- FERREIRA, Ricardo Alexino. *A Representação do negro em jornais no centenário da abolição da escravidão no Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1993, p. 172-173.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2001.
- _____. *Saber e Poder – O pensamento social cearense no final do século XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1998.
- OLIVEIRA, Pedro Alberto de. *As origens da Escravidão no Ceará*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 1979.
- PEREIRA, Vanda Martins. *O Preconceito mora aqui – a família como reprodutora do preconceito contra a mulher negra*. Fortaleza: Departamento de Sociologia/UFC, 1995.
- RATTS, Alecsandro J. P. *Fronteiras Invisíveis. Territórios Negro e Indígenas no Ceará*. Dissertação de Mestrado em Geografia. São Paulo: USP, 1996
- RATTS, Alecsandro J. P. *O mundo é grande e a nação também: Identidade e mobilidade em territórios negros*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2000.
- RODRIGUES, Ana Cláudia. *Por trás do falso negrume: uma etnografia do maracatu cearense*. Monografia de Graduação/Bacharelado em Sociologia UFC, 2000.
- SANTOS, Sidney Cláudio Gonçalves dos. *Negritude Religiosa – Novas representações da identidade negra no espaço da Igreja Católica*. Fortaleza: UFC/Mestrado de Sociologia, 1998.
- SILVA, Francisco Carlos Cardoso da. *Construção e des-construção de identidade racial em Salvador. MNU e Ilê Ayê no combate ao racismo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campina Grande: UFCG, 2001.
- SILVA NETO (Neto Camorim), Francisco Chagas da. *Escravidão e Abolição em Quixeramobim: A liberdade condicional e gradativa imposta pelos*

senhores proprietários (1850-1884). Monografia de Graduação em História. Quixadá: FECLESC, 1998.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. *Rosário dos Pretos de Sobral-CE. Irmandade e Festa (1854-1884)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

REVISTAS

ABREU, Martha. Festas Religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 7, nº 14, 1994.

BARROSO, Gustavo. Os Congos. *Revista do Brasil*. São Paulo: vol. 2, nº 35, janeiro de 1918.

BORGES PEREIRA, João Batista. Cultura Negra: Resistência de Cultura á Cultura de resistência. *Dédalos* São Paulo: MÆ/USP, Vol. 23, 1984.

_____. Negro e Cultura Negra no Brasil Atual. *Revista de Antropologia*. São Paulo: FFLCH/USP, vol. 26, 1983.

CABRAL, Clovis. O negro no Brasil: Relações com a Igreja Católica e a formação dos movimentos negros urbanos. *Cadernos CEAS* Salvador: CEAS, nº 112, Nov-Dez/1987.

CHANDLER, Billy J. The Role of Negroes in Ethnic Formation of Ceará: the Need for a Reappraisal. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: UFC, Vol. IV, 1973.

DAMASCENO, Caetana Maria. Ritual e conflito: Quando se canta para subir. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: UERJ, nº 18, 1990.

_____. Oxalá e Jesus: Identidade étnica e o contexto cristão. *Comunicações do ISER*. Rio de Janeiro: ISER, ano 5 (21), outubro/1986.

DÓRIA, Carlos Alberto. A tradição honrada. *Cadernos Pagu*. Campinas: IFCH/UNICAMP, nº 02, 1994.

ENNES, Marcelo Alario. O Emprego de fontes orais no Estudo de relações interétnicas. *Cadernos CERU*. Série 2, nº 11, 2000.

GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O IHGB e o Projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, Nº 1, 1988.

KHOURY, Yara aun. Narrativas Orais na investigação da história social. *Revista Projeto História*. São Paulo (22), jun, 2001.

- NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História*. São Paulo, nº 10, 1993.
- NUDOC. Abolição da Escravatura no Ceará: uma abordagem crítica. *Cadernos do NUDOC*. Fortaleza: NUDOC, Série História nº 1, 1992.
- PEREIRA, João Batista Borges. A criança negra: Identidade étnica e socialização. *Cadernos de Pesquisa*. Vol. 63, novembro, 1987.
- PINTO, R. P. A representação do negro em livros didáticos de leitura. *Cadernos de Pesquisa*. Vol. 63, novembro, 1987.
- POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, Vol. 2, nº 3, 1989.
- _____. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol 5, nº 10, 1992.
- RATTS, Alecsandro J.P. Trajetórias e Memórias de Negros Migrantes. *Revista Travessia*. São Paulo: Setembro/Dezembro, 1998.
- Revista Atualização*. Missionários Sacramentinos nº 44, agosto de 1973.
- WILLECKE, Frei Venâncio. Senzalas dos Conventos. *Revista de História*. São Paulo: nº 106, 1976.
- VALENTE, Ana Lúcia E. F. Militância e Religião – uma pastoral contra o racismo. *Revista Humanidades*. São Paulo: UPS, nº 17, ano V, 1988.**

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)